




ANAIS

I ENCONTRO MARANHENSE DE GEOGRAFIA



REFLEXÕES, DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA MARANHENSE



(Organizadores)
Audivan Ribeiro Garcês Junior
Ronaldo Barros Sodré
Vitória Gleyce Sousa Ferreira



Copyright © 2021 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Reitor
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante
Profª. Dra. Diana Rocha da Silva
Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Profª. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Revisão

Vitória Gleyce Sousa Ferreira

Projeto Gráfico

Ronaldo Barros Sodré



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

AUDIVAN RIBEIRO GARCÊS JUNIOR
RONALDO BARROS SODRÉ
VITÓRIA GLEYCE DE SOUSA FERREIRA
(Orgs.)

ANAIS DO I ENCONTRO MARANHENSE DE GEOGRAFIA

Reflexões, diálogos e perspectivas sobre a produção geográfica maranhense

São Luís



EDUFMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Maranhense de Geografia: Reflexões, diálogos e perspectivas
sobre a produção geográfica maranhense (1. : 2021 : São Luís, MA).

Anais do I Encontro Maranhense de Geografia: Reflexões, diálogos e
perspectivas sobre a produção geográfica maranhense / Organizadores: Audivan
Ribeiro Garcês Junior, Ronaldo Barros Sodré, Vitória Gleyce de Sousa Ferreira.
.—São Luís: EDUFMA, 2021.

360p. : il. color.

ISBN: 978-65-5363-202-8

1. Ensino de Geografia – Produção geográfica maranhense. 2. Reflexões,
diálogos e perspectivas. I. Garcês Junior, Audivan Ribeiro. II. Sodré,
Ronaldo Barros. III. Ferreira, Vitória Gleyce de Sousa. IV. Título.

CDD 900

CDU 91: 37 (812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela Diretoria Integrada de Bibliotecas – DIB/UFMA
Bibliotecário: Wilton Cerveira Marques CRB13/567 Mat. SIAPE: 1675653

PUBLICADO NO BRASIL [2021]

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados, sem permissão prévia da Editora.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga CEP: 65080-805 |
São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

COORDENAÇÃO GERAL

Profº Drº. Audivan Ribeiro Garcês Junior

Profº Drº. Ronaldo Barros Sodré

Profª Me. Vitória Gleyce Sousa Ferreira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anderson Matheus Ribeiro Amorim

Bruna Allohana Costa da Silva

Claudiene Conceição de Aquino Lindoso

Clodoaldo Moraes Montenegro Júnior

Fabício de Oliveira Serrão de Freitas

Glemerson Cadete Pereira

Helton Rodrigues Oliveira

Ian Mura Martins

Igor Cruz de Castro

Joyce Costa Mendes

Lana Costa Ferreira

Luís Filipe de Freitas Nascimento

Mahya Santos Santana

Matheus Gomes Moreno

Nayane de Jesus Carneiro Silva

Pedro Igor Ferreira Pestana

Stefano da Silva Martins

Shirley Cristina dos Santos

Vitória Gleyce Sousa Ferreira

SUMÁRIO

EIXO 1: ENSINO DE GEOGRAFIA: Desafios e perspectivas no Maranhão

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DA GEOGRAFIA

GEOGRAFIA E CINEMA: Perspectivas para o estudo da paisagem sertaneja

POSSIBILIDADE DO USO DA FERRAMENTA REALIDADE VIRTUAL AUMENTADA (RVA) NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU SOBRE O ENSINO REMOTO E SUAS EMOÇÕES DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA: Racionalidade Construída Na Universidade Para A Sala De Aula Do Ensino Básico

O DIRETOR ESCOLAR E O CONSELHO ESCOLAR: Desafios e perspectivas

LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO FUNDAMENTAL MAIOR E ENSINO MÉDIO: Conteúdos De Climatologia

O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS EFEITOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DO SARSCOV2/NOVO CORONA VÍRUS

USO DE MAPAS TÁTEIS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE DEFICIENTES VISUAIS NA ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO (ESCEMA)

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: Um Subsídio Para a Formação de Professores de Geografia na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

DESAFIOS DOS GRADUANDOS EM GEOGRAFIA FRENTE AS AULAS REMOTAS EMERGENCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19 EM CAXIAS/MA, BRASIL

O ALUNO AUTISTA: Experiências de Gestão e Práticas Pedagógicas do Professor de Geografia

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS TIC'S NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VITORINO FREIRE-MA

OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO ESTADUAL MARANHENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: Uma análise da escola CE José Justino Pereira (São Luís - MA)

USO DA CATEGORIA LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
Uma proposta para o Ensino Remoto

CARTOGRAFIA ESCOLAR COM ÊNFASE NO ESPAÇO VIVIDO: a Descoberta da Vulnerabilidade dos Estudantes

EIXO 2 EIXO 2: GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL: Métodos e Aplicações no Maranhão

UMA ANÁLISE DO CONDEPHAAT ENQUANTO SISTEMA JURÍDICO PATRIMONIAL: a relevância da geografia para o tombamento de áreas naturais.

ICATU, ÁGUAS BOAS: Um Mergulho Nos Aspectos Físicos E Urbanos Da Cidade De Icatu-MA

AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO MARANHÃO E A SUA REPRODUÇÃO A PARTIR DA AGRICULTURA: um estudo de revisão bibliográfica

MAPEAMENTO SOCIAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A TERRITORIALIDADE CAMPONESA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TUCUNS, LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM)

GEOGRAFIA DA DISPERSÃO SOCIOAMBIENTAL E SOCIOESPACIAL DA APA DO ITAPIRACÓ E SUA UTILIZAÇÃO EM SÃO LUÍS - MA

A ESPACIALIZAÇÃO DA COVID-19 NO ESTADO DO MARANHÃO (2020-2021)

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA EXTRAÇÃO DE OURO NO POVOADO CIPOEIRO, CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E PEDOLÓGICOS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (MA)

CLIMA URBANO E CONFORTO TÉRMICO NA CIDADE DE IMPERATRIZ – MA

IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS - MA

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO MARACANÃ: Aspectos Geofísicos e Impactos Antropogênicos

CARACTERIZAÇÃO DE UM LATOSSOLO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS CACHORROS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL DA ILHA DO MARANHÃO

EFEITOS DA URBANIZAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, SÃO LUÍS-MA

O MARANHÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA (SEEG)

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DOS PROCESSOS ESPACIAIS: O Caso da Vila Jaracaty em São Luís-MA

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO A PARTIR DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO

O USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE EM PAÇO DO LUMIAR

PATRIMÔNIO GEOMORFOLÓGICO DO PARQUE NACIONAL CHAPADA DAS MESAS, MARANHÃO

EXPOSIÇÃO E VULNERABILIDADE AOS RISCOS DE MOVIMENTO DE MASSA NO BAIRRO DA VILA EMBRATEL (SÃO LUÍS, MA - BRASIL)

CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA

EIXO 3: RURAL E URBANO: As Leituras Do Espaço Geográfico Maranhense

REDE URBANA E CIRCULAÇÃO: notas de pesquisa e outras reflexões a partir do contexto maranhense

CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DO MARANHÃO: Articulações federativas a partir dos financiamentos do Programa Pró-Transporte (2012-2019)

ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA/MA DE 1990 A 2017

EMERGÊNCIAS E CONFLITOS INSTITUCIONAIS NA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS: uma abordagem do Movimento Pró-emancipação do Distrito de Alto Brasil, Grajaú-MA

CRONOLOGIAS HISTÓRICAS E O TRANSPORTE COMPLEMENTAR DE PASSAGEIROS: uma análise da ilha de Mosqueiro, Belém – PA

AS ESTRATÉGIAS DO MERCADO INSTITUCIONAL PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

OS NEXOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E EMPRESARIAIS PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA ILHA DO MARANHÃO

LIVRE ACESSO: Um Caminho De Descobertas e Conhecimento

INTERVENÇÕES NA PAISAGEM URBANA E O TURISMO: O caso do Largo do Carmo no Centro Histórico de São Luís, Maranhão

AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O Caso do Assentamento Cinturão Verde em São Luís/MA
TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE NA ILHA DO MARANHÃO

A TOPOLOGIA DOS FLUXOS AÉREOS DE PASSAGEIROS DO MARANHÃO NO

SÉCULO XXI

REDES GEOGRÁFICAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS: a participação do Maranhão no transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E GERAÇÃO DE RENDA: Da luta pela terra à produção de alimentos de qualidade

O CAMPO MARANHENSE E SUAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO ATRAVÉS DO TEMPO

INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DE TRANSLADO NA ECONOMIA DE GRÃOS NO ESTADO DO MARANHÃO

O LIMIAR ENTRE O URBANO E O RURAL NAS PEQUENAS CIDADES: Estudo De Caso Sobre Maracás-Ba 1990-2000

Uma Geografia de Paço do Lumiar, MA

PRODUÇÃO CAFEEIRA NO SUL DE MINAS: atuação dos agentes corporativos em contraposição aos produtores orgânicos

ENCONTRO E DESENCONTROS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO POVOADO DE IGUAÍBA-PAÇO DO LUMIAR/MA
Sexualidade e Movimentos Sociais

EIXO 4: GEOGRAFIA E SOCIEDADE: Cultura, Gênero, Sexualidade e Movimentos Sociais

RESULTADOS PARCIAIS DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA) EM TORNO DO ESPAÇO URBANO: um enfoque geral e uma leitura a partir dos movimentos de promoção à diversidade sexual e de gênero

AS GEOGRAFIAS DO ESTADO DO MARANHÃO NA DISCOGRAFIA DA CANTORA ALCIONE

IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: Análise de caso de LGBTFobia em Sobral – CE

A Reprodução do Modo de vida Camponês no Município de Raposa – MA

OS IMPACTOS DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MORADORAS DE FAVELAS

A VOCAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DA ZONA RURAL DE CODÓ – MA PARA PROMOÇÃO DO TURISMO NA NATUREZA

LIBERDADE: O Quilombo Urbano Moderno Em São Luís (Ma)

PRÁTICAS CULTURAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: Análises das Paisagens e das Geograficidades na Beira Rio e na Praia do Cacau em Imperatriz-MA

DESAFIOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO NO MOVIMENTO MIGRATÓRIO DO GRUPO INDÍGENA WARAO NA CIDADE DE SÃO LUÍS (MA), BRASIL

A DIVERSIDADE RELIGIOSA DO MARANHÃO: uma breve análise comparativa entre a base teórica sociocultural e os dados estatísticos

TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE DO CIRCUITO HIP HOP LUDOVICENSE: Os home studios e a produção fonográfica do rap

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL NA DISCIPLINA CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (GEOGRAFIA): a (in) visibilidade nos Planos de Ensino

GEOGRAFIA CULTURAL: A Violência Contra as Minorias no Contexto das Páginas dos Jornais Capixabas

CIDADE-SANTUÁRIO SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA: quadros geográficos e comunicacionais dos festejos

EIXO 1

ENSINO DE GEOGRAFIA:

Desafios e perspectivas no
Maranhão



A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Aurelúcia de Lima Rodrigues Avelino¹

Jacilene dos Santos Castro²

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a importância do trabalho de campo para o ensino dos conteúdos geográficos, analisar as dificuldades encontradas pelos professores para a realização dessa prática e apontar os aspectos positivos do desenvolvimento desse trabalho para a aprendizagem dos alunos. A metodologia para a realização deste trabalho foi elaborada através de revisão bibliográfica de materiais coletados nas bases de dados virtuais. A análise desse material revelou que o trabalho de campo estimula a autonomia na aprendizagem, permitindo que o aluno faça assimilação do conteúdo estudado com a realidade, compreendendo os fenômenos na sua dinâmica social e espacial, o que torna o trabalho de campo uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem. Ele também auxilia na socialização entre professor-aluno e aluno-aluno, tornando a aprendizagem mais dinâmica e prazerosa. Entretanto, muitos professores sentem dificuldades em desenvolver esse tipo de atividade, por não se sentirem preparados para executá-la. E isso, mostra que o trabalho de campo precisa ser contemplado nas dimensões didático-pedagógicas na formação dos professores em Universidades.

Palavras-chave: Trabalho de Campo; Ensino; Geografia.

1 Introdução

Lecionar Geografia não é uma tarefa fácil, os docentes têm enfrentado muitas dificuldades no âmbito escolar, como a falta de suporte material e aulas apenas teóricas que não estimulam o interesse dos

¹ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: aurel.rodriques123@gmail.com

² Mestre em Geografia. E-mail: jacilene.castro@hotmail.com

alunos pelos conteúdos geográficos. Este cenário faz parte da realidade em muitas escolas brasileiras e acaba desmotivando, tanto o professor quanto o aluno, como consequência afeta o processo de ensino e aprendizagem, por ser complexo que envolve entrega tanto do docente quanto do discente.

Diante disso, faz-se necessário que o professor busque alternativas para transformar essa realidade que tem dificultado a aprendizagem significativa dos alunos, por meio de metodologias didáticas que sejam atraentes e desperte o interesse do alunado. Nesse contexto, a aula de campo pode ser utilizada como um importante recurso didático, facilitador da aprendizagem, onde o aluno tem a oportunidade de ver na prática aquilo que é estudado em sala de aula. Sansolo (2000, p. 136) destaca o “trabalho de campo como parte de um processo de busca do conhecimento, em que nos relacionamos com o fenômeno segundo nossas próprias experiências”. Através da prática o aluno consegue assimilar a relação entre a teoria e a realidade e compreender que elas estão presentes no seu cotidiano.

Se tratando do ensino em Geografia, a prática é um recurso de fundamental importância, visto que, essa ciência está diretamente relacionada aos fenômenos socioespaciais e não há forma melhor de compreendê-los do que estudando *in loco* em toda a sua dinâmica e complexidade, confrontando, questionando e analisando todos os seus aspectos. Desse modo, a aula de campo ajuda o aluno na aquisição do conhecimento e fortalece a relação professor-aluno, pois proporciona uma maior interação entre ambos, reforçando as relações sociais e com o próprio meio, tudo isso de uma forma lúdica.

2 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi realizado em caráter de pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2002, p. 41) “essa pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” sobre o objeto de estudo. Os procedimentos adotados para a sua realização foram através de levantamento bibliográfico, que utiliza materiais já elaborados como livros e artigos. Segundo Gil (2002, p. 44): “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, que é o caso dessa pesquisa. A forma de abordagem da pesquisa é qualitativa, onde de acordo com Stake (2011, p. 30) essa abordagem permite ao pesquisador “desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações”. De modo que a escolha do tema foi feita levando em consideração os resultados positivos que o trabalho de campo proporciona para melhor compreensão do conteúdo estudado, bem como a sua assimilação com a realidade.

Foram analisados 10 (dez) trabalhos, entre artigos, publicações científicas e livros que serviram para a compreensão da problemática que norteou essa pesquisa. Dos quais 4 abordaram trabalho de campo como metodologia no ensino da Geografia, 3 roteiros de trabalho de campo, 2 como elaborar projeto e pesquisa e 1 sobre as dificuldades e desafios que os professores enfrentam para realizar o trabalho de campo. A partir do embasamento das fontes no Quadro 1, elaborou-se os resultados e discussões.

Quadro 1 - Trabalhos que nortearam a pesquisa

Título	Autor/Ano	Objeto de pesquisa	Resultado
--------	-----------	--------------------	-----------

Educação Ambiental no Ensino de Geografia: uma contribuição do PIBID para alunos do ensino fundamental	MONTEIRO 2015	Analisar a dinâmica socioespacial	Despertar o senso crítico dos alunos sobre a realidade
Mapeando Alguns Roteiros de Trabalho de Campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de geografia	LIMA; ASSIS 2004/2005	O planejamento e objetivos do trabalho de campo	O conhecimento geográfico baseado na realidade e no cotidiano do aluno
O Trabalho de Campo como Metodologia de Ensino de Geografia o Estudo de Caso da Vila Malvina – Guaíba/PR	MARTINEZ; LEME 2008	Analisar elementos socioeconômicos que ocorrem no entorno	Alfabetização geográfica através do trabalho de campo
Roteiro de Atividade de Campo – Uma Visão Geográfica Sobre a Chapada do Araripe, Ceará, NE	FERREIRA Et al; 2015	Elaborar roteiros a serem utilizados no trabalho de campo	O trabalho de campo e o contexto socioespacial
Roteiros de Trabalho de Campo no Município de Campo Mourão/PR: contribuição da geografia para o ensino fundamental e médio	BERTOLDO 2017	Identificar relações cotidianas com o espaço geográfico em estudo	Os alunos se reconheceram como objetos de estudo da Geografia,
Trabalho de Campo como Estratégia no Ensino em Geografia	SOUZA; CHIAPETTI 2012	O conhecimento geográfico <i>in loco</i>	A prática na compreensão da realidade espacial
Trabalho de campo no ensino da geografia na educação básica: dificuldades e desafios para professores	MAFRA; FLORES 2017	Trabalho de campo na perspectiva dos professores de Geografia	A realização de trabalhos de campo apesar das dificuldades

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

3 Resultados e Discussões

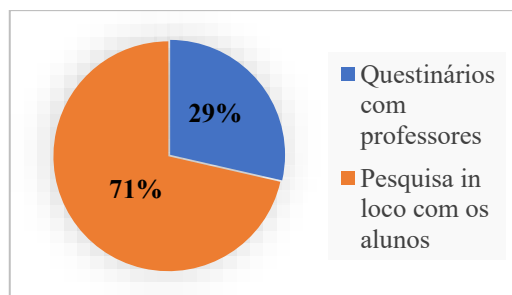
Através da análise desses trabalhos de campo com coletas de dados, referentes ao ensino da Geografia, entende-se que a prática em campo é um recurso metodológico importante para a dinâmica da disciplina. Os trabalhos de campo, que foram analisados, seguem uma metodologia e requer que alguns procedimentos sejam adotados antes de sua execução, como planejamento e geralmente é dividida em três etapas pré-estabelecidas, onde cada uma é importante para alcançar os objetivos propostos.

A 1ª etapa é o planejamento e dentro de suas atribuições está a definição dos objetivos, seleção do local, elaboração do roteiro de campo, seleção e preparação do material individual ou coletivo, definição das normas de comportamento, preparação teórica e técnica dos alunos em sala de aula, e etc.

A 2ª etapa é a coleta de dados, o momento de ir para campo com os alunos, de proporcionar a eles a oportunidade de entrar em contato com a realidade, para que eles possam fazer o reconhecimento dos elementos geográficos através da observação direta, evitando o direcionamento, justamente para despertar no aluno a percepção dos sentidos empíricos, dando-os autonomia para desenvolver o olhar crítico sobre a organização do espaço social e geográfico do local de estudo.

A 3ª etapa é a análise dos dados coletados. O gráfico 1 mostra como as coletas foram realizadas:

Gráfico 1 - tipos de trabalhos de campo realizados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Dos trabalhos selecionados para este estudo, 29% foram pesquisas feitas com professores de Geografia para saber como eles trabalham a aula de campo e 71% foram atividades realizadas com os alunos em campo. O quadro 2 mostra o resultado da pesquisa feita com os professores:

Quadro 2 - dificuldades apresentadas pelos professores

N de professores	Relatos sobre o trabalho de campo
13	Sentem dificuldades em realizar trabalho de campo
10	Falta de preparo para realizar essa atividade e não fazem regularmente
3	Capacitados e realizam o trabalho de campo com regularidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

De acordo com o relato dos professores que participaram das pesquisas abordadas nos trabalhos selecionados, suas respostas foram unânimes em afirmar que encontram grandes dificuldades para execução dessas atividades, entre elas a falta de recursos e disponibilidade de tempo, visto que, essa atividade requer planejamento. Outra dificuldade apresentada pelos professores foi a falta de segurança para desenvolver esse tipo de atividade, onde mais de 80% alegaram que não foram preparados pela Universidade para realizar trabalhos de campo. Por outro lado, a pesquisa *in loco* feita com os alunos teve resultado positivo, como mostra o quadro 3:

Quadro 3 - Demonstração da análise dos resultados

Objetivos alcançados	Avaliação
Todos os alunos participaram do trabalho de campo ativamente	Satisfatória
Compreensão do objetivo da pesquisa	Satisfatória
Gostaram de participar da atividade <i>in loco</i>	Satisfatória

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

De acordo com a base selecionada para a pesquisa, os trabalhos realizados com os alunos em campo foram bastante satisfatório, visto que, todos contemplaram a Geografia nas suas vertentes física e humana, pois os trabalhos analisados mostraram que, os professores que levaram seus alunos para o campo, fizeram abordagem de questões envolvendo as dinâmicas sociais e geográficas do local de estudo, contemplando todos os aspectos da comunidade local, fazendo com que o aluno perceba que existe uma relação socioespacial envolvendo o objeto de estudo, auxiliando na sua compreensão da realidade.

4 Considerações Finais

O trabalho de campo é um recurso didático bastante eficiente no ensino da Geografia, auxiliando na produção do conhecimento geográfico através da observação e do contato direto com os fenômenos a que se pretende investigar. Entretanto, esse tipo de prática é pouco utilizada, devido às dificuldades encontradas pelos professores, como falta de suporte e recursos, tempo para planejamento e execução, além da falta de preparo na formação docente, dentre outros aspectos. E, nesse sentido, é importante que em cursos de licenciatura em Geografia, as atividades de campo sejam contempladas nas dimensões didático-pedagógicas na formação dos professores, preparando-os para utilizar essa prática, que faz parte do saber geográfico, contextualizar a teoria com a realidade. Além de destacar que, essa atividade é bem recebida pelos alunos, que ao se envolverem na sua execução, interagem melhor com o professor, com os colegas e com o próprio meio ambiente, compreendendo as relações dos fenômenos socioespaciais com a sua própria realidade.

Referências

BERTOLDO, M. **Roteiros de Trabalho de Campo no Município de Campo Mourão/PR: contribuição da geografia para o ensino fundamental e médio**. 2017. 109 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4730>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FERREIRA, J. C. V.; PRAXEDES, B. D. A. C.; LIMA, Z. M. C.; CHAVES, M. DOS S. Roteiro de Atividade de Campo – Uma Visão Geográfica Sobre a Chapada do Araripe, Ceará, NE do Brasil. **Revista do CERES**, v. 1, n. 2, p. 251-254, 11. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/Revistadoceres/article/view/15113>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos e Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, V. B; ASSIS, L. F. de. Mapeando Alguns Roteiros de Trabalho de Campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. Sobral, (RCGS), v. 6/7, n. 1, p. 109-121. 2004/2005. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/125/155>. Acesso em: 18 out. 2020.

MAFRA, M. V. P; FLORES, D. A. da C. Trabalho de Campo no Ensino da Geografia na Educação Básica: dificuldades e desafios para professores. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 8, n. 15, p. 6-16, jul./dez. 2017. ISSN 2179-4510 – Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N15/Art1-v8-n15-Revista-Ensino-Geografia-Mafra-Flores.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

MARTINEZ, A.; LEME, R. C. **O Trabalho de Campo como Metodologia de Ensino de Geografia o Estudo de Caso da Vila Malvina – Guaíra/PR**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_adilson_martinez.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

MONTEIRO, G. L. **Educação Ambiental no Ensino de Geografia: uma contribuição do pibid para alunos do ensino fundamental**. *Revbea*, São Paulo, V. 10, Nº 1: 281-290, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1882>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SANSOLO, D. G. O Trabalho de Campo e o Ensino de Geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 135-145, 2000. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123409. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123409>. Acesso em: 24 out. 2020.

SOUZA, S. O.; CHIAPETTI, R. J. N. Trabalho de Campo como Estratégia no Ensino em Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 3-22, jan./jun. 2012. ISSN 2179-4510. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.4/Art1v3n4.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.



GEOGRAFIA E CINEMA: Perspectivas para o estudo da paisagem sertaneja

Patrícia de Oliveira Araújo²

Roneide dos Santos Sousa³

Resumo

O cinema como recurso didático não convencional no ensino de Geografia, constitui uma linguagem educativa, isto é, capaz de estimular a construção de novos saberes, que pode ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem. Logo, este artigo é resultado da pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Sendo assim, tem por objetivo geral analisar as contribuições do cinema no Ensino de Geografia enquanto recurso didático e metodológico a partir da análise do filme Cinema, aspirinas e urubus no estudo da paisagem sertaneja no Ensino Médio, e por específicos, apresentar a importância da utilização de diferentes recursos didáticos no Ensino de Geografia, compreender de quais maneiras os professores de Geografia das escolas Públicas de Ensino Médio de Caxias-MA vem explorando o uso do cinema em sala de aula e propor alternativas didáticas viáveis para o uso do cinema nas aulas de Geografia do Ensino Médio. O estudo pautou-se numa análise fílmica como proposta metodológica para o Ensino médio de Geografia, o levantamento bibliográfico, com autores que discutem em seus estudos essa relação do cinema e ensino de Geografia, houve também a realização de uma pesquisa quali-quantitativa com a aplicação de um questionário digital aos professores de Geografia do ensino médio das escolas públicas do município de Caxias-MA. Os resultados revelam que o cinema possui inúmeras possibilidades pedagógicas, como a contextualização e visualização dos conteúdos e a aproximação da sala de aula à dinâmica espacial, do local ao global, para ser explorado nas aulas de Geografia.

Palavras-chave: Geografia; Cinema; Ensino e Aprendizagem.

1 Introdução

² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: patriciadeoliveira785@gmail.com

³ Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: roneidesousa@gmail.com

A Geografia escolar necessita reavaliar a utilização da complexidade de recursos didáticos não convencionais em sala de aula, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Nessa concepção, as práticas docentes devem desvendar o uso do cinema como meio pedagógico para melhorar a qualidade do ensino de Geografia, para que os alunos possam compreender e interpretar os conteúdos ministrados. O cinema como recurso didático não convencional no ensino de Geografia, constitui uma linguagem educativa, isto é, capaz de estimular a construção de novos saberes, que pode ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem.

A aplicabilidade do cinema é uma alternativa que melhor pode ser manuseada pelos docentes, por não possuir muitas dificuldades técnicas. Com isso, a introdução do cinema em sala de aula apresenta uma série de possibilidades que auxilia no ensino de Geografia, uma vez que, desperta aos alunos o interesse pela disciplina, nessa perspectiva, para aprofundar a investigação do estudo, surge a seguinte problemática: Como o cinema pode ser utilizado no ensino de Geografia enquanto recurso metodológico na prática docente?

O estudo se justifica pela necessidade de ampliar o campo de discussões acerca das diferentes práticas metodológicas no ensino de Geografia, principalmente do cinema como recurso didático não convencional, e pelo interesse de analisar como os professores de Geografia das escolas públicas do Ensino Médio do município de Caxias-MA, vem trabalhando com o cinema em sala de aula.

Logo, este artigo é resultado da pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. O objetivo geral deste estudo foi analisar as contribuições do cinema no Ensino de Geografia enquanto recurso didático e metodológico a partir da análise do filme ‘Cinema, aspirinas e urubus’ no estudo da paisagem sertaneja no Ensino Médio. Tendo como objetivos específicos: Apresentar a importância da utilização de diferentes recursos didáticos no Ensino de Geografia; Compreender de quais maneiras os professores de Geografia das escolas Públicas de Ensino Médio de Caxias-MA vem explorando o uso do cinema em sala de aula; e Propor alternativas didáticas viáveis para o uso do cinema nas aulas de Geografia do Ensino Médio.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Como procedimentos metodológicos, o estudo pautou-se numa análise filmica através do filme “Cinema, Aspirinas e urubus” produzido em 2005 no Brasil, com direção de Marcelo Gomes, como proposta metodológica para o Ensino médio de Geografia. Utilizou-se o levantamento bibliográfico, com autores que discutem em seus estudos essa relação do cinema e ensino de Geografia, além disso, houve a realização de uma pesquisa qualiquantitativa com a aplicação de um questionário digital aos professores de Geografia do ensino médio das escolas públicas do município de Caxias-MA, numa amostragem de seis docentes.

O questionário é de caráter digital, com onze perguntas abertas e fechadas, as perguntas tiveram por tema norteador “O cinema como recurso didático não convencional no Ensino de Geografia. Os dados

foram coletados a partir da ferramenta do *Google Forms* e tabulados automaticamente, após isso, foram feitos o diagnóstico dos resultados.

3 Resultados e Discussões

De acordo com a análise feita do filme “Cinema, aspirinas e urubus”, observou-se várias temáticas geográficas que podem ser exploradas nas aulas de Geografia no ensino médio, especialmente o sertão. Dessa forma, é um filme nacional de caráter Road Movie (filme de estrada), ou seja, um filme de estrada onde o desenrolar da história ocorre ao longo das viagens feitas pelos protagonistas.

Os filmes de estrada possuem uma característica relevante em relação a exploração das diferentes paisagens no espaço geográfico durante o percurso, sendo assim, “A paisagem aberta e vasta apresenta um alargamento de horizontes para os personagens que buscam a estrada” (GONÇALVES, 2014, p.27). Nesse contexto, os filmes de estradas desencadeiam a exploração de diferentes paisagens durante a trajetória da narrativa.

Cinema, aspirinas e urubus é um filme que pode ser utilizado para explorar essa questão da paisagem sertaneja, as características representadas durante a viagem pela estrada expressam um sertão árido e desértico. Sendo assim, é necessário que o docente trabalhe com os alunos a diversidade de aspectos característicos do sertão, como o tipo de vegetação, fauna, o clima, a hidrografia, o tipo de solo que predomina a região, entre outros.

A utilização do cinema na prática docente de escolas públicas no município de Caxias-MA, foi possível verificar por meio do questionário aplicado com seis professores de Geografia do ensino médio que 83 % dos pesquisados afirmaram utilizar o cinema em suas aulas, enquanto somente 17 % não utiliza.

O uso do cinema no ensino de Geografia pelo docente pode auxiliar na compreensão dos conteúdos geográficos, como acrescenta Vieira (2011, p.83) “[...] o cinema torna-se muito importante, pois o olhar do aluno deve se voltar para a busca de novas perspectivas e conhecimentos e com a quantidade e disponibilidade de obras cinematográficas fica mais fascinante o aprendizado”. Nessa perspectiva, é fundamental a ressignificação do cinema em sala de aula, pois é um recurso não convencional que aproxima o objeto em estudo.

De modo geral, em relação as respostas dadas pelos professores nas perguntas, foram bem positivas. Quando questionados sobre o tipo de gênero de filme que preferem utilizar, os resultados mostraram que 66 % dos professores preferem trabalhar com o gênero documentário, e 17 % com o drama, por sua vez, essa preferência maior pelos documentários segundo Medeiros (2017) se refere a representação aproximada do mundo onde vivemos como também da ciência geográfica. Nesse sentido, esse tipo de gênero possibilita uma análise e leitura mais profunda sobre determinada temática.

Outra pergunta imprescindível a ser destacada, se refere a percepção dos professores sobre se os mesmos consideram a utilização do cinema como recurso didático não convencional eficaz no processo de ensino e aprendizagem em Geografia, os resultados apontam a unanimidade das afirmações positivas pelos professores, visto que, foram mencionadas justificativas como, atualizações geográficas, recurso

didático a mais, ferramenta de aprofundamento, contextualizar os conteúdos, e desperta o diálogo. Contudo, o cinema possui inúmeras possibilidades pedagógicas, como a contextualização e visualização dos conteúdos e aproximação da sala de aula à dinâmica espacial seja do local ao global, para ser explorado nas aulas de Geografia.

4 Considerações Finais

A partir do estudo constatou-se que a utilização no cinema no ensino de Geografia é um recurso didático não convencional relevante no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Para tanto, se faz necessário um planejamento adequado pelo docente, para que a aprendizagem seja construtiva.

A escolha pela análise do filme “Cinema, aspirinas e urubus” evidenciou uma alternativa viável para ser explorado pelo docente, uma vez que, permite a discussão das temáticas geográficas contidas no filme, principalmente a respeito da paisagem sertaneja.

Apesar dos professores de Geografia considerarem o uso do cinema não convencional eficiente em sala de aula, percebeu-se que o cinema ainda é pouco explorado. Tendo em vista, as várias geografias presentes no cinema, cabe ao professor se apropriar da melhor maneira possível, para explorar essa linguagem em sala de aula, estimulando assim, o interesse dos estudantes pelas aulas de Geografia e a desenvolverem a capacidade de leitura e contextualização.

Referências

GOMES, Marcelo. **Cinema, Aspirinas e Urubus**. São Paulo: Europa Filmes, 2005.

MEDEIROS, João Paulo Lucena de. **A linguagem audiovisual como metodologia para ensino da Geografia Escolar: o cotidiano urbano pelas lentes dos alunos**. 151 f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Caicó: UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

VIEIRA, Ana Marcia Leal. O cinema como recurso auxiliar no processo de aprendizagem. In: SILVA, Josélia Saraiva e. **Construindo ferramentas para o ensino de Geografia**. Teresina: Edufpi, 2011.



POSSIBILIDADE DO USO DA FERRAMENTA REALIDADE VIRTUAL AUMENTADA (RVA) NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Valéria Cristina Costa Santos⁴

Roneide dos Santos Sousa⁵

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o uso da realidade virtual aumentada (RVA) como recurso didático para o ensino de Geografia. Como metodologia utilizou-se a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário no qual teve como propósito explicar os usos das tecnologias digitais e sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia. Os resultados mostraram que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) quando utilizadas como ferramentas metodológicas no ensino de Geografia podem colaborar de forma mais dinâmica e interativa para o processo de ensino-aprendizagem, pois os meios tecnológicos são ferramentas importantes e sua inserção no espaço escolar é indispensável. Deste modo, percebeu-se que as possibilidades de usos dos recursos tecnológicos didáticos podem contribuir para as práticas metodológicas dos profissionais da área, onde possam inovar em suas aulas visando despertar na comunidade escolar novas formas de adquirir conhecimento a partir do uso das tecnologias digitais.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais; Realidade Virtual Aumentada (RVA); Ensino de Geografia; Ensino-Aprendizagem.

1 Introdução

Atualmente grande parte da sociedade faz uso dos meios digitais cotidianamente quer seja no trabalho, em casa, ou para o lazer. No âmbito escolar os usos das tecnologias digitais estão cada vez mais presentes, os alunos e professores estão quase sempre conectados com os recursos tecnológicos como o celular, notebooks e tablets.

⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: valeriacriscx@gmail.com

⁵ Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: roneidesousa@gmail.com

Neste contexto a Geografia por ser uma disciplina que tem como objetivo desenvolver no aluno um saber crítico sobre a realidade que o rodeia, pode se beneficiar do uso das tecnologias digitais no processo ensino-aprendizagem desta área de estudo. Nesse sentido, ao se fazer uso de tecnologias como a internet, o computador, celular, datashow, etc., o professor de Geografia proporciona ao aluno observar, analisar e interpretar as informações obtidas através da interação com estes recursos.

Desta forma, a pesquisa baseia-se na utilização de um aplicativo gratuito que dispõe da ferramenta de realidade virtual aumentada (RVA) – *ArGeo Realidad Aumentada* como possibilidade para o ensino de Geografia, afim de verificar a sua contribuição para a compreensão dos conteúdos referentes a área física desta disciplina.

Diante do exposto surgiram alguns questionamentos, tais: Como o uso da RVA pode colaborar no processo ensino-aprendizagem de Geografia? Quais recursos tecnológicos podem ser utilizados em sala de aula para sistematizar os assuntos referentes à área física da Geografia?

Nesse sentido o trabalho justifica-se a partir da experiência do Estágio Curricular Supervisionado do Ensino Fundamental e Médio cursado no ano de 2019. Além desta motivação, o período atual de pandemia do COVID-19 foi outro fator que colaborou para a pesquisa, onde se procurou demonstrar que existem outras formas e meios dos professores de Geografia repassar seus conhecimentos aos alunos, com a finalidade de potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir o uso da realidade virtual aumentada (RVA) como recurso didático para o ensino de Geografia e nos específicos: demonstrar as possibilidades de uso da RVA nos temas inerentes a Geografia Física.

Tecnologias Digitais e Realidade Virtual Aumentada (RVA) no ensino de Geografia

Fazer uso das novas tecnologias nas aulas de Geografia possibilita uma nova forma de educar e adquirir conhecimento, permitindo ao aluno assimilar os conteúdos com o uso dos meios digitais. Entende-se então, quando Almeida (2014, p.2) afirma:

[...] essas tecnologias seja, por celular, televisão ou computadores vieram para ficar e as escolas e os professores têm que estar preparado, inserindo essas diversas ferramentas na aula, não apenas de geografia, mas também nas outras disciplinas escolares.

Em vista disso, compreende-se que cada vez mais essas tecnologias invadem os espaços educacionais de forma acelerada, logo a evolução tecnológica, principalmente a internet que no início dos anos 90 se popularizou desencadeou uma teia de alcance mundial. Segundo Cardoso et al. (2014) através das transformações da web 2.0 foi possível chegar à implementação da Realidade Aumentada (RA), no qual permitiria a interatividade entre os usuários.

Segundo Santin (2008, p.13) a realidade aumentada é uma “interface avançada de computador, que promove em tempo real a exibição de elementos virtuais sobre a visualização de determinadas cenas do mundo real, oferecendo um potencial a aplicações devido ao alto grau de interatividade”. Desta forma a

realidade aumentada (RA) combina multimídias com realidade virtual, podendo apresentar objetos nítidos e proporcionando a interatividade em tempo real.

Desta maneira, a RA permite mostrar como o ambiente virtual pode se sobrepor ao real, unificando ambos em um só, levando em consideração o espaço tridimensional 3D. De acordo com Kirner e Tori (2006) essa tecnologia tem o potencial de fazer com que o usuário possa se transportar a lugares ou manipular objetos sem a necessidade de treinamento ou adaptação. Deste modo, pode-se citar o uso de marcadores, webcam, celulares, etc., como as principais ferramentas de reprodução dessa tecnologia.

2 Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração do trabalho foi à pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, onde se buscou no primeiro momento entender os principais conceitos referentes ao tema do trabalho através de livros, artigos científicos, revistas eletrônicas, etc. Em seguida foi escolhido o *celular* como recurso tecnológico didático e, por conseguinte o aplicativo gratuito *ArGeo Realidad Aumentada* como objeto de estudo.

3 Resultados e Discussões

O aplicativo *ArGeo Realidad Aumentada* é um software que utiliza a realidade virtual aumentada (RVA) como ferramenta para exposição de conteúdos geográficos. O software foi desenvolvido pela empresa argentina *Golondrina Dev Studios*. O aplicativo foi lançado no ano de 2018 e segundo os desenvolvedores o software surge com o objetivo de suprir a ausência de aplicativos educacionais para dispositivos móveis e desktop (GONLONDRINA DEV, 2018).

O aplicativo pode ser baixado de forma gratuita no smartphone através da plataforma *Google Play Store*. Para seu uso em realidade aumentada é preciso imprimir ou visualizar pela tela do dispositivo escolhido os códigos em QR Code que são disponibilizados no site da empresa (<https://golondrinadev.webnode.com>). Na página do site é possível ver um pequeno vídeo sobre o aplicativo, além disso, também está disponível no site a opção de baixar o “apk”, o mesmo pode ser baixado através deste link (<https://m.apkpure.com/br/group/com.golondrina.argeo?reviews=1>). Essa opção é voltada para os alunos que não tenham acesso a internet ou caso não consigam encontrar o aplicativo na plataforma play store.

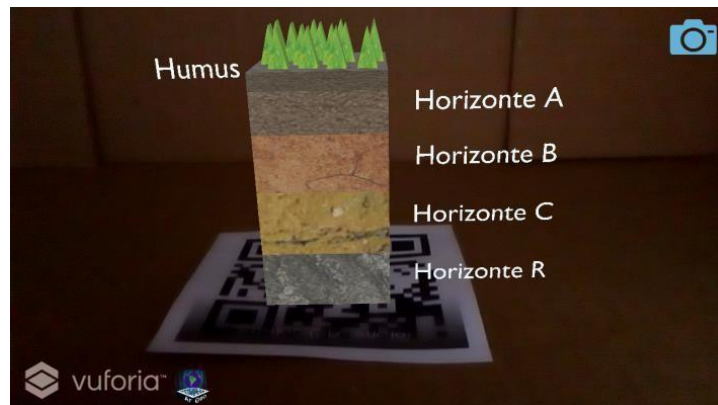
As imagens e animações geradas em 3D e 2D são bem nítidas e coloridas, o que facilita a observação. Segundo Carvalho (2019, p.28) nas aulas de Geografia:

O uso de interface de RA com a conotação geográfica possibilita a geração de um ambiente de aprendizagem engajado, interativo, criativo e colaborativo, em que a autonomia e protagonismo dos estudantes são estimulados a partir da projeção e mistura de elementos virtuais e reais em um contexto social imersivo.

A seguir constam duas imagens dos conteúdos abordados no aplicativo como se pode ver na (Figura 1) observa-se a ilustração de um perfil de solo, a partir da mesma pode se entender o conceito de solo, este que compreende a camada superficial da Terra, resultante da ação do intemperismo (físico e químico) e da ação da matéria orgânica sobre as rochas.

O perfil de solo está representado em seção vertical correspondente ao início da superfície (horizonte O) até chegar à camada de rocha (horizonte R). É possível observar os diversos horizontes do solo, estes que são formados a partir da combinação de processos físicos, químicos e biológicos. Por fim, a partir da ilustração pode se discutir acerca do conceito de solo, os fatores de formação, a importância da conservação deste recurso para a sociedade, entre outros temas afins. Este conteúdo pode ser trabalhado nas séries do 6º ano do ensino fundamental.

Figura 1 – Perfil de Solo



Fonte: Santos (2021)

Na (Figura 2) pode ser trabalhado aspectos do relevo terrestre, no tocante as formas da superfície e do fundo marinho, com ênfase neste último. Observa-se conceitos geográficos como costa, praias, continente emergido e submergido, plataforma, talude, elevação continental, planície abissal, entre outros que podem ser trabalhados e discutidos durante as aulas de forma interativa.

Figura 2 – Representação do relevo do fundo marinho



Fonte: Santos (2021)

Compreende-se desta forma que a realidade aumentada possibilita ao usuário diversas maneiras de explorar os elementos projetados por essa tecnologia. O que possibilita visualizar objetos ou fenômenos que antes ficavam apenas no imaginário.

Desta forma o aplicativo pode ser uma ótima ferramenta para a compreensão dos conteúdos abordados em sala de aula, proporcionando ao professor sondar os conhecimentos já estabelecidos dos alunos.

Nesse sentido, o uso da RVA como possibilidade para o ensino de Geografia contribui para aproximar a teoria da realidade, além de propiciar aos alunos reflexões dos conteúdos a partir de uma nova perspectiva de metodologia com o emprego das tecnologias digitais.

4 Considerações Finais

Através dos resultados obtidos notou-se que as tecnologias digitais são de fundamental importância no âmbito escolar. Fazer uso de recursos tecnológicos como o celular, notebook, aparelhos de som, dentre outros, permitem ao professor explorar de maneira criativa os conhecimentos dos seus alunos.

O aplicativo *ArGeo Realidad Aumentada* mostrou-se um recurso bastante eficaz para a compreensão dos conteúdos geográficos. Desta forma é essencial que o professor busque inovar em suas metodologias em sala de aula, buscando sempre proporcionar um ambiente colaborativo, onde o ensino-aprendizagem acompanhe as inovações tecnológicas.

Portanto, quando o professor de geografia inova em suas metodologias a disciplina torna-se mais prazerosa e colaborativa, baseada em um ensino com o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Repensar a prática docente é uma tarefa difícil, mas que precisa ser lembrada, pois o professor é uma peça extremamente importante no processo de vida escolar dos seus alunos.

Referências

ALMEIDA, D. da Silva. **O ensino de geografia: o uso das novas tecnologias**. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG. Vitória/ES, 2014. Disponível em: https://cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404146733_ARQUIVO_OENSINODEGEOGRAFIA.pdf. Acesso em: 12/04/2021.

CARDOSO, Raul G. S.; et al. **Uso da realidade aumentada em auxílio a educação**. Computer on the Beach, 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/5337>. Acesso em: 11/08/2020.

CARVALHO, J. M. J. **Ensino de Geografia e Realidade Aumentada: ação didática com o uso do aplicativo LandscapAR**. 2019. 53p. Monografia (especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/19650>. Acesso em: 12/04/2020.

GOLONDRINA DEV (2018). **Arceo**. Disponível em: <https://golondrinadev.webnode.com>. Acesso em: 22/03/2021.

KIRNER, Claudio. TORI, Romero. **Fundamentos de realidade aumentada**. In: TORI, R. KIRNER, C. SISCOOTTO, R. (Org). Fundamentos e Tecnologia de Realidade Virtual Aumentada. Livro do pré-simpósio – VIII Symposium on Virtual Reality. Belém – PA, 2006. p.22-38. Disponível em: https://pcs.usp.br/interlab/wp-content/uploads/sites/21/2018/01/Fundamentos_e_Realidade_Virtual_e_Aumentada-v22-11-06.pdf. Acesso em: 10/04/2021.

SANTIN, Rafael. **Sistema de Auditoria em ambiente Colaborativo com Realidade Aumentada**. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba – Faculdade de Ciências e da Natureza. Piracicaba – SP, 2008. 125p. Disponível em: https://app.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/DOIKPNGYIQHP.pdf. Acesso em: 12/04/2021.



FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

Racionalidade Construída Na Universidade Para a Sala de Aula do Ensino

Básico

Iris Maria Ribeiro Porto⁶

Francisco de Oliveira Viana⁷

Resumo:

Tendo em vista as diversas mudanças ocorridas, sobretudo no início do Século XX, que desencadearam uma metamorfose de questões sociais, econômicas e culturais entre outras, surge a necessidade de coadunar essas mudanças da sociedade, com a formação inicial de professores, em especial os de Geografia. Este artigo pensa o lugar da Universidade nessa formação inicial docente, objetivando fazer uma revisão acerca das Racionalidades que cercam a formação dos professores dessa área de conhecimento, focando lentes sobre os modelos que estejam ligados com o atual contexto socioespacial. Para tanto, entende que há um conjunto de ações alinhadas nos cursos de licenciatura com o seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em que as orientações para que docentes e discentes caminhem para o desenvolvimento de sua profissionalização seguindo uma determinada racionalidade que desenha esse profissional.

Palavras chave: Formação inicial de professor. Ensino. Racionalidade. Geografia.

1 Introdução

Atualmente, tem se intensificado cada vez mais o desenvolvimento de pesquisas acerca da formação inicial de professores no Brasil. Há algumas justificativas para o aumento de pesquisas desse cunho. Uma delas é entender o contexto educacional contemporâneo, o que leva ao estabelecimento de novos paradigmas acerca da formação inicial desses profissionais,

⁶ Prof^ª Dr^ª. do Departamento de Geografia e História, CECEN/UEMA.

⁷ Graduando em geografia licenciatura- UEMA.

tendo em vista que é perceptível na realidade escolar, a prática docente de modelos tradicionais. Essa realidade pode ser um reflexo da estrutura de cursos superiores que fazem a formação inicial.

Para Porto, (2017), tais modelos e paradigmas tradicionais têm orientado práticas e políticas de formação inicial de docentes no Brasil e em vários outros países do mundo, especialmente em Geografia. Para a autora, esses modelos ao conduzirem as aprendizagens, participam da formação de novos professores com estruturas identitárias correspondentes aos modelos de racionalidades reconhecidas na literatura a respeito. Nessa perspectiva, esses modelos formam profissionais da educação para esta geração, como já referenciado, apesar do seu contexto complexo e “do aumento das exigências e manutenção das velhas verdades que não funcionam” (IMBERÓN, 2009, p. 16).

Diante dessas afirmações, enfatizamos o papel do Projeto Pedagógico do Curso(PPC)⁸ na formação inicial de professores e focamos com especial interesse na área de Geografia, entendendo que o conjunto de ações, vivências e conteúdo programático do que é ensinado no âmbito acadêmico de licenciatura, é praticado nas salas de aula pelos docentes egressos dos Cursos. Posteriormente, a formação continuada poderá acrescentar os saberes com maiores especificidades de acordo com a área de interesse. Ou seja, os saberes da formação inicial perpassam os muros da Universidade, até às práticas dos seus egressos.

Partindo desse ponto de vista, surge a necessidade de que se questione na formação inicial, a partir do Projeto pedagógico do curso, qual o perfil de licenciandos que se quer formar, procurando entender e avaliar para qual racionalidade está sendo oferecida a formação do professor.

Entende-se que cada curso de ensino superior que forma professores, deve ter um PPC que apresente os saberes com os objetivos claros do que deseja alcançar, bem como responder que professores deseja formar, e através de quais processos metodológicos. Além desses, esse documento abarca uma série de outras informações que devem constituir-lo e garantir uma formação de professores contextualizada com a realidade.

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida pelo

⁸[...] documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar [...]. O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender as necessidades sociais e individuais dos alunos. (LIBANEO, 2005, p.151).

Laboratório de Ensino e Pesquisa em Geografia (LEGEO), do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tem como principal objetivo analisar a relação entre o Projeto Político do Curso (PPC), e a racionalidade com a qual forma os professores, pois entende-se que a partir do que consta no PPC, pode-se extrair com qual a racionalidade determinada instituição de ensino, formar seus professores. Para o presente trabalho, trouxemos as reflexões teóricas, sobre o lugar da Universidade na profissionalização do docente que atua nas salas de aula da educação básica, sobretudo na educação geográfica.

2 Procedimentos Metodológicos

Em um primeiro momento valemo-nos de um levantamento bibliográfico acerca dos temas inerentes a este trabalho, tais como a formação de professores e ensino de geografia e suas racionalidades; saberes docentes; metodologias de ensino; ensino-aprendizagem e alguns outros afins que se constituírem como contribuinte para o desenvolvimento deste artigo.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ACADEMIA: saberes docentes que perpassam a universidade (historiografia).

A formação de professor de Geografia possui como uma das temáticas centrais estabelecer uma reflexão entre a Geografia acadêmica e a escolar, aspecto preponderante para essa área de conhecimento. Torna-se importante pontuar a relação simbiótica que há entre ambas no ensino dessa ciência, tendo em vista que ainda há uma dissociação entre ambas. Portanto, repensar o ensino de Geografia na contemporaneidade está associado a uma questão epistemológica e pressupõe repensar o diálogo estabelecido na Universidade entre ela e a escola (MENEZES, 2015).

Em contexto com a presente pesquisa, fazemos uma breve análise acerca da epistemologia da geografia e sua trajetória no Brasil. Nesse sentido, a primeira etapa da geografia no território brasileiro se pautou na geografia escolar. Ainda no período imperial, em 1937, a geografia foi implantada como disciplina pela primeira vez, no colégio primário Pedro II, localizado no então estado do Rio de Janeiro.

Somente em 1934, a geografia se sistematizou como curso acadêmico, quando foi implantada na Universidade de São Paulo (USP). Nesse primeiro momento o quadro de professores se configurava como de influência de correntes francesas, sobretudo em métodos positivistas, em uma geografia que considera o homem apenas como um elemento da paisagem. Assim, para Moraes (1994) “a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum domado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista” (Ib. id, 1994, p. 24). Ainda que com essas características limitadas, a ação da criação de um curso superior em geografia, se materializou como de fundamental

importância para a pesquisa geográfica no Brasil e para o desenvolvimento da própria geografia escolar.

Nesse sentido, a partir das mudanças que se materializaram com a introdução da geografia nas Universidades, sobretudo nos cursos de licenciatura, com o passar do tempo acabaram desencadeando também mudanças na geografia escolar. Haja vista que o ensino de geografia das instituições de ensino superior, quando concluída, não devem ficar retidos na academia, ao contrário, devem perpassar os muros da Universidade, pois caso contrário a geografia não seria reconhecida como uma ciência da ação, como uma ciência humana.

4 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: para qual Racionalidade?

Quanto à racionalidade da formação de professor, consideramos os 3 (três) modelos de concepções pedagógicas reconhecidos na literatura. São eles o professor da *racionalidade técnica*, o da *racionalidade prática* e o da *racionalidade crítica*. Tais modelos e paradigmas têm orientado práticas e políticas de formação docente em Geografia. Fundamentam essas assertivas, Zeichner (1993); Tardif (2002); Schön (1992); Nóvoa (2000) e Pimenta (1999), entre outros.

De forma resumida os 3 modelos referenciados podem ser identificados de acordo com esses autores da seguinte forma:

O professor do modelo da Racionalidade Técnica: a formação de professores, nas últimas décadas, tem sido desenvolvida sob influência da concepção de ensino como uma intervenção tecnológica, que concebe esse profissional como um técnico-especialista, o qual deve implementar, com rigor, normas e regras derivadas do conhecimento científico. Esse modelo é uma herança do Positivismo que durante todo o século XX sustentou a concepção epistemológica da prática docente e acabou por se tornar uma referência para a educação.

O professor do modelo da Racionalidade Crítica: o Racionalismo Crítico centra sua “razão” em como os problemas podem ser investigados e resolvidos, sejam eles metódicos, racionais, sociais, políticos ou científicos. A "razão crítica" pode ser entendida em contraste com a "razão dogmática", dois conceitos que podem ser vistos como formas diferentes de interpretar a razão humana. Ela nega que o conhecimento científico tenha caráter cumulativo, alega que não é possível saber se uma teoria está mais próxima da verdade do que outra e estabelece que toda teoria tem caráter provisório e que deve ser substituída quando uma de suas previsões for falseada.

O professor modelo da Racionalidade Prática: o modelo dessa racionalidade é também

chamado de reflexivo. Esse profissional supera a relação linear e mecânica entre o conhecimento científico-técnico e a prática na sala de aula. De acordo com Dewey, “a busca do professor reflexivo é a busca do equilíbrio entre a reflexão e a rotina, entre o ato e o pensamento” (MENEZES e SANTOS, 2001).

Para o profissional prático, os desafios não se reduzem à resolução de problemas, mas orientam-se para o esclarecimento de situações complexas em que os problemas devem ser colocados e situados para seu conhecimento. Uma atitude reflexiva permanente possibilita uma análise mais complexa do profissional e exige uma relação crítica com o saber, por compreender que é essencial para a construção da identidade de formador competente. “A prática reflexiva tem sido amplamente divulgada no campo das discussões sobre formação de professores, e incorporada a textos e documentos de forma quase integral e totalizadora” (CAMPOS e DINIZ, 2004, p.2).

Diante do exposto e para a compreensão, torna-se necessário conhecer e discutir esses modelos de profissionalização que, historicamente, têm marcado a formação do professor de Geografia, especificamente quando focamos na relação dele com os saberes profissionais instituídos pela academia.

5 Considerações Parciais

Com base na pesquisa, foi possível repensar as inúmeras complexidades que cercam a formação inicial de professores, e em especial a dos professores de geografia. Ficou evidente que geografia escolar e geografia acadêmica não estão dissociadas, pelo contrário, há uma extensão da geografia produzida nas Universidades para as escolas de ensino básico, que juntas produzem conhecimentos para o desenvolvimento da ciência geográfica e de cidadãos aptos a intervirem nos processos que emanam no espaço geográfico, cumprindo assim o objetivo principal da Geografia, que é estabelecer as relações existentes entre sociedade e meio, partindo do ponto de vista analítico, crítico e acionista.

Assim, entendendo que há essa ligação direta entre academia e escola, torna-se importante repensar os modelos de racionalidade que regem a formação de professores de geografia, tendo a Universidade, a necessidade de oferecer a melhor formação para os futuros professores, cuja esta formação deve estar coaduna com atual conjuntura socioespacial.

Portanto, entendemos que nos cursos de licenciatura, o PPC é um documento fundamental, que quando elaborado democraticamente, sempre culmina para o desenvolvimento do bem comum, ou seja, na projeção do melhor professor possível. no sentido de haver a necessidade da atualização deste documento, sobretudo, pois como se

trata de um curso que trata do estudo espaço geográfico, deve estar sempre em concordância com os processos socioespaciais vigentes, além de entender que o ensino de geografia acompanha esses processos, que inclusive, são requisitos para o desenvolvimento dos conteúdos dessa ciência.

Referências

PORTO, Iris Maria Ribeiro. Formação de professor de Geografia: as racionalidades construídas entre novos e velhos dilemas, In: **Gestão Educacional e Formação de Professores: olhares, contextos e vivências**. PORTO, Iris Maria Ribeiro; SÁ-SILVA, Jackson Ronie, Organizadores. São Luís: EDUEMA, 2017.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de saúde pública, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

GIL, A. C. Didática do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 2012

Libâneo, José Carlos. "**Didática: velhos e novos temas**." (2002).

MENEZES, Victória Sabbado. **A historiografia da geografia acadêmica e escolar: uma relação de (des) encontros**/The Historiography of Academic and School Geography: the Relation of Meetings and Disencounters. Geographia Meridionalis, v. 1, n. 2, p. 343-362, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Departamento de Geografia: **linhas de pesquisa**. Estudos avançados, v. 8, n. 22, p. 359-364, 1994.

ZEICHNER, Kenneth. **El maestro como profesional reflexivo**. Cuadernos de pedagogía, v. 220, n. 44-49, 1993.

SCHÖN, Donald A. **Formar Professores como Profissionais Reflexivos**. In: NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação. Dom Quixote. Lisboa. 1995.

NÓVOA, António (Org.) **Os Professores e a sua formação**. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1995.

DINIZ, Renato Eugênio da Silva; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Formação inicial reflexiva de professores de ciências e biologia: possibilidades e limites de uma proposta**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 4, n. 2, 2011.



A GEOGRAFIA ESCOLAR: Análises sobre gestão educacional e escolar - desafios e perspectivas

**Eliezer Henrique da Silva Sousa⁹
Vanderson Viana Rodrigues¹⁰**

Resumo

Neste trabalho analisamos a luz da geografia escolar e experiências empíricas de leituras sobre a temática da Gestão Educacional e Escolar, apresentando alguns percursos no tendente ao entendimento sobre o papel do diretor escolar e do conselho escolar. O objetivo do trabalho é de forma teórica apresentar o papel do conselho escolar e do diretor escolar na gestão democrática do ensino. O interesse na temática parte de discussões e análises de diversas disciplinas de linha pedagógica cursadas na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA no âmbito do curso de Geografia. Assim, tendo em vista a educação crítica que permeia as discussões nos diversos campos científicos, políticos, dos direitos sociais e entre outros, este trabalho traz contribuições para pensarmos democraticamente o papel dos conselhos e dos gestores escolares em tempos de desmonte e flagelos na educação. É destaque aqui pensarmos os conselhos como parte da dinâmica da geopolítica escolar, onde a comunidade intervém e gerencia os acontecimentos educacionais.

Palavras-chave: Educação, Diretor(a), Conselho escolar.

1 Introdução

A educação brasileira veio se (re)moldurando ao longo dos últimos 20 anos, governo a governo, seguindo linhas que buscam mudar a situação das escolas e a realidade de grande parte dos alunos, neste sentido inúmeros programas entram e saem de vigência. É de extrema importância ressaltarmos que as políticas governamentais ligadas ao Ministério da Educação – MEC, não são políticas pensadas para além da gestão de quatro anos de um governo, o que acarreta descontinuidade dos programas.

Com as inúmeras (de)formações sofridas no Brasil a partir do ano de 2016, quando ocorreu o golpe presidencial (UNE, 2016), a educação passou severas modificações de cunho estrutural e

⁹ Graduando em Geografia – UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM/UEMA, Bolsista de Iniciação Científica do programa PIBIC/FAPEMA/UEMA 2020/2021; henriqueeliezer060@gmail.com

¹⁰ Mestrando em Geografia – PPGG/UEPA; Graduado em Geografia – UEMA; Pós-graduando em Meio Ambiente, Desenvolvimento e sustentabilidade – UCAM; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM/UEMA, Bolsista FAPEMA 2021/2022; vanderson2016rodrigues@gmail.com

conjuntural, apresentando-se assim novos programas e severas modificações aos já existentes. Tendo como conjuntura posta a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para os anos iniciais e para o novo ensino médio (BRASIL, 2018), sendo mudanças na estrutura do sistema atual do ensino de todo o Brasil, tanto para a rede pública como para a rede privada de ensino. Assim como as respostas dadas pelo estado e pela escola as necessidades dos alunos, destacando também o papel do professor como facilitador ao destaque do aluno como protagonista da sua educação. “aprender precedeu ensinou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender” (FREIRE, 1996, p. 24).

Neste sentido apresentamos aqui um pouco sobre o diretor escolar e o conselho escolar, entendendo que eles são órgãos fundamentais para a prática da gestão democrática nas escolas. Assim, o conselho escolas é composto por professores, funcionários, gestores, pais e alunos, deve discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico - PPP.

Na prática, isso significa que sua lista de funções é bem ampla: ele pode tomar decisões quanto às diretrizes e linhas gerais da escola, discutir questões pedagógicas, administrativas e financeiras, acompanhar as ações educativas desenvolvidas e fiscalizar o trabalho dos gestores. Assim, percebemos que ele é muito mais do que um espaço de reunião. Tem papel decisivo na democratização do ensino, pois contribui para a autonomia da instituição e, fortalece o papel da unidade e da comunidade.

Para que este órgão funcione de fato como um parceiro da gestão escolas, o diretor deve refletir sobre alguns pontos importantes: Os horários e a frequência das reuniões estão adequados para garantir a participação de todos os componentes, se o diretor ou algum membro não está impondo suas pautas e ouvindo pouco os demais membros do Conselho, e como o diretor está divulgando e acompanhando o que foi decidido nas reuniões. Se tratar de uma nova experiência entre a comunidade escolar e o diretor, enfrenta alguns percalços em seu percurso de fixação, contudo os professores, comunidade e alunos envolvidos têm buscado desenvolver as atividades chaves com grande atenção e articulação.

Para a realização deste trabalho, foram levantadas referências bibliográficas relativas ao assunto em órgãos e instituições públicas, bem como em sites especializados (a exemplo dos portais do MEC e do INEP) sobre a temática estudada, que servirão de subsídios para todas as etapas do trabalho (PISCIOTTA, 2003).

2 O conselho e o diretor escolar: gestão democrática e educacional

Os Conselhos Escolares no Brasil têm tido diversos entraves para sua participação e efetivação na gestão democrática escolar. Muitas dificuldades se apresentam, no que tange aos aspectos legais, referentes aos limites encontrados na legislação brasileira; as contradições no próprio âmbito da atual política governamental que estabelece programas de gestão com diversas concepções quanto às possibilidades da participação da comunidade na escola; a existência de um modelo híbrido de burocracia patrimonial no país; e dificuldades de ordem prática, que dificultam a participação da comunidade no cotidiano dos Conselhos Escolares.

Apesar da gestão democrática do ensino público e dos Conselhos Escolares estarem garantidos na legislação, o que evidencia um avanço na história política do país, constata-se que muitos desses colegiados ainda se desenvolvem submetidos à centralização e à burocracia, restringindo-se, o alcance de seu objetivo mais amplo de democratização das relações de poder nas escolas.

O fortalecimento da gestão democrática da escola passa necessariamente pela consolidação dos Conselhos Escolares e pela divisão do poder entre governo e comunidade escolar, o que tem como potencialidade a ampliação da qualidade social da educação no país. Entretanto, ao discutirmos possibilidades de participação e gestão democrática na escola, é importante que não tomemos as questões da educação, do ensino e da sociedade, como sendo problemas locais, passíveis de serem resolvidos pela comunidade escolar, apenas no espaço doméstico, sem levar em consideração as determinações e o contexto mais amplos da sociedade.

Não podemos esquecer a importância das lutas históricas empreendidas pelos movimentos de trabalhadores e educadores contra as desigualdades sociais e em favor da escola pública para todos. Assim, torna-se necessário, conforme afirma Almeida (2006) que programas de gestão como o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares estejam acompanhados de uma política educacional que explicita claramente a perspectiva de educação que, de fato, orienta os Conselhos Escolares e que esta esteja efetivamente comprometida com a gestão democrática. Entre as suas principais funções destacam-se:

- Criação do regimento escolar, buscando organizar os processos da escola e auxiliar nos problemas não resolvidos que qualquer parte da comunidade escolar possa ter em relação ao regimento anterior;
- Tomada de decisões no âmbito pedagógico, financeiro e administrativo, além do direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no ambiente da escola e da definição das metas a serem cumpridas;
- Fiscalização da legitimidade e acompanhamento das ações tomadas nos âmbitos já citados;
- Mobilização em relação à busca de aperfeiçoamento da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos;
- Elaboração da agenda e do regimento escolar de acordo com as regras do Conselho Estadual de Educação e da legislação pertinente, além de registrar em um livro próprio do conselho as atas das reuniões e as decisões definidas, etc.

Além de ser essencial para acomodar o conselho, a ação da gestão escolar é imprescindível para garantir que as reuniões sejam regulares. A melhor forma de se fazer isso é organizando todo o calendário de reuniões no começo do ano, ou no começo de cada semestre, a fim de que os representantes possam se programar para que não haja nenhuma ausência durante os encontros.

3 Dificuldades e flagelos na rede de ensino público

Diante do cenário que temos atualmente em relação à educação sabemos que muitas escolas estão sucateadas simplesmente pelo esquecimento das autoridades competentes, o descaso com a educação acabou agravando com a falta de planejamento orçamentário e também por falta de interesse o que acaba provocando o sucateamento do prédio escolar, materiais essenciais, carteiras, equipamentos e outros mais e acabam necessitando de uma aquisição destes materiais. Heloisa Lüch afirma isso

“Anualmente as escolas demandam, no início do ano letivo, a reposição de carteiras escolares, de modo a ter condições para começar um novo período de aulas.” (LÜCH. 2009, p.109).

Historicamente sabemos que houve um aumento nos números de matrículas de estudantes nas redes de ensino, principalmente no ensino médio, ocasionando uma superlotação das salas de aula agregada com a falta de comodidade e infraestrutura para suportar a grande demanda.

Durante os anos de 1991 e 2003, o ensino médio teve um aumento espantoso no número de matrículas. As políticas públicas na área da Educação não seguiram esta tendência: os grandes investimentos na área foram voltados para o ensino fundamental. Em 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) instituiu que a prioridade de oferta deveria ser dada ao ensino fundamental, uma vez que os entes federados ao fundo só tinham acesso ao financiamento da matrícula nesta etapa (DAMASCENO. 2017).

Hoje em dia é muito visível como algumas escolas vivem esta realidade de lotação das turmas, uma infraestrutura precária, os exemplos mais visíveis estão nas localidades distantes e em anexos escolares. Outro ponto que pode dificultar a qualidade do ensino além da questão física e estrutural das escolas é a capacitação dos profissionais que são responsáveis pela educação dos alunos.

Lamentavelmente a qualidade do ensino e o mais prejudicado acaba sendo os alunos que muitas vezes não aprendem como esperado pela coordenação escolar o que acaba refletindo nos números apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - INEP com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - IDEB. Ao comparar os quadros apresentados pelo INEP sobre o índice de desenvolvimento podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 1: 8º e 9º Ano

IDEB Observado								
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Maranhão	2.8	3.2	3.4	3.4	3.4	3.7	3.7	4.0
Metas Projetadas								
Estado	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Maranhão	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9

Fonte: INEP, 2021.

Os números apresentados acima mostram a realidade composta pelos fatos acima citados, como uma educação precária pode influenciar negativamente nos índices, os gráficos referentes ao terceiro ano do ensino médio não estavam disponíveis, mas esta é a realidade do estado maranhense nos anos de 2005 até 2020. Estas projeções acabam influenciando no número de ingressos no ensino superior, mostra que boas partes dos estudantes vieram de escolas particulares.

Outro fator que dificultou muito para a rede pública foi a pandemia da COVID-19 que se espalhou pelo mundo no fim de 2019 e início de 2020 forçando muitas escolas, comércio, indústria, serviços públicos, tudo o que conhecemos mudou de uma hora pra outra, acabamos passando momentos muito delicados e défices ao longo deste um ano de quarentena e pandemia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999) estabelecem para a escola, em cumprimento ao seu papel primordial, pensar num currículo como instrumentação da cidadania

democrática, contemplando 29 conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano em três domínios: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, sustentados por diretrizes gerais orientadoras pelos quatro pilares da educação da UNESCO, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.

Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Art. 26 da LDB).

Conhecer todo este complexo e se apoderar de tais saberes justifica a necessidade de disciplinas que aproximem os alunos da realidade social. Pisar os chãos dos terreiros de boi e ter contato com as narrativas de seus integrantes traduz, certamente, a cultura daquele lugar, daquelas pessoas, fazendo com que se entenda melhor a riqueza e o conteúdo simbólico das paisagens.

4 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho realizou-se diversas leituras, com o intuito de entender o funcionamento e aplicação do diretor escolar e o conselho escolar além disso, desafios e perspectivas, assim como se aprofundar nas discussões da educação e os seus impactos na vida dos alunos e professores, ambos entendidos como agentes do conhecimento, construindo juntos e subsidiados pela educação.

Neste sentido compreendemos que dentre diversas possibilidades que estão chamando a atenção de gestores e educadores, o modelo de gestão escolar participativa se destaca. Com ele, as principais decisões tomadas na escola são feitas de forma democrática, levando em consideração as ideias e posicionamentos de todos os grupos que compõem a comunidade escolar.

Portanto, a boa gestão de uma escola pode ser resultado de um conselho escolar eficiente. É ele o órgão responsável por tutelar a gestão tanto administrativa quanto pedagógica e financeira da escola. Assim, o conselho escolar é um importante fator para a inclusão da sociedade na escola, contribuindo para a democratização da educação.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**. O cotidiano do professor. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2996.
- PISCIOTTA, K. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. São Paulo, 2003.
- UNE. União Nacional dos Estudantes. **O golpe contra a educação**. nossa Voz, julho/agosto, 2016.
- DAMASCENO, V. **Sucateamento do Ensino Médio é resultado de falta de políticas educacionais para esta etapa**. USP 2017. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/index.php> Acesso em 26 de mar. 2021.
- LÜCK, Heloísa. Gestão Administrativa. In. LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO 1º E 2º ANO DO ENSINO MÉDIO E CONTEÚDOS DE CLIMATOLOGIA

Regina Maria Gomes Vilar de Albuquerque¹¹

Werbeth Marques de Jesus¹²

Anderson David Martins de Araújo¹³

Resumo

Este trabalho analisou a forma que os conteúdos da climatologia estão dispersos nos livros didáticos de Geografia do ensino médio na tentativa de encontrar quais conteúdos estes alunos têm acesso. Tal questionamento se baseia na importância dos livros didáticos na construção do ensino aprendizagem, e a relevância do instrumento enquanto recurso pedagógico. Na investigação do tema apresentado buscou-se um referencial teórico que agrega Educação, Climatologia e Geografia, possibilitando fazer uma relação entre as especificidades destas três áreas. Ambas coleções apresentam limitações principalmente na estrutura e sequência lógica abordada. No que tange a qualidade desses conteúdos, podemos destacar como pouco relacionáveis com o cotidiano e com a formação da sociedade e meio, fator que é alarmante, principalmente levando em conta os Parâmetros Nacionais Curriculares e Orientações Curriculares para o Ensino Médio. O pouco espaço que a climatologia geográfica apresenta nos livros didáticos, em especial no 2º ano, é fator importante para a pouca familiarização dos alunos. Por conta destas insuficiências que tem como objetivo geral analisar os conteúdos de climatologia no livro didático de geografia do ensino fundamental maior e ensino médio. Principalmente o livro, como material é de fundamental importância para a atualização e desenvolvimento do ensino e aprendizagem, dentro e fora de sala.

Palavras-chave: Geografia; Livro didático; Climatologia.

1 Introdução

O livro didático (LD) é um importante instrumento que visa potencializar o trabalho dos professores. A história desse recurso didático no Brasil, data do início do séc. XX, quando passava por um transcurso de amadurecimento no que diz respeito às suas funções e finalidades. Durante os anos finais desse mesmo século esse processo ganhou contornos maiores no contexto brasileiro, alcançando de forma massiva as escolas.

O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) é um dos programas criados pelo governo Federal com o intuito de avaliar e distribuir obras didáticas de apoio a prática educativa. Em 2017 o PNLD ganhou nova nomenclatura, aumentando sua execução referente ao processo de avaliação dos livros didáticos destinado à rede pública de ensino. Desse modo, a elaboração dos livros segue os parâmetros definidos pelo programa, ficando a cargo do MEC (Ministério da Educação e Cultura)

¹¹Graduada em Licenciatura Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: rmgvas@gmail.com.

¹²Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: werbethm.2012@gmail.com

¹³Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: araujored1@gmail.com

selecionar as obras aprovadas. A partir desse processo, os professores a luz do Guia do LD podem escolher a obra.

O mais comum e intrigante nos LD de geografia é encontrarmos – não sendo generalista - a pura e simples descrição das temáticas geográficas. Apesar dos debates científicos e acadêmicos a respeito do objeto da geografia, percebe-se que o livro didático ainda não superou a valorização exagerada da informação pela informação. Assim, a tendência é buscarmos uma espécie de “bode expiatório”, afinal, de quem é a culpa? Do professor? Dos autores do livro? Talvez seja da construção histórica do conhecimento geográfico. Por essas e outras questões é recorrente a dificuldade de usar a informação como suporte teórico para as premissas do objeto da ciência geográfica.

Outro aspecto a ser destacado é a abordagem dos conteúdos de climatologia presente nos livros, haja vista que na maioria das vezes as abordagens são sucintas, com ocorrência de erros conceituais. Além disso, não podemos esquecer as dificuldades enfrentadas pelos professores no que se referem à estrutura da escola, baixos salários, entre outras. Assim, motivos não faltaram para realização deste trabalho, que tem como objetivo geral analisar os conteúdos de climatologia no livro didático de geografia do ensino fundamental maior e ensino médio. Tal preocupação surgiu a partir dos estudos na disciplina climatologia geográfica realizada no 7º período (2020.1) do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Maranhão em concomitante com uma palestra sobre Avaliação e distribuição dos livros didáticos no Brasil.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

A realização deste trabalho valeu-se de três etapas (descritas na **tabela 1**).

Tabela 1: **Etapas**

Etapa 1	Revisão bibliográfica
Etapa 2	Seleção dos livros didáticos
Etapa 3	Revisão dos conteúdos presentes no livro

A primeira etapa deste trabalho focou na realização da revisão bibliográfica de livros, dissertações e artigos que trabalhavam a temática dos livros didáticos e ensino da Climatologia.

Em seguida houve a seleção dos livros didáticos para análise. A escolha dos livros didáticos não levou em consideração critérios pré-estabelecidos, no entanto, vale ressaltar que optamos por trabalhar com uma coleção do ensino médio do ano de 2019, 2020 e 2021 disposta em uma biblioteca e em plataformas de ensino online.

Na terceira etapa, foi realizada a revisão dos conteúdos presentes no livro.

3 Resultados e Discussões

A análise dos livros foi realizada de acordo com características gerais envolvendo a disposição dos conteúdos e sequência estrutural de cada coleção, dessa maneira, as críticas serão de cunho geral, enfatizando problemas, incoerências e/ou falta de abordagem dos conteúdos. Importante ressaltar que o conteúdo de climatologia geográfica no ensino médio é perpassado de forma integrada aos conteúdos de geografia física e humana, diferentemente dos níveis iniciais do ensino fundamental, no qual os conteúdos são trabalhados de forma individual e pouco integrados.

Para a ciência geografia, a climatologia apresenta uma definição que engloba suas aplicabilidades e importância para o cotidiano, Almeida (2016) explica que “interessa pelas aplicações práticas, sendo uma ciência cujos métodos são essencialmente meteorológicos, mas os objetivos e resultados são basicamente geográficos”. Para Mendonça et al. (2007), climatologia “constitui do estudo científico do clima. Ela trata dos padrões de comportamento da atmosfera em suas interações com as atividades humanas e com a superfície do planeta durante um longo período de tempo”. A disciplina de geografia no ensino médio faz parte da área das Ciências Humanas e suas Tecnologias, com a finalidade de integrar todo o componente curricular da educação básica, de acordo com a geografia se propõe a “analisar, construir e aplicar conceitos geográficos, bem como das áreas afins, para a compreensão de fenômenos naturais, de processos geo-históricos, da produção tecnológica, das manifestações culturais, artísticas”

Se tratando de um parâmetro geral, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a climatologia geográfica é abordada com maior destaque e espaço no primeiro ano/série do ensino médio, esta é correlacionada com conteúdo da geografia física, uma vez que conteúdos abordados nesse nível são direcionados a entender a estrutura do planeta e sua formação. O que acontece é a disposição de acordo com os conteúdos trabalhados no segundo nível do ensino fundamental de acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares, passando de uma abordagem específica e isolada para uma sistematização integrada, ou seja, passa a relacionar construção/produção do espaço social e meio ambiente.

As coleções analisadas possuem estruturas similares, porém as abordagens durante os capítulos são diferentes, esses aspectos se evidenciam principalmente nos conteúdos trabalhados no 9º ano do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio.

Abaixo o esquema **parcial**¹⁴ de conteúdos e coleções de acordo com as séries (**Tabela 2**):

Tabela 2: **Relação unidade e conteúdo das coleções analisadas**

Conteúdos de acordo com coleção e série
--

¹⁴ A tabela ainda está em fase de produção, por isso é apresentado apenas parte dos conteúdos e dos livros didáticos pré-selecionados.

Coleção	Ano	Unidade	Subitens
Geografia: Leituras e integração	1º	Características Gerais da Atmosfera	A formação e A composição da atmosfera terrestre
			Os elementos do Clima
			Os fatores climáticos
		Características dos tipos de clima	Tempo e clima
			As escalas de análise do clima
			Tipos de clima
	2º	Urbanização e Espaço Geográfico	O espaço urbano
A urbanização brasileira			
Problemas ambientais urbano			
Geografia em rede	1º	Clima, Vegetação e Hidrografia	A especificidade da Terra
			Clima Terrestre
			Tipos de clima
			Vegetação Terrestre
			Hidrografia
	2º	A Temática Ambiental e o meio ambiente	Mudanças Climáticas: aquecimento ou resfriamento global
			A camada de ozônio
			Problemas urbano-ambientais (Chuva ácida; Ilhas de calor; Poluição Atmosférica e Inversão Térmica)
			Lixo
			Ocupação Irregular de encostas
			Vai faltar água?

Fonte: Autores

4 Considerações Finais

Quando falamos de analisar um recurso didático tão popular como o livro, é necessário ter como base que assim como a educação em si, todos os recursos didáticos acompanham a evolução científica e tecnológica de cada época, criticar e problematizar esses recursos são de fundamental importância para que possamos avançar na maneira como ensinamos e aprendemos em sala e fora de sala.

Analisar apenas coleções pontuais não é suficiente para reformular todo um sistema de confecção e esquematização dos conteúdos de climatologia geográfica abordados nos livros, porém é o passo inicial para se pensar a realidade local de cada escola.

Referências

ALMEIDA, H. A.; Climatologia Aplicada a Geografia. Campina Grande. **EDUEPB**, 2016. 317p. Disponível em: <https://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Climatologia-Aplicada-aCC80-Geografia.pdf>. Acesso em: 27/01/2021

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2006. 133p.

KAERCHER, N. A.; Prefácio. In: TONINI, I. M. et al. (Orgs.). O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Porto Alegre: **Sulina**, 2017.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M.; Climatologia: Noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: **Oficina de Textos**, 2007. 206p.

OLIVEIRA, A. G.; GIORDANI, A. C. C; Guia do Livro Didático: textualidades em tensões. In: TONINI, I. M. et al. (Org.). O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Porto Alegre: **Sulina**, 2017.



ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: um olhar sobre o emprego da Cartografia Tátil e o caso da Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA), São Luís-MA

Jhony Frota Macedo¹⁵

Elias Costa Mota¹⁶

Arielle de Jesus Santos¹⁷

Resumo

Este trabalho busca discorrer sobre a funcionalidade da Cartografia Tátil enquanto ferramenta de ensino voltada ao atendimento de exigências suscitadas pelas Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e as determinações históricas do pioneirismo exercido pela Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA) quanto à atenção educacional concedida a estudantes com deficiência visual (DVs) no estado maranhense. Trata-se de um desvendamento amparado no método hipotético-dedutivo e mediatizado por levantamento e revisão de literatura: foram pesquisados livros, artigos, dissertações acadêmicas e monografias nas bases de dados SCIELO e *Google Acadêmico*. Os resultados advindos da revisão bibliográfica demonstram que os mapas táteis são recursos cartográficos de ampliação da percepção de mundo dos DVs, atuando como ferramentas de inclusão social. Também constatou-se que o surgimento da ESCEMA ocorre em um contexto de afirmação da experiência de atendimento educacional a DVs no Maranhão. Destarte, conclui-se que apesar de o ensino inclusivo de alunos cegos ou com baixa visão na educação regular não ser tarefa de simples execução, na Geografia escolar inserida nessas circunstâncias a criação de mapas táteis emerge como abordagem de ensino colaborativo para o desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos geográficos por parte do aluno DV.

Palavras-chave: Mapa Tátil; Inclusão Escolar; Deficiência Visual.

1 Introdução

O presente trabalho assume como problema de pesquisa um recorte temático acerca do contexto das constantes batalhas por uma educação inclusiva e verdadeiramente comprometida com as práticas pedagógicas dela derivadas, o que tem afirmado uma preocupação expressa por organizações nacionais e internacionais mobilizadas no sentido de atribuir às escolas e instituições responsáveis pela educação o dever de promover um ensino de qualidade para todos, independentemente de idade, sexo, religião, etnia, deficiência ou classe social (MANTOAN, 2006).

¹⁵ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: frota.jhony@discente.ufma.br.

¹⁶ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: elias.mota@discente.ufma.br.

¹⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: arielle.santos@discente.ufma.br.

De acordo com Mantoan (1998), a meta indispensável da inclusão escolar é não permitir que nenhum sujeito social fique de fora do ensino regular desde as séries iniciais. Para isto, é necessário preparar escolas e qualificar docentes de modo a abranger o educando com necessidades educacionais especiais (NEE) e avaliar benefícios múltiplos para todos os envolvidos no processo educativo.

Outrossim, a educação brasileira historicamente se baseou na integração dos alunos com deficiência, ou seja, na adaptação do aluno ao contexto escolar desigual em que se encontra, sob um modelo educacional que não ampara as dificuldades das PCDs, carecendo de mais inclusão e menos integração, direcionado à adaptação e universalização do espaço escolar para a realidade do aluno (BARROS, 2017).

Haja vista que a educação inclusiva também tem por função a elaboração de métodos e recursos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os educandos, o objetivo deste trabalho reside em discorrer sobre a funcionalidade da Cartografia Tátil, enquanto ferramenta de ensino voltada ao atendimento de exigências suscitadas pelas Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e as determinações históricas do pioneirismo exercido pela Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA) quanto à atenção educacional concedida a estudantes com deficiência visual em nosso estado.

2 Metodologia

A pesquisa adere ao método hipotético-dedutivo, operando a partir das expectativas e conhecimentos prévios sobre o problema aqui exposto (estratégias para o ensino inclusivo) e centrada nas etapas de surgimento e definição do problema, proposta de solução e apreciação dos resultados gerados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Haja vista as restrições impostas pelas medidas de distanciamento social necessárias ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 (vírus SarsCov-2), o desvendamento assumiu um caráter predominantemente qualitativo, sendo adotados enquanto procedimentos metodológicos principais o levantamento e revisão bibliográficos em artigos científicos, dissertações acadêmicas e monografias nas bases de dados SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico (<http://scholar.google.com>), com emprego dos seguintes descritores: ‘deficiência visual’, ‘educação inclusiva’, ‘mapa tátil’, ‘Escola de Cegos do Maranhão’. A discussão conceitual assim efetuada serviu para fundamentar um projeto interventivo que teve sua fase executiva iniciada com a exibição de resultados preliminares no curso de extensão “Geografia Escolar: práticas e desafios”, destinado a alunos do primeiro e segundo períodos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Maranhão e ministrado por discentes do sétimo período, no semestre 2020.2.

3 Resultados e Discussões

As primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiência (PCDs) foram asilos e manicômios surgidos na Europa no século XVI. No Brasil, o passo inicial rumo a uma educação sistematizada para educandos cegos ocorre em 1854, com a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant (IBC) – e consequente abertura das primeiras classes para ensino do idioma *braille*, em resposta a esforços do professor José Álvares de Azevedo nessa área (IBC, 2021). Nas

décadas de 1930 e 1940, instituições de caráter assistencialista se multiplicaram no Brasil; contudo estes locais pouco se aproximavam da aceção de ambiente educacional especializado (FRAGA, 2013). Isso perdurou por quase toda a primeira metade do século XX, onde (em um espectro maior) essas pessoas encontravam-se em situação de descaso, abandono e subalternidade.

No final do século XX o Maranhão liberava o deficiente físico ou mental do acesso à educação, pelo simples fato de não existirem aparatos para o acolhimento do aluno junto àquele sistema educacional vigente. A partir de 1969 a Educação Especial foi oficializada no Maranhão com o Projeto Plêiade, cuja finalidade era promover a educação de crianças, adolescentes e adultos com deficiência, assim como o aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para o campo de ensino especial. O projeto visava proporcionar aos DVs condições de desenvolvimento integral dentro de sua posição na sociedade, na família e na comunidade (CARVALHO; BONFIM, 2016). A experiência de atendimento educacional a DVs se inicia sistematicamente em 1964 com a implantação de uma classe experimental em São Luís, operando de segunda a sexta-feira no turno matutino sob condução das professoras Maria da Glória Mendes Costa e Marlene Gomes de Oliveira (BARROS, 2017). Em razão da aceitação dos alunos ante a iniciativa, seguida de uma grande demanda, adveio a necessidade de se criar a ESCEMA, surgida em um momento sócio-histórico e educacional no qual existiam no Maranhão, desde 1962, experiências de educação especial para cegos em escolas privadas e, de outro lado, muitos alunos DVs que moravam no interior do Estado migraram para a capital, pois não contavam com local destinado à sua educação e não se enquadravam nas redes de ensino regular (FRAGA, 2013).

Entende-se por deficiente visual (DV) a pessoa com impedimento total ou parcial da visão, decorrente de imperfeições do sistema visual. A rigor, diferencia-se a deficiência visual em parcial (também designada visão subnormal ou, mais corretamente, de baixa visão) e cegueira, quando a deficiência visual é total. Em algumas literaturas o termo “deficiente visual” é substituído por “pessoa com restrição visual”, por autores que consideram discutível o termo “deficiente”. É tecnicamente considerada cega a pessoa com acuidade visual inferior a 0,05 no seu melhor olho sem ajuda de equipamento auxiliar. Isso significa que o DV só consegue ver a três metros o que um indivíduo sem problemas de visão enxerga a sessenta metros de distância. Quanto à baixa visão, existem modalidades variegadas que impedem, mesmo com o auxílio de dispositivos tecnológicos, que o indivíduo responda a testes de acuidade visual com símbolos (SENA; CARMO, 2005; SASSAKI, 2007; citados por LOCH, 2008).

Conforme informa a autora supracitada, a Cartografia Tátil é um ramo específico da Cartografia que se ocupa da confecção de mapas e outros produtos que possam ser lidos por pessoas cegas ou com baixa visão. Desta forma, os mapas táteis são representações gráficas em textura e relevo, que servem às PCDs como fonte de orientação e localização de lugares e objetos, e também são utilizados para a disseminação da informação espacial no ensino de Geografia e História, propiciando ao DV ampliar sua percepção de mundo e atuando como valiosos instrumentos de inclusão social (LOCH, 2008).

Segundo Régis; Nogueira (2013), a produção de mapas para pessoas com restrições de visão requer três etapas: I) planejamento, ou seja, antecipação de possíveis problemas que impossibilitem uma futura

leitura do mapa, seja ele tátil - para deficientes visuais sem nenhuma visão - ou com cores chamativas - para os que possuem baixa visão; II) elaboração, isto é, a vetorização em softwares como o ArcGIS, QGIS, SagaGIS, etc., seguida de sua transferência para programas de desenho gráfico como o Inkscape - muito utilizado pelo LABTATE (Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar) da Universidade Federal de Santa Catarina, propiciando a conversão de mapas convencionais em mapas táteis; III) confecção, onde estes são repassados para diferentes folhas suporte, como as de papel cartão, E.V.A, cartolina, papel de alto relevo, etc.. Implantações lineares exteriores ao polígono no *layout* principal do mapa devem ser mais grossas e as internas mais finas. Para retratar o conteúdo de dentro do mapa podem ser usadas as variáveis táteis textura, altura, forma e tamanho, testadas e aprovadas em testes com alunos DVs. A variável tamanho deve possuir dimensão mínima de 0,2 cm e máxima de 1,3 cm, pois acima disso pode ser confundida com uma simbologia zonal do mapa, já que o tato é bem minucioso quanto aos detalhes. Dada a limitação dentro de uma única folha, existe uma regra comum a todos os mapas: no setor superior esquerdo deve estar o Norte geográfico e a escala; a parte superior direita deverá conter o título, sempre com letras maiúsculas, e os dados do mapa.

4 Considerações Finais

Reconhece-se que o ensino inclusivo de alunos cegos ou com baixa visão na educação regular não é uma tarefa simples de ser executada. Há problemas a serem superados, como a falta de recursos, a indisponibilidade de material didático-pedagógico adequadamente adaptado que atenda a demanda, o despreparo dos docentes (carência de formação continuada) ou mesmo o desconhecimento dos métodos ligados ao ensino de Geografia para alunos com NEE.

Novas técnicas, ideias e tecnologias vêm surgindo mundialmente; é preciso assegurar que o DV de alguma maneira será beneficiado por essas transformações ocorridas a milhão no estado das técnicas. Esse contexto induz a uma pedida por caminhos mais simples e menos custosos financeiramente; assim, vão surgindo propostas que se predispõem a melhorar o ensino-aprendizagem com foco no discente DV, alargando o campo experimental de uma educação mais inclusiva.

No ensino da Geografia, a criação de mapas táteis emerge como ferramenta de ensino colaborativo para o desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos geográficos por parte do aluno DV. Da perspectiva dos gastos exigidos e do domínio das técnicas de confecção, os mapas são poucos onerosos e simples de serem preparados.

Acredita-se que o despertar do interesse do docente pelo atendimento educacional especializado constitui uma ação fundamental no tocante à extensão do ensino direcionado não somente a educandos alvo da educação especial, mas sim a todos os sujeitos discentes comumente passados por alto no processo educacional.

Referências

BARROS, Felipe Brito. **Por Uma Aprendizagem Além do Enxergar**: a importância das metodologias e recursos adaptados para alunos com deficiência visual no ensino da Geografia. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. 104 p..

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. **Álvares de Azevedo, o Disseminador do Braille no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/677-alvares-de-azevedo-o-disseminador-no-brasil>. Acesso em 18 Abr. 2021.

CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa. A Educação Especial no Maranhão: apontamentos históricos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 23, n. especial, p. 176-191, set.-dez. 2016. Disponível em <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6209>. Acesso em 4 Dez. 2020.

FRAGA, Lissandra Mendes. **A Escola de Cegos na Historiografia da Educação Especial Maranhense**. 166 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOCH, Ruth Emília Nogueira. Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal da Cartografia**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 35-58, maio-ago.2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1362>. Acesso em 8 dez. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: a formação do professor tal como a concebemos e realizamos**. São Paulo: Unicamp/LEPED, 1998.

_____. Igualdade e Diferenças na Escola: como andar no fio da navalha. **Educação**, v. 29, n. 1, p. 55-64, 2006.

RÉGIS, Tamara de Castro; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Contribuição Para o Ensino-aprendizagem de Geografia: a padronização de mapas táteis. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 14, 2013, Lima. **Anais [...]**. Lima: Colégio de Geógrafos do Peru/Comitê Nacional Peru da União Geográfica Internacional, 2013, s. p.. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ruth_Nogueira/publication/258096317_CONTRIBUICAO_PARA_O_ENSINO-APRENDIZAGEM_DE_GEOGRAFIA_A_PADRONIZACAO/links/0c960526e959577b35000000.pdf. Acesso em 13 abr. 2021.



RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: Um Subsídio Para a Formação de Professores de Geografia na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

Resumo

O presente resumo busca entender as perspectivas da Residência Pedagógica do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, ressaltando em seu desenvolvimento contribuições para a formação docente, as peculiaridades deste Programa e os dilemas e desafios que o mesmo vem enfrentando diariamente. Assim, busca-se analisar as reais contribuições na formação dos futuros professores de geografia e como os mesmos vem se articulando em tempos de crise na educação.

Palavras-chave: Residência; Ensino de geografia; Magistério.

1 Introdução

Neste resumo, procuramos discorrer sobre as contribuições da Residência Pedagógica na formação de professores de Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, compreendendo os diversos empecilhos como também as imensuráveis contribuições da mesma para a formação de professores.

Assim, ao analisar o contexto da educação básica no âmbito brasileiro é sabido que o processo sempre foi muito turbulento, compreendendo que a mesma se estabelece como uma zona de “conflito” entre beneficiar a sociedade como também ser considerada um “perigo”, pois a autonomia social preocupa aqueles que buscam controlar o âmbito nacional, assim, o magistério, longe de ser uma ocupação secundária, constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma das chaves para entender as suas transformações” (TARDIFF e LESSARD, 2005).

Em análise histórica, as conquistas que tanto se almejam e as poucas que já foram consolidadas foi à custa de muita resistência como também um processo contínuo que ainda está sendo aprimorado, tais conquistas trouxeram aos professores instabilidade e direitos que outrora não haviam se consolidado, todavia, ainda é sabido que os professores são alvos de muitas críticas e imensuráveis desrespeito, assim Nóvoa (2007, (2007, p 12) discorre.

É também um paradoxo a glorificação da sociedade do conhecimento em contraste com o desprestígio com que são tratados os professores. Como se por um lado achássemos que tudo se resolve dentro das escolas e, por outro, achássemos que quem está nas escolas são os profissionais razoavelmente medíocres, que não precisam de grande formação, grandes condições salariais, que qualquer coisa serve para ser professor.

Assim, ao discorrer sobre a Residência Pedagógica, busca-se principalmente consolidar a formação dos professores, compreendendo os enlaces e a diversidade em se estabelecer a didática e adaptar aquilo que se ver em teoria e o que pode ser posto em prática. Nisso, este artigo, buscará de início consolidar a

¹⁸ Mestranda do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. E-mail:

¹⁹ Mestranda do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. E-mail: mirellecosta.12@gmail.com

geografia como ciência, a residência como parte fundamental no incremento do graduando no ambiente escolar e compreender a dinâmica que se mantém na imersão do aluno dentro da sala de aula.

Diante disso, vale ser destacado que o processo educacional no âmbito nacional sempre foi adiado, “não há atualidade nacional que não seja processo histórico” (FREIRE, 2012, p. 25), tendo em vista que a sistematização de uma grade ou parâmetros que pudessem subsidiar o magistério foi tardio, como exemplo, que a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases foi elaborado nos anos iniciais da Ditadura Militar, por volta de 1961, assim, se faz necessário discorrer que a educação foi tida por jogo de interesses que se moldava diante de articulação política.

Em ressalva, exercer a profissão do magistério esta intrinsecamente ligada a fatos que se ligam diretamente com os interesses daqueles que governam, assim, ao se analisar o magistério como profissão e não apenas como algo banal, é possível analisar a diversidade de problemáticas existentes, tendo em vista a carga excessiva, salas superlotadas e inúmeras outras questões que põem em cheque o profissional docente, nisso, podemos salientar a própria formação do professor, tendo em vista que o estágio supervisionado foi bom um bom tempo o mais próximo da realidade escolar.

Assim, os programas de Iniciação à Docência traz consigo uma tentativa de unir escola/universidade/licenciando com ressalvas a inserção desses graduandos no ambiente escolar, como uma forma de fomentar o processo de formação de professores e contribuir para o desempenho do mesmo, nisso é necessário analisar o magistério em todas as suas fases e em seus diferentes contextos, analisa-se portanto que a imersão do graduando na escola traz benefícios irrefutáveis, tendo em vista que o conteúdo dentro da academia não condiz com aquele inserido na escola.

Nesta perspectiva, os Programas de Iniciação à Docência tais como Programa Institucional de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica tem em suas metas formar professores dando a eles a oportunidade de ingressar no ambiente escolar e vivenciar os diversos momentos. Nisso, a ressalva maior deste artigo é analisar o contexto da Residência Pedagógica, seus desafios e dilemas para com a formação de professores, em especial os de geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

De início, a pesquisa partiu do pressuposto de análise da formação do graduando, compreendendo o mesmo em sua totalidade, tendo em vista, que as entrevistas realizadas partiram de uma busca conceitual daquilo que o Estágio Supervisionado poderia propor e daquilo que se almejava quanto residência. Compreendendo assim, as percepções dos bolsistas em apontar as contribuições do Programa.

O programa de Iniciação à Docência Residência Pedagógica começou suas atividades em agosto de 2018, contendo 24 bolsistas, dispersos em 3(três) escolas estaduais na cidade de Sobral-CE e consequentemente 3 preceptores. De início, as atribuições da RP foram estabelecidas e posteriormente aplicada em setembro, contendo de início uma fase mais teórica e conceitual do que realmente o exercício da prática docente, nisso, as formações institucionais e da coordenação de área deram suporte elementar ao desenvolvimento da posterior da RP.

Portanto, a metodologia, se retém bem mais em algo vivido e percebido e principalmente de teor qualitativo, compreendendo o emaranhado de situações que o residente deveria enfrentar.

3 Resultados e Discussões

É imprescindível a importância do professor na sala de aula, compreendendo que sua formação é uma ação contínua e inacabada, compreendendo que em todas as situações o professor deve ter êxito em articular algo benéfico para seu aluno. Nisso, deve ser elencado que a Residência Pedagógica traz exatamente isso uma imensidão de possibilidades e uma rica experiência de vivenciar a escola em todos os seus ambientes, compreendendo as incalculáveis contribuições para a formação dos mesmos, tendo em vista, questões ligadas à didática, metodologias e desempenho em sala de aula.

Nisso, ao se avaliar o contexto dos mesmos, a regência ou simplesmente “dar aula de geografia” foi algo que mais lhes preocupa tendo em vista, que as questões ligadas ao tempo de duração das aulas, a adaptação da linguagem, a didática e outros elementos bastante relevantes que foram repensados e aos poucos sendo modelado. Assim, as principais contribuições da Residência Pedagógica se configuram exatamente no requisito “dar aulas”, já que quase todos os residentes só tiveram o estágio como única e exclusiva experiência dentro escola, tendo em vista que o Estágio Supervisionado apesar de ser importante não permite o aluno se apropriar de elementos indiscutíveis sua formação.

Assim, ao se atribuir valores, práticas e encaminhamentos é possível perceber a imensurável contribuição da Residência Pedagógica na formação de professores, em foco neste caso aos de Geografia, compreendendo que “nada substitui o bom professor” (NÓVOA, 2007, p.5). Portanto, ao se atribuir a RP, na formação de professores é indiscutível questionar algo que realmente é exitoso e que tenha resultados qualificáveis

4 Considerações Finais

No contexto histórico que a educação nacional já passou e está passando a qualificação de professores devem ser cada vez mais exitosas, todavia, os mesmos que deveriam ser a “luz nesses dias sombrios”, são os mesmos que são assolados por críticas, ofensas e ameaças.

Nisso, a Residência Pedagógica tem em seu teor questões visionárias de caráter de qualificação docente, assim deve ser enaltecido *desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo* (NÓVOA, 2012; 2017). Tendo em vista, é claro, a diversidade de problemáticas que circundam essa profissão, todavia, se faz cada vez mais necessário edificar a formação do mesmo para melhor instruir essa sociedade tão desordenada.

Referências

ALTHAUS, M. T. M. **Didática**: da análise de suas contribuições nos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa à análise de suas repercussões na prática pedagógica do professor de escola pública. Dissertação (Mestrado). UEPG. 1997. 140 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

KAERCHER, Nestor André. Das coisas sem Rosa uma delas é o Pessoa: as geografias do Manoel e do Nestor na busca do bom professor. In: TONINI, Ivaine Maria. et al (Orgs.). **O ensino da geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

NÓVOA, A. Devolver a formação dos professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. PPGE/UFES. Vitória, ES, ano 9, v. 18, n. 35, p. 11-22. 2012. _____. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. SINPRO-SP, 2007. Disponível em: http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf. Acesso: 12 de abril de 2021

PÉREZ GÓMEZ, Angel. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In.: NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.



**DESAFIOS DOS GRADUANDOS EM GEOGRAFIA FRENTE ÀS
AULAS REMOTAS EMERGENCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19 EM
CAXIAS/MA, BRASIL**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir a respeito das aulas remotas emergenciais em tempos de Covid-19, com os discentes de Geografia do CESC/UEMA. Realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando questionários via Google-Forms, com 16 discentes do curso de geografia do CESC/UEMA, de períodos diferentes, a fim de verificar como estão lidando com as aulas remotas emergenciais no atual contexto da pandemia. Como resultados da pesquisa, percebeu-se que os discentes em geografia sentem limitações no seu processo de aprendizagem advindo da falta de concentração nas aulas, internet e recursos. Portanto, o atual do contexto vivenciado requer estratégias a fim de suprir as limitações vividas pelos discentes com o intuito de proporcionar um ensino significativo para os discentes.

Palavras-Chaves: Ensino de geografia; Aulas remotas emergenciais; Pandemia do covid-19; Desafios.

1 Introdução

Instituições de ensino superior em todo o mundo foram afetadas pela pandemia do Covid 19 (SARS-cov2). Neste sentido, o prolongamento das medidas de distanciamento físico entre pessoas obriga a adaptação do ensino presencial ao formato remoto. Deste modo, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ganharam grande destaque tornando-se as grandes protagonistas no processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido as aulas remotas emergenciais adotadas pelas instituições, especificamente no ensino superior, utilizam-se das TICs. Bernardes (2020) caracteriza o ensino remoto emergencial que segundo ele o termo “ensino remoto emergencial” pode ser compreendido como uma medida temporária que tem como finalidade manter as atividades pedagógicas antes presenciais, de forma síncrona e/ou assíncrona por meio de webconferências, fóruns, chats, entre outros recursos.

O atual cenário que vivenciamos na educação mundial devido a Pandemia do COVID -19, acarreta inúmeros desafios impostos aos professores e alunos frente ao seu processo de ensino e aprendizagem. Assim, refletir acerca do atual momento pandêmico na aprendizagem dos alunos e se faz pertinente já que é não era uma realidade praticada no dia a dia.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir a respeito das aulas emergências em tempos de Covid-19 com os discentes de geografia do CESC/UEMA.

2 Metodologia

²⁰ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão–UEMA. E-mail: ilderlansousa26@gmail.com.

²¹ Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação PPGGEO/UFPI. E-mail: thaysbio2013@gmail.com.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizado como metodologia para o trabalho um levantamento bibliográfico em autores que versam acerca da temática além de uma pesquisa de campo usando um questionário via Google-Forms aplicado à 16 graduandos do curso de geografia do Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão CESC/UEMA, fim de conhecer os desafios vivenciados pelos discentes, neste atual contexto de pandemia do Covid-19. A identidade dos sujeitos será preservada e estes serão tratados no escrito pela inicial “D” de Discente, seguindo pela numeração dos dados coletados na pesquisa

3 O Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia

No atual cenário de pandemia, na qual o Brasil e o Mundo se encontra, devido ao surto do Coronavírus, doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2 – Covid-19, muitas iniciativas e medidas estão sendo tomadas para prevenir as pessoas da contaminação e diminuir o número de mortes, entre as medidas adotadas estão o distanciamento social e a suspensão de várias atividades que envolvam o contato físico entre pessoas no mesmo ambiente.

Segundo a portaria nº 343/2020 publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2020, concede a substituição das aulas presenciais nas escolas por aulas em formato digital enquanto durar a situação de pandemia do Covid – 19. Por meio da portaria, o MEC resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01).

Assim, o estado do Maranhão, bem como, outros estados Brasileiros aderiram a forma remota como ferramenta de ensino no período de enfrentamento do Covid – 19. Partindo desse ponto, as aulas remotas necessitam ser planejadas e organizadas, para atender a demanda ensino aprendizagem do aluno, pois, senão, o aluno será prejudicado durante a sua formação.

Segundo Gusso, et al (2020) é preciso saber lidar com esses recursos tecnológicos, caso contrário pode surgir problemas, tais como, a falta de suporte psicológico a professores; a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em “meios digitais”; a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; o descontentamento dos estudantes; e o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias.

4 Perspectivas dos discentes em geografia frente as aulas remotas emergências

A análise dos dados deu-se por meio de questionários aplicados aos discentes de geografia com uma leitura minuciosa de todas as respostas dos pesquisados. Inicialmente foram os discentes foram indagados a respeito se aulas emergências suprem as necessidades no processo de aprendizagem, conforme evidenciado no quadro 1:

Quadro 1 - Percepção dos discentes acerca as aulas remotas emergenciais suprirem as necessidades na aprendizagem

Você acredita que as aulas remotas suprem suas necessidades no processo de ensino e aprendizagem? Por quê
Não! Infelizmente o tempo é curto, as aulas são corridas. Muito trabalho e pouca aula de fato (D8).
Não, pois durante as aulas remotas, existe a falta de atenção pelo fato da pessoa está em casa e dividir o momento da aula com os afazeres de casa! (D 9)
Sim. Paguei duas disciplinas na modalidade de ensino remoto, os professores de ambas foram atenciosos. Porém a parte dos conteúdos é bem resumida, as vezes, prejudica (D 10).
Não, pois o ensino fica sem a interação do professor e aluno, reduzindo o ensino com os conteúdos (D 16)

Fonte: Pesquisa Direta, 2021.

Com base nas respostas dos discentes, as aulas remotas não estão sendo eficazes no processo de ensino e aprendizagem dos alunos pois enfrentam problemas ocasionados pela realidade vivida com as aulas remotas. Os professores e alunos não estavam preparados para essa nova realidade de ensinar e aprender e muitos professores se sentem inquietos em propor estratégias para suprir as limitações impostas pelo atual momento das aulas remotas emergências.

Conforme evidenciado pelos discentes a falta do ensino presencial faz com que os conteúdos ministrados pelos professores ficam reduzidos e isso prejudica no desenvolvimento dos discentes. Portanto, apesar de se tratar de uma situação emergencial, o ensino necessita ser planejado de forma a mediar os conteúdos de forma que sua formação não seja prejudicada. Neste sentido, é importante que a adoção do ensino remoto emergencial envolva oportunidades para planejar condições de ensino que promovam o crescimento da aprendizagem do aluno.

Posteriormente os discentes foram indagados acerca dos desafios que estão vivenciados com as aulas remotas, como evidenciado no quadro 2.

Quadro 2 - Respostas dos discentes pesquisados sobre os desafios durante as aulas remotas.

Quais os desafios enfrentados durante as aulas remotas ?
Concentração nas aulas, falta de lugar adequado para estudar (D 2)

Por estarmos em casa, os professores acham que não temos mais nada a fazer a não ser estudar, por isso nos enchem de trabalhos e pesquisas... A internet onde moro não é das melhores, e infelizmente as tecnologias também não (D 8).
--

Internet instável, problemas com o celular, concentração e disciplina (D 12)
--

Falta de acesso as ferramentas digitais, pouca formação em relação como utilizá-las (D 14)
--

Fonte: Pesquisa Direta, 2021.

Com base nas respostas dos discentes, inúmeros são dos desafios que estão vivenciando com as aulas remotas. Os desafios vão desde a falta de concentração por estarem no ambiente de casa, a internet, falta de recursos tecnológicos que sejam eficazes para assistir as aulas e a dificuldade de manusear as plataformas utilizadas para ministrar as aulas.

Os professores e alunos não estavam preparados para essa nova realidade de construir o conhecimento, mas devido ao contexto é necessário se adequar e buscar suprir esses desafios evidenciados pelos discentes afim de propor uma aprendizagem eficaz visando o desenvolvimento dos alunos.

5 Considerações Finais

Ensinar e aprender nesse momento de aulas remotas emergenciais tem se tornado um enorme desafio para os professores e alunos pois inúmeras são as dificuldades enfrentadas em promover uma aprendizagem significativa. Com base nas pesquisas, os graduandos em geografia sentem limitações durante as aulas remotas que podem impedir que os alunos tenham um bom aproveitamento dos conteúdos.

O uso das TICs, se tornou umas das principais engrenagens para a continuação da educação no mundo durante o isolamento social. Sendo assim, os professores e alunos tiveram que utilizar das tecnologias a favor do processo de ensino e aprendizagem. As TICs vêm se caracterizando nos moldes atuais como um recurso educacional digital mais amplo, sendo este capaz de garantir enormes mudanças na forma de se ensinar geografia.

REFERÊNCIAS:

BERNARDES, C. M. R. et al. Transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial nos cursos de graduação da unievangélica durante a pandemia de covid -19. **Revista educação, ciência e inovação**. Anápolis, v. 2, n. 1, nov. /2020

BRASIL. **PORTARIA N° 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus -

COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 14 fev. 2021.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Debates & polêmicas*. Campinas, V.41, set. / 2020



**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS TIC'S NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE VITORINO FREIRE-MA**

Resumo

O presente estudo tem a finalidade de discutir a formação de professores para o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC 's, no ensino de geografia em escolas municipais de Vitorino Freire-MA. Tendo em vista que, na atualidade o ensino remoto é indiscutível e para que esse processo aconteça com qualidade é de suma importância o uso das TIC's. Para efetivação da pesquisa, delineou-se como objetivo geral: Analisar o tipo de formação oferecida e os significados das TIC's em sala de aula. A metodologia utilizada é através de pesquisa bibliográfica, documental, com ênfase na abordagem qualitativa. A coleta de dados será a partir da aplicação de questionários e entrevistas a professores e coordenadores das escolas municipais. Como resultado foram identificadas as práticas, suportes pedagógicos adotados pela Secretaria Municipal de Educação para nortear os professores na realização dessa demanda.

Palavras chaves: práticas pedagógicas; Formação de professores; Tecnologia da Informação.

1 Introdução

O presente estudo visa discutir a formação de professores para o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC's no ensino de Geografia nas escolas municipais de Vitorino Freire-MA. No contexto atual, com os desafios postos pela modalidade do ensino remoto é de suma importância a utilização das TIC's para o processo de ensino aprendizagem. Todavia, o professor se depara com recursos didáticos precários, a estrutura física e tecnológica da escola inadequada, a exclusão digital que são realidades vivenciadas nas escolas. Daí a necessidade de identificar se existem projetos, programas para formação dos professores sobre as TIC's no processo pedagógico. Partindo da seguinte problematização: Quais os desafios e perspectivas no processo ensino aprendizagem em tempos de pandemia?

A tecnologia é de suma importância para informar o cidadão sobre o que acontece no mundo e a escola é um espaço para debater, problematizar, refletir e favorecer novas experiências relacionadas à construção de conhecimentos. Isso porque o aluno no ambiente escolar ultrapassa os ensinamentos aprendidos na família e na comunidade em que vive.

O interesse pela temática da formação de professores e as TIC's deu-se a partir de vivenciar através de escolas municipais, a dificuldade de alguns professores em desenvolver atividades com alunos em sala de aula através de computadores, datashow, aplicativos para estudo e nos últimos meses, o Brasil e o

²² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: gessicajuliana15@gmail.com.

mundo vêm enfrentando grandes dificuldades em virtude da crise sanitária causada pelo COVID-19. Muitas são as formas de contaminação pelo vírus, que possui alta taxa de transmissão e um percentual assustador de letalidade. Diante desse contexto, o novo “normal” traz a necessidade de professores, alunos e famílias estarem articulados para que aconteça o processo de ensino aprendizagem.

Para efetivação da pesquisa, delineou-se como objetivo geral: Analisar o tipo de formação oferecida e os significados das TIC's em sala de aula. Compreendendo-se então, os seguintes objetivos específicos: a) Identificar se existem formações para professores nas Escolas Municipais em relação as TIC's; b) Analisar as demandas e as problemáticas no cotidiano escolar em relação à inclusão digital; c) Demonstrar a importância de investimentos na formação continuada de professores para as TIC's; Portanto, o uso das TIC's na prática pedagógica é uma inovação no processo de ensino e aprendizagem, todavia, é preciso uma formação continuada para os professores, pois é notório que os professores de geografia não utilizam as ferramentas tecnológicas em sala de aula por receio em utilizá-las.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

A abordagem metodológica deu-se através da pesquisa bibliográfica, no qual o referencial teórico para a compreensão da Educação na sociedade em rede será embasado pelos seguintes autores: Moran (2004), Masetto (2009), Levy (1999) e para análise da Formação de professores e o uso das TIC's, ao pensamento de Moreira (2007), Barreto (2003), Guimarães (2001), entre outros que ajudaram a compor essa investigação; Pesquisa documental, através da análise de leis e decretos, tais como: Política Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases, dentre outros.

Vale ressaltar também que é uma pesquisa qualitativa, que Segundo Minayo (1995, p. 21-22), os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Em situação normal, são empregados na percepção do contexto social e cultural e é um elemento de suma importância para a pesquisa.

Com o intuito de ampliar a pesquisa foi aplicado um questionário para 08 professores de geografia da rede municipal, em 04 escolas e 03 coordenadores pedagógicos. Esses questionários foram aplicados através do google forms, que é um formulário online. Com o objetivo de verificar a compreensão dos professores de geografia e coordenadores das escolas sobre a inserção das TIC's.

3 Resultados e Discussões

De acordo com os dados do último censo escolar divulgado pelo INEP (2020), desde março de 2020, cerca de 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar as atividades presenciais nas mais de 180 mil escolas de ensino básico espalhadas pelo Brasil como forma de prevenção à propagação do coronavírus. Diante desse contexto, a educação vem se reorganizando dentro de um novo modelo mediado pela tecnologia.

Ao procurar compreender como o município está trabalhando para que a inclusão digital nas escolas aconteça e seja reduzido o número de alunos evadidos do âmbito escolar, através das práticas e suportes adotados pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Coordenação da Educação de como estão orientando os professores para essa demanda e se capacitam esses profissionais. Dentre os questionamentos é explanado sobre se nessa rede de ensino municipal, existem propostas de formação continuada de gestores e professores, para desenvolver atividades de acordo com a diversidade, tendo em vista a importância das TIC's em sala de aula.

Nos resultados das entrevistas, são notórias as dificuldades dos professores de desenvolver conteúdos de geografia gravadas pelos mesmos e postadas no canal do Youtube, devido a internet, falta de materiais para as gravações. A maioria dos entrevistados relatam que selecionam aulas de geografia do Youtube e postam nos grupos de WhatsApp para os alunos acompanharem.

Em relação a formação dos professores para a utilização das TIC's, segundo os coordenadores pedagógicos já estão acontecendo as capacitações online para os professores, mas relataram também a importância de trazer inovação nesse processo de ensino e aprendizagem para serem inseridas durante as aulas.

4 Considerações Finais

Discorrer sobre a educação e não relacionar ao uso da tecnologia, hoje, durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19) é impossível. Foi necessário promover mudanças no sistema educacional, entre estas mudanças houve a adoção do ensino remoto, o que trouxe à tona inúmeras dificuldades presentes no meio educacional, inclusive relacionadas a prática docente. Por isso, é pertinente discutir os desafios diante desta problemática, de se analisar o uso das TIC's, se há formação para os docentes, entre outros pontos relevantes a esta temática.

O papel relevante das TIC's, no campo educacional, depende de muitos fatores, dentre os quais a formação de professores parece ser o que merece grande destaque e um estudo aprofundado por ser os professores, os atores principais na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento, social e afetivo do indivíduo. No entanto, é necessária uma reflexão acerca da adoção de novas estratégias de enfrentamento desta questão, ou seja, buscar novas soluções para as velhas questões.

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. **Tecnologias na Formação de professores: o discurso do MEC. As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores.** Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 271–86, jul. /dez. 2003. Acesso em: 13 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRASIL, MEC. **Censo Escolar**, 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2020/boletim_censo_escolar_n17_mai2020.pdf. Acesso em: 07 de março de 2021.

KENSKI, Vani Moreira. Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais. In: BARRETO, Raquel Goulart (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASETTO, M. T. **Formação Pedagógica dos Docentes do Ensino Superior**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração, v. 1, p. 04-25, 2009.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: Edufal, 1999.

MORAN, José Manuel. MASETTO, T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papirus: Campinas, 2004.



O ALUNO AUTISTA: Experiências de Gestão e Práticas Pedagógicas do Professor de Geografia em escolas de ensino básico em Caxias/MA

Valéria Cristina da Silva Santana²³

²³ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: valeriacruzina583@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre a inserção escolar de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que tem como principais características alterações nas relações sociais e comunicações mútuas, comportamentos restritos, estereotipados e repentinos, que afetam o desenvolvimento educacional no processo de escolarização. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo geral: analisar as práticas pedagógicas e estratégias dos professores de Geografia na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nos anos finais do ensino fundamental na cidade de Caxias-MA; e como objetivos específicos: identificar as concepções de TEA e pressupostos históricos; caracterizar a gestão escolar com relação a inclusão de alunos com TEA; verificar quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de Geografia. Em seus caminhos metodológicos a pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se questionários com perguntas abertas aplicados para cinco professores de quatro escolas da rede municipal de Caxias-MA e para os gestores de cada uma dessas escolas. Verificou-se que os professores e gestores apresentam conhecimentos sobre a inclusão e como é desempenhada no âmbito escolar, certificou-se às diferentes dificuldades dos docentes ao ministrar aulas de geografia para alunos com autismo e as práticas usadas pelos professores para identificar o processo de aprendizagem desses alunos e também a importância da formação continuada.

Palavras-chave: (Educação inclusiva; Aluno autista; Ensino de Geografia; Práticas Pedagógicas; Formação Continuada).

1 Introdução

Trabalhar a inclusão do aluno autista no âmbito escolar é um ponto muito importante na formação das crianças com TEA, pois contribui de forma significativa na capacidade de autossuficiência e em seu desenvolvimento, sendo preparado com eficiência para as divergências futuras e nas relações sociais. O conceito de inclusão não deve se atrelar apenas atividades diferenciadas, localização do aluno em sala, mas ir além disso, incluir é a reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida, é compreender a necessidade do aluno e suas limitações (CRUZ, 2014).

Ao abordar sobre a inclusão do aluno autista no ensino de Geografia é válido ressaltar que os estudos dessa ciência desempenham um papel significativo e contribui no processo de desenvolvimento do aluno, obtendo uma leitura mais ampla do espaço vivido, fazendo relações a sua realidade e toda dinâmica que ocorrem no espaço. Para Cavalcanti (2005) a aprendizagem geográfica vai além de seu objeto de estudo, pois busca estudar toda a realidade e sempre as relacionando com a Geografia, levando em consideração tanto as questões espaciais como as sociais.

Este trabalho parte da seguinte problemática: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de Geografia na inclusão de alunos com TEA nos anos finais do ensino fundamental de escolas públicas na cidade de Caxias-MA? Justifica-se a partir de observações desenvolvidas no estágio obrigatório despertando inquietações e a necessidade de estudos acerca da inclusão de alunos com

²⁴ Docente no Departamento de História e Geografia do CESC-UEMA. Mestre e doutorando em Geografia pela UFMG. E-mail: leylson.santos@gmail.com.

Espectro Autista nos anos finais do ensino fundamental. Em seu viés social visa promover reflexões sobre a inclusão de alunos com TEA, estimulando ponderações com relação aos métodos de ensino de Geografia em analogia com as práticas pedagógicas na busca de uma educação inclusiva.

Para tanto, definiu-se como objetivo geral analisar as práticas e estratégias dos professores de Geografia na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nos anos finais do ensino fundamental na cidade de Caxias-MA. Como objetivos específicos a pesquisa buscou: a) identificar as concepções de TEA e pressupostos históricos; b) caracterizar as dificuldades dos professores de Geografia na inclusão de alunos autistas; c) verificar quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de Geografia.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para o desenvolvimento foi necessário um levantamento teórico sobre o ensino de geografia e o Transtorno do Espectro Autista baseado principalmente nos seguintes autores como Cavalcanti (2005), Carvalho et al. (1999), Castellar (2000), Corrêa (1995), Mantoan (2010), Mazzotta (2011), Sasaki (2005), Cruz (2014), Cunha (2014, 2015), Nóvoa (1991, 1999), Oliveira (2014), entre outros. Depois dessa etapa, foi realizado a aplicação de questionários aos professores de Geografia via internet, devido a pandemia Covid-19 existente no momento atual, foi utilizado a ferramenta Google Formulários, com o intuito de verificar se estes estão preparados para atuar e ampliar práticas pedagógicas educativas inclusivas no processo educativo, sobretudo alunos com autismo.

No total foram selecionadas cinco escolas da rede municipal de ensino dos anos finais do ensino fundamental que possuem alunos com TEA, sendo quatro situadas na zona urbana e uma da zona rural – povoado Rodagem – de Caxias-MA. Os questionários foram aplicados para cinco professores e para os gestores de cada uma das escolas e todos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram em participar da pesquisa. Cabe destacar ainda que todos os entrevistados são identificados neste trabalho com letras do alfabeto para preservar suas identidades. Tendo em mãos os dados dos questionários deu-se prosseguimento às análises e redação final deste texto.

3 Resultados e Discussões

Os resultados obtidos foram resultantes das perguntas aplicadas aos gestores e professores com base em suas experiências no âmbito escolar com alunos autistas dos anos finais do ensino fundamental. Primeiramente foram feitos questionamentos aos gestores com relação à escola e o processo de inclusão aos alunos com autismo.

Identificou-se, a partir das respostas dos gestores, que existem buscas por melhorias do ambiente escolar para atender o processo de inclusão, não somente em proporcionar atividades, mas também nas questões da infraestrutura escolar. Vale ressaltar que essa busca por uma escola inclusiva depende de várias vertentes, desde as práticas escolar e docente e também da relação família e escola, ou seja, não é uma

ação somente da escola, é pensar na vida do aluno autista, de modo, para melhor atender às suas necessidades. Um dos questionamentos feitos aos professores foi a identificação das concepções dos professores sobre TEA, conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - Concepções dos professores sobre TEA.

Professor A – Transtorno que causa limitações e que variam de acordo com o grau de cada autismo.
Professor B - É um transtorno relacionado à parte neurológica da criança, em que a criança tem dificuldade em se relacionar com outras crianças e repetem ações simultâneas.
Professor C - é uma condição de saúde causada principalmente durante os primeiros anos de vida.
Professor D - Uma condição em que alguns indivíduos se encontram com dificuldades de interação sociocomportamental.
Professor E – Pessoas autistas.

Fonte: pesquisa direta (2021).

Diante dos questionamentos feitos aos sujeitos, compreende-se que a maioria dos professores com exceção do Professor E trazem algum conceito de TEA em suas respostas, compreendendo como o transtorno se manifesta e suas limitações. Nas discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista é necessário discernimento acerca dos seus níveis, que são diagnosticados de acordo com a gravidade do comprometimento da sociabilidade, como por exemplo, das falas, onde varia de leve, severo e moderado, nem todas as crianças irão ter o mesmo comportamento e formas de interação. A esse respeito Mello (2007, p. 16) complementa afirmando que o

Autismo é um distúrbio de desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Tratando-se das dificuldades dos professores perante a inclusão de alunos autistas, Bayer (2006) aponta ideias a respeito de educação inclusiva, o professor deve trabalhar conteúdos diversificados, estratégias que estimule o aluno, gerando uma boa interação nas aulas e que todas essas práticas vão fazer o aluno potencializar habilidades e oportunidades de motivação na aprendizagem, são essas abordagens que devem ser trabalhadas no âmbito escolar.

Quadro 2 - Dificuldades enfrentadas nas aulas de Geografia na tentativa de incluir alunos autistas.

Professor A - Falta de apoio por parte do governo com cursos preparatórios, para obtermos uma interação produtiva em sala de aula.
Professor B - Falta de disciplinas específicas e de capacitação durante a Licenciatura e a Especialização.
Professor C - salas superlotadas e quentes, muitas vezes até a falta de informações sobre a criança, falta de conexão entre os professores, apesar do auxílio de alguns profissionais.
Professor D - Como o aluno autista tem de certo modo autonomia própria, é preciso paciência quando se trabalha, principalmente com a cartografia. Ele deve ser inserido na aula apresentando a ele o mapa com tamanho maior que os demais e mostrando a ele os países relacionando com seus respectivos nomes. Com poucas repetições ele memoriza rapidamente. Para isso é necessário que os materiais didáticos adequados para o ensino aprendizagem do aluno autista.
Professor E - A falta de pessoas qualificadas para acompanhar e auxiliar.

Fonte: pesquisa direta (2021).

Identificou-se dificuldades ocasionadas não somente em relação às especificidades dos alunos mais também em questões de infraestrutura escolar, como por exemplo, salas lotadas e quentes, com base em experiências de estágio, não é uma tarefa fácil lidar com uma sala superlotada, são várias as personalidades de pré-adolescentes em um mesmo espaço, quanto ao aluno autista no meio dessa turma, isso pode ser uma questão que possa interferir nas variações de comportamentos do aluno devido ao excesso de barulho, outras dificuldades foram a falta de acompanhantes qualificados, essa é uma situação que deixa o professor com uma maior responsabilidade, a insuficiência de informações sobre esses alunos e de conexão entre os professores. Também é citado sobre a formação inicial que são fragilizadas, pois não dispõe de disciplinas que contemplem os pressupostos da educação inclusiva na formação dos professores.

4 Considerações Finais

Em relação aos conceitos, verificou-se dificuldades de descrição por parte dos professores sobre o autismo, através de respostas com pouco embasamento acerca do TEA, já sobre inclusão nota-se mais clareza e compreensão, relacionando também aos direitos de igualdade. Quanto às dificuldades de inclusão dos alunos autistas nas aulas de Geografia, verificou-se a existência de barreiras quando se trata das relações do professor de Geografia e o aluno autista no processo de ensino-aprendizagem, em vários quesitos, não somente em questões metodológicas, mas também sobre a infraestrutura escolar, salas superlotadas.

Com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas, identificou-se os métodos avaliativos do desenvolvimento de aprendizagem dos alunos autistas, por alguns professores, já por outros é notório a falta desses critérios de avaliação. Com esse estudo, pode-se constatar que a inclusão escolar é um desafio inerente a prática educativa, pois é necessário que se amplie o desenvolvimento e planejamento no âmbito educacional, para que haja a efetivação de práticas que contemplem a formação integral do aluno, sua valorização e o reconhecimento de suas necessidades e limitações.

Referências

BAYER, H. O. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. In: **Ensaios pedagógicos**, 2006, p. 85, 86.

CARVALHO, R. E et al. Salto para o futuro. **Educação especial: Tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999.

CAVALCANTI, L. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. *SciELO*, In: **Cad. Cede**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, mai/ago. 2005.

CASTELLAR, S.M.V. A alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

COSTELLA, R. Z. **Ensinar o quê... Para quê... Quando... Desafios da geografia na contemporaneidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-29.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: Experiências no Ensino Regular**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O direito à diferença, na igualdade de direitos**. MEC/SECADI, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, D. I. B. M. **As percepções dos docentes sobre a inclusão de alunos com perturbações do espectro do autismo**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educativas Especiais) - Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.



OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO ESTADUAL MARANHENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: Uma análise da escola CE José Justino Pereira (São Luís - MA)

Resumo

O presente estudo analisa alguns desafios do ensino de geografia no ensino médio estadual maranhense no contexto da pandemia de Covid-19, tendo objeto de análise a escola CE José Justino Pereira, localizada no bairro Cidade Operária - São Luís – MA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico para analisar os dados, que foram coletados junto aos professores e alunos da escola investigada, por meio das técnicas de questionário e entrevista. Os resultados apontaram para alguns fatores que ainda comprometem a problemática da aprendizagem e da qualidade do ensino na escola pública brasileira, quais sejam: falta de recursos e metodologias adequadas; Ocorrência de grandes dificuldades na regência das aulas por causa do acesso dos alunos à internet, assim como do engajamento dos que possuem o acesso; enorme obstáculo dos profissionais no acesso de equipamentos e recursos metodológicos correspondentes para ajudá-los na execução dos conteúdos da disciplina de forma mais clara, objetiva e atraente, sobretudo nesse contexto atual de pandemia, o que gerou problemas de acesso, problemas estes que também estão relacionados com os equipamentos inadequados para permitir a permanência dos alunos nas atividades remotas.

Palavras-chave: Ensino de geografia; Ensino médio estadual maranhense; Ensino remoto.

1 Introdução

A visão da realidade acerca do contexto do ensino de Geografia no ensino médio estadual maranhense originou-se, num primeiro momento, ao entrar em contato com a escola-campo CE João Francisco Lisboa – Cejol, localizada na Rua Oswaldo Cruz, Canto da Fabril, no ano de 2018, na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e, logo depois, no ano de 2019, como professor residente do Programa Residência Pedagógica, no CE Rio Grande do Norte, localizada no Conjunto Radional, ambas escolas públicas de educação básica da rede estadual na Capital – São Luís – Maranhão.

Nesse sentido, constatou-se que as referidas escolas se consubstanciam em torno de uma estrutura organizacional que remete a uma escola transmissora, com predomínio do uso limitado de estruturas e recursos materiais, como do ambiente da sala de aula e da lousa, simultaneamente; pelo uso exclusivo das aulas expositivas e organização dos conteúdos em tópicos isolados e fragmentados; pelo absoluto emprego do livro didático como singular definidor dos conteúdos e norteador de estudo dentro e fora da sala de aula, com aulas tediosas e maçantes, com a maioria dos alunos desmotivados e desinteressados pelas regências.

²⁵ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marceloprofessor16@gmail.com.

Estas inquietações gestaram esta temática por objeto, do qual se propõe averiguar se na escola CE José Justino Pereira, localizada na Avenida principal do bairro Cidade Operária, os problemas encontrados acerca do ensino de geografia no ensino médio da rede pública estadual maranhense seguem o mesmo comportamento identificado nas escolas supramencionadas. Frente a este cenário, o percurso da investigação foi norteado por alguns questionamentos que necessitam ser analisados, como: Quais os principais problemas que podem comprometer a qualidade do ensino de Geografia? Como tornar o ensino de Geografia mais atrativo para alunos e alunas? Enfim, se devido a essas questões surge a necessidade de discutir e repensar a metodologia adequada para que se leve em consideração as múltiplas possibilidades e caminhos de se ensinar Geografia no ensino médio e, devido ao contexto pandêmico da Covid-19, analisar as principais demandas atinentes ao ensino remoto.

Desta forma, é possível justificar o presente estudo pela possibilidade de fornecer subsídios nas discussões sobre o ensino de Geografia na educação básica, especificamente no ensino médio, com a finalidade de encontrar soluções para os problemas presentes durante todo um percurso histórico que é reflexo de uma política educacional que não prioriza tanto a qualidade do ensino quanto da aprendizagem em seu contexto totalizante e que infelizmente ainda persiste. Nessa perspectiva, é nítido o quão desafiante se torna o ensino levando em conta o seu contexto geral e, em especial, o ensino de Geografia, e, sobretudo, achar soluções cabíveis e coerentes com o objetivo de fazer uma intervenção efetiva na qualidade da educação, propondo-se para tanto, novas metodologias de ensino condizentes com as reais necessidades dos educandos.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para melhor responder as demandas que tratam sobre os desafios do ensino de geografia no ensino médio estadual maranhense, tomando como cenário o CE José Justino Pereira, localizado no bairro Cidade Operária - São Luís – Maranhão, o presente estudo tem como finalidade a pesquisa básica estratégica, uma vez que se procura ampliar as informações que possam eventualmente ser utilizadas para solucionar os problemas manifestados nesta pesquisa, com o desígnio de propor recomendações úteis para resolvê-los.

Por intermédio da metodologia de natureza qualitativa de cunho fenomenológico, valendo-se também da pesquisa descritiva e exploratória delineadas pela pesquisa bibliográfica, da qual esta apontou à fundamentação teórica com a obtenção de informações sobre o tema pesquisado. Diante disso, foram empregadas Fontes secundárias e Fontes Primárias. No tocante as Fontes secundárias, utilizou-se os seguintes documentos: Censo da Educação Básica – 2019; Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), dados relacionados ao desempenho do Maranhão; dados do SAEB, além de Microdados do Enem por escolas.

A pesquisa ocorreu de forma remota, por meio da interlocução dos docentes que lecionam a disciplina de Geografia na escola através de dispositivos como o aplicativo *Google Meet*, que é um serviço de comunicação por videoconferência, assim como por aplicativos de mensagens, como o *Whatsapp*, que

possibilitou tanto a comunicação da pesquisa junto aos alunos, quanto a divulgação do convite de participação, que dentre outras informações, direcionava o participante para o preenchimento da pesquisa por meio do *link* correspondente ao *Google Forms*. A amostra dos participantes para a efetivação da presente pesquisa se constituiu da seguinte forma: dois (02) professores que lecionam a disciplina de Geografia e dos alunos das três séries que integram o ensino médio da escola cenário da pesquisa.

3 Resultados e Discussões

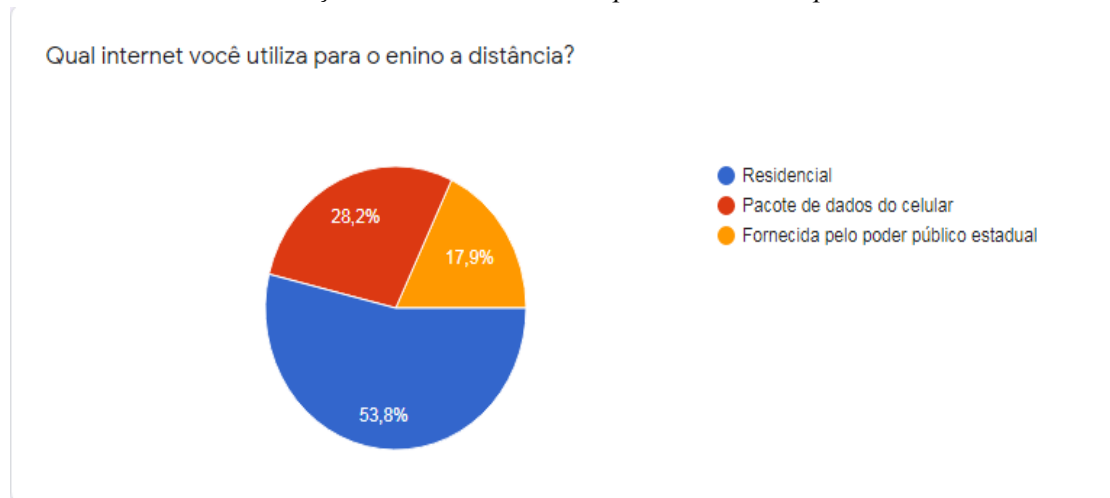
3.1 A visão dos alunos do CEJJP com relação ao ensino de Geografia

Ao se fazer uma análise sobre a visão dos alunos do CEJJP com relação ao ensino de Geografia, é preciso compreender a relação de aprendizagem que é construída em meio ao ensino de Geografia e aos discentes do ensino médio do referido Centro de Ensino. Para alcançar as respostas analisadas no presente estudo, foi enviado um questionário contendo 14 perguntas, ressaltando-se, contudo, que após o recebimento de 78 devolutivas, constatou-se que 43 estudantes (55,1%) representaram o sexo Feminino e 35 (44,9%) o sexo masculino (Gráfico 3), do qual 26 alunos (33,3%) possuem 15 anos de idade, seguido de 20 alunos (25,7%) com 17 anos; 17 alunos (21,7%) com 16 anos, 13 alunos (16,7%) com 18 anos, seguidos de 01 aluno (1,3%) com 19 anos e 20 anos (1,3%) respectivamente.

Diante desse cenário, quando questionados sobre a internet que utilizam para terem acesso às aulas remotas era residencial, pacote de dados do celular ou fornecida pelo poder público estadual (Gráfico 4), verificou-se que 42 alunos (53,8%) responderam que fazem uso de internet residencial, seguida de 22 estudantes (28,2%) que utilizam a internet do pacote de dados do celular e, por último, tem-se a internet fornecida pelo poder público estadual, com 14 respostas (17,9%). Diante dos dados, fica evidente que apesar de a internet se configurar atualmente como um instrumento de extrema necessidade no meio social, quando igualmente se percebesse que uma internet de alta qualidade não é mais vista como algo dispensável, sobretudo quando se fala em seu uso no contexto educacional em tempos de pandemia, caracterizando-se como uma das alternativas encontradas para dar continuidade no calendário

escolar no ano de 2020, ela não chega a todos os brasileiros de forma igual e com a mesma qualidade, o que traz à tona as desigualdades sociais ainda gritantes em nosso país.

Gráfico 1 – *Distribuição da Internet utilizada pelos estudantes para o ensino remoto*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Frente a este cenário, observou-se que para 35 estudantes, um percentual de (44,9%), a internet que eles utilizam é regular, à proporção que para um total de outros 24 (30,8%), essa internet é tida como boa, seguida de 11 alunos (14,1%) que declararam que sua internet é ruim, fechando com uma média de 08 estudantes, ou seja, (10,3%), como ótima. A investigação sinalizou que uma ampla maioria dos estudantes, um total de 75 respostas, com uma porcentagem de (96,2%), utilizam o celular como equipamento para assistir às aulas remotas com mais frequência.

Entretanto, quando questionados sobre qual a maior dificuldade em estudar a distância, permaneceu também uma unanimidade entre os estudantes, como uma quantidade de 49 respostas, numa média de (62,8%), que replicaram que a maior dificuldade está sendo pela desconcentração fácil nos estudos remotos, como ficou evidenciado na fala de um aluno do 3º ano, destacando que além da desconcentração, não está acostumado a ter esses tipos de aulas. Contudo, para 20 discentes, um percentual de (25,6%), destacaram que possuem dificuldades em ler na tela do celular ou computador, enquanto que 09 alunos, ou seja, 11,6%, responderam que não sabem lidar com recursos tecnológicos.

3.2 A percepção dos professores sobre os desafios do ensino de Geografia no CEJJP

Na tentativa de compreender melhor o comportamento dos estudantes durante as regências em sala de aula, perguntou-se como o docente verifica a participação dos alunos e quais motivos que os levam a se desmotivarem nas aulas de geografia, constatando-se, portanto, que para o Professor de Geografia 1 (PG1), a participação dos alunos nas aulas é boa, mas a desmotivação ainda está intimamente ligada a falta de recursos e metodologias inadequadas, contrariando, contudo, a resposta do Professor de Geografia 2 (PG2), que destaca que a participação dos alunos é considerada regular, na qual a

desmotivação está atrelada na concepção da disciplina decoreba e a questão cultural em relação à educação, pois na rede pública a desmotivação não se restringe somente a disciplina de geografia.

É pertinente salientar acerca de algumas demandas que foram levantadas pelos Professores de Geografia, da qual uma consiste na divisão para publicação das atividades e informes, resultando apenas em uma quinta-feira por semana para fazer essa interação junto aos alunos. Além disso, tem-se a questão que trata do desinteresse dos alunos tanto em assistir às aulas (com uma quantidade bastante pequena de participantes nos dias reservados para a disciplina de Geografia) quanto em interagir com as atividades propostas nas aulas remotas. Por fim, a problemática que envolve as outras atividades profissionais exercidas pelos professores para complementação de suas rendas, ao passo que para PG1, além das atividades destinadas como professor de Geografia, também ministra aulas no curso de formação continuada para os professores da rede estadual de ensino. Para PG2, além de ministrar aulas como professora efetiva da rede estadual de ensino, igualmente desempenha a mesma função na rede municipal, o que de certa forma os impossibilitam de se dedicarem de forma exclusiva à sua profissão, o que certamente compromete a qualidade do desenvolvimento da regência em sala de aula.

4 Considerações Finais

A pesquisa apontou que os professores consideram que a desmotivação da participação dos alunos nas aulas está relacionada com a falta de recursos e metodologias adequadas, assim como da concepção da disciplina como decoreba e da questão cultural em relação à falta de qualidade na educação da rede pública. Além disso, percebeu-se que os professores de Geografia ainda não participaram em curso de formação continuada no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto educacional, o que de certa forma compromete o ato da regência principalmente nas aulas remotas nesse período de pandemia provocado pela Covid-19.

A investigação conclui que o ensino médio estadual maranhense ainda caminha para a efetivação da oferta de uma escola pública de qualidade e, à medida que se verifique importantes mudanças com a implantação do projeto Escola Digna pelo governo estadual de turno, essas mudanças ainda não se consubstanciam em todas as instituições de ensino de forma padronizada, como é o caso do CEJJP, que necessita de uma intervenção urgente tanto na sua infraestrutura quanto no fornecimento de equipamentos e recursos metodológicos adequados para a promoção da melhoria da qualidade do ensino.

Referências

Listar apenas os trabalhos mencionados no texto. Seguir as regras na ABNT (NBR 6.023).

ARAÚJO *et al.* Caracterização espaço-temporal dos componentes de Balanço de Radiação e Calor na região de Transição Amazônia-Cerrado. **Revista Brasileira de Climatologia**. Ano 15, v. 24, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/51586/37613>. Acesso em 22/03/2021.



USO DA CATEGORIA LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Uma proposta para o Ensino Remoto

Ian Moura Martins ²⁶

Joerbeth Barbosa ²⁷

Ronaldo Barros Sodré ²⁸

Audivan Ribeiro Garcês Junior ²⁹

RESUMO

Com o contexto de pandemia COVID-19 e do distanciamento social, o mundo experimentou mudanças significativas em diversos setores. Entre eles, as instituições de ensino (básico, médio e superior), precisaram se adaptar à realidade de aulas remotas. Com base nessa problemática, este trabalho objetivou trazer uma proposta sobre o uso da categoria geográfica Lugar e perceber como ela pode ser trabalhada no Ensino Fundamental, mais precisamente no 6º ano no contexto do ensino remoto. Para isso, foi feita uma revisão de literatura ancorado no construtivismo de Vygostsky. Para elucidar a proposta foi utilizado um aplicativo que permite a confecção de uma história em quadrinhos. Por fim, percebe-se que a construção de metodologias aplicáveis ao ensino é um desafio constante principalmente agora nesse período de pandemia, demonstrando que as duas categorias geográficas aqui abordadas são ferramentas interessantes para o avanço em reflexões de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Lugar; Ensino remoto.

1 Introdução

Em virtude da pandemia em 2020 e do distanciamento social (medida preventiva contra o agravo), os processos de ensino-aprendizagem tiveram que ser adaptados à nova realidade. Com isso, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), foram usadas como ferramentas para dar continuidade às atividades escolares de forma remota. Porém, a utilização do que se convencionou chamar de Ensino Remoto, revelou as desigualdades sociais existentes no Brasil, principalmente no

²⁶Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ian.moura@discente.ufma.br.

²⁷Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: joerbeth1956@gmail.com

²⁸Professor substituto do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ronaldo.sodre@ufma.br

²⁹Professor substituto do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: audivan.ribeiro@ufma.br

contexto das escolas públicas, onde muitos alunos não têm acesso a internet, computador ou a um aparelho celular.

O Ensino Remoto é uma forma de aprendizagem que lembra o modelo EAD, com um docente realizando aulas durante os horários normais das aulas presenciais, ou seja, professores e alunos têm seus encontros de maneira virtuais (síncronas ou assíncronas) com atividades e avaliações, seguindo cronograma das aulas presenciais, porém são regulamentadas pelo Ministério da Educação em caráter emergencial, enquanto durar o Estado de calamidade pública (FARIAS; GIORDANO, 2020).

Frente a essa problemática, algumas escolas optaram por imprimir materiais das disciplinas e entregar para os responsáveis, para que estes pudessem fazer com os alunos. Todavia, essa solução paliativa, parece não ser muito efetiva, tendo em vista, que a pessoa responsável em receber essa atividade e fazê-la com o aluno, talvez não possua conhecimentos necessários para a sua realização ou ela os saiba de maneira superficial.

Pensando nesses entraves, o respectivo trabalho objetivou trazer uma proposta sobre o uso da categoria Lugar no ensino de Geografia no contexto de Ensino Remoto. Essa possibilidade foi pensada para o Ensino Fundamental, principalmente para os alunos do 6º ano. A escolha por este nível escolar se deu por ser um ano escolar de transição do Fundamental menor (corresponde do 1º ao 5º ano) para o Fundamental maior (corresponde do 6º ao 9º ano). Consoante a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é nesse ano que se estuda o lugar na perspectiva do mundo do trabalho e das modificações da sociedade ao longo do tempo e espaço (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

2 Metodologia

O processo de construção do trabalho partiu de uma revisão da literatura em artigos, periódicos, livros, dissertações, sobre a categoria Lugar, assim como a sua utilização no Ensino de Geografia. O construtivismo de Vygotsky foi utilizado como subsídio para o delineamento metodológico, haja vista que o processo de ensino-aprendizagem se dá numa relação dialética entre sujeito e a sociedade ao seu redor (VAISMANN; COSTA, 2008). As reflexões direcionadas possibilitam uma aplicação de forma remota, tendo em vista, a incerteza de retorno das aulas presenciais.

Para fim didático do uso da categoria Lugar no Ensino de Geografia como proposta para o Ensino Remoto, criou-se uma História em Quadrinhos (HQ's) na plataforma PIXTON EDU³⁰, é uma ferramenta online que permite a criação de histórias em quadrinhos, com opções interessantes de cenários, objetos e personagens.

3 Resultados e Discussões

A busca por metodologias de ensino aplicáveis à realidade dos alunos é um desafio constante dos profissionais dedicados a essa área de pesquisa. Com o contexto de pandemia, as aulas precisaram se adequar e novos métodos tiveram que ser incorporados no que se convencionou denominar de ensino remoto. Porém, percebe-se que essas aulas demonstram ser mais cansativas quando comparadas as aulas

³⁰ Disponível no link URL: <https://www.pixton.com/>.

presenciais, com isso, é necessário que o professor tenha um cuidado maior na produção de suas aulas, para que estas não se tornem entediadas ou fatigantes para os alunos (GOMES *et al.*, 2020).

Principalmente, no ensino da Geografia, pois diferente de outros campos do saber, essa disciplina possibilita aos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, um enriquecimento das representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação (BORGES *et al.*, 2019).

Nesse sentido, o uso da categoria geográfica Lugar é relevante, pois estudá-lo é compreender as implicações sociais, culturais e econômicas de um determinado grupo, é conhecer a si mesmo e as relações espaciais até então estabelecidas pelos sujeitos. No Ensino da Geografia, o lugar permite abordagens mais amplas e discussões de temáticas culturais, sociais, econômicas, políticas, religiosas, pois é no lugar que há uma interação de todas essas questões que ali reverberam (MENDES, SOUSA; PEREIRA, 2017)

O ensino de Geografia por meio do Lugar possibilita uma formação de estudantes dotados de uma aprendizagem significativa, pois se trata de um conhecimento vinculado a uma realidade que este se encontra inserido. Ressalta-se, que é necessário que o lugar onde os alunos (as) vivem tornem-se objeto de estudo e seja de fato utilizado como método de ensino nas aulas da respectiva disciplina, não apenas pelos docentes, mas também pelos estudantes (MENDES, SOUSA; PEREIRA, 2017).

O lugar quando é tomado como ponto de partida para o entendimento das dinâmicas e demandas globais, servirá como pauta de apoio e como embasamento para a compreensão do espaço desconhecido, assim como na busca das relações identitárias entre os sujeitos e o espaço que estes habitam e se relacionam, gerando as mais diversas experiências socioespaciais (MENDES; PINOTTI, 2018).

O ensino dessa categoria geográfica faz com que cada vez mais os discentes tornem-se sujeitos inseridos no espaço de forma consciente, como agentes ativos na transformação do meio em que vivem, estando cientes de que estes na medida que modificam o espaço vivido também são modificados por ele.

Doravante, percebe-se que essa categoria geográfica, mostra-se como eficácia no processo de ensino das noções espaciais, considerando que cada estudante carrega uma bagagem de vivências socioespaciais. Existem ferramentas que podem trabalhar com temáticas da Geografia, neste caso, as categorias Lugar e Paisagem, para além do livro didático, entre eles, os mapas mentais, as charges, poemas ou poesias, Historinhas em Quadrinhos (HQ's), a exemplo da Figura 1:

Figura 1- HQ's sobre uma historinha na Pandemia



Fonte: autores, 2020.

A história em quadrinhos acima, intitulada “Uma historinha de Pandemia” foi criada pelo aplicativo *Pixton Edu*, conta uma pequena história de uma aluna do 6º ano do Ensino Público, chamada Luciana, que após a sua professora de Geografia explicar sobre o lugar, ela encerra a aula. A gestora da escola, chega na sala avisando aos alunos que a partir daquele dia, as aulas estariam suspensas, devido a contaminação do Coronavírus. Ao longo do seu tempo de quarentena, a personagem percebe que estar o dia todo no seu quarto, que ela antes gostava (considerado lugar), começou a ser tornasse entediante para ela, fora isso, ao sair na rua ela se depara com pessoas usando máscaras e espaços com restrições de visitas, por morar na cidade, ela consegue perceber que a paisagem do espaço urbano se modificou em razão da pandemia.

Após o fim da historinha (podendo ser disponibilizado no formato impresso ou digital para os alunos que possuem aparelho eletrônico, como celular, computador, *tablet* etc.) os professores podem adicionar perguntas, como por exemplo: “O que você entendeu por lugar?”; “Você está cansado de ficar em casa ou no seu quarto”? “Quais lugares você não pode mais visitar”?, entre outras perguntas reflexivas para os alunos.

4 Considerações Finais

Por fim, percebeu-se que o lugar é uma ferramenta facilitadora do processo de ensino-aprendizagem. Ela pode ser materializada de forma dinâmica pelo uso de mapas mentais, historinhas em quadrinhos, charges ou outros mecanismos para além do livro didático, que apesar de constituir-se

como uma fonte de apoio para discentes ou docentes, ele às vezes, não possibilita uma compreensão aprofundada ou interativa sobre temáticas, a citar aqui exposta.

Incorporar a categoria lugar no ensino de Geografia nesse período remoto permite aos alunos perceberem e entenderem lugares que antes eram acessados, agora existem implicações em seu uso, reverberando-se no uso de máscaras pelas pessoas e o uso de medidas de prevenção, como o distanciamento social, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Por fim, a criatividade deve ser a base para aqueles que almejam um ensino-aprendizagem mais significativo, buscando utilizar metodologia ou até mesmo elaborar, objetivando tornar a disciplina mais próxima dos alunos e fazer com eles possam perceber que as temáticas trabalhadas em aulas, podem ser contempladas no cotidiano deles, mas como uma linguagem adequada para o público alvo, que são alunos em geral, pré-adolescentes.

Referências

BORGES, T. C. C. et al. **Sistematização e contribuições da obra “pedagogia do bom senso” de célestin freinet para o ensino da geografia escolar**. Avaliação: Processos e Políticas – Volume 02. Campina Grande: Realize Editora, 2020.p. 2046-2063.

Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/65620>. Acesso em: 02 de dez. de 2020.

FARIAS, M. Z.; GIORDANO, C. C. Educação em tempos de pandemia de COVID-19: Adaptação ao ensino remoto para crianças e adolescentes. In: **Série Educar** - Volume 44 – Tecnologias Organização: Editora Poisson – Belo Horizonte–MG: Poisson, 2020.

GOMES, V. T. S. et al. A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica. **Revista bras. educ. med.** vol.44 no.4 Brasília, 2020.

KAMEL, C.; DE LA ROCQUE, L. As histórias em quadrinhos como linguagem fomentadora de reflexões–uma análise de coleções de livros didáticos de ciências naturais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 6, n. 3, 2011.

MENDES, R. A.; SOUSA, E. S.; PEREIRA, A. J. A importância da categoria lugar no ensino de Geografia: um estudo de caso na Escola Estadual modelo em Araguaína – TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 06, n. 11, set/dez. de 2017.

MENDES, D. B; PINOTTI, B. R. O lugar como referência no ensino de Geografia: Contribuições do subprojeto “Fazendo Geografia por meio de projetos de trabalho” para a compreensão dos estudantes do ensino médio acerca de sua realidade local na cidade de Presidente Prudente – São Paulo. **Revista GeoAtos**. v. 1, n. 5, Presidente Prudente, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 de dez. de 2020.

VAISMANN, C. F.; COSTA, J. C. B. **Construção de uma metodologia para ensinar e aprender matemática** - um estudo de caso da sexta série do Ensino Fundamental, 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cleusa_fatima_vaismann.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2021.



CARTOGRAFIA ESCOLAR COM ÊNFASE NO ESPAÇO VIVIDO: a Descoberta da Vulnerabilidade dos Estudantes

Autor³¹ Cristiano Araújo Soares

Coautor³² Herivelton Pereira Pires

Resumo

Esta pesquisa partiu de um questionamento porque muitos alunos tinham dificuldade de se orientar. Noções simples de lateralidade e localização eram bastante desconexas. Neste sentido, a proposta da pesquisa fora de selecionar a alfabetização cartográfica como um recurso para desenvolver o cognitivo destes alunos. A partir deste propósito foram feitas atividades lúdicas, com a intenção de auxiliar estes estudantes no aprendizado de orientação básica. Porém com o tempo as crianças começaram a se expressar, tanto por mapas mentais, quanto verbalmente, e, neste processo, foi descoberto que vários estudantes sofriam maus tratos (casos de violência física, psicológica, abuso sexual, uso de entorpecentes entre outros). Estes eram mais propensos a ter dificuldade de aprendizagem. Quanto mais grave era a agressão sofrida pelo estudante, menor era o seu aprendizado. Porém este conhecimento foi importante para que a escola orientasse os profissionais que lá atuavam para que tivessem uma maior sensibilidade no modo de agir com estudantes que sofriam maus tratos. Com o tempo a escola passou a promover um melhor atendimento e começou a intervir de forma pedagógica na busca e na construção do saber. Com base nisso neste estudo houve sugestões para o projeto político pedagógico e escola,

³¹ Discente do curso de Geografia no Programa de Pós-Graduação, na modalidade de mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
e-mail: cristianoaraujoprofessor@gmail.com

³² Discente do curso de Geografia no Programa de Pós-Graduação, na modalidade de doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
e-mail: heriveltonmusic@gmail.com

que passou a utilizar o conhecimento da alfabetização cartográfica como um dos instrumentos para diagnosticar o déficit de aprendizado dos alunos e com isso promover as devidas deliberações sobre os diagnósticos. Reforça-se que esta problemática vivenciada e estudada em uma escola da rede municipal da cidade de Uberlândia-MG ocorreu entre os anos de 2008 a 2019.

Palavras Chaves: Cartografia inclusiva, Violência, Déficit de Aprendizagem

1 Introdução

Esta pesquisa surgiu de um questionamento porque muitos alunos tinham dificuldade de se orientar. Noções simples de lateralidade e localização eram bastante desconexas. Neste sentido, a proposta da pesquisa fora de selecionar a alfabetização cartográfica como um recurso para desenvolver o cognitivo destes alunos. A partir deste propósito foram feitas atividades lúdicas, com a intenção de auxiliar estes estudantes no aprendizado da orientação espacial. Porém com o tempo as crianças começaram a se expressar, tanto por mapas mentais, quanto verbalmente, e, neste processo, foi descoberto que vários estudantes sofriam maus tratos (casos de violência física, psicológica, abuso sexual, uso de entorpecentes entre outros). Estes eram mais propensos a ter dificuldade de aprendizagem. Quanto mais grave era a agressão sofrida pelo estudante, menor era o seu aprendizado. Porém este conhecimento foi importante para que a escola orientasse os profissionais que lá atuavam para que tivessem uma maior sensibilidade no modo de agir com estudantes que sofriam maus tratos. Com o tempo, a escola passou a promover um melhor atendimento e começou a intervir de forma pedagógica na busca e na construção do saber.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Com base neste diagnóstico foi sugerido a direção que a inclusão no o Projeto Político Pedagógico (PPP) a prática metodológica de iniciação da alfabetização cartográfica como um dos instrumentos para mapear e diagnosticar estudantes com o déficit de aprendizado, mas além disso detectar alunos que sofreram e sofrem maus-tratos. Esta ideia serviu para a escola promover as devidas deliberações com propósito de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, mas também na educação cidadã. Reforça-se que está problemática vivenciada e estudada em uma escola da rede municipal da cidade de Uberlândia-MG ocorreu entre os anos de 2008 a 2019. Neste sentido, a metodologia da pesquisa se evidencia como Pesquisa Participante por promover um processo de investigação e intervenção no qual a comunidade escolar participa da própria análise da realidade que ela mesma vivencia, com vistas a promover uma transformação social. Por isso, foi possível perceber que a Ciência Cartográfica também abarca temas sociais (como pobreza, desigualdade e violência), políticos (democracia, direitos humanos), ambientais (biodiversidade), naturais, entre outros. Pensando nisso, na perspectiva da pesquisa, a *priori* elegeram-se a categoria Lugar como parâmetro para refletir sobre a (re) significação do

saber cidadão, frente à representação da própria cartografia. A representação do real em um mapa é importante para embasar estas discussões de cunho social. Por exemplo, na interpretação de Santos (2007) ao retratar o Lugar como uma Categoria da Geografia, considerada *locus* de aprendizado e de exercício de cidadania, pode ser representado em um mapa e por meio dele elaborar os possíveis pontos de apoio para os estudantes vítimas de maus-tratos. A intenção é mapear e fornecer aos estudantes os locais que pontualmente podem auxiliar neste processo de vulnerabilidade, com o propósito final de promover um mínimo de acesso a proteção destes estudantes que devem buscar ajuda por meio do desenvolvimento de uma cidadania local. A cartografia pode ser polissêmica e contribuir para várias interpretações no senso comum por poder apresentar pequenas áreas, localidades, pontos de observação, região de referência, entre outros, pode contribuir para que os estudantes identifiquem próximos a sua residência uma rede de proteção que pode contribuir com seu desenvolvimento como cidadão.

3 Resultados e Discussões

Neste sentido, pensar o Lugar como um espaço da socialização de grupos faz com que a configuração da identidade pessoal, a qual é dinâmica, complexa, orgânica e integrada por carregar em si uma Identidade de Cidadão, no qual muitos estudantes que relataram maus-tratos não têm. Tuan (1983) afirma que a Identidade é um ponto fundamental do Lugar, pois é nela que construímos as relações espaciais que se articulam em momentos de cooperação ou não, mas que reflete na vida cotidiana. O Lugar é onde o sujeito se constitui e se relaciona com o mundo e com o social. Para Ruy Moreira (2007) o Lugar é fruto da rede e é ponto de referência de tensões e nodosidade, de inclusão e exclusão. É ponto da rede formada pela conjugação da horizontalidade e da verticalidade. O Lugar não abandona o espaço vivido e a relação de pertencimento. Cavalcante (2011) destaca que há uma relação do Lugar no mundo e o mundo no Lugar, visto que os lugares estão sujeitos às transformações do mundo. O Lugar é a forma mais clara de explicar o todo na parte e a parte no todo, pela sua perversidade que impõe a realidade do mundo nos lugares como, por exemplo, Lugar da desigualdade, da contradição e da dialética. Adquirir mais conhecimento sobre o Lugar pode possibilitar ao indivíduo perceber seu papel dentro da comunidade na qual está inserida, sua autonomia e importância enquanto sujeito ativo na construção de uma educação cidadã e no exercício da cidadania. Por isso, quando pensamos no sucesso e fracasso escolar, devemos considerar muitas outras questões, sociais, cognitivas, psicopedagógicas, entre outros. Segundo Boss (2001) apud RODRIGUES (2020) destaca que o fracasso escolar é um sintoma social da contemporaneidade brasileira, que transcende as instituições particulares no seio das quais se estruturou a singularidade do sujeito. Ele nos leva a perguntar pela lógica inconsciente de nossa época, subjacente e fundante, e que traz consigo fatores como o sofrimento da criança. Assim tal reflexão é indissociável do processo de aprendizagem, não apenas escolar, mas para o bem viver. Dessa forma, trabalhar as emoções dos alunos no processo de aprendizagem, com destaque ao Ensino de Geografia, torna-se um componente a mais para contribuir neste cenário.

4 Considerações Finais

Enfim a pesquisa retrata que a partir dos percalços que ela mesma cria, pode a *posteriori*, indiciar outro dado que não era esperado na hipótese inicial, no qual acreditou-se que a introdução da alfabetização cartográfica ajudaria no processo de alunos que tinham dificuldades com a questão da lateralidade e orientação espacial. Porém, a pesquisa evidenciou que a alfabetização cartográfica auxiliou no processo de identificação da vulnerabilidade, e que pequena porcentagem da clientela da escola sofria maus-tratos.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. Editora Ijuí, 2003.

MARTINELLI, M.; PASSINI, E. Y.; ALMEIDA, R. D. DE. A Cartografia Para Crianças: Alfabetização, Educação ou Iniciação Cartográfica. **Boletim de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 125-136, 11.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas - UFF**. Rio de Janeiro, V.1, n 1 (3), 2007.

RODRIGUES, Tuane Telles; KEPPEL, Mateus Fernando. A contribuição da Pedagogia Emocional para a Cartografia Escolar Inclusiva. **Signos Geográficos: Boletim NEPEG de Ensino de Geografia**, Goiânia-GO, v. 2, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro disponibilizado para pesquisa conferidas pela Portaria PPGEO nº 014/2015 (de 29/09/2015) e pela portaria nº 76 da CAPES (14 de abril de 2010).

EIXO 2

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

métodos e aplicações no
Maranhão



UMA ANÁLISE DO CONDEPHAAT ENQUANTO SISTEMA JURÍDICO PATRIMONIAL: A Relevância da Geografia Para o Tombamento de Áreas Naturais

RESUMO

O escopo investigativo deste trabalho são os patrimônios naturais constituídos enquanto categoria de análise. Para tanto, convém mencionar concepções como a de Diamantino Pereira e Alves (2004) que realizaram uma importante distinção entre as categorias patrimoniais culturais e categorias patrimoniais naturais. Em função dessa diferença entre as categorias, o processo de tombamento passou a ser pensado cada vez mais pela ordem das políticas de meio ambiente. Sob tal aspecto, o objetivo desta pesquisa centrou-se, de maneira específica, na atuação exemplar do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat) enquanto uma importante referência de estudo para a Geografia Maranhense no tocante ao tombamento de áreas naturais. Metodologicamente, adotou-se, de forma quantitativa, nesta pesquisa dados extraídos das resoluções de tombamento publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (Dosp) e do cadastro disponibilizado pelo Condephaat na internet. A partir disso, foi obtido como resultado que a atuação do Condephaat, bem como a análise das suas resoluções, constitui uma importante sistemática que serve de modelo, para Estados como o Maranhão, no processo de reconhecimento institucional de áreas naturais.

INTRODUÇÃO

Para evidenciar melhor a diferença entre as categorias patrimoniais, faz-se necessário também assinalar o conceito de paisagem de Ab'Saber (1977), segundo o qual as estruturas paisagísticas, em seu critério palimpsesto, são compostas de resíduos do passado que combinam reutilizações, ressignificações e inclusão de novas formas em determinado espaço. Outrossim, parafraseando Ab'saber, existe uma relação significativa entre paisagem, natureza e esfera patrimonial. De qualquer forma, a concepção de Ab'Saber (1977) sobre a paisagem ter o aspecto de herança que configura processos fisiográficos,

biológicos e patrimoniais coletivos, permite ratificar que o tombamento de áreas naturais não se trata meramente de um procedimento administrativo, mas de um ato do poder público que deve visualizar as diferenças entre as categorias patrimoniais.

Nesse contexto, toma-se como importante exemplo a atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat), o qual preocupou-se em incluir a natureza no conjunto dos patrimônios culturais possíveis de reconhecimento, pois a atuação do Condephaat mostrou-se nacionalmente relevante no que diz respeito à possibilidade de proteção cultural em diferentes formações naturais, entre as quais, as geomorfológicas. Por conseguinte, já tendo em mente o protagonismo exemplar do Condephaat, tornou-se possível observar a contribuição da Geografia para a formação de um aparato “teórico-metodológico” responsável por fornecer as bases para que objetos naturais figurem como foco das políticas culturais, podendo, conseqüentemente, resultar no aperfeiçoamento das discussões envolvendo as chamadas áreas naturais tombadas (ANTs), as quais têm o relevo como principal atributo conforme nota-se, por exemplo, nos tombamentos estabelecidos pelo Condephaat da Serra do Mar e a de Paranapiacaba.

METODOLOGIA

As informações e dados levantados nesta pesquisa foram, em caráter quantitativo, extraídos das resoluções de tombamento publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (Dosp) e do cadastro disponibilizado pelo Condephaat na internet, do portal infopatrimônio-SP e de artigos de pesquisa correlatos ao tema. Detalhando a verificação metodológica, foi conveniente observar como desenvolve-se o processo de tombamento. Preliminarmente, pode-se afirmar que ao abrir o procedimento administrativo para tombamento o respectivo bem por solicitação do interessado (pessoa jurídica ou física) ou do próprio Condephaat, o objeto a ser tombamento fica submetido à deliberação do Conselho (*ex officio*) que, na hipótese de ser favorável gera a proteção legal do patrimônio simbólico. Consoante ao exposto, a base de dados desta pesquisa contará, a longo prazo, com o acompanhamento dos principais patrimônios naturais reconhecidos pelas resoluções de institucionalização e, por sua vez, inscritos nos livros de tomo: o Livro de Tombo Paisagístico, Etnográfico, arqueológico entres outros (art. 140 do Decreto Estadual n. 13.426/1979).

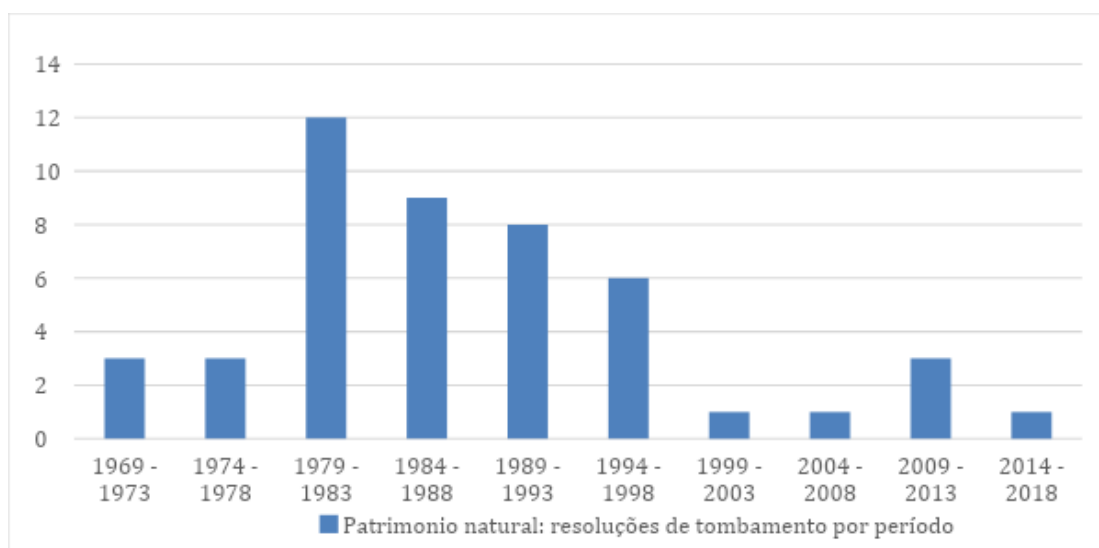
De qualquer maneira, é importante destacar que a metodologia investigativa deste trabalho também parte do pressuposto qualitativo de que a natureza integra uma dimensão cultural na qual o estudo é centrado nas ANTs e nos patrimônios paisagísticos. Esse critério qualitativo, a título de exemplo, apoia-se em uma definição das ANTs fundamentada na análise dos tombamentos e na apreciação da Ordem de Serviço (OS) n. 01/1982 (Condephaat, 1982). Sob este último aspecto, ao abordar as possibilidades de

patrimônio cultural, a OS n. 01/1982 tomou como principal referência o conceito de paisagem que a sustenta como sendo uma estrutura resultante da interação de processos naturais ou modificações antrópicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação do Condephaat constitui uma importante sistemática que serve de modelo para Estados como o “Maranhão” no tocante ao tombamento de áreas naturais. Aliás, verificou-se na atuação do Condephaat alguns dos principais apontamentos trazidos por Ab'Saber (1977), como, por exemplo, a institucionalização de topografias com forte potencial para uso turístico. Por conseguinte, aferiu-se a importância de que, através do tombamento, é possível postular o caráter representativo na definição dos tombamentos naturais que são responsáveis pelo significado simbólico do referencial paisagístico. Não bastando isso, da coleta de dados, foi possível destacar o tombamento da Reserva do Morro Grande publicada de 1981, da Serra do Japi, Jaguacoara, Serra do Mar e Paranapiacaba, onde as resoluções foram publicadas em 1983 e 1985

Figura 1- Patrimônio natural: resoluções de tombamento por período



Fontes: Condephaat ([s.d]); Infopatrimônio ([s.d]); São Paulo ([s.d]) Organização: O autor.

Além dessas verificações, evidenciou-se de maneira relevante, para a projeção nacional do critério de reconhecimento de áreas naturais, as ANTs da Serra do Mar e da Paranapiacaba estabelecidas pelo Condephaat, uma vez que a proteção cultural desses espaços conferiu a possibilidade de reconhecimento sistemático em um só objeto de valores científico, ambiental e histórico. Contudo, para além das resoluções e ANTs anteriormente mencionadas, aferiu-se a importância numérica dos bens culturais de cunho natural e das estruturas geomorfológicas até 2018 a partir da seguinte tabela:

Figura 2 – Patrimônio natural: quantificação por resolução de tombamento e unidade (até ao primeiro semestre de 2018)

Grupo	Categoria	Por resolução	%	Por unidade	%
ANT	Área verde	12	25,53%	13	5,20%
	Ilha, ilha e laje	1	2,13%	94	37,60%
	Litologia	2	4,26%	2	0,80%
	Relevo	15	31,91%	123	49,20%
Paisagístico	Antropológico	5	10,64%	6	2,40%
	Arqueológico	1	2,13%	1	0,40%
	Cobertura vegetal e complementar	11	23,40%	11	4,40%
	Total	47		250	

Fontes: Condephaat ([s.d]); São Paulo ([s.d]). Organização: O autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento cultural de áreas naturais no Condephaat foi corroborado pelo aporte teórico-metodológico da Geografia. A majoração da necessidade de aumento no número de publicação das resoluções de tombamento e homologação das ANTs, na segunda metade da década de 1970, em grande medida, caracterizou-se pela inclusão de representantes dos departamentos de Geografia de Universidades públicas no Conselho. Outrossim, no viés metodológico por trás do processo de tombamento de áreas naturais, o relevo passou a configurar-se enquanto um dos principais condicionantes do contexto paisagístico. Dito de outro modo, a geomorfologia consagrou-se fortemente na definição dos critérios teóricos que serviram de embasamento para a institucionalização das ANTs. Não bastando isso, em 1977, o patrimônio natural ganhou importância e densidade teórica a partir do texto do prof. Aziz Nacib Ab'Saber intitulado *Diretrizes para uma política de reservas naturais do Estado de São Paulo*. Todavia, notou-se, quantitativamente, o fato de haver uma distribuição desigual entre patrimônios naturais e culturais, sobretudo no que se refere ao menor número daquele. Portanto, mostra-se cada vez mais necessário evidenciar, com o auxílio da Geografia, a importância do valor cultural das unidades morfoestruturais dos Estados, em especial do Maranhão.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do estado de São Paulo**. Boletim de Geografia e Planejamento, São Paulo: Instituto de Geografia-USP, n. 30, p. 7-19, 1977.

AB'SABER, A. N. **O tombamento da Serra do Mar no estado de São Paulo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 21, p. 7-20, 1986.

CONDEPHAAT. CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Solicitação do Tombamento dos Morros Toca do Índio e Morro da Ponta Rasa – Guarujá**. Parecer. São Paulo: Condephaat, 1985. (Processo n. 00428/1974.)

CONDEPHAAT. CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Condephaat, 1982. (Ordem de Serviço n. 01/1982.)

INFO PATRIMÔNIO. **Preservação do patrimônio cultural brasileiro**. Disponível em: www.infopatrimonio.org. Acesso em: 23 mar. 2021.

PEREIRA, P.; PEREIRA, D.; ALVES, M. I. C. **Patrimônio geomorfológico: da actualidade internacional do tema ao caso português**. In: CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, 5., 2004, Guimarães. Actas... Guimarães, 2004. Disponível em: http://apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/B3_14Out_Paulo%20Pereira.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.



ICATU, ÁGUAS BOAS: Um Mergulho Nos Aspectos Físicos E Urbanos Da Cidade De Icatu-MA.

Bruna Allohana Costa Da Silva¹
Rousilena Cantanhêde Costa²
Adivan Ribeiro Garcês Junior³

RESUMO

Icatu está inserida na mesorregião Norte maranhense, faz limites com os municípios Axixá, Cachoeira Grande e São José de Ribamar, limita-se com o município de Humberto de Campos, Morros, Axixá, São José de Ribamar e com o Oceano Atlântico, estando a 38 km da capital do Maranhão, São Luís. O objetivo deste trabalho é demonstrar os aspectos físicos e urbanos da cidade de Icatu, analisando dados sociais e ambientais do município com base em sites governamentais e captação de dados de campo, buscando descrever como tem sido seu desenvolvimento social em âmbitos relacionados à educação, biomas, território, aspectos econômicos, entre outros, onde um dos resultados foi a observação de falhas como no quesito geração de emprego, falta de saneamento básico e saúde.

Palavras-chave: Icatu; Maranhão; Cidade; Aspectos Urbanos; Aspectos Físicos.

INTRODUÇÃO

A cidade de Icatu fica 12 metros acima do nível do mar, considerada uma das cidades mais antigas do estado do Maranhão. Já foi conhecida como Águas Boas, Vila de Icatu e Arraial de Santa Maria de Guaxenduba até receber a categoria de Cidade em 1924, onde seu nome atual, Icatu, é advindo do tupi, junção dos termos *y* (água, rio) e *katu* (bom), que significa "águas boas", pois possui muitos rios e riachos, dando sentido à origem de seu nome indígena, que também é parte do brasão de armas da cidade (IBGE Cidades, 2010). Antes da colonização Portuguesa, a área era território tradicional da etnia indígena dos potiguaras, alguns detalhes da arquitetura portuguesa ainda são vistos nos casarões coloniais, no centro da cidade e na praça matriz Jerônimo de Albuquerque, como por exemplo o coreto

da praça que tem azulejos portugueses e na sede da Igreja católica da cidade, criada após a vitória dos portugueses na Batalha dos Guaxendubas.

A cidade de Icatu está localizada na mesorregião Norte Maranhense e na microrregião de Rosário, fazendo parte da Área de Proteção Ambiental Upaon Açú – Miritiba – Alto Preguiças (IBGE, 2010), a altitude da sede do município de Icatu é de 12 metros acima do nível do mar e sua variação térmica é bem pequena de acordo com a maior parte do Maranhão, com o clima Equatorial quente e muito úmido. Sua temperatura oscila entre 22,8°C e 31°C, variando entre os períodos de janeiro a junho, que são chuvosos e possuem médias mensais superiores a 272 mm e, outro seco, que vai de julho a dezembro (Brasil Escola, 2021). O município de Icatu está inserido nos domínios da Bacia Sedimentar do Parnaíba, possuínte de depósitos de Pântanos e áreas de Mangue, constituídos por argila e silte, recobertos por vegetação herbácea de pequeno porte, plantas de caule mole que não produzem madeira. O PIB Per Capita era de 5.795,84 R\$ em 2018, quando o último censo foi feito e a cidade tinha 27.269 habitantes em 2020, e uma área de 1.125 km², equivalente à 17,35 habitantes por km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,546 (IBGE, 2010) .

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar e analisar os aspectos físicos e urbanos da cidade de Icatu, a terceira cidade mais antiga do Maranhão, que possui uma história marcante e antiga com base em pesquisas bibliográficas em sites oficiais e visitas a campo.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado com dados presentes em sites de órgãos brasileiros, como o Censo do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, site de Unidades de Conservação do Brasil, que tratam sobre a cidade de Icatu com números, gráficos e avaliações quantitativas. Outro meio de captação de conteúdo utilizado foi por meio de pesquisas bibliográficas de materiais disponíveis na internet, assim como vivências em campo durante visitas à cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Icatu foi fundada como “Vila de Icatu” no período de colonização do Maranhão, onde a primeira Igreja Católica para Nossa Senhora da Ajuda começou a ser construída após a vitória dos portugueses sobre os franceses na batalha de Guaxenduba, ao ser aprovada pela Corte Portuguesa, porém, apenas em 22/04/1924 obteve sua autonomia política pela Lei Estadual nº 1179/1924, sendo intitulada cidade. A figura a seguir (figura 1) mostra a cidade de acordo como Google Earth, demonstrando área de 1.124,445 km² em sua unidade territorial, sua população é de 27 269 habitantes e sua densidade demográfica equivale a 17,35 habitantes/km² (IBGE, 2010). Inserida na mesorregião Norte maranhense, na microrregião de Rosário, Icatu compreende seus limites ao Norte com o Oceano Atlântico e o município de Humberto de Campos, a Leste limita-se com Humberto de Campos, a Oeste com Morros, São José de Ribamar e o Oceano Atlântico e ao Sul com Morros e Axixá.

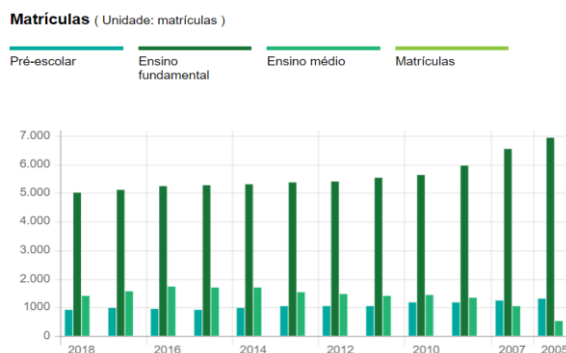
Figura 1 - Visão 3D do Centro de Icatu -MA



Fonte: Google Earth, 2021.

O censo do IBGE do ano de 2010, declara que 6% da população reside na zona urbana, afirmando que a cidade possui a porcentagem de arborização de vias públicas declarada como 10,1% e a urbanização de vias públicas como 0,1%, que trata dos domicílios urbanos em face de quadra presença de bueiro, pavimentação, meio-fio e calçada, domicílios urbanos totais, lembrando do fato que apenas avenidas e ruas ligadas a praça da cidade possuem pavimentação. A água consumida na cidade de Icatu é distribuída pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, serviço municipal ligado a 803 domicílios através da central de abastecimento IBGE (2010), a coleta de lixo e o esgotamento sanitário não atendem as recomendações necessárias, promovendo a criação de diversos lixões a céu aberto na cidade e seus arredores. No quesito educação, os níveis escolares têm a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade descritos em 94,9%, onde 72 escolas são de ensino fundamental, que contam com 5.004 matrículas e 405 docentes desse nível. Já as escolas de ensino médio são apenas 3, contando com 61 docentes e 1.392 matrículas de discentes, segundo dados do IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em conjunto com o censo do IBGE 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Escolarização Icatu-MA.



Fonte: IBGE, 2010

Quanto aos aspectos naturais, os biomas que predominam na região são o Amazônico, que ocupa cerca de 40% do território brasileiro e é considerado o maior do país, assim como o bioma Cerrado, que é o segundo maior em extensão, e está dentro da APA, Área de Proteção Ambiental Upaon Açu – Miritiba – Alto Preguiças, criada de acordo com as Unidades de Conservação do Brasil, em 05/06/1992, por meio do decreto - 12.428, com o objetivo de regular o uso e ocupação do solo, exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção da fauna e flora, a manutenção das biocenoses e os

padrões de qualidade das águas, de uma área de aproximadamente 1.535.310 hectares dentro da jurisdição da Amazônia Legal desde 1992, tendo como Órgão Gestor estadual a (SEMA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (Unidades de Conservação do Brasil, 2019).

A variação térmica da cidade, assim como no resto do Maranhão, possui pequenas variações de umidade e pluviometria durante o ano, onde podemos considerar o clima do município como predominantemente quente e muito úmido devido à influência da Floresta Amazônica, resultando em uma intensa evapotranspiração, onde a temperatura se mantém variada entre 22,8°C e 31°C durante o ano (Brasil Escola, 2021). Segundo Corrêa Filho (2011), esses eventos de origem climática, hidrológica, oceanográfica e a intensa atividade eólica e marinha faz com que a cidade se encontre como parte do Golfão maranhense, que é possuínte de uma estrutura geológica frágil por causa de sua exposição aos agentes modeladores do relevo.

A área do município de Icatu está inserida nos domínios da Bacia Sedimentar do Parnaíba, uma bacia sedimentar intracratônica brasileira, localizada na região nordeste ocidental, ocupante de 665.888 km² de área, dividida entre Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Bahia e Ceará, que tem forma elíptica, seu eixo maior tem orientação NE–SO com comprimento de 1.000 km, seu depocentro tem máxima deposição em uma bacia geológica e maior espessura do pacote de camadas da unidade estratigráfica, sua coluna sedimentar tem aproximadamente 3.500 m (ANP, 2015).

A cidade é banhada pelo rio Munim, pelos rios Anajatuba, Rio Axuí, Rio Grande, Rio do Meio, Rio Itatuaba e outros, e por igarapés como o Igarapé do Retiro, Igarapé do Cabral, Igarapé do Sertão, dentre vários outros, valorizando o nome "Águas Boas", dado pelos índios (IBGE Cidades, 2010).

RESULTADOS

Na área rural, locais como a "Fonte de Dona Sebastiana" (Foto 2), nomeada por antigos moradores do povoado Santo Antônio, são usados para lavar roupas na parte distante da cabeceira e as águas da nascente servem para beber e cozinhar, coletadas diretamente dos olhos d'água nas margens.

Foto 2 - Lago conhecido como "Fonte de Sebastiana", Área Rural de Icatu.



Fonte: Silva, B. A. C., 2019

Na área urbana não há água fornecida pela prefeitura diariamente, é inviável furar poços artesianos devido a altitude e os moradores dependem da água das casas que possuem poços e rios.

Da área mais alta da cidade, é possível observar o Rio Munim, local onde muitos pescam para sobreviver, e vê-se também as casas da área mais baixa do centro da cidade. Percebe-se que na área rural o saneamento básico é inexistente, não há coleta de lixo, todo resíduo é queimado ou descartado em lixões, não existem hospitais próximo, nem água encanada na maior parte das casas, muitos utilizam os lagos, rios ou compram bombas para puxar água, outros fazem poços artesianos, mas também vemos isso no centro da cidade, pois os caminhões de coleta de lixo não abrangem todas as ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda falta muita informação em relação à cidade de Icatu nos meios virtuais sobre os seus aspectos urbanos e físicos, e sobre seu desenvolvimento, porém, conseguimos acompanhar alguns dados importantes por meios virtuais, como a sua localização no Golfão Maranhense e sua relação com a Área de Proteção Ambiental Upaon Açú – Miritiba – Alto Preguiças. É de extrema importância que se observe a realidade social da cidade, pois os dados confirmam que a pecuária, a pesca e o extrativismo vegetal de lavouras permanentes e temporárias são as maiores fontes de renda da área rural da cidade, principalmente na plantação familiar de mandioca para produção de farinha e outros.

O setor empregatício ainda é muito defasado, representado por 32 unidades empresariais atuantes por meio do trabalho informal na cidade (IMESC, 2010), o que vem proporcionando cada vez mais êxodo rural, inclusive problemas com infraestrutura e saneamento básico, pois em visita a cidade de Icatu, é possível verificar que muitas pessoas sofrem com a falta de água encanada em suas casas, o que leva essas pessoas a recorrer a poços artesianos, carregar e armazenar água em baldes para beber e cozinhar, muitas casas ainda são de adobo e não possuem sequer banheiros dentro delas. É devido aos bons aspectos hidrográficos, que muitas famílias conseguem se manter em relação a necessidades básicas de limpeza e devido os bons solos para plantio que muitos sobrevivem sem empregos fixos.

REFERÊNCIAS

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - (2015). **Bacia do Parnaíba: Sumário Geológico e Setores em Oferta Décima Terceira Rodada de Licitações de Petróleo e Gás** ed. Brasil: Agência Nacional do Petróleo. 23 páginas.

APA Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiças. Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/783>>. Acesso em: 06/03/2021.

CORREIA FILHO, Francisco Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Icatu** / Francisco Lages Correia Filho, Érico Rodrigues Gomes, Ossian Otávio Nunes, José Barbosa Lopes Filho. - Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

GOMES, Rodrigo Rodrigues Freire. CLIMA DO MARANHÃO - Geografia Infoescola, ???- Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/clima-do-maranhao/>>. Acesso em: 06/03/2021

IBGE. Panorama Icatu (MA), 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/icatu/panorama>>. Acesso em: 06/03/2021.

Icatu (MA). Cidades e Estados IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/icatu.html>>. Acesso em: 06/03/2021.

IDEB INEP, 2021. Icatu (MA). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6676710>>. Acesso em: 06/03/2021.

IMESC, Atlas. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home>>. Acesso em: 06/03/2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Aspectos Naturais do Maranhão "; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-maranhao.htm>. Acesso em: 06/03/2021.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 06/03/2021.



AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO MARANHÃO E A SUA REPRODUÇÃO A PARTIR DA AGRICULTURA: um estudo de revisão bibliográfica

Francisca Sousa da Costa³³

Resumo

O objetivo deste trabalho foi compreender o processo de reprodução da agricultura familiar nas comunidades negras rurais, a partir de estudos já consolidados por autores que discutem a temática em questão. A metodologia utilizada foi a revisão teórica e bibliográfica, com pesquisa em manuais e livros. Para realização da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, e os procedimentos metodológicos foram realizados através de levantamento e revisão bibliográfica de temas que envolvem comunidades negras rurais e reprodução da agricultura familiar. Identificou-se os principais conceitos difundidos na literatura do termo quilombola, a distinção entre terras de preto, terras de santo e de caboclo, bem como os modos de organização da (re) produção da agricultura familiar. Diante deste contexto, o referido estudo proporcionou compreender que as comunidades negras rurais se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, e que por isso recebem diferentes denominações.

Palavras-chave: Comunidades negras rurais. Reprodução. Agricultura.

1 Introdução

O estudo sobre comunidades quilombolas nas últimas décadas têm crescido de forma considerável. Apesar de conquistas importantes nas produções acadêmicas sobre o tema, ainda se faz necessário, discussões a cerca deste, para compreender as complexidades de organização desses territórios existentes no Brasil, sobretudo no território maranhense. Sendo este um dos territórios com maiores números de quilombos do país.

³³Especialista em Docência do Ensino Superior, Bacharel e licenciada em Geografia, pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: franscgeo@gmail.com

No intuito de compreender esses territórios, é necessário conhecer o seu sistema de organização e, isso implica numa interação com o espaço, com o ambiente, com a cultura, com a ideologia, com a divisão do trabalho, com a cooperação, com as crenças e com os costumes de quem vive neles.

Deste modo, o objetivo deste trabalho foi compreender o processo de (re) produção da agricultura familiar nas comunidades negras rurais, a partir de estudos já consolidados por autores que discutem a temática em questão.

2 Procedimentos Metodológicos

A Metodologia utilizada foi a de revisão teórica e bibliográfica, com pesquisa em artigos, laudos antropológicos e livros. Para realização da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, e os procedimentos metodológicos foram realizados através de levantamento e revisão bibliográfica de temas que envolvem comunidades negras rurais e reprodução da agricultura familiar. Os principais autores utilizados foram Maria do Socorro Gomes Araújo, Domingos Leite Lima Filho, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glória Moura, dentre outros.

3 Resultados e Discussões

Compreender os territórios quilombolas faz-se necessário, inicialmente, identificar os principais conceitos difundidos na literatura. Podemos citar autores que trazem essa discussão como Benedito Souza Filho, com a produção “os pretos de Bom Sucesso” e Alfredo Wagner Berno de Almeida, com a produção “Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico”.

Moura (2007) corrobora quando diz que atualmente o quilombo é definido como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo.

Mas, também, as terras de preto, os mocambos, as comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, e Comunidade Quilombola, todas essas denominações estão relacionadas a grupos sociais descendentes de escravos africanos existentes no território latino-americano, principalmente no Brasil (SILVA, 2003 *apud* TEIXEIRA e LIMA, S/D).

O sistema colonial e imperial brasileiro adotou a prática escravista, traficando e comercializando africanos e africanas trazidos para que os senhores coloniais e imperiais se apropriassem da força de trabalho escrava. Mas, o povo negro que foi escravizado reagiu aos atos desumanos adotados pela ordem vigente, fugindo, lutando e resistindo e, em busca de liberdade se refugiam nos chamados quilombos.

A territorialização dos quilombos ou mocambos ocorreu a partir deste contexto. Contudo, no decorrer do período colonial e imperial os quilombos foram reprimidos violentamente com o propósito de desestruturar a organização dos negros e das negras nos territórios dos quilombos.

Alguns elementos têm sido considerados essenciais para a caracterização de certo grupo como quilombola. Um desses elementos é a autonomia consequente do processo histórico, conquistada pelas comunidades ao longo dos anos. Isto foi possibilitado, de um lado, pela decadência das plantações

brasileiras (de algodão, de cana-de-açúcar e de café) iniciadas no século XVII devido à concorrência com as Antilhas, e conseqüentemente o enfraquecimento do poder dos grandes proprietários; do outro lado, a crescente autonomia dos quilombos como unidades de produção familiar.

Outro elemento importante na caracterização das comunidades negras é a forma como é feito o uso da terra, entendendo como ocorre o processo de configuração do espaço em que vive, e que se distingue de outras formas tradicionais de apropriação dos recursos da natureza. Neste contexto, têm-se as terras de uso comum, em especial as terras de preto, em que a ocupação não é realizada de maneira individualizada e, sim no sistema de uso comum.

Segundo Araújo (2006), foram nas terras abandonadas durante o declínio das grandes fazendas, que permaneceram os trabalhadores negros, escravos fugidos ou libertos, índios e mestiços, que se originam as comunidades camponesas tradicionais até hoje existentes. Estas populações, que se instalam nas antigas fazendas, nos mocambos, nas “terras de preto”, ou nas “terras de santo”, constituindo assim, os vários quilombos ainda existentes ou as comunidades remanescentes quilombolas, que praticam desde então uma organização social da produção baseada no campesinato comunal, no cultivo coletivo e livre, na produção complementar e na economia solidária e de trocas intercomunitárias de excedentes.

E que ao longo de mais de 250 anos de sua formação histórico-social e étnico cultural, estas comunidades desenvolveram uma economia interligada, baseada no manejo sustentável da região: uma pescava, outra tecia rede, a terceira montava barcos, uma quarta fazia cerâmica, uma quinta plantava mandioca que era transformada em farinha pela sexta, etc. (ARAÚJO, 2006).

Tem-se como exemplo a situação de Alcântara-MA, em que se encontram as mais diversas territorialidades específicas, que possuem uma estrutura organizacional própria, tais territorialidades foram classificadas por Almeida (1989) nos termos terras de pretos, terras de caboclo e terras de santo. Estas foram surgindo de acordo com a forma de desintegração de cada uma das fazendas. A consolidação e a autonomia destas territorialidades acabaram fortalecendo uma identidade própria, articulando atividades agrícolas e extrativas.

4 Considerações Finais

Diante deste contexto, o referido estudo proporcionou compreender que as comunidades negras rurais se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, e que por isso recebem diferentes denominações. Foi possível compreender também, os modos de organização desses territórios, bem como, o processo de (re) produção da agricultura familiar. E que esse modelo de agricultura, na maioria das vezes, tem se constituído como um símbolo de resistência para essas comunidades. Além disso, a agricultura familiar tem sido o principal meio de subsistência que fortalece as comunidades negras rurais.

Referências

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Tecnologia espacial e desestruturação sociocultural das comunidades quilombolas de Alcântara**. Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba: n. 2, 1º semestre de 2006, p. 209-225.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Cap. 1.

MOURA, Glória. **Salto para o Futuro: Educação Quilombola**. Proposta pedagógica. Boletim 10. Junho de 2007.

TEIXEIRA, Luciana Araújo.; LIMA, Deise Guadalupe de. **Agricultura Familiar: terra, produção e organização social das comunidades remanescentes de quilombos no estado de mato grosso do sul**. Acesso: 23/06/2013. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/163.pdf.



MAPEAMENTO SOCIAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A TERRITORIALIDADE CAMPONESA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TUCUNS, LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM)

Francisco de Oliveira Viana³⁴

Ademir Terra³⁵

Resumo

RESUMO: Os desafios da produção e reprodução camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tiveram sua gênese com a efetiva criação do parque e posteriormente com sua classificação como Unidade de Proteção Integral, onde o órgão gestor impôs diversas restrições às comunidades tradicionais que residem nos seus domínios antes mesmo de sua criação. Tais restrições estabeleciam limitações à manutenção do modo de vida dessas comunidades, como da agricultura de subsistência, a exemplo da comunidade Tucuns – recorte espacial da presente pesquisa que objetivou analisar os desafios da produção camponesa frente às restrições da política de preservação ambiental, com suporte do método materialismo histórico e na análise da observação participante. Durante as atividades de campo, foram realizadas visitas exploratórias e técnicas à comunidade Tucuns e ao escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, onde dialeticamente procuramos levantar informações, sempre com o intuito de dar vez e voz aos camponeses, agentes socioespaciais que vivem aos sobressaltos em razão da iminente desterritorialização.

Palavras-chave: Campesinato, Unidade de Conservação, Conflitos, Tucuns, Lençóis Maranhenses.

1 Introdução

O Brasil, detem enorme riqueza de fauna e flora nativas, que se relacionam diretamente com o homem. Essa relação, segundo os preservacionistas ambientais, pode causar ainda mais a degradação dessa biodiversidade, tendo como consequência a finitude dos mesmos. Nesse contexto, na tentativa de garantir a preservação desses recursos nacionais, é que se materializou a implantação de Unidades de Conservação-Ucs, como afirma Terra (2017)

A política de implantação dessas áreas, tem sua gênese inspirada na práxis, no Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, uma vez que esta foi a primeira UC criada no mundo, tornando-se assim, num modelo para diversos países, em especial os de terceiro mundo, como afirma Diegues (1979), sem, no entanto, considerar as especificidades de cada território.

No Brasil, essas unidades se dividem em duas categorias: as de proteção integral e as

³⁴ Graduando em Geografia licenciatura- UEMA

³⁵ Prof^ª Dr^ª. do Departamento de Geografia e História, CECEN/UEMA.

de uso sustentável³⁶. A problemática das UCs Brasileiras, é que as de proteção integral restringe a presença humana, ainda que os grupos humanos lá estejam, muito antes de sua criação. Essa política é justificada pelo órgão gestor das unidades, com a premissa de que a presença humana podem degradar ainda mais esses espaços a serem preservados.

É nesse contexto que se desencadeiam os conflitos socioambientais, uma vez que nelas habitam comunidades tradicionais, denominadas por Queiroz (1973) como populações camponesas, as quais segundo Arruda (1999), apresentam um modelo de ocupação e o uso dos recursos naturais para garantir sua subsistência.

Com o intuito de retirar essas populações desses territórios, o órgão gestor dos parques, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), respaldado na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), impõe restrições e multas que acabam por dificultar o modo de vida dos camponeses que vivem nessas áreas.

A pesquisa teve como principal objetivo analisar o processo de institucionalização dos conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e de forma mais específica a comunidade Tucuns, que é o principal foco dessa pesquisa. Bem como analisar como o modelo de Unidades de Conservação impactou na vida dos moradores dessa comunidade.

2 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de atender tais objetivos, empregamos o método do materialismo histórico dialético, onde através do mesmo, tentamos compreender a relação histórica que há entre os camponeses da comunidade Tucuns e seu território, bem como entender como as relações de convívio influenciou na atual organização socioespacial da comunidade visando sua produção e reprodução.

No percurso metodológico, realizou-se levantamentos bibliográfico acerca de temas inerentes à política de preservação ambiental, o modo de produção camponês, comunidades tradicionais e conflitos socioambientais, em em livros, artigos, teses, relatórios, e alguns documentos civis elaborados pela própria comunidade de Tucuns, que em geral não são considerados nos estudos, a chamada literatura cinzenta (PSICOTA, 2003).

No trabalho de campo foram realizadas visitas técnicas e exploratórias a comunidade Tucuns, onde focamos, sobretudo na análise a observação participante. Posteriormente foram

³⁶ Art. 7º Unidades de Proteção Integral cujo objetivo básico “é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” e a Unidades de Uso Sustentável que tem como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

realizadas duas entrevistas gravadas e transcritas com representantes do ICMBio, e principalmente com os atores condicionantes desta pesquisa, os camponeses, acerca de questões inerentes a temática dessas pesquisas. Os dados obtidos foram tabulados no relatório oficial da pesquisa, e disponibilizado para a PPG-UEMA (Pró-reitoria de Pesquisa e Graduação da Universidade Estadual do Maranhão).

3 Resultados e Discursões

Dentre os 71 parques Nacionais (PARNAS) que existem hoje no Brasil, e que são geridos pelo ICMBio, está o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) (figura 1), situado na costa semiárida do norte do estado do Maranhão, a 370 km da sua capital, São Luís, o qual possui uma área de 156.584 ha., sendo que 90.000 ha. são constituídos de dunas livres e lagoas interdunares. O PNLM foi criado em 1981, cuja foi sugerido como um espaço, elaborado pelo projeto do RADAM-BRASIL³⁷, da década de 1970.

Figura 1. Mapa de Localização da comunidade Tucuns no Parque Nacional dos Lencóis Maranhenses



Fonte: VIANA, 2020.

A comunidade de Tucuns vivia historicamente harmonica com o espaço que hoje compreende a área do PNLM, Castro(2012) afirma que há estudos que remontam que essas populações estejam lá desde o periodo colonial, onde mantinham com os recursos naturais, uma dinâmica de dependência e parceria, onde tudo que era retirado da natureza, era repostado da mesma maneira, com replantios e outras práticas de reposição camponesa. No entanto, desde

³⁷ Projeto operado entre 1970 e 1985, gerido pelo ministério de Minas e Energia, e teve como objetivo principal a cobertura e análise de diversas áreas do território brasileiro por imagens aéreas de radar, que foram obtidas por meio de aeronaves.

a implantação e implementação do PNLM, seus modos de vida afetados pela política de preservação ambiental, que restringe as práticas que são fundamentais a sua sobrevivência. Desde as constantes fiscalizações do ICMBio, atividades como a criação de animais, plantações, construção de novas moradias, foram pro restritas. Como afirma Arruda(1999), as práticas inerentes aos modos de vida dessas populações não são reconhecidas, mas ao contrário, passa a ocorrer uma criminalização dos atos mais comuns que os camponeses desenvolvem.(ARRUDA, 1999.p.3).

Ainda que a política de preservação ambiental justifique as restrições, com a premissa de que a presença humana poderia degradar ainda mais esses espaços, o que se observa é que há diversas contradições no que tange a gestão do PNLM. Uma delas diz respeito a inserção do turismo, que funciona como uma atividade legal e econômica nas dependências do parque, e que deveria ao mínimo desenvolver práticas do ecoturismo, no entanto, é perceptível que as práticas turísticas no parque, apresentam danos ao meio, uma vez que são depositados nas praias grandes quantidades resíduas sólidas, e estruturas que degradam o ambiente do parque. Na comunidade de Tucuns por exemplo, a prefeitura de Barreirinhas construiu uma ponte para facilitar a travessia dos turistas, que está assoreando um dos principais rios que serve de subsídio para a subsistência dos camponeses.

Além dessa, uma outra contradição, está relacionado a criação do PNLM, que foi idealizado em 1970, ou seja, durante o período de vigência do regime militar, onde os processos não foram conduzidos de forma democrática, e os comunitários não tiveram seus direitos preservados, pois não participaram do processo de criação dessa Uc, como lhes consta garantido nos artigos 2º e 4º do Sistema Nacional de Unidades de conservação. Terra (2017), pontua que o PNLM comete o pecado original, justamente por não ter inserido as comunidades locais, no processo de criação dessa unidade.

4 Considerações Finais

Durante a pesquisa, foi possível compreender que os conflitos socioambientais emergem no PNLM, a partir do momento em que as comunidades tiveram seu modo de vida afetado pela política de preservação ambiental, que restringiu as suas atividades.

Assim, durante a pesquisa, foi também perceptível que as comunidades que estão inseridas no PNLM, enfrentam diariamente diversos desafios de garantirem sua produção e reprodução, frente a política de preservação ambiental, que não visualiza as comunidades, como possíveis colaboradoras de um manejo sustentável.

A comunidade de Tucuns em função das restrições, e as consequentes multas, buscam alternativas fora de suas práticas, muitas vezes até se subordinando às práticas de

comercialização capitalista, tendo eles que comercializar parte de sua produção, para garantir a reprodução de produtos básicos. Um movimento que Oliveira(2007), denomina de “vender para comprar”.

Apesar do órgão gestor do parque, o ICMbio , pontuar que pune todas as práticas que podem causar degradação as áreas que correspondem o PNLN, o que se observa é que há uma tolerância do órgão gestor com as atividades turísticas, em detrimento das comunidades locais. De fato, com base nessas análises, fica claro que dentro de relações interesadamente capitalistas, alguém sai ganhando, e nesse caso os ganhadores não são os camponeses.

Referências

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a Proteção de Recursos em Unidades de Conservação; Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba (PR), 1999.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, Económica, 1979.

TERRA, A. **Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Bueitizal**. Ed. Boletim. Goiano de. Geografia. Geogr. (Online). Goiânia 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. PISCIOTTA, K. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo.



GEOGRAFIA DA DISPERSÃO SOCIOAMBIENTAL E SOCIOESPACIAL DA APA DO ITAPIRACÓ E SUA UTILIZAÇÃO EM SÃO LUÍS - MA

Vanderson Viana Rodrigues³⁸
Eliezer Henrique da Silva Sousa³⁹

Resumo

A APA do Itapiracó localizada em São Luís, na Ilha do Maranhão é um espaço socialmente utilizado e conta com uma vasta área biogeográfica e dispersão socioambiental e socioespacial de espécies vegetais e animais, assim, partindo do pressuposto de que a área da unidade de conservação contribui para a manutenção e agregação de espécies vegetais e animais a APA foi criada pelo Decreto Estadual n 15.618 de 1997. Neste sentido este trabalho tem como objetivo principal a geografia da dispersão socioambiental e socioespacial das espécies e da utilização da APA pela sociedade, assim como a distribuição biogeográfica dos elementos no espaço. Para construção do trabalho foi realizado levantamento da legislação da APA do Itapiracó, a políticas públicas ambiental local, teorias sobre as unidades urbanas de conservação, assim como materiais técnicos sobre a relações entre pessoas e áreas verdes e fundamentalmente de conteúdos biogeográficos e sociogeográficos. Além disso foi feita a visita de campo na Reserva do Itapiracó no dia 08 de dezembro de 2020, com o intuito de recolher dados e fazer registros fotográficos, e assim avaliar os impactos ambientais.

Palavras-chave: APA, Preservação ambiental, Geografia.

1 Introdução

A Área de Proteção Ambiental - APA⁴⁰ do Itapiracó faz parte do Sistema Estadual de Unidade de Conservação do Estado do Maranhão e está agrupada dentro das Unidades de Uso Sustentável, sendo criada através do decreto N° 15.618, de 23/06/1997. A área de Preservação do Itapiracó está localizada na divisa entre os municípios de São Luís e São José de Ribamar no Estado do Maranhão, localizada nas coordenadas geográficas de latitude 2° 31' 34" S e longitude 44° 12' 80 W.

A APA Abrange uma área de 322 hectares (115.000m²) de conservação ambiental mantida pelo decreto Estadual de número 15.618/97, na qual prevê a manutenção da cobertura vegetal remanescente da Floresta amazônica com fisionomia da mata dos cocais, classificada em mata de terra firme e periodicamente representada por Angelim (*Dinizia excelsa ducke*), Andiroba (*Carapaguianensis*), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Bacuri (*Platoniainsignis*), Ariri (*Syagrusvagans*), Sapucaia (*Lecythispisonis*), Buriti (*Mauritia flexuosa*), e Tucum (*Astrocaryumvulgare*), entre outras.

A grande cobertura vegetal desse local mesmo tendo passado por diversos processos de modificação e agressões é fundamental, pois serve como um “ar condicionado urbano” para refrescância

³⁸ Mestrando em Geografia – PPGG/UEPA; Graduado em Geografia – UEMA; Pós-graduando em Meio Ambiente, Desenvolvimento e sustentabilidade – UCAM; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM/UEMA, Bolsista FAPEMA 2021/2022; vanderson2016rodrigues@gmail.com

³⁹ Graduando em Geografia – UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM/UEMA, Bolsista de Iniciação Científica do programa PIBIC/FAPEMA/UEMA 2020/2021; henriqueeliezer060@gmail.com

⁴⁰ São um tipo de área protegida previstas na legislação brasileira como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que correspondem a áreas em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas [...] (LEITE. 2015).

da Ilha de calor ao redor das comunidades que circunvizinham a área. Com a evapotranspiração das plantas ocorre o aumento da umidade do ar trazendo um conforto térmico na região, além de contribuir para as relações sociais em função da boa sensação térmica que a área proporciona.

Partindo do pressuposto de que a área da unidade de conservação contribui para a manutenção e agregação de espécies vegetais e animais temos na APA do Itapiracó um refúgio com diferentes características de uma ilha vegetal, um ponto de manutenção da fauna e da flora que antes abrangia toda a superfície da ilha do Maranhão. Temos como objetivo do trabalho a descrição geográfica da dispersão socioambiental e socioespacial das espécies e da utilização da APA do Itapiracó pela sociedade, assim como a distribuição biogeográfica dos elementos no espaço.

2 Procedimentos Metodológicos

O trabalho parte das preocupações com as condições de conservação ambiental da APA do Itapiracó na capital São Luís, em que a vegetação da área e a preservação da mesma contribuem para o aumento da densidade biogeográfica na ilha do Maranhão, pois a reserva tem funcionado como um ponto de resistência, tendo a sua vegetação preservada e sendo mantida por decisões judiciais, isso não quer dizer que a área não tenha passado por processos de degradação, mais que mesmo passando por isso tem sido resiliente. A mesma tem proporcionando conforto térmico e bem-estar fisiológico para as pessoas que usufruem de seu espaço para diversas atividades.

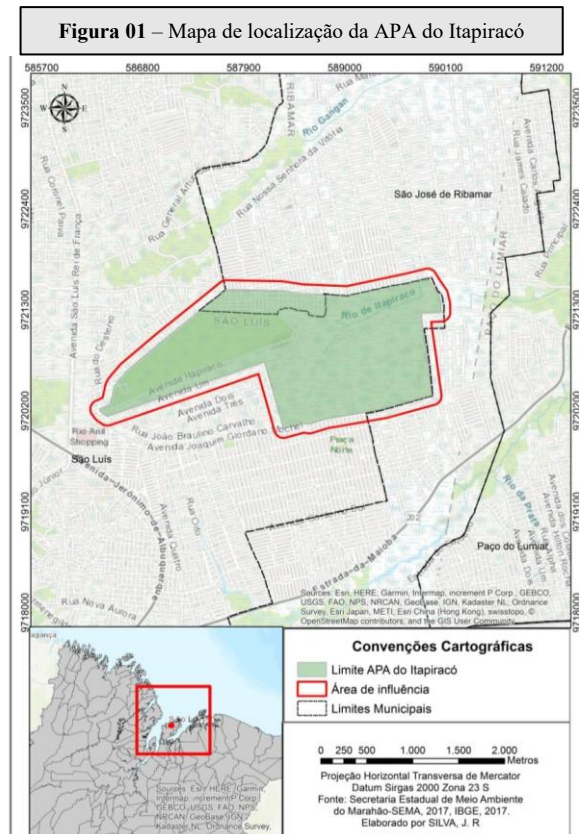
Existem algumas leis que asseguram a preservação e manutenção do local e auxílios sanitários da Secretaria de limpeza e do IBAMA. Para Silveira (1970) a preservação da natureza é restaurar, no possível, o que foi destruído e modificado por ação antrópica, conservando o equilíbrio biológico nos ambientes naturais. Com base nessa perspectiva, a APA ainda precisa ser recuperada por inteira, pois existem áreas degradadas e que necessitam de atenção para não sofrerem com queimadas e ações antrópicas que as asseverem.

Para fundamentar o trabalho foi feito levantamento relacionado à legislação da APA do Itapiracó, a unidades de proteção ambiental, políticas públicas, unidade urbana conservação, relações entre pessoas e áreas verdes e fundamentalmente de conteúdos biogeográficos e sociogeográficos. Além disso, foi feita a visita de campo na Reserva do Itapiracó no dia 08 de dezembro de 2018, com o intuito de recolher dados e fazer registros fotográficos, e assim avaliar os impactos ambientais na região. Na ida ao parque, foram realizadas entrevistas com quem frequenta o local, observando a percepção delas sobre a vegetação da região.

Para uma melhor visualização das condições da área foi o realizado mapeamento de localização da área e a criação de uma área de influência da APA em 100 metros do limite da reserva em gabinete utilizando-se os *Soft Qgis Desktop 2.18.12* e *ArcMap 10.3* e a adequação e cromagem de fotos a serem utilizadas, que foram digitalizadas e vetorizadas através do programa *CorelDraw X7 (64-bit)*, também nos utilizamos de imagens de satélites *Landsat/Copernicus 2018*, coletadas no *Google Earth Pro*.

3 Resultados e Discussões

A Área de Proteção Ambiental do Itapiracó foi criada pelo Decreto Estadual n 15.618 de 1997 e está localizada no município de São Luís, Maranhão. A APA está inserida em área urbana e sofre constante pressão antrópica. Conta com uma área total de 322 hectares, incluindo zonas de Matas de Galeria (figura 01).



A Reserva do Itapiracó é regulamentada como uma unidade de conservação de uso sustentável, classificação que autoriza o acesso do homem aos recursos naturais e até mesmo o povoamento da região. Em 2017, o espaço ganhou mais de 15 praças, campos de futebol, futebol de praia e futevôlei, parquinhos infantis, circuito de skate, trilhas ecológicas, pista de *cooper* e áreas de estacionamento.

O parque contém mais de 10 km de áreas para caminhada e foi considerado o maior centro de lazer do estado, também recebendo eventos e programações especiais. Observações da legislação do Decreto Estadual nº 15.618 de 1997 e suas modificações que interferem diretamente na área e na manutenção da APA notamos que a quebra de braço entre governo e população é acirrada e complexa, pois por ser uma grande área em uma região de grande importância econômica e também imobiliária tem muito interesse econômico.

Em 2018 foi promulgada a portaria nº 079/2018 que destina os funcionários e gestores da área “para promover o acompanhamento e a fiscalização, exercendo a função de Fiscal [...] a execução dos serviços de limpeza e conservação, [...] do Itapiracó, localizados em São Luís - MA, e ainda,

fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, sob a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – Sema.”

A lei de criação do APA traz a justificativa do porquê do não enquadramento da área como parque: “Considerando que no Sítio do Itapiracó não ocorrem as condições determinantes a que se refere o inciso I do Art.2º da Lei 4.771 e Decreto 84.017, que justificam a criação de um “parque”; Considerando que, de fato, mais de 70% do Sítio do Itapiracó apresenta cobertura florestal muito alterada, enquanto a lei e decreto citados, mencionam que num “parque” pelo menos 80% da área deverá apresentar cobertura florestal primitiva; Considerando que, de fato, a extensão territorial do Sítio do Itapiracó é de 322 hectares, enquanto a lei e decreto citados, mencionam que num “parque” a extensão territorial deverá ser superior a 1.000 hectares.

Considerando que o Sítio do Itapiracó se encontra inserido em zona urbana, com elevadíssima densidade habitacional no entorno, e que a população exerce permanente e forte pressão antrópica; Considerando a necessidade de preservar atributos naturais ainda remanescentes, e a possibilidade de uso sustentado dos recursos, como um instrumento de Educação Ambiental; Considerando a oportunidade de viabilizar a implantação da infraestrutura para manifestações esportivas, culturais e de outros tipos de recreação e lazer, e, ainda de criar um pólo de atração para turismo intermunicipal e turismo de eventos.

3.1 Caracterização geoambiental da APA do Itapiracó

A área de estudo está localizada na Bacia sedimentar do Paraíba com cerca de 200 milhões anos e abrange os estados do Maranhão e do Piauí como atesta Serviço Geológico do Brasil CPRM (2011). A Litologia é formada por rochas de Conglomerados, Arenitos, Arenitos Arcoseanos, Argilitos, Folhelhos, Siltitos. Tem como formação geológica a formação barreiras e a unidade Itapecuru como idade entre 145,5 e 65,6 milhões de anos dentro do período cretáceo. O domínio geográfico e das coberturas sedimentares e vulcanosedimentares mesozoicas e paleozoicas, pouco a moderadamente consolidadas do tipo sinéclise ambientes deposicionais: continentais, marinhos, desérticos.

Segundo a classificação de solos da EMBRAPA (2011) a área da APA é composta por Latossolos amarelos distróficos de textura média e horizonte moderado são neossolos quartzarênicos Hidromórficos típicos áreas arenosas e de plano moderado a plano pouco ou moderadamente consolidados.

A geomorfologia da região está sobre a ordem dos tabuleiros e planícies de São Luís, como áreas de depósitos aluviâres consistentes e inconsistentes próximos aos rios Itapiracó canal de primeira ordem do Rio paciência e Rio Gangan que está a oeste da área de preservação. O relevo contém inclinação de 0° a 3° segundo o mapa geomorfológico do IBGE de 2017 e na classificação da EMBRAPA é considerado de baixo declive (figura 03).

Figura - 03: Plantas em áreas de recomposição faunística



Fonte: RODRIGUES, 2020.

A APA como descrito acima está e uma região de alta antropização devido ao crescimento populacional das últimas décadas na Ilha do Maranhão, embora houve um plano de contenção e de preservação nos últimos anos fazendo com que área se torne de uso da comunidade como ponto de lazer para um a melhor preservação a sobreposição de territorialidade causada pelo conflito de criação da reserva e moradores ainda causa grande impactos ambientais como queimadas frequentes (Figura 04) e deposição de resíduos no entorno e no interior da APA.

Figura - 04: Área de queimada na APA Itapiracó



Fonte: RODRIGUES, 2020.

As nascentes do Rio Itapiracó estão totalmente comprometidas, e com sua drenagem poluída devido ao a falta de rede de esgoto e drenagem para a população que acaba utilizando o canal para despejar os resíduos de coliformes termotolerantes e de uso domésticos, além de estar passando por um processo de assoreamento mantendo a calha do baixo mesmo em um início de período de grande pluviometria na região.

4 Considerações Finais

Fonte: RODRIGUES, 2020.

As áreas de preservação são importantes para a preservação do meio ambiente e qualidade de vida das pessoas, as áreas de preservação ambiental APA's tem sua seriedade ainda maior nas áreas urbanas como a do Itapiracó, devido a ser uma área que propõem um conforto térmico as moradias no entorno da reserva devido a vegetação que propicia a evapotranspiração necessária.

A APA embora seja de grande estima vem passando por um processo de degradação sem medidas, justamente pela falta de conhecimento da população que acaba transgredindo as leis ambientais vigentes para área, e a falta de fiscalização só contribui para esse processo de devastação do meio ambiente. A transformação da entorno da área em espaço de lazer e uma tentativa para a preservação dos fatores Fitogeográficos e Zoogeográficos da área com a inclusão da sociedade no processo de preservação do meio ambiente.

Referências

CPRM. **Pesquisa de recursos minerais**. Brasília – 2011.

EMBRAPA. **Relatório de atividades da Embrapa Cerrados**. Brasília, DF, 2011.

IBGE. **Plano de dados abertos 2016 – 2017**. Rio de Janeiro – 2017.

LEITE, O. **A Recepção Do Modelo De Áreas De Proteção Ambiental (APA) No Direito Brasileiro** (The Reception of the Concept of Environmental Protection Areas (APA) in Brazilian Law. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2015.

MARANHÃO, **Decreto nº 15.618 de junho de 1997**. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/uc/548773> Asseco em 20 de mar. 2021.

SILVEIRA, D. S. A. **As APAs do Brasil e o IBAMA**. São Paulo, 1970, p.1.



A ESPACIALIZAÇÃO DA COVID-19 NO ESTADO DO MARANHÃO (2020-2021)

Thiago Ronyerisson Silva Costa⁴¹

Raquel Pereira Santana⁴²

José Sampaio de Mattos Junior⁴³

Resumo

A pandemia de COVID-19 teve origem a partir da nova *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV-2), ou novo coronavírus, agente causador da doença denominada COVID-19, que surge no final de 2019 na China, tendo seu primeiro caso confirmado em território maranhense no dia 20 de março de 2020. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo, compreender a dinâmica do avanço da COVID-19 em território maranhense mediante o uso da Cartografia Temática. Em meio a isso, se utiliza dados provenientes dos boletins diários da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES) e utilizando a Cartografia Temática para o mapeamento e análise da difusão da pandemia. Quanto aos resultados, percebe-se que a Cartografia se faz essencial para acompanhar a disseminação do novo coronavírus, pois a partir do seu uso, podem ser aplicadas medidas que permitam controlar o fluxo de pessoas, verificar o processo de desigualdade socioespacial no acesso a serviços de saúde e alocar recursos para minimizar os efeitos da pandemia de COVID-19 no território maranhense.

Palavras-chave: Cartografia; Difusão; Coronavírus

1 Introdução

No último dia do ano de 2019, a China confirmou o surto de uma doença infectocontagiosa até então desconhecida, ocasionada pelo SARS-CoV-2 (*Severe Acute Respiratory Syndrome 2*) ou novo coronavírus, agente causador da doença denominada de COVID-19. Em meio ao descontrolado em conter o novo coronavírus e a sua rápida disseminação por outras regiões do planeta, fez a Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciar em 11 de março de 2020, o que viria a ser a maior pandemia dos últimos 100 anos. No Brasil, a primeira infecção confirmada foi no dia 26 de fevereiro de 2020, apenas 57 dias depois do anúncio do surto da doença na China. No estado do Maranhão, o primeiro caso de infecção foi confirmado no dia 20 de março de 2020 em São Luís, segundo Boletim epidemiológico.

Diante desse cenário, inicia-se uma corrida para desenvolver o imunizante e ao mesmo tempo traçar estratégias para evitar a disseminação do coronavírus e minimizar os impactos econômicos oriundos da nova pandemia, nesse caso, as estratégias utilizadas se baseiam nos protocolos sanitários e medidas não farmacológicas. Uma das estratégias essenciais, parte da aplicação da Cartografia Temática para avaliar

⁴¹Discente do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: ronyrmm@hotmail.com

⁴²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: raquelsantana145@gmail.com

⁴³Prof. do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: sampaio.uema@gmail.com

a dinâmica da disseminação do coronavírus, uma vez que a Cartografia fundamenta a produção e uso de mapas para descrever e entender fenômenos no campo da saúde pública.

Destaca-se ainda o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como instrumento para avaliar características espaciais que auxiliam no planejamento e tomada de decisão por parte da gestão pública. Com isso, esse trabalho se propõe a analisar qual a contribuição da Cartografia no processo de espacialização do avanço da COVID-19 no Estado do Maranhão? Tal questionamento há de requerer uma revisão da bibliografia especializada no tema, para que permita investigar a temática abordada e se atinja o objetivo geral, que é compreender a dinâmica do avanço da COVID-19 em território maranhense mediante o uso da Cartografia Temática

2 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos instrumentos de pesquisa, coleta de dados, processamento e confecção de mapas, utilizou-se o *software* de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), o QGIS e o *software* de tabulação e processamento de dados Microsoft Office Excel (2019) com base nos dados de casos e óbitos de COVID-19 publicados diariamente pela Secretária de Estado da Saúde do Maranhão (SES).

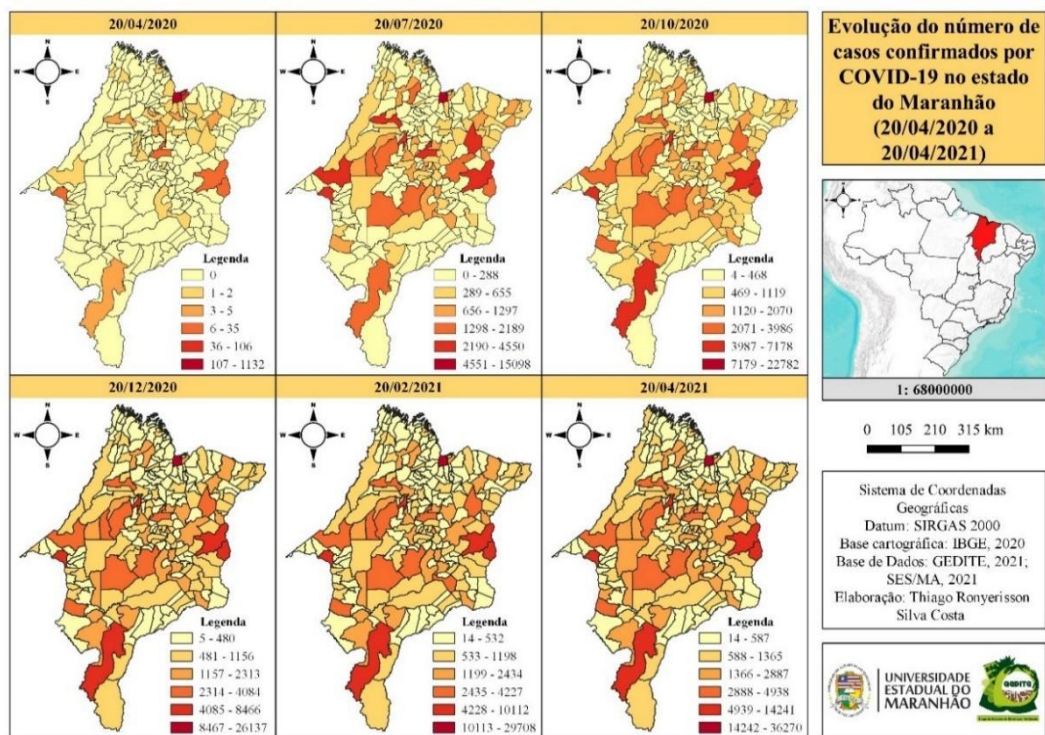
Buscou-se ainda, levantar informações mediante o uso de bibliografia especializada no tema, dados secundários do IBGE, OMS, SES, SUS e do Monitor COVID-MA, ferramenta de análise dinâmica dos dados coletados nos Boletins epidemiológicos, desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

3 Resultados e Discussões

A capital, São Luís, registrou o primeiro caso de COVID-19 em território maranhense, sendo o maior centro urbano do estado, situado na Ilha do Maranhão, concentra junto aos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, 1.465.039 habitantes segundo expectativa do IBGE (2020), quantitativo que representa 20,59% da população absoluta do estado. Com densidade demográfica de 1.512 hab./km², a aglomeração urbana de São Luís transformou-se no epicentro da COVID-19, devido ao fluxo intenso na circulação de pessoas, oferta de serviços e a conexão direta com grandes centros urbanos como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, por meio do aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, tendo este, rota direta com a segunda maior cidade do estado, Imperatriz.

Capital regional de categoria A, conforme classificação do IBGE, São Luís exerce influência e mantém um fluxo constante com outros municípios do estado, fator que favoreceu o processo de interiorização da COVID-19 no Maranhão, conforme evidencia-se na figura 1 a seguir.

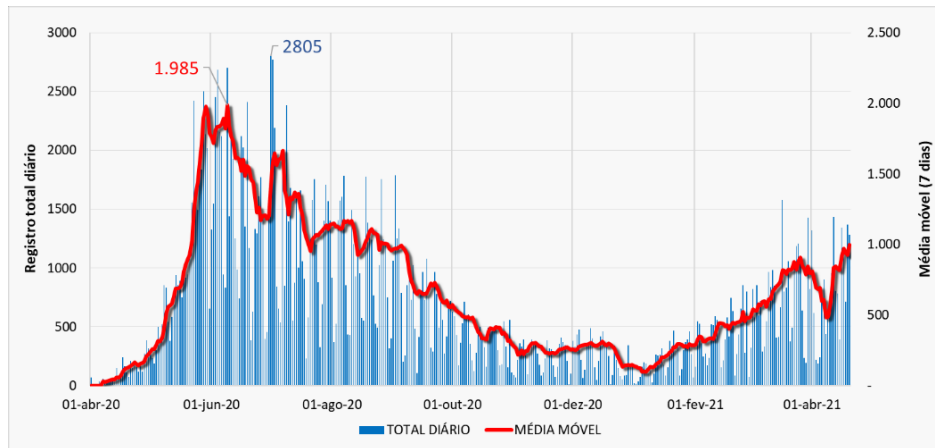
Figura 1 – Mapa de espacialização dos casos confirmados de COVID-19 no estado do Maranhão



Fonte: Costa, 2021

Após os municípios da Ilha do Maranhão, Imperatriz, Açailândia e Timon foram os primeiros a registrarem casos no interior, importantes centros regionais, cortados por rodovias federais e estaduais, relevantes na circulação entre estes e os municípios subordinados, fato que favoreceu a interiorização da pandemia. A ausência de medidas sanitárias colabora com a disseminação do vírus, pois a adesão da população ao isolamento social, uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento social, não alcançou níveis desejáveis (MARANHÃO, 2020). Assim, a figura 2 ilustra o resultado desse cenário.

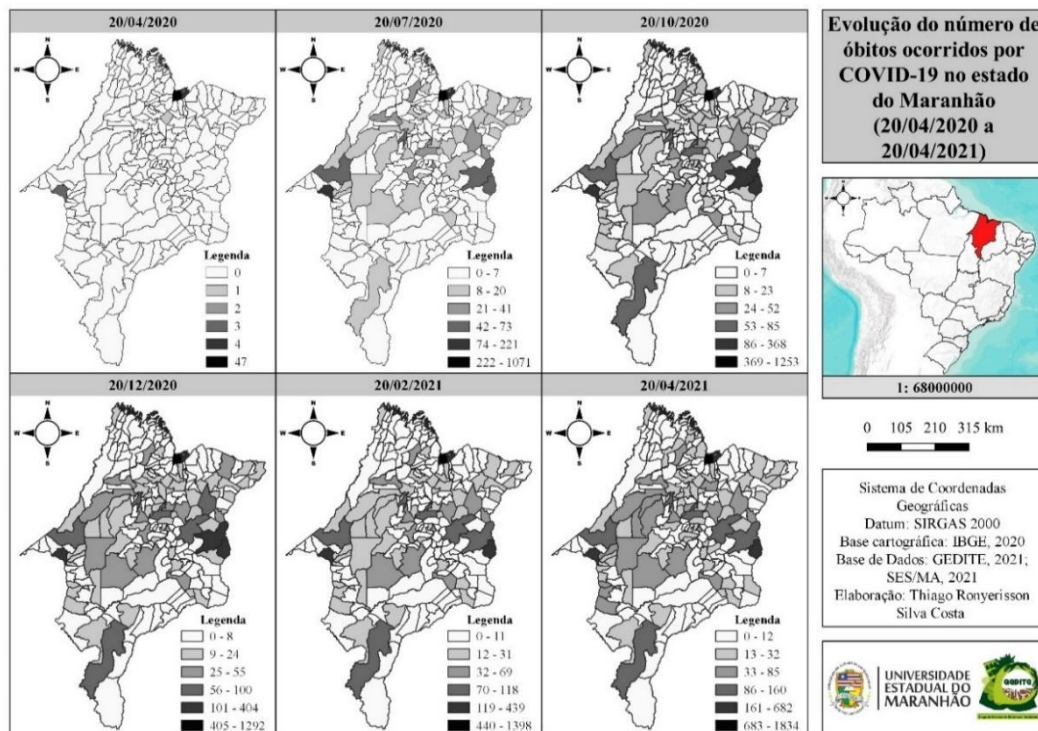
Figura 2 – Número de casos diários e média móvel semanal de COVID-19 no estado do Maranhão



Fonte: Costa, 2021.

O total diário de casos registrados no Maranhão, alcançou seu pico no dia 01 de julho, com 2805 pacientes diagnosticados com a nova doença, em relação à média móvel (7 dias), registrou-se no dia 09 de junho, 1985 novos casos em média. A partir de meados de junho, observa-se uma queda no número de casos, com novo aumento a partir do início de janeiro. Entretanto, discute-se o problema da subnotificação de casos, que torna-se elevado, quer pela não acessibilidade aos exames sorológicos que têm disponibilidade limitada, quer pelo quadro leve, na maioria dos casos, resulta em menor busca por serviços de saúde (MARANHÃO, 2020). Isto distorce os dados e reflete o processo de desigualdade socioespacial no acesso a serviços de saúde em determinadas regiões do estado, fenômeno que contrasta com o aumento da letalidade e mortalidade resultantes da COVID-19. Com isso, a figura 3 ilustra a espacialização do número de óbitos ocorridos por COVID-19 no estado.

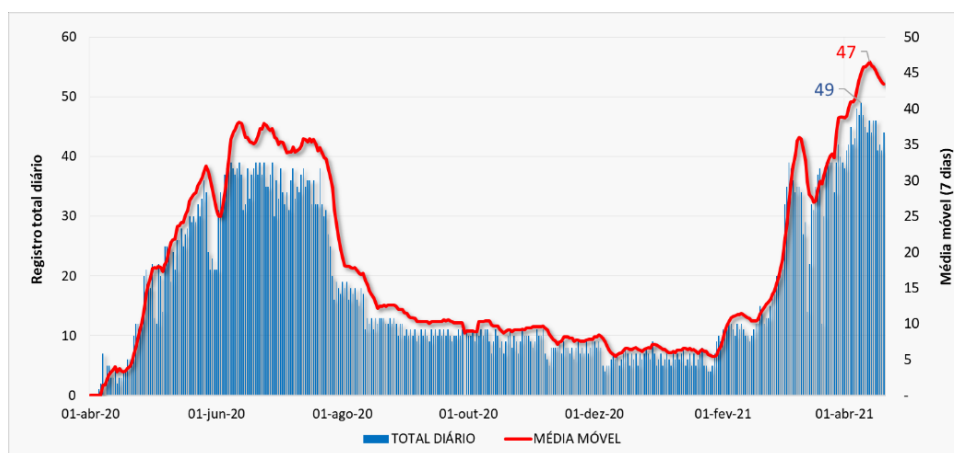
Figura 3 – Mapa de espacialização dos óbitos ocorridos por COVID-19 no estado do Maranhão



Fonte: Costa, 2021.

O número de óbitos ocorridos pela COVID-19 acompanha o número de casos em cada município, relacionando-se a população absoluta e ao grau de influência destes em relação aos demais municípios, classificados como subordinados. Destacam-se os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias e Timon, este último por sua proximidade com Teresina, capital do estado do Piauí, com os maiores registros de óbitos. Salienta-se que o quadro do paciente infectado por COVID-19 demanda recursos de saúde e a ausência destes, compromete a sobrevivência do paciente, sendo necessário deslocar-se a centros urbanos regionais para ser tratado. Em meio a isso, Sobral *et al* (2011) afirma que é necessário inteirar-se em estruturar sistemas que permitam articular o monitoramento da situação ambiental com a vigilância da população aos riscos à saúde. A figura 4 a seguir, evidencia a quantidade diária e a média móvel de óbitos ocasionados pela COVID-19 no Maranhão.

Figura 4 – Número de óbitos diários e média móvel semanal de COVID-19 no estado do Maranhão



Fonte: Costa, 2021.

O pico no número diário de óbitos ocorreu no dia 09 de abril de 2021, 49 óbitos registrados, sendo o pico na média móvel registrado no dia 14 de abril, com 47 óbitos, tornando a segunda onda da pandemia mais letal do que a primeira devido às variantes encontradas que em relação à casos confirmados, atingiram também as faixas etárias entre 30 e 49 anos. A taxa de letalidade da doença no estado é de 2,54% (20/04/2021) liderado pelos municípios de Boa Vista do Gurupi, Paço do Lumiar, Palmeirândia e São José de Ribamar, aqui destaca-se o segundo e quarto municípios respectivamente, localizados na Ilha do Maranhão. Quanto à taxa de mortalidade, o estado apresenta uma taxa de 0,09% (20/04/2021) liderado pelos municípios de Lago dos Rodrigues, Imperatriz e Campestre do Maranhão.

4 Considerações Finais

O uso da Cartografia Temática se faz essencial para acompanhar a disseminação da pandemia de COVID-19 no território maranhense, pois permite compreender a dinâmica no fluxo de bens e pessoas, acesso aos serviços de saúde, infraestrutura para disponibilizar insumos e recursos necessários para transferir pacientes infectados para os centros de tratamento da COVID-19, localizados nos centros regionais que contam com a estrutura dos hospitais regionais e macrorregionais.

É possível ainda, por meio desses dados, traçar metas e planejar medidas que possam controlar o fluxo de pessoas e com isso, seja possível minimizar o processo de disseminação do coronavírus para regiões com vulnerabilidades no acesso a serviços de saúde, além de minimizar os impactos econômicos.

Referências

Boletins COVID-19. **Portal da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão**, São Luís, 2021. Disponível em: <http://www.saude.ma.gov.br/boletins-covid-19/>. Acesso em 15 abr. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Portal IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MARANHÃO. **Prevalência de infecção pelo vírus SARS-CoV-2 no Maranhão, Brasil**. Relatório Final de Pesquisa – Fase I. In: SILVA, A. A. M da. (Org.). 2020.

SOBRAL, A.; FREITAS, C. M.; PEDROSO, M. de M.; GURGEL, H. Definições básicas: dado, indicador e índice. In: In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores**. Brasília, 2011.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E PEDOLÓGICOS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (MA)

Marcos Vinicius Lima de Sousa⁴⁴

Juciana da Conceição Birino de Souza⁴⁵

Luécya de Lima Costa⁴⁶

Geyce Mara Ferreira Gatinho⁴⁷

Resumo

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) abrange uma faixa de 155 mil hectares, reunindo ecossistemas, compostos por 70 km de praias de areia branca, lagoas naturais de água doce, dunas, rios, e, trechos de mangue. Apesar das leis que protegem a região, observa-se que a área vem passando por intensas transformações ao longo do tempo, impulsionadas pela expansão antrópica sobre o parque, reduzindo a biodiversidade nativa. A metodologia da pesquisa consistiu inicialmente em revisão literária em artigos, periódicos, dissertações, entre outros acerca da temática estudada. Na segunda etapa do trabalho, membros da equipe visitaram a região de Santo Amaro nos dias 15 e 16 de novembro de 2019 com o objetivo de observar os aspectos pedológicos e hídricos. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da pedologia e dos recursos hídricos observado no campo do PNLM.

Palavras-chave: Amortecimento; Ocupação; Ambiente.

1 Introdução

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) abrange uma faixa de 155 mil hectares, reunindo “ecossistemas, compostos por 70 km de praias de areia branca, lagoas naturais de água doce, dunas, rios, e, trechos de mangue, além de contar com uma rica biodiversidade da fauna brasileira” (CARVALHO,

⁴⁴Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: marvinl.ml35@gmail.com.

⁴⁵Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: jucianasouza16@gmail.com

⁴⁶Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: costaluécya@gmail.com.

⁴⁷Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: geyce.mara.gatinho@outlook.com.

2004 apud CAPIVARI et.al, 2011). É composto por três municípios: Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio, 2009) esses municípios possuem um percentual de 6,89%, 42,15% e 44,86% respectivamente dos seus territórios inclusos no PNLM com diversos e frágeis ecossistemas existentes.

Localizado ao Norte do estado do Maranhão e situado entre a Ilha do Maranhão e o Delta do Parnaíba (Pompêo e Carlos, 2007), o parque faz parte do Plano de Manejo que foi homologado em 15 de setembro de 2003, pela Portaria nº 48, que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2015), é um documento elaborado a partir de diagnósticos do meio físico, biológico e social, com a finalidade de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação.

Conforme o ICMbio (2009), o Plano de Manejo do PNLM possui uma Zona de Amortecimento que é uma área delimitada por uma distância de 10 km do entorno da unidade, a qual tem como principal objetivo minimizar os impactos negativos sobre os ecossistemas, além de ordenar o uso e ocupação das atividades antrópicas existentes na região. Apesar das leis que protegem a região, observou-se que a área vem passando por intensas transformações ao longo do tempo, impulsionadas pela expansão antrópica sobre o parque, reduzindo a biodiversidade nativa.

Com base no exposto, o presente trabalho tem como o objetivo fazer uma análise ambiental com enfoque nos recursos hídricos e pedológicos, tendo em vista compreender os atuais impactos humanos sobre a unidade de conservação e como esses danos podem interferir no presente ecossistema.

2 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente os passos metodológicos foram pautados no levantamento bibliográfico em artigos, periódicos, dissertações, manuais técnicos do IBGE, entre outros acerca da temática estudada. Posteriormente, realizou-se uma visita a campo ao município de Santo Amaro nos dias 15 e 16 de novembro de 2019 com o objetivo de observar os aspectos pedológicos e hídricos no campo, averiguando a paisagem e a dinâmica territorial do lugar.

3 Resultados e Discussões

Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de solos (SiBCS, 2006), “o solo é formado por partes sólidas, líquidas e gasosas [...] por materiais minerais e orgânicos que ocupam maior parte do manto superficial das extensões continentais do nosso planeta [...]”. Sendo assim, a região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses apresenta o solo de Dunas, Neossolos, Latossolos e Gleissolos.

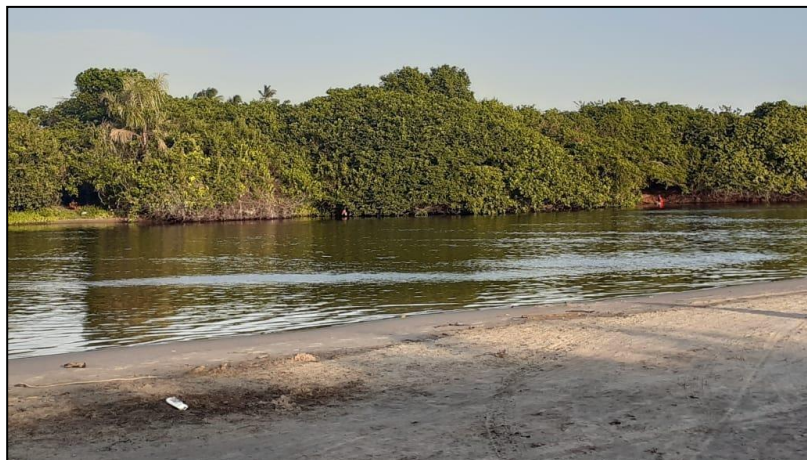
Conforme a classificação do Manual Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) as Dunas são colinas formadas por areia tendo origem eólica, que possuem diversos tamanhos e atingem muitos metros de altura; o Gleissolo é predominantemente encontrado em regiões alagadas ou que possuem tendência a alagação, manifesta cor acinzentada, azulada ou esverdeada nos primeiros 50 cm da superfície, ademais tem baixa fertilidade natural e em geral demonstra pouca capacidade de drenagem. O Latossolo amarelo apresenta numerosas particularidades, dentre elas: baixa fertilidade natural, cor amarelada, solo homogêneo, além de apresentar uma boa drenagem. Já o Neossolo é formado por elementos minerais ou orgânicos com apenas 30 cm de espessura.

Segundo o Ibama (2003), a área estudada é formada por depósitos eólicos e marinhos datados do período Quaternário, caracterizado por amplos campos de dunas livres e fixas, que possuem uma altura média de 30m, além destes destaca-se as planícies de deflação e inundação, lagoas, praias e manguezais. As dunas existentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses apresentam características de desertos clássicos, apresentando rios temporários, lagoas intermitentes, lençóis de areias e dunas.

Várias lagoas de água doce se formam no período das chuvas, ocorridas no início do ano e na estação seca – que compreende os meses de julho a dezembro – onde a maior parte delas somem e apenas os rios e lagoas maiores resistem. Essa constante alteração da paisagem é sustentada por esse ciclo pluviométrico, pela grande movimentação da areia e a ação do vento.

Durante a visita ao município de Santo Amaro pôde-se observar que os solos da região apresentam determinadas características devido à influência de fatores como a estrutura geológica, climática, biológica e dos ventos. Constatou-se que apresentavam areias quartzosas finas com grãos bem selecionados, designando solos profundos os quais desenvolvem plantas que variam conforme a presença de água doce em partes mais baixas com o desenvolvimento dos Gleissolos, trazendo consigo a vegetação típica da região Meio Norte como o buriti, a juçara e em partes com uma maior influência do litoral com solos indiscriminados de mangue, como mostra a Imagem 1.

Imagem 1 – Vegetação típica observada na área.



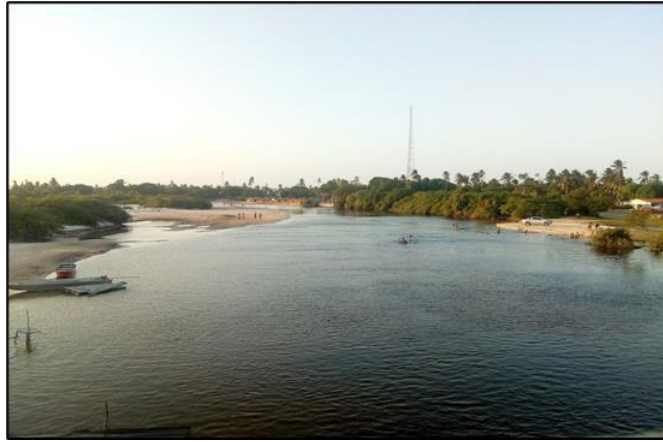
Fonte: Reprodução da pesquisa, 2019.

No eventual diagnóstico verificou-se que apenas o município de Primeira Cruz não possui a sede municipal dentro da zona de amortecimento do parque. No que tange os lençóis freáticos da região constatou-se que são muito superficiais e solos pouco compactados, o que permite o fácil afloramento das águas subterrâneas, bem como sua fácil contaminação.

Ademais, em Santo Amaro às margens do rio Alegre Grande pode-se notar o baixo nível da água do rio devido ao período de estiagem. Além disso, notou-se que a planície de inundação do rio está sofrendo com a intensa ocupação humana.

As atividades domésticas, a criação de animais e o transporte marítimos estão entre os principais usos que causam danos para o Rio Alegre, uma vez que geram resíduos químicos ofensivos ao meio aquático e lançados diretamente na água (Imagem 2).

Imagem 2 - Rio Alegre



Fonte: Reprodução da pesquisa, 2019.

4 Considerações Finais

Em síntese, o Parque dos Lençóis Maranhenses representa o berço para vários ecossistemas, que vão desde dunas a mangues, apresentando uma rica biodiversidade. Todos esses fatores contribuem para uma diferenciada formação pedológica na região, aliada aos recursos hídricos que também são influenciados pelo relevo e pelo ciclo hidrológico. A visita a campo reafirmou algumas das análises já elaboradas pelos principais manuais técnicos, mostrando aspectos determinantes na construção da dinâmica local.

O conjunto dos elementos naturais e antrópicos revelaram características intrínsecas do Parque. Inferiu-se que a variação da paisagem do PNLM está intimamente ligada com o ciclo hidrológico das chuvas, as características pedológicas da área composta predominantemente por areias e pela dinâmica dos ventos, favorecendo na exuberância estética da região que atrai atividades atreladas ao turismo, criação de animais e o transporte marítimo. Desta forma, é necessário que as leis que visem a manutenção das UCs sejam mais vigorosas e que os órgãos ambientais atuem constantemente na área, a fim de minimizar os impactos ocasionados pela expansão das ocupações humanas.

Referências

CAPIVARI, H. C. G.; JUNDIAÍ, B. S. N.; MENDES, B. de C. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: uma análise de sua sustentabilidade**. UNIVERSIDADE DE CAIAS DO SUL: Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/01_parque_nacional.pdf. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

HISTÓRICO E ANTECEDENTES LEGAIS. **ICMbio**, 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/03ENCARTE1.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. São Luís, MA. 2003. 499 p.

IBGE. **Manual Técnico de Geociências, Manual Técnico de Pedologia**. 3. ed. 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95017.pdf>>. Acesso 9 de dez. de 2019.

Plano de Manejo. **MMA**, 2015. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html>>. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

POMPÊO, M. L. M; CARLOS, V. M., **Departamento de Ecologia**, São Paulo, 2007. Disponível em: http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?view=article&catid=9%3Aecolimno&id=71%3Acaracteristicas-gerais-da-regiao-do-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses-maranhao-brasil&format=pdf&option=com_content&Itemid=311. Acessado em: 15 de dez. De 2019.

SANTOS, H. G. et al. **Sistema Brasileiro de classificação dos solos**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2006.



CLIMA URBANO E CONFORTO TÉRMICO NA CIDADE DE IMPERATRIZ – MA

Giselle Chrystina do Vale Martins⁴⁸

Thayrlan Silva Souza²

Débora Frazão Ferreira³

Ingrid Lorranny Barbosa de Souza⁴

Resumo

O clima e o ambiente urbano, nos últimos tempos, apresentaram grandes variáveis em relação ao percentual referente à temperatura das cidades, que estão diretamente ligadas as dinâmicas de urbanização das cidades, ou seja, o clima urbano. A partir desta perspectiva, a discussão sobre conforto térmico torna-se de suma relevância, pois se trata uma problemática de extremo impacto na qualidade de vida dos habitantes. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo calcular as estatísticas descritivas, a fim de caracterizar a temperatura mínima, máxima e precipitação, dos anos de 2010 a 2019. Baseado nos dados da estação meteorológica do município de Imperatriz, e através deste procedimento, fazer uma análise sobre o conforto térmico e os impactos da evolução urbana no aspecto climatológico.

Palavras-chave: Clima urbano; Conforto térmico; Temperatura; Imperatriz

1 Introdução

O processo de urbanização corresponde como fator principal para a modificação do microclima de uma região, pois recebe grande influência da intervenção humana sobre o meio durante o processo de formação e transformação do espaço, tornando-os responsáveis pelas diferenças climáticas dessas localidades. Landsberg (1981) destaca que: “a cidade modifica o clima através de alterações em sua

⁴⁸ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: gisellevmartins@gmail.com

² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: thayrlansilva98@outlook.com

³ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: ferreiradeboraa05@gmail.com

⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: ingridlorranny@hotmail.com

superfície”, a partir dessa perspectiva, nota-se que os espaços urbanos tornam-se receptores da atuação antrópica sobre o espaço geográfico e influenciadores nas dinâmicas do clima urbano.

Buccheri Filho; Nucci (2006) abordam que o crescimento ininterrupto das áreas urbanizadas vem incentivando as alterações na paisagem, resultando na qualidade do meio físico. A partir desse ponto de vista, pode-se relacionar com o crescimento demográfico, pois a partir das revoluções industriais houve um grande fluxo migratório para as cidades, em decorrência da grande concentração industrial, assim como, centralização de atividades comerciais, financeiras e institucionais. Tudo isso colaborou para a valorização do espaço urbano e, conseqüentemente, o crescimento urbano. E a partir desse crescimento acelerado e desordenado, vai ser responsável pela grande retirada da vegetação para a construção e pavimentação de vias, prédios e conjuntos habitacionais. Provocando assim, grandes conseqüências, tais como, as mudanças no microclima, desconforto térmico, e conseqüentemente, a alteração na qualidade de vida dos habitantes.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para a elaboração desta pesquisa foram realizadas buscas bibliográficas através de livros e artigos sobre o tema. Houve também a consulta no banco de dados do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET para aquisição dos dados de Precipitação, Temperatura Máxima e Temperatura Mínima entre o período de 01/01/2010 a 31/12/2019, totalizando uma escala temporal de 10 anos dos elementos que compõem o subsistema termodinâmico. Por meio desta fonte foi possível elaborar gráficos para essas variáveis através do software MS-Excel 2010 com o intuito de comparar as médias anuais (Temperatura) e acúmulos totais (Precipitação) na cidade de Imperatriz para análise e conclusão da relação que esse subsistema termodinâmico possui com o Clima urbano e o Conforto térmico.

3 Resultados e Discussões

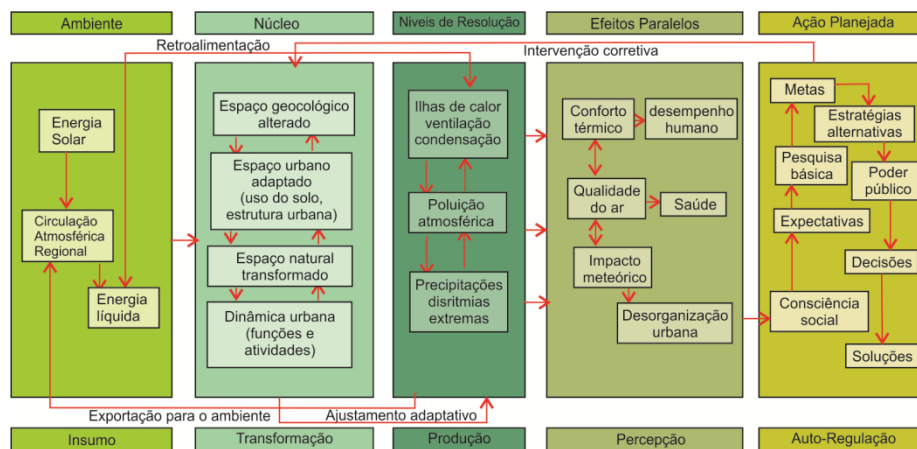
3.1 Sistema Clima Urbano (S.C.U)

As alterações atmosféricas tecem um tema de diversos debates no meio científico, pois estão continuamente relacionadas às atividades realizadas pelo homem em seu cotidiano, podendo assim interferir na execução destas. Essas modificações no comportamento do clima podem ser provocadas tanto pelo ciclo natural da terra quanto pela ação antrópica ou ainda pela interação desses dois agentes. O desenvolvimento dos centros urbanos é praticamente proporcional à própria evolução da espécie em que possuir conforto, recursos, comodidades e serviços de qualidade à disposição separam a sociedade em classes econômica/sociais distintas divididas pelas estruturas urbanas impostas pelo capital sem organização adequada e individualista.

Monteiro (2003) classifica o clima urbano como O Sistema Clima Urbano (SCU), que demonstra a relação entre clima e qualidade de vida mostrando desde a fase de ambiente natural passando pela fase de inserção das transformações e seus resultados desde aquelas que são percebidas pelos habitantes, até as ações de planejamento estratégico que possam contribuir para a mitigação ou ajuste a esses fenômenos climáticos e seus efeitos (Figura 1). As variáveis climáticas diante de tais transformações

podem apresentar efeitos negativos para a sociedade que sentirá as consequências do desconforto térmico que pode provocar problemas de saúde e desempenho de suas atividades.

Figura 1 - Diagrama Básico do S.C.U. – Sistema Clima Urbano



Fonte: Nogueira, 2015. Adaptado de Mendonça e Monteiro (2003)

Um fenômeno urbano observado através do aumento da temperatura do ar e das superfícies em relação às áreas rurais circundantes são as ilhas de calor. Para Gartland (2010) elas se formam porque muitos materiais de construção absorvem e retêm mais calor do sol do que os materiais naturais. Nas cidades essas ilhas contribuem para o desconforto das pessoas, problemas de saúde, contas de energia mais elevadas e maior poluição. As variáveis climáticas diante de tais transformações podem apresentar efeitos negativos para a sociedade que sentirá as consequências do desconforto térmico que pode provocar problemas de saúde e desempenho de suas atividades.

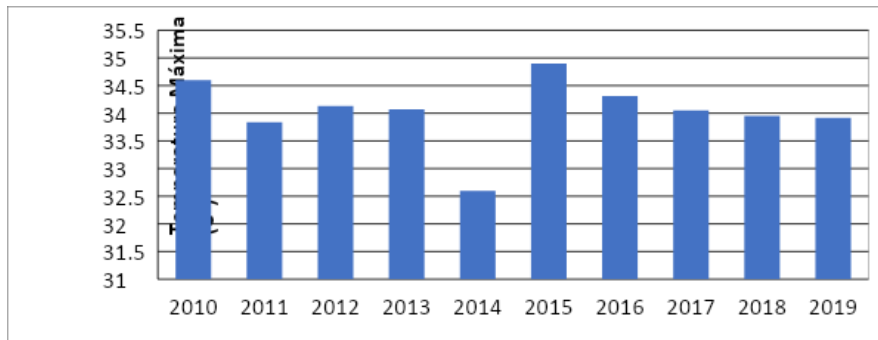
Esse fenômeno é chamado de conforto térmico, ele é resultante de um conjunto de condições atmosféricas que podem conceder a sensação de bem-estar da população e até mesmo interferir ao prejudicar a realização de algumas atividades humanas.

3.2 Clima urbano em Imperatriz – MA

Como foi observado no Diagrama Básico do S.C.U. – Sistema Clima Urbano (Figura 2), o clima urbano é suscetível a autorregulação, porém cabe ao ser humano perceber o desequilíbrio térmico que possa interferir no desempenho de suas atividades e atuar com planos de ações que levem ao conforto térmico esperado pela população.

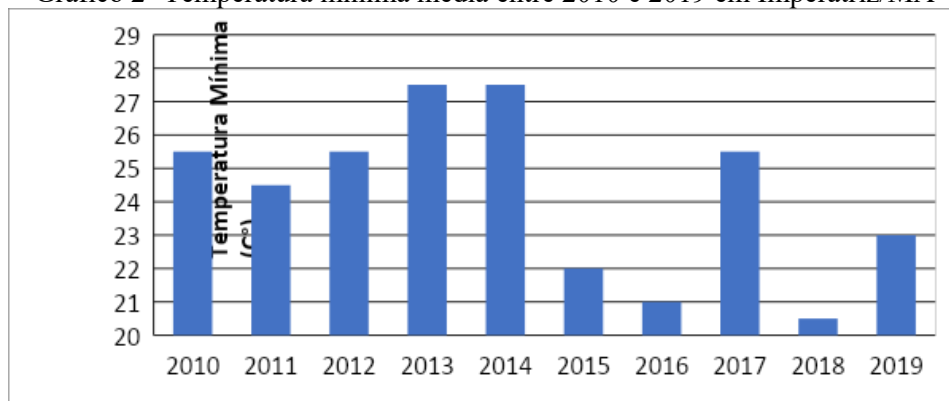
Utilizando os dados disponíveis no INMET pode-se observar que, em um período de 10 anos (2010 a 2019), houve variações nas temperaturas máximas e mínimas, contudo, verifica-se em todas essas temperaturas uma tendência entre Temperaturas máximas próximas ou superiores a 34 C° (Gráfico 1), e para Temperaturas mínimas uma variação entre 21 C° e 27,5 C° (Gráfico 2). Baseando-se apenas no aumento da temperatura leva-se a crer que a percepção do conforto térmico pela população seja alterada.

Gráfico 1- Temperatura máxima média entre 2010 e 2019 em Imperatriz/MA



Fonte: Adaptado de INMET (2020).

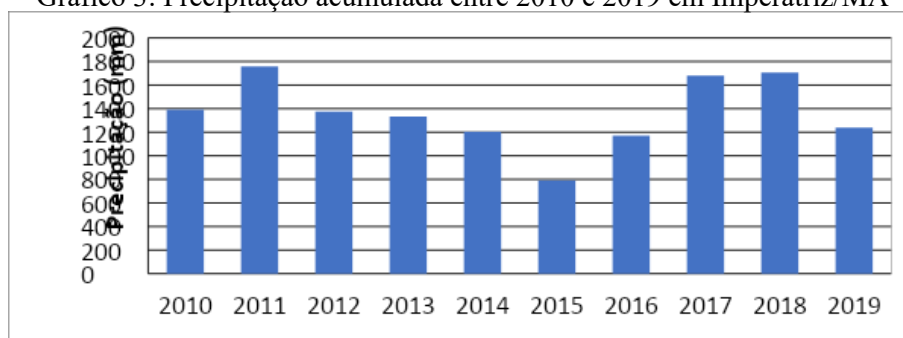
Gráfico 2- Temperatura mínima média entre 2010 e 2019 em Imperatriz/MA



Fonte: Adaptado de INMET (2020).

As precipitações constituem o mais importante componente do ciclo hidrológico, formando o elo entre a água da atmosfera e a água do solo, principalmente com respeito ao escoamento superficial. Ela é o retorno, à superfície terrestre, da água que sofreu o processo de evaporação.

Gráfico 3: Precipitação acumulada entre 2010 e 2019 em Imperatriz/MA



Fonte: Adaptado de INMET (2020).

Apesar dos totais de precipitação por ano apresentarem números elevados, os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro apresentaram resultados baixos em todos os anos, isso ocorre por conta do deslocamento da ZCIT no território, consequentemente, a temperatura permanecerá elevada e causará o desconforto térmico sentido pelos habitantes. Outros fatores que interferem no processo do ciclo

hidrológico são: urbanização, desmatamento (ocasionando a diminuição da evapotranspiração), erosão do solo, assoreamento dos rios, entre outros.

Os resultados diretos desses problemas são os transtornos na circulação, nas atividades e serviços com o colapso dos transportes, problemas sanitários e de abastecimento além de outras perdas e danos. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que devido o Sistema Clima Urbano (S.C.U) ser um sistema aberto e adaptativo, ações tomadas principalmente pelo poder público podem atenuar seus efeitos negativos.

4 Considerações Finais

As particularidades naturais do espaço que passa por uma mutação até se constituírem um ambiente urbano devem ser consideradas. Todavia, esses aspectos geomorfológicos, climáticos e biológicos somente passaram a ter sua importância destacada para os gestores a partir do momento em que as consequências negativas surgiram na vida da população urbana e afetaram o desempenho nas atividades necessárias para manter o sistema das cidades em pleno funcionamento.

A ausência de um planejamento ambiental adequado às condições climáticas em Imperatriz mostra a premência de um estudo mais detalhado sobre as alterações na atmosfera, pois elas afetam diretamente a vida, principalmente a saúde, do cidadão imperatrizense, o que gera em gastos públicos que possam ser empregados em outros serviços.

Tais propostas poderão auxiliar na elaboração de um plano diretor, baseado em um planejamento ambiental, que colabore com a melhoria da qualidade de vida da população e promova políticas públicas, projetos que sirvam como controle dos fenômenos climáticos no meio urbano, sem que acarrete mais transformações negativas. Desta forma, as pesquisas acadêmicas poderão contribuir e alertar sobre questões relativas a sensação e percepção do comportamento variável do clima local.

Referências

BUCCHERI FILHO, A.; CARLOS NUCCI, J. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. Curitiba: Revista USP, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47264>. Acesso em: 10/11/2020.

GARTLAND, Lisa. Ilhas de Calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo. Oficina de textos. 2010. Disponível em: <http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Degustacao-Ilhas-de-Calor.pdf>. Acesso em: 10/11/2020.

INMET - <https://portal.inmet.gov.br/>

LANDSBERG, H. E. The Urban Climate - Cap.4 Urban energy fluxes. University of Maryland, 1981. 79, pp. 55-60. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673430/mod_resource/content/0/Landsberg%20%281981%29%20-%20The%20Urban%20Climate%20-%20Cap.4%20Urban%20energy%20fluxes.pdf. Acesso em: 12/11/2020.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDOÇA, Francisco (Org.). Clima Urbano. São Paulo. Editora Contexto. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228959>. Acesso em: 13/11/2020.



IMPACTOS AMBIENTAIS NA BIODIVERSIDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS - MA

Luciano Mendes Araújo¹
Jorgiene Dias Almeida²

Resumo

O processo de expansão urbano em áreas de Unidades de Conservação (UC's) se configura como um grande risco à biodiversidade nessas áreas. Contemporaneamente ainda existem muitas atividades praticadas pelos seres humanos que interferem negativamente no meio ambiente, nas cidades principalmente, onde o crescimento, frequentemente desordenado, faz pressão até mesmo sobre Unidades de Conservação. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos causados à biodiversidade na Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó. Para a realização do trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a área de estudo, visitas em campo com registros de imagens e elaboração de materiais cartográficos para melhor representação dos impactos. Diante da análise podem ser percebidos os elevados impactos ambientais na área como a degradação da vegetação, poluição das nascentes, impactos na fauna e descarte irregular de resíduos sólidos e como esses impactos estão cada vez mais se acentuando nessa área e causando inúmeros problemas para a biodiversidade existente na área de estudo.

Palavras-chave: APA do Itapiracó; Biodiversidade; Impactos Ambientais.

1 Introdução

Impactos ambientais podem ser entendidos como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas (CONAMA, 1986). Levando em consideração o histórico do impacto ambiental, pode-se constatar que ele sempre existiu, no entanto só ocorreu de forma mais expressiva com a Revolução Industrial do século XVIII, onde ocorreram queimadas, desflorestamentos e descarte de uma gama de resíduos na natureza de maneira acentuada, podendo ser verificado um incremento no aglomerado urbano em torno das indústrias, que intensificaram a degradação.

Contemporaneamente ainda existem muitas atividades praticadas pelos seres humanos que interferem negativamente no meio ambiente, nas cidades principalmente, onde o crescimento frequentemente desordenado faz pressão até mesmo sobre Unidades de Conservação (UC's), a exemplo a Área de Proteção Ambiental do Itapiracó.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA), de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são uma extensão natural para proteção e conservação de uso sustentável, com certo grau de ocupação humana, possuindo atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais relevantes para qualidade de vida e bem-estar das pessoas, abrangendo objetivos básicos como proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A APA do Itapiracó possui 332 hectares, localizando-se no município de São Luís e São José de Ribamar no Estado do Maranhão, sendo criada através do Decreto Nº 15.618 de 23 de julho de 1997. No entanto, alguns impactos ambientais que degradam a biodiversidade local têm sido detectados nessa área. Arelado a isso, o presente trabalho analisou essa área de estudo, frisando os impactos ambientais mais pertinentes neste local com o objetivo de promover um alerta para estudos que possam nortear medidas mitigadoras para o melhor uso desse espaço, uma vez que a ocorrência permanente desses impactos está trazendo inúmeros problemas para a biodiversidade da APA.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

O presente trabalho teve como base científica para o seu desenvolvimento a abordagem teórico-metodológica do método hipotético-dedutivo, cujas etapas podem ser sintetizadas da seguinte maneira: problema, hipótese, teste das hipóteses, conclusões associadas a uma análise quali-quantitativa (SPOSITO, 2004; LAKATOS e MARCONI, 2003). A pesquisa foi realizada na Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, seguindo os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico em livros, artigos, revistas, dissertações e sites, bem como pesquisas em sites de órgãos competentes. Em seguida, foi feita uma visita de campo na APA do Itapiracó com o objetivo de observar os impactos presentes no local, assim como as características presentes na área que poderiam contribuir para a elaboração do trabalho. Na visita de campo foram registradas fotos de áreas com presença de impactos ambientais significativas para serem analisadas no decorrer do trabalho. Utilizou-se também o Software Arc GIS 10.5, para elaboração de mapa temático para representar a localização da área de estudo.

3 Resultados e Discussões

Nos últimos anos, a APA do Itapiracó (Figura 1), tem sofrido grandes mudanças em sua biodiversidade, quem frequenta o espaço observa nitidamente os impactos ambientais presente na área. Sobre esses impactos na APA, Junior *et al* (2013) ressalta que a APA tem sofrido durante os últimos 11 anos grande

pressão por parte do aumento das áreas urbanas em seu entorno e também no seu interior. Masullo e Lopes (2016) confirmam essa afirmativa quando abordam que na área da APA do Itapiracó existem práticas antrópicas que estão presentes em diferentes maneiras e em elevadíssimo grau, e que é notório a existência de grande contingente de ocupação interna, além de loteamentos e conjuntos habitacionais no seu entorno e como conseqüência a ação de diferentes tipos de impactos ao ambiente naquela área.

Figura 1 – Mapa de localização da APA do Itapiracó



Fonte: ARAÚJO, L. M; 2019

Como procedimento de pesquisa, organização e elaboração do presente trabalho, foram analisados alguns impactos de maior proporção na APA. Um dos principais problemas é referente à retirada da vegetação, pois em muitos locais de sua área está sendo desmatada para proveito da população ali presente. Somado a isso, temos muitos problemas presente na UC, como a presença de solos expostos, contribuindo para erosão no local (Figura 2).

Figura 2 - Solo exposto pela retirada da vegetação.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Um dos principais objetivos da criação da APA foi a proteção das nascentes do riacho Itapiracó, que é um afluente da bacia do Rio Paciência, uma das grandes bacias hidrográficas presentes na Ilha do

Maranhão. Mesmo com toda essa objetividade da na criação da APA, a poluição das nascentes do riacho Itapiracó ainda é um problema presente no local. Isso ocorre devido a rede esgoto dos bairros vizinhos, como o Parque Vitória, Residencial Terra Livre, Parque Jair, entre outros lançar seus dejetos dentro do riacho (Figura 3).

Figura 3 – Lançamento de esgoto e poluição do riacho Itapiracó



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Em consequência a degradação da vegetação, a poluição do riacho Itapiracó, entre outros problemas, a fauna presente na APA também sofre grandes prejuízos. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA, 2006) foram catalogadas nesse ambiente mais de 174 espécies de animais, entre animais terrestres, aquáticos e aéreos.

Segundo os moradores do entorno, muitos desses animais acabam entrando nas áreas urbanas devido a presença de pessoas em seus habitats. Como é o caso da cobra jibóia e das raposas, que segundo relatos dos moradores, por diversas vezes já foram encontradas em residências ou atropeladas por veículos. Esses impactos colocam em riscos a fauna desse local, uma vez que tem crescido o número de mortes de animais, contribuindo para a diminuição de espécies na APA.

Outro problema presente na APA é o excessivo descarte irregular de resíduos sólidos na área entorno. Em muitas áreas no entorno da APA, a presença de lixões se apresenta de forma bem exposta à presença de visitantes e das pessoas que habitam essa região (Figura 4). Uma das principais consequências desse problema são a degradação do solo e as queimadas realizadas de forma inapropriada. Segundo muitos moradores, a fumaça causada pela queima dos resíduos, causam inúmeros desconfortos para quem vive nas proximidades. O mau cheiro produzido por esse problema também se tornou uma das consequências bastante pertinentes para quem habita esses locais.

Figura 4 – Descarte irregular de resíduos sólidos



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Essas práticas podem ser reprovadas de acordo com a lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), pois se tratam de lançamento *in natura*, além da queima a céu aberto ou em recipientes.

É interessante ressaltar que essas áreas de descartes de resíduos, é praticamente no leito do riacho Itapiracó, contribuindo assim com a poluição do riacho, além de estar numa Área de Proteção Permanente (APP) e que essa discussão não se trata só dos aspectos estéticos da paisagem, mas também da saúde pública. A presença de resíduos que podem acumular água, podendo favorecer a presença de focos do mosquito *aedes aegypti*, o transmissor da dengue, além de favorecer a presença de animais e insetos peçonhentos e transmissores de doenças.

4 Considerações Finais

A APA do Itapiracó é uma Unidade de Conservação que cumpre cabalmente o seu papel na categoria de uso sustentável, sendo que em sua área existem diversos atrativos para o lazer e a vida social da população, pois dentro do seu espaço há pistas para caminhada, trilhas ecológicas, quadras esportivas, pista de *skates* entre outros.

Juntamente com esse uso, estão aliados diversos problemas no que se refere a sua biodiversidade, sendo que tais problemas estão associados ao uso indevido desse espaço e muitas vezes são resultados de pouca fiscalização feita por órgãos competentes no local. Uma boa fiscalização, assim como projetos de sensibilização dos moradores do entorno e dos visitantes que usam esse espaço, seria válida para que os recursos naturais presentes na APA de fato fossem protegidos como determina a lei.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985 de 14 de Julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Brasília. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução Conama N° 001, de 23 de Janeiro de 1986**. Publicado no D. O . U de 17 /2/86. Brasília. 1986.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, SEMA. Unidade de Conservação. <http://www.sema.ma.gov.br/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas S. A. 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

JUNIOR Celso Henrique Leite Silva; FELIX Amanda Souza; FERREIRA, Suzzy Nascimento; BEZERRA, Vera Lúcia Araújo Rodrigues. **Área de Proteção Ambiental do Itapiracó: Evolução do Usos e Cobertura do Solo no Período de 1999 a 2010 em São Luís (Ma)**. 14º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental. 2013.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; LOPES, José Antônio Viana. **Uso e Ocupação do Solo nas Unidades de Conservação da Região Metropolitana da Grande São Luís- MA, BRASIL**. 2016.



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO MARACANÃ: Aspectos Geofísicos e Impactos Antropogênicos

Igor Cruz de Castro⁴⁹
Lana Costa Ferreira²
Matheus Gomes Moreno³

Resumo

O presente trabalho, construído através de dados empíricos e pesquisas bibliográficas, tem como objetivo apresentar as principais composições e propriedades geofísicas e os principais impactos causados pela ação antrópica em decorrência do processo desordenado de urbanização dentro na Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, localizada no município de São Luís- MA. A APA em questão apresenta um rico patrimônio natural com uma grade variedade ecológica. Apesar de tal fato e de ser uma área de proteção desde 1991, ela vem passando por processos de conversão do uso do solo que afetam a estrutura da paisagem da APA e promovem o aumento da fragmentação e secundarização da vegetação primária, tendo como resultado a geração de habitats menos diversos e de estrutura mais simples.

Palavras-chave: Ações Antrópicas; Diversidade Ambiental; Proteção Ambiental.

1 Introdução

Com o desenvolvimento da inteligência humana e o avanço da tecnologia, aliados ao crescimento demográfico, as intervenções na natureza vêm tornando-se cada vez mais comuns nos mais variados ambientes. Na maioria das vezes, essas ações impossibilitam a recuperação natural do ambiente. Colocando em risco a biodiversidade e a perpetuação das demais espécies e, em última instância, o próprio ser humano. Por conta destes problemas, uma das maneiras de proteger a Natureza das investidas humanas, tendo em mente também as futuras gerações, tem sido a criação de áreas protegidas, na forma de unidades de conservação e outras. Assim, a concepção original de proteger áreas em razão de sua beleza cênica ou de outras características especiais, deu lugar, gradualmente, à preservação de ecossistemas e o uso racional dos recursos naturais.

O desenvolvimento socioeconômico requer que a natureza atenda às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos, pois

⁴⁹ Discente do curso de Geografia da UFMA. E-mail: ic.castro@discente.ufma.br

² Discente do curso de Geografia da UFMA. E-mail: lanacf.2017@gmail.com.

³ Discente do curso de Geografia da UFMA. E-mail: theusgomesmoreno@gmail.com

em um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras. A fim de promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza, foram criadas as APA's, cujo estabelecimento é relativamente recente no Brasil e que, como qualquer novidade, ante as muitas adversidades que vêm enfrentando, têm tentado categorizar-se como uma unidade de conservação viável tanto para a proteção da natureza quanto para o desenvolvimento humano.

Visando proteger uma área já ocupada pelos humanos, e rica em diversidades de fauna e flora que apresenta fragilidade e é ameaçada de degradação por ações antrópicas e devido ao crescimento do Parque Industrial de São Luís, foi criada, por meio de Decreto Estadual nº. 12.103/1991 de 1º de outubro de 1991, a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã. Os efeitos causados pelas atividades humanas, oriundas de hábitos peculiares sociais de indivíduos e/ou até mesmo de forma cooperativa desordenada, vem a gerar sobrecarga, causando transformações em aspectos naturais da APA. Tais modificações, vem afetar também a biodiversidade dentro da área, principalmente nas regiões de maior concentração de população ou expansão industrial que vem a ser responsáveis pelas fontes de impactos antrópicos.

Essa situação, devido ao pensamento exploratório se sobrepondo ao conservacionismo ambiental de forma irresponsável, vem a se agravar com a medida em que o tempo passa. Sobre este enfoque, urge o propósito de se pensar de forma sustentável as potencialidades naturais, bem como mitigar impactos expostos na APA, a fim de proporcionar a melhor saída para esse entrave. Deste modo, o presente artigo, tem como objetivo apresentar as principais composições e propriedades geofísicas e os principais impactos causados pela ação antrópica em decorrência do processo desordenado de urbanização dentro na Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã.

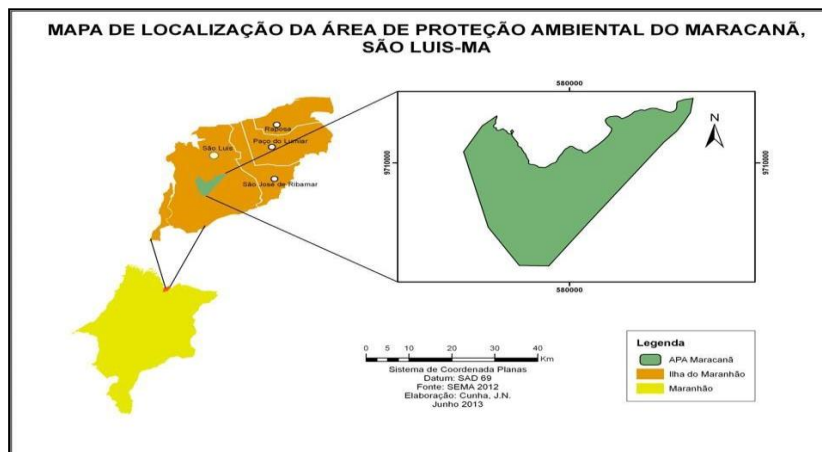
2 Metodologia

O trabalho realizado caracteriza-se como pesquisa empírica que segundo Demo (2000) é dedicada ao tratamento da face empírica e fatural do real, ela produz e analisa dados, operando sempre rumo ao controle empírico e concreto. Esse tipo de pesquisa pode oferecer maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base dos fatos (DEMO, 1994). Além disso, também foram feitas pesquisas bibliográficas de obras relacionadas ao assunto abordado, em livros, revistas, artigos, monografias, dentre outras fontes. Posteriormente, foi feita a análise das informações e exposição dos resultados.

3 APA da Região do Maracanã

A Área de Proteção Ambiental do Maracanã está localizada dentro do município de São Luís, no Maranhão (Figura 1), correspondendo a aproximadamente 1.831 hectares. A APA encontra-se próximo a um grande centro urbano que possui, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), cerca de 1.014.837 habitantes, sendo considerada a 15ª cidade mais populosa do Brasil. Apesar de ter Maracanã no seu nome, a APA estende-se por mais quatro bairros: Vila Maranhão, Vila Esperança, Vila Sarney e parte do Rio Grande. Ela tem como limite ao norte o Parque Estadual do Bacanga, a oeste o Módulo 9 do Distrito Industrial de São Luís, ao leste a BR-135, e ao sul o bairro Rio Grande (CHAVES, 2007).

Figura 1 - APA da Região do Maracanã, São Luís - MA



Fonte: SEMA, 2012

Os bairros incluídos na APA do Maracanã são caracterizados como sendo de classe média baixa. É possível encontrar na região, ruas sem estrutura básica como esgoto e asfalto, e uma população cuja geração de renda está focada em atividades, como por exemplo, agricultura de base familiar, a venda da juçara, o turismo de base comunitária e ecoturismo, entre outros. A juçara possui importância para a comunidade do bairro, sendo que há mais de 35 anos, no mês de outubro acontece a tradicional Festa da Juçara no Parque da Juçara no Maracanã. Além destes, tem o tradicional bumba-meu-boi do Maracanã com seu barracão localizado na comunidade; a Festa dos Reisados, realizada entre os dias 5 e 7 de janeiro, e a Festa do Divino.

3.1 Características Geofísicas e Respectivos Impactos Antrópicos

Dados os aspectos geológicos da APA do Maracanã, está localizada dentro da Formação Itapecuru, entretanto, em algumas pequenas áreas, tem a presença das Formações Barreiras e Açuí. Com a predominância da Formação Itapecuru, a região caracteriza-se por sedimentos aflorantes nos vales dos rios, constituída predominantemente de arenitos finos argilosos ou muitos argilosos em argila do grupo das caulinitas, apresentando baixa quantidade de areia em sua estrutura (MOURA, 2006), com a alta concentração de hidróxidos de ferro e alumínio nos solos da área essa região apresenta grande quantidade de laterita.

Diante a alta quantidade de lateritas, essa região da APA foi fortemente explorada em jazidas de minerais, assim, uma vasta área foi desmatada para a ampliação das áreas de extração, com isso a atividade por vários anos foi a principal renda para a população dos bairros no seu entorno, porém pela acelerada perda da vegetação e dos organismos que nutrem os solos, a estabilidade solo ficará comprometida, como os solos dessa área são facilmente susceptíveis a erosão, com os deslocamentos das partículas dos agregados, sendo depositadas nos corpos hídricos, os mesmos são assoreados ou eutrofizados. Em geral, os solos apresentam baixa fertilidade para o uso agrícola.

O relevo pode ser classificado como suave ondulado com vertentes pequenas e vales bem abertos, encontrados em áreas de influência da Floresta Amazônica. Os tipos de solos encontrados são os Latossolos, algumas manchas restritas de Plintossolos e Argilossolos e em áreas próximas à planície fluvial do rio Maracanã são encontrados os Neossolos e Gleissolos. Nessas áreas, onde encontram-se os Gleissolos, há o cultivo de espécies frutíferas, principalmente de juçareiras, plantas adaptadas às condições de solos encharcados, ricos em matéria orgânica. (FARIAS FILHO, 2010).

A sub-bacia do Rio Maracanã é onde são encontradas as principais nascentes do Rio Bacanga, vem a tratar-se de uma área de recarga de aquífero que abriga algumas nascentes permanentes, consideradas estratégicas para a conservação e preservação da água doce na Ilha do Maranhão. A sedimentação nessa bacia iniciou-se com os sedimentos do Cretáceo da Formação Itapecuru, Formação Terciário-Paleogeno, Formação Barreiras e, finalmente, pelos sedimentos recentes da Formação Açuí. Além disso, a bacia apresenta um perfil imaturo, com sedimentos inconsolidados, argilosos, com areias disseminadas, amarelados a avermelhados (RODRIGUES et al., 1994).

Devido a alterações na vegetação primária na área da bacia, o processo de receptação de água pelo solo tem sofrido modificações. Diversas transformações no seu espaço geográfico, devido à chegada de grandes empreendimentos, agrícolas, imobiliários e industriais, estes ocupando áreas de preservação ambiental e conseqüentemente compactando os solos, desmatando a vegetação nativa e aterrando as diversas nascentes (SANTOS; PEREIRA, 2013). A água oriunda da bacia possui a sua qualidade comprometida devido às práticas humanas inadequadas de extração, consumo e poluição deste precioso recurso natural. A grande questão da atualidade na área da bacia é o comprometimento futuro, pois a água tem alta vulnerabilidade à contaminação e corre sérios riscos considerando o desenvolvimento socioeconômico da área. Com a ocorrência de deposição de lixo no curso dos córregos ou em suas margens.

O clima na região assemelha-se muito ao do restante da Ilha do Maranhão, sendo assim, o clima é tropical, quente e úmido. A temperatura mínima na maior parte do ano fica entre 22 e 24 graus e a máxima geralmente entre 30 e 34 graus. Apresenta dois períodos distintos: um chuvoso, e outro seco (RODRIGUES; FILHO BELLO, 2011). O período de transição climática entre junho e julho é caracterizado por dias com chuvas, outros com sol forte, calor e umidade baixa e outros com tempo abafado, sem ventos e com muita nebulosidade, conhecido popularmente como calmaria (ARAÚJO 2001).

No que se refere a vegetação, a APA do Maracanã está inserida na região da Amazônia Legal, possuindo fauna e flora bem diversificadas. A flora apresenta características da zona de mata de galeria, a flora é composta de várias espécies de árvores frutíferas, leguminosas e gramíneas, além de vegetação de várzea, dando destaque ao buriti e à juçara. Já a fauna presente na área é composta principalmente por espécies de aves como juritis, pipiras azuis, tucanos, papagaios et) e peixes (acará, traíra, piaba...).

Na região da APA do Maracanã é bem comum a exploração do fruto da *euterpe edulis mar* – juçareira, pois o modo de extração e preparação da bebida típica desta fruta é conhecido por grande parte da população, principalmente, na ocasião da Festa da Juçara. Sendo a principal ameaça à vegetação, a derrubada da mata nativa para limpar terreno para plantio e construção de moradias, a exploração ilegal de madeira, principalmente a paparuábeira, árvore típica da região, mas que quase chegou a ser extinta pois a madeira dessa árvore é a mais indicada para construção de caixões.

4 Considerações Finais

A conversão do uso da terra para fins agrícolas, industriais e urbanização irregular afeta a estrutura da paisagem da APA do Maracanã ao promover o aumento da fragmentação e secundarização da vegetação primária. Habitats menos diversos e com estrutura mais simples tornam-se proporcionalmente mais abundantes na paisagem em decorrência das conversões de uso de áreas, podendo afetar a conservação de espécies ameaçadas.

Observou-se a necessidade de cumprimento da legislação ambiental e, principalmente, a importância de gerenciamento e ações por parte do órgão gestor das APA's, fomentar propostas de conservação destes ambientes e manter ativa a fiscalização ambiental, para que ações antrópicas danosas, não venham provocar a extinção de espécies faunística e florística, bem como, não venha danificar ou até mesmo extinguir o patrimônio geohistórico, antropológico e ambiental presentes na APA do maracanã. Do contrário, a própria população sofrerá em um futuro breve as consequências das suas ações desregradas e inconvenientes.

Referências

- ARAUJO, R. R. **O processo de urbanização na produção do clima urbano de São Luís - MA.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente, 2001.
- CHAVES, J. R. V. **Projeto Maracanã: Do discurso à prática da sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.
- FARIAS FILHO, M. S. **Caracterização Geoambiental da Área de Proteção Ambiental do Maracanã, São Luís/MA.** In: Área de Proteção Ambiental do Maracanã: Subsídios para o manejo e conservação, 2010.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** São Luís, Panorama. disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama> >. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

MARANHÃO. **Decreto nº 12.103 de 01 de Nov. de 1991.** Cria no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências, 1991.

MOURA, E. G. **Agroambientes de Transição Avaliados Numa Perspectiva da Agricultura Familiar.** In: MOURA, Emanuel Gomes de. (org.) Agroambientes de Transição: entre o trópico úmido e semi-árido do Brasil. São Luís: UEMA. Série Agroecologia – UEMA – Volume 1. Ed 2°. 2006. p. 312. p. 15-51.

RODRIGUES, T. L. N. et al. (Org.) **Programa de levantamentos geológicos básicos do Brasil: São Luís.** CPRM. Brasília, 1994.

RODRIGUES, L. P. O. S.; FILHO BELLO, N. B. **O Controle das Atividades Urbanas e as Mudanças Climáticas: enfoque sobre a futura região metropolitana de São Luís do Maranhão.** Caderno de Pesquisa -UFMA., São Luís, v. 18, n. 1, p. 24 – 37, jan./abr. 2011.

SANTOS, J. N.; PEREIRA, E. D. **Carta de susceptibilidade a infiltração da água no solo na Sub-Bacia Do Rio Maracanã-Ma.** Cad. Pesq., São Luís, v. 20, n. especial, julho 2013.



EFEITOS DA URBANIZAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DO BAIRO SÃO FRANCISCO, SÃO LUÍS-MA

Andressa G. Carvalho⁵⁰, Danila Isabel P. Sousa⁵¹, Lucas Vinícius Castro⁵², Mark Assunção Araújo⁵³

RESUMO

Tem-se como objetivo nesse trabalho, identificar as razões do desconforto térmico no bairro em comento a partir das análises realizadas em relação à urbanização. Foi possível notar que a temperatura teve muitas variações e que o adensamento urbano (construções regulares e irregulares), e a forma das moradias influenciam no conforto térmico. Foi possível considerar a questão da tipologia das edificações, e, dependendo da configuração e do local, elas podem sim, facilitar ou dificultar o fornecimento de sombra, bem como velocidade e direção dos ventos. Através da análise abordada, sintetiza-se que há necessidade de maior atenção acerca dessa problemática, pois nas áreas não planejadas a temperatura aferida contribui com o desconforto térmico entre os moradores dessas áreas.

Palavras-chave: Conforto Térmico; Temperatura; Arborização.

1. Introdução

A Ilha do Maranhão possui uma dinâmica atmosférica bem relevante, pois fatores como Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), ventos alísios de norte e sul, fenômeno EL Niño e LA Niña, ventos locais, (brisa terrestre e marítima) dentre outros, interferem continuamente nas condições térmicas dessa ilha, gerando contínuas oscilações de temperatura. Ante a todos esses fatores e considerando o *adensamento* urbano, bem como algumas *irregularidades na urbanização* do bairro São Francisco em São Luís-MA, tem-se como objetivo nesse trabalho, identificar as razões do desconforto térmico no bairro em comento, que, diga-se de passagem, é habitado por pessoas com poder aquisitivo diferenciado.

⁵⁰ Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, andressa.gc@discente.ufma.br

⁵¹ Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, danila.isabel@discente.ufma.br

⁵² Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, lucas1vinicius2013@gmail.com

⁵³ Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, mark.aa@discente.ufma.br

Acredita-se, pois, que apesar de estar totalmente habitado, se houver, a partir dos resultados de diversos estudos, intervenções dos órgãos competentes com o objetivo de melhorar a paisagem, que vai desde a demolição, regularização e fiscalização de novas construções, até uma arborização adequada, certamente a qualidade no conforto térmico, apesar dos fatores acima elencados, seria bem mais saneada.

2. Procedimentos Metodológicos

Durante a execução dessa pesquisa, recorreu-se a literaturas que versam sobre o assunto estudado, que, para Gil (2002), é desenvolvida a partir de dados já elaborados e é constituída sobretudo, de livros e artigos científicos. Ademais, e como complemento, utilizou-se os dados de uma pesquisa de campo realizada em dezembro de 2019, pelos autores desse trabalho, no bairro do São Francisco, em São Luís – MA, onde, no período vespertino, a partir das 14h, foram visitados alguns locais, a saber: Praça do São Francisco, área comercial, área residencial planejada (Conjunto Basa), área residencial não planejada (Ilhinha) e a Praça do Botafogo, uma área aberta. E entre as 14h30min e 15h15min, com a utilização de termohigrômetro, anemômetro, bússola e um lápis com uma fita na ponta, foram coletados os seguintes dados: temperatura, umidade do ar, velocidade e direção do vento. A partir dessa aferição, foi elaborado no programa Excel, gráficos mostrando a umidade do ar, a temperatura e a velocidade do vento.

3. Resultados e Discussões

Esta pesquisa teve como respaldo estudo na disciplina de Climatologia, em que os acadêmicos receberam instruções baseadas nos conceitos propostos para estudos de clima urbano, obedecendo ao mínimo aceitável de critérios para disposição de aquisição e análise dos dados coletados, o termohigrometro, bússola, anemômetro.

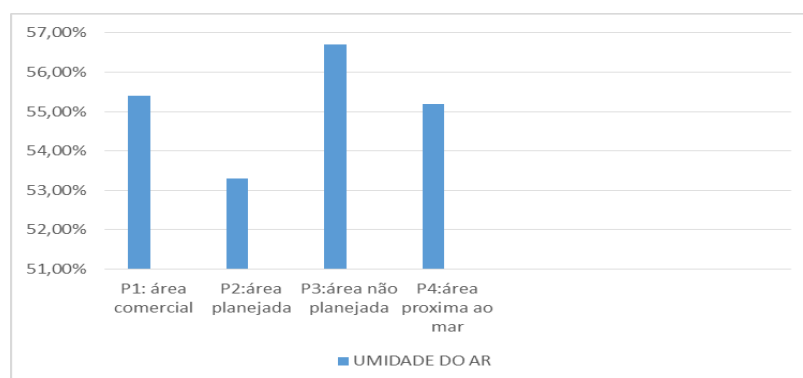


Gráfico 1: Umidade do ar. Fonte: Autores, 2019.

Verificou-se o comportamento da umidade do ar em três pontos visitados para coleta de dados. Conforme o gráfico 1, a região do ponto três apresentou 56,7% de umidade, valor mais elevado que as

outras áreas. Esse fato pode ser explicado mediante a ocorrência de menores temperaturas fazendo com que se torne mais concentrado, aumentando a umidade relativa.

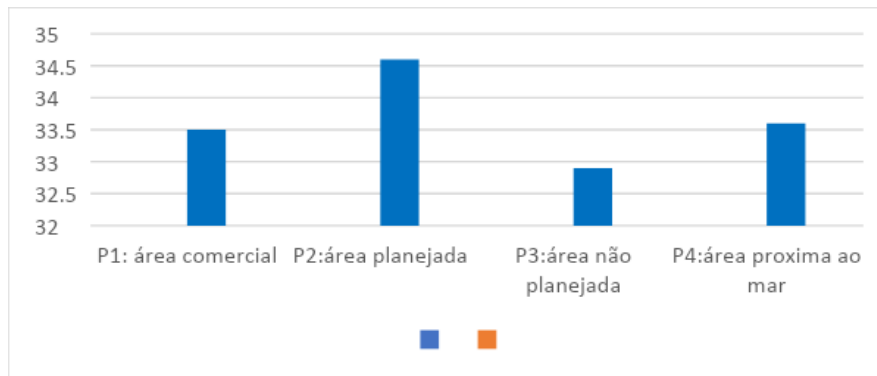


Gráfico 2: Temperatura do ar. Fonte: Autores, 2019.

No gráfico 2, a análise das temperaturas mostrou uma ampla diferença entre o ponto 2 e 3. Pois no P2 a superfície recebeu influência direta da radiação solar ao contrário do P3, a região do centro apresentou as maiores temperaturas pela grande influência das casas e do asfalto.

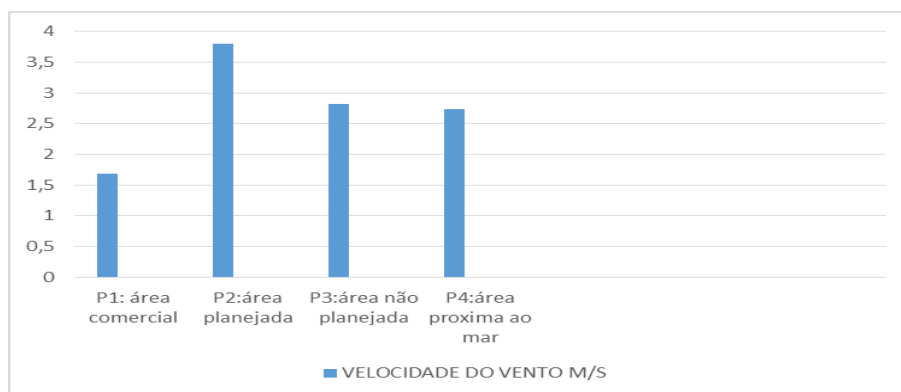


Gráfico 3: Velocidade do vento. Fonte: Autores, 2019.

Já no gráfico 3, o P2 apresentou uma maior velocidade do vento. Uma possível explicação para esse fato é que áreas planejadas possuem uma circulação de vento mais eficiente.

Ponto 1: Igreja



Foto: Andressa Carvalho, 2019.

O **ponto 1**, apresentou uma média de temperatura de 33,5°C no horário de 14h30min. Essa área concentra muitos prédios e pouca vegetação e recebe intensa radiação solar, principalmente nesse horário, ocasionando pouca influência do vento, cuja velocidade aferida foi de 1,68 m/s e com umidade do ar de 55,4%. Um aspecto muito comum em estudos realizados no meio urbano é o fenômeno de ilha de calor, que é caracterizado pelo aumento da temperatura se comparado a uma zona rural, por exemplo. “Uma das consequências da ilha de calor na cidade é a formação de uma circulação do ar característica, onde o ar da região central se aquece e sobe, e o ar da periferia converge para o centro da cidade, onde se encontra o pico da ilha de calor, formando-se, assim, um domo de poluição sobre a cidade” (NUCCI, 2008).

PONTO 2: Área Residencial Planejada



Foto: Andressa Carvalho, 2019.

O processo de urbanização na cidade permite diversas alterações no meio físico, provocando mudanças na atmosfera terrestre e alterando toda a dinâmica climática. Foi o que se pôde observar no **Ponto 2**, registrando 34,6°C dos dados de temperatura do ar, ventos de 3,8 m/s e umidade de 53,3% coletados nas 14h45min. Notou-se que esse ponto está em uma área totalmente urbanizada e com pouca influência de vegetação, circunstância que colaborou para este registro.

PONTO 3: Ilhinha



Foto: Andressa Carvalho, 2019.

Nessa área a temperatura estava em torno dos 32,9°C no horário das 15 horas, diferenciado em relação ao **ponto 2**. Uma característica marcante desse ponto é a proximidade das casas e predominância de muros baixos, fator que contribui para a circulação e formação dos ventos no local, com velocidade de 2,82 m/s e umidade de 56,7%.

PONTO 4: Praça



Foto: Andressa Carvalho, 2019.

Nesse ponto foi possível notar a influência do mar no local, alterando a temperatura da área para 33,6°C e 55,2% de umidade e o vento com uma velocidade de 2,74 m/s, às 15h14min.

4. Considerações Finais

A partir dos principais aspectos observados acerca do clima urbano, assim como a influência da dinâmica urbanística no que diz respeito ao conforto térmico, no bairro do São Francisco, em São Luís – MA, a presente pesquisa demonstra que: em áreas planejadas a temperatura é favorável e que possibilita certo conforto térmico. O contrário ocorre na área não planejada, onde há um conglomerado de casas e a temperatura é mais elevada, promovendo um desconforto térmico. Através dessa observação foi obtida uma melhor compreensão acerca da temática abordada.

Através da análise abordada, sintetiza-se que há necessidade de maior atenção acerca dessa problemática, pois se percebe que nas áreas não planejadas, a temperatura aferida contribui para que os moradores possuam desconforto térmico. Dado esse problema, são necessários intervenções que contribuam para um melhor conforto térmico, como a arborização do local e modificações no caráter urbano, que possibilite melhorias na temperatura ambiente.

Referências

GIL, A. C. 1946. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MELLO FILHO, L. E. Arborização urbana. In: Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, I, 1985. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 1985. p. 45-49.

NUCCI, J. C. Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). Curitiba: Edição do autor (e-book), 2008.142p.



CARACTERIZAÇÃO DE UM LATOSSOLO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS CACHORROS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL DA ILHA DO MARANHÃO

Bruno Santos Ferreira¹

Melina Fushimi²

Resumo

O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de compreender sobre os aspectos físicos e morfológicos dos solos da Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros, Ilha do Maranhão, como subsídio ao planejamento ambiental da área de estudo, bem como da Ilha do Maranhão. Para isso, a presente pesquisa foi desenvolvida em uma perspectiva de análise dos elementos físico-naturais e humano sociais. Para esse artigo, foi utilizado um ponto representativo de amostragem, com coleta de duas amostras de solos, que foram caracterizados e analisados posteriormente em laboratório. A pesquisa foi desenvolvida por meio de trabalho de campo, gabinete e laboratório.

Palavras-chave: Solos; Usos da terra; Erosão linear; Vulnerabilidade ambiental.

1 Introdução

As discussões acerca da dicotomia existente entre a Geografia Física e Geografia Humana, parecem, ainda hoje, um desafio a ser superado. No entanto, percebe-se que, principalmente na atualidade, cada vez mais, os estudos que relacionam a sociedade com os elementos da natureza estão sendo necessários, um exemplo disso, são as pesquisas sobre os solos. De modo geral, entende-se que as transformações ocorridas no espaço geográfico são resultantes das reproduções sociais, onde o homem ao transformar a natureza primitiva (ou primeira natureza) causa modificações, levando-a a ser uma segunda natureza (ou natureza modificada). Segundo Saquet e Silva (2008), o espaço geográfico é organizado pelo homem

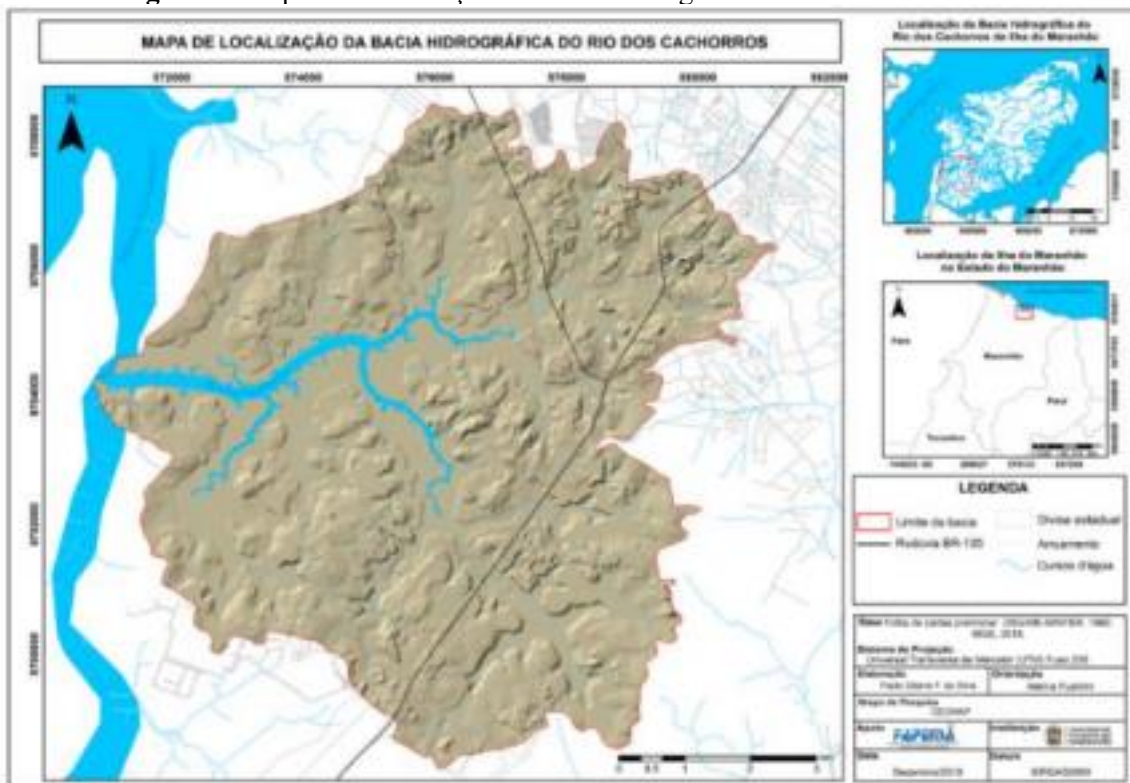
¹ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: brunosantosferreira.1999@gmail.com.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da

Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: fushimi.melina@gmail.com

vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Logo, é possível perceber que assim como descrito por Giometti, Pitton e Ortigoza (2012), no conceito de espaço geográfico está implícita a ideia de articulação entre natureza e sociedade. Na busca desta articulação, a Geografia tem que trabalhar, de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles. Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido em uma perspectiva de análise dos elementos físico-naturais e humano-sociais, buscando compreender sobre aspectos físicos e morfológicos de um perfil de solo da Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros, Ilha do Maranhão como subsídio ao planejamento ambiental da área de estudo, bem como da Ilha do Maranhão. A Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros possui área de aproximadamente 63,7 km², e encontra-se localizada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros



Fonte: SILVA, Paulo Zidane Ferreira da, 2019.

Segundo Freire (2006), o solo pode ser compreendido como um produto resultante da interação entre o material de origem, submetido a determinado clima, estando sujeito a certo relevo e a uma determinada comunidade biótica, durante um certo período (tempo). Vale destacar que torna-se cada vez mais importante o estudo desse recurso no âmbito do planejamento ambiental, a fim de que possamos controlar e conter diversos fenômenos de degradação, como os processos erosivos, já que os processos erosivos tem causas naturais, mas com grande influência antrópica na sua intensificação.

2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi iniciada com levantamento bibliográfico, dando embasamento a fundamentação teórica para este trabalho. Ao mesmo tempo, foi realizada atividade de campo, além de análises laboratoriais para obtenção de dados para posterior análise. Em trabalho de campo, 2 amostras de solos foram coletadas, em um mesmo perfil pedológico. A caracterização foi feita a partir de análises laboratoriais em amostras adquiridas durante trabalhos de campos, coletadas através de perfis pedológicos localizados em pontos representativos na área de estudo (Figura 2 e 3).

Figura 2: Erosão do tipo ravina encontrada no Ponto de coleta de amostras de solos



Figura 3: Ponto de coleta de amostras de solos

Dos autores, 2020. Fonte: Dos autores, 2020.

Fonte:

A pesquisa foi desenvolvida a partir de trabalhos de gabinete, campo e de laboratório. As análises laboratoriais, foram feitas no laboratório de Geociências, do curso de Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão. Foram realizadas descrições morfológicas, análises texturais e fracionamento de areia, em cada uma das amostras, sendo o procedimento adaptado do manual de métodos de análise de solo da Embrapa (1997).

3 Resultados e Discussões

Como resultados, observou-se que a área da Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros apresenta como principais características do seu meio físico, relacionado aos aspectos geológicos, a Formação Barreiras. Castro e Pereira (2012), discorrem que a Formação Barreiras na Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros apresenta 3 tipos predominantes de fácies geológicas sendo elas: fácies Arenosas, fácies Argilo-arenosas, fácies Areno-argilosas. Em relação a geomorfologia, Silva (2012) coloca que a bacia apresenta Tabuleiros, Colinas esparsas, Planície de Maré e Planície Fluvial. Sobre a pedologia, Silva (2012), Ferreira e Fushimi (2020) apontam que a Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros apresenta as seguintes classes de solos: Argissolos, Gleissolos, Latossolos, Neossolos e Solos Indiscriminados de Mangue. Em relação aos solos observados no perfil pedológico analisado, foram encontrados solos desenvolvidos, que após análises laboratoriais foram associados aos Latossolos. O perfil é formado por um horizonte A e um horizonte B, consecutivamente. O perfil pedológico encontrado no ponto de estudo se apresenta visivelmente alterado, sendo esse fenômeno visível principalmente pela presença de resíduos sólidos. Foi possível identificar ainda, indícios de erosão linear e laminar no ponto de coleta.

	Classe Textural	Areia Franca	Areia Franca
¹ Esta condição refere-se ao momento da observação			
Elaboração: Ferreira, B. S. Foto: do autor, trabalho de campo, maio de 2019			

Os resultados do fracionamento da areia para o perfil pedológico do ponto, demonstraram que a areia muito fina se apresenta em maior quantidade, sendo 41,43 g.kg⁻¹; 38,75 g.kg⁻¹, nos horizontes A e B, respectivamente. Os resultados do fracionamento, demonstram que as frações Areia muito grossa e grossa são pouco representativas nos horizontes. Destaca-se a presença de areia média e muito fina, em que a primeira relaciona-se aos sedimentos da Formação Barreiras e a segunda influencia diretamente na dinâmica dos processos erosivos e de assoreamento, já que essas partículas menores são mais facilmente transportadas pela água e pelo vento em direção às áreas a jusante.

4 Considerações Finais

Nota-se, que em todo o estado do Maranhão, os processos erosivos apresentam-se cada vez de maneira mais intensa, tendo como uma das principais causas, o uso de forma inadequada do solo e o desmatamento frequente em áreas com a presença de vegetação, portanto, a existência do processo erosivo analisado na pesquisa, não ocorre de forma isolada, sendo comum em outras áreas da Ilha do Maranhão. Através do trabalho de campo, foi possível observar uma relação de alguns aspectos antrópicos que aceleram as dinâmicas naturais do ambiente, causando degradação e facilitando a formação/intensificação de processos erosivos. No caso específico da Ilha do Maranhão, tem-se as características naturais do ambiente associadas a atividades antrópicas, que influenciam no aparecimento e intensificação dos processos erosivos no local, o que faz com que se tenha a necessidade de um manejo/planejamento ambiental em relação ao uso dos solos.

Referências

CASTRO H; PEREIRA E. Cartografia Geológico-Geotécnica da Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 750-759, 2012.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Centro Nacional de Pesquisa de Solos (CNPS). **Manual de métodos de análise de solo**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1997. 212 p. (EMBRAPA – CNPS. Documentos; 1).

FERREIRA. B. S.; FUSHIMI. M. **Caracterização dos Solos da Bacia Hidrográfica do Rio Dos cachorros, Ilha do Maranhão**. Universidade Estadual do Maranhão. Iniciação Científica. São Luis. 2020.

FREIRE, O. **Solos das Regiões Tropicais**. Botucatu: FEPAF, 2006. 268p.

GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território**. 2012. Disponível em; <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47175>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**

- Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SILVA, Q. D. **Mapeamento geomorfológico da Ilha do Maranhão**. 2012. 249 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TRENTIN, R. **Mapeamento geomorfológico e caracterização geoambiental da bacia hidrográfica do Rio Itu - oeste do Rio Grande do Sul - Brasil**. 2011. 220 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Agradecimentos

A Universidade Estadual do Maranhão pela bolsa de iniciação científica, que permitiu o desenvolvimento da pesquisa.



O MARANHÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS DO SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA (SEEG)

Larissa Thais dos Santos de Macedo⁵⁴

Resumo

Os Gases do Efeito Estufa (GEE) são considerados grandes agentes causadores das variações climáticas que são estudadas por inúmeros profissionais, de diversas partes do planeta, mas que tem em comum a necessidade de tentar reverter o quadro de poluição atual. O Sistema de Estimativas de Emissão e Remoções de Gases do Efeito Estufa (SEEG) é um fornecedor de dados anuais sobre o que o seu próprio título sugere e teve no ano de 2013 sua estreia no cenário nacional. O objetivo desta pesquisa, portanto, é explicar o que os dados do SEEG significam para o estado do Maranhão e discutir as variáveis que interferem no resultado apresentado, buscando confrontar a distribuição espacial das atividades analisadas originalmente no SEEG com a realidade do estado. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas em artigos científicos, livros, sites de organizações governamentais e não-governamentais e fóruns. Os dados que foram analisados estão disponíveis para consulta pública no site do SEEG e são apresentados através de gráficos, tabelas do Excel e relatórios estaduais que contêm informações sobre o perfil de emissão do referido estado para o último ano analisado, que no caso desta pesquisa é o ano de 2019. Os resultados apresentados pelo estudo colocam o Maranhão como o 8º maior emissor de GEE dentre os estados brasileiros em 2019, com um valor de emissão bruto alocado de 81.203.558 t, em uma perspectiva histórica, as emissões totais alocadas no Maranhão de 1990 a 2019, demonstram que houve uma redução significativa desse valor.

Palavras-chave: Gases do Efeito Estufa; SEEG; Mudanças Climáticas; Uso do solo.

1 Introdução

⁵⁴ Discente do curso do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: larissa.tsm@discente.ufma.br.

As questões que envolvam poluição atmosférica estão em voga, mesmo que as vezes não sejam necessariamente abordadas de forma correta, mas é certamente ponto de debates acalourados entre seus defensores. Os Gases do Efeito Estufa (GEE) são considerados grandes agentes causadores das variações climáticas que são estudadas por inúmeros profissionais, de diversas parte do planeta, mas que tem em comum a necessidade de tentar reverter o quadro de poluição atual, que em algumas projeções sinaliza com o aumento do nível do mar, aumento da temperatura média global, extinção de espécies, etc; e que são prognosticadas para as próximas décadas (IPCC, 2018).

O Sistema de Estimativas de Emissão e Remoções de Gases do Efeito Estufa (SEEG) é um fornecedor de dados anuais sobre o que o seu próprio título sugere e teve no ano de 2013 sua estreia no cenário nacional. O Observatório do Clima é responsável pela geração desses dados, com metodologia própria e que hoje em dia já é utilizada em outros países, como Índia e Peru. Tal sistema oferece informações sobre emissão dos GEE, como CO₂, CH₄, N₂O e HFC's, através da análise dos setores que são fontes de emissões: Agropecuária, Energia, Mudanças de Uso da Terra, Processos Industriais e Resíduos.

Os GEE possuem amplo apelo na bibliografia científica, contudo, os seus valores e os locais de emissão ainda são gargalos para a gerência dessa atividade, o que confere informações distorcidas da realidade e que comprometem a busca por respostas a essa problemática. A questão em estudar os dados que são oferecidos é esmiuçar o que pode está acontecendo no contexto do estado do Maranhão acerca das mudanças climáticas, apontado também o que pode ser melhorado e principalmente o fornecimento de informações que geram discussões importantes para um tema de grande relevância para o cenário local e global, mas que ainda é pouco estudado a nível estadual.

Diante do apresentado é importante a análise de dados que possam auxiliar no conhecimento e no planejamento que deve ser feito para o equacionamento dessa problemática. O objetivo desta pesquisa, portanto, é explicar o que os dados do SEEG significam para o estado do Maranhão e discutir as variáveis que interferem no resultado apresentado, buscando confrontar a distribuição espacial das atividades analisadas originalmente no SEEG com a realidade do estado do Maranhão.

2 Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas em artigos científicos, livros, sites de organizações governamentais e não-governamentais e fóruns. Os dados que foram analisados estão disponíveis para consulta pública no site do SEEG e são apresentados através de gráficos, tabelas do Excel e relatórios estaduais que contém informações sobre o perfil de emissão do referido estado para o último ano analisado, que no caso desta pesquisa é o ano de 2019.

Os gráficos informam a variação anual de emissão de gases do Efeito Estufa para cada uma das Unidades Federativas do Brasil; à exceção das informações de Mudança de Uso da Terra e Ocupação do Solo que estão disponíveis a partir de 1990, os dados referentes aos outros quatros setores estão disponíveis desde 1970 até 2019. As tabelas além de fornecerem os dados brutos para todos os anos,

explicam a distribuição dos dados de acordo com os setores de emissão. Os relatórios estaduais introduzem informações individuais sobre cada ente federativo e sua situação no âmbito nacional.

O cálculo de emissão é baseado no dióxido de carbono equivalente em toneladas (CO₂e (t)) que representa além do valor do CO₂, a inclusão dos valores equivalentes dos outros GEE's (Metano, HFCs, entre outros) em comparação ao nível de 1 unidade de poluição do CO₂ para o potencial do aquecimento global (GWP, em inglês). Outra informação importante é que os dados seguem fatores de conversão estabelecidos pelo IPCC, estabelecidos em seu 5º relatório (AR-5).

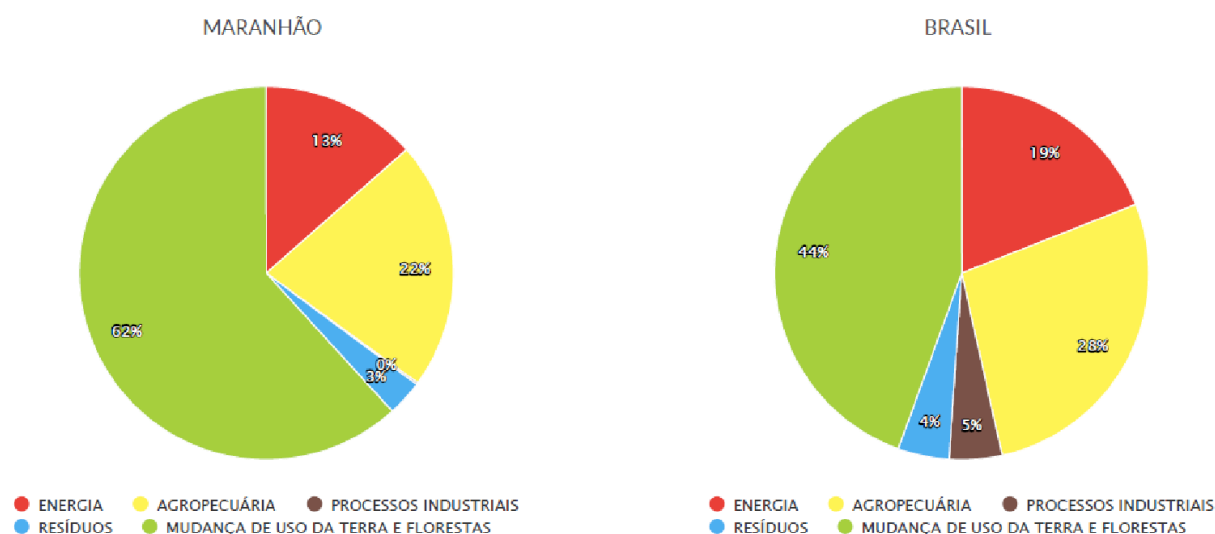
Por fim, frente aos cenários atuais que o estado apresenta para os setores analisados (Agropecuária, Energia, Mudanças de Uso da Terra, Processos Industriais e Resíduos) relacionou-se as informações disponíveis sobre eles e sua possível influência ou não nos dados apresentados pelo SEEG. Ressalta-se que a metodologia para chegar aos resultados assumidos é recente e sempre vem com novas melhorias a cada nova versão, sendo inclusive publicada na Revista Nature.

3 Resultados e Discussões

Os resultados apresentados pelo estudo colocam o Maranhão como o 8º maior emissor de GEE dentre os estados brasileiros em 2019, com um valor de emissão bruto alocado de 81.203.558 toneladas, sendo que o dado é calculado usando o gás CO₂e (t) GWP-AR5 que equivale a junção de todos os GEE's analisados, oferecendo um valor geral de emissão. É válido mencionar que são muitos os fatores que colocam o estado nessa posição, uns de ordem puramente natural, como a sua extensão e outros causados pelas atividades antrópicas. Para os fins desta pesquisa os dados aqui apresentados estão em seus valores brutos, sendo, neste momento, desprezados os valores líquidos e de remoção.

Em comparação com o cenário nacional o Maranhão apresenta-se como um retrato fiel na relação de emissões por tipos de fontes, com o adendo de que o nível de emissão por processos industriais é irrisório, fato que se relaciona com a inexpressiva porcentagem de indústrias que o estado apresenta (Figura 01). Já nos valores do setor de Mudança de Uso da Terra a supremacia indiscutível é das atividades agropecuárias, o que já era esperado devido a mudança de paisagem ocasionada pelas grandes monoculturas, em especial a Soja. Atenta-se para esse fato que as grandes fazendas para produção de grãos estão ganhando terreno cada vez mais no estado, deixando o que antes era apenas no sul do estado e agora se estendendo pelo centro-leste maranhense.

Figura 01: Percentual de emissão de CO₂e pelo estado do Maranhão e o Brasil



Fonte: SEEG, 2021.

Em uma perspectiva histórica, as emissões totais alocadas no Maranhão de 1990 a 2019, demonstram que houve uma redução significativa desse valor, pulando de 128 milhões (t) de CO₂e em 1990 para 81 milhões (t) de CO₂e em 2019. Esses valores podem ser explicados pela diminuição de mais de 50% nos valores de emissão por mudança de uso da terra nesse período, o que acaba por soar contraditório frente ao percentual de emissão que tal setor representa para o estado, demonstrado também a maior eficácia que essa atividade pode representar na emissão dos GEE's.

Outras variáveis importantes são os resumos por setores, onde é possível observar que, por exemplo, o setor de resíduos é composto por resíduos sólidos e efluentes líquidos que representam ainda um gargalo no estado do Maranhão, que concentra uma importante parcela da população sem acesso a esses serviços. Já no setor de mudanças de uso da terra é interessante destacar os maiores valores encontrados na região amazônica do que no cerrado, sendo fator preocupante para além da emissão de gases, como também na estabilidade desse bioma.

4 Considerações Finais

Em síntese, os dados analisados permitem conhecer um pouco da realidade do estado quanto às emissões de GEE's e isso já é um ganho muito grande, pois, ainda falta um acompanhamento mais detalhado dessas informações a nível estadual. O alerta fica ligado, principalmente em relação às mudanças de uso da Terra, que merecem atenção especial frente aos níveis de emissão de GEE no estado, assim como a preocupação com os fatores que estão relacionados a má gestão do uso da Terra. Os níveis de CO₂e podem não se reproduzir fidedignamente na identificação das fontes e seus emissores, mas metodologicamente, isso é possível sim, transformando esse trabalho em um primeiro passo de uma análise que pode sim ser continuada através do aprofundamento dos dados que estão disponíveis e que não foram utilizados neste trabalho.

Referências

IPCC, 2018: **Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty** [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)]. In Press.

SEEG - **Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**, Observatório do Clima, acessado em [01/05/2021] - <http://seeg.eco.br>.



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DOS PROCESSOS ESPACIAIS: O Caso da Vila Jaracaty em São Luís-MA

Givanilson Trindade Sousa⁵⁵

Washinton Luis de Oliveira Lima⁵⁶

André Lucas dos Santos Ferreira⁵⁷

Resumo

O presente artigo objetiva analisar os impactos do uso e ocupação do solo em torno da malha urbana ludovicense, bem como a destinação inadequada de resíduos sólidos sob área de preservação permanente. A execução do presente trabalho a priori teve início com leituras sobre a temática em tela a fim de aprofundar teoricamente questões relacionadas a impactos ambientais acarretados por resíduos sólidos. Vislumbra-se o acentuado processo de degradação ambiental decorrentes da especulação imobiliária, a qual empurra para a marginalidade parte dos moradores do Jaracaty, cujos aspectos sanitários deletérios comprometem seriamente a saúde dos agentes socioespaciais residentes das áreas de risco, tal como se apresenta o vila Jaracaty. Considerando a urgência no tocantes aos dilemas ambientais, fica nítido a extrema necessidade, do cumprimento rigoroso da legislação ambiental que prevê destinação e controle sanitário.

Palavras-chave: Jaracaty; Resíduos sólidos; Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O advento da revolução industrial no século XVII, intensificou as relações capitalistas como a produção de bens e produtos para aplacar as necessidades humanas. Tal fato é acentuado, sobretudo nos espaços

⁵⁵ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: gil17sousa@outlook.com

⁵⁶ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: Washinton.luis13@gmail.com

⁵⁷ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: andreLucasgot@gmail.com

urbanos⁵⁸ onde as indústrias inicialmente se alocaram. As intervenções antrópicas com grande vigor na “primeira natureza”, foram impulsionadas pelos detentores de capital para alancar a produção e consumo com o intuito de maximizar os lucros. Tal fato, denota a ausência de interesse aos impactos ambientais gerados pelos resíduos sólidos⁵⁹ e crescimento populacional mormente nas cidades. É no cenário de intenso fluxo do capital nas urbes, fator condicionante para o vertiginoso crescimento populacional em áreas urbanas. Tal crescimento, sobretudo nos países terceiros mundistas como o Brasil, não foi acompanhado de planejamento e gestão, ocasionando ocupações irregulares em direção a áreas de baixo valor especulativo, com grande impacto para o ambiente e saúde humana. Direcionando esforços para reduzir a problemática ambiental ocasionadas pelos resíduos sólidos, foi instituída no Brasil a política nacional dos resíduos sólidos pela lei 12.305/10 com o intuito de gerenciar os resíduos sólidos, especialmente os produzidos nas cidades onde ocorre a deposição inadequada nos “lixões”. Nessa perspectiva, inúmeras cidades objetivando tratar com mais veemência sobre a destinação correta dos resíduos, introduziram planos de gestão integrada a fim de regular os serviços de coleta seletiva e desativação dos lixões corroborando com a PNRS. No atual contexto, São Luís - MA como as demais urbes brasileiras contempla problemas de ordem ambiental e social ocasionados por ocupações e deposição inadequada de resíduos em áreas de mangue⁶⁰. É no cenário de degradação ambiental, e de negação ao direito à cidade⁶¹ que se encontra a comunidade do Jaracaty foco de nossa análise. O presente trabalho objetiva analisar os impactos do uso e ocupação do solo em torno da malha urbana ludovicense, bem como a destinação inadequada de resíduos sólidos sob área de preservação permanente.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

A execução do presente trabalho a priori teve início com leituras sobre a temática em tela a fim de aprofundar teoricamente questões relacionadas a impactos ambientais acarretados por resíduos sólidos. Posteriormente, a consulta literária realizou-se 02 trabalhos de campo com intuito de reunir informações primárias, bem como avaliar e interpretar as visões de mundo dos agentes espaciais residentes do local em estudo. Para a realização do campo empírico utilizou-se como ferramentas entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. Por fim, a caracterização da comunidade foi concebida a partir da elaboração do mapa de localização fincados nos aspectos espaciais mais importantes do presente trabalho.

⁵⁸ Côrrea (1989, p. 7) assevera que o espaço de uma grande cidade capitalista constitui se, [...] no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si.

⁵⁹ Santos (2016, p. 251) afirma que “Resíduos sólidos, de diversas naturezas, são gerados, usualmente, nas residências e/ou nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, exceto naqueles de atenção à saúde”.

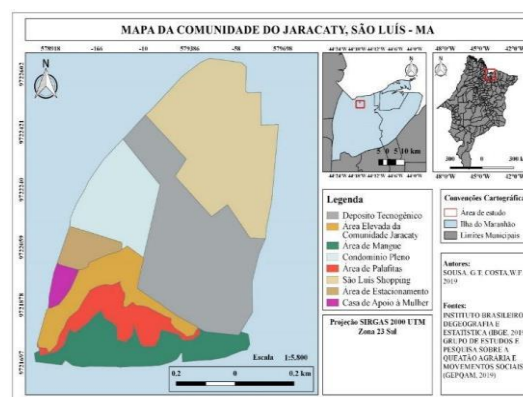
⁶⁰ Moreira; Brito; Farias Filho (2015, p. 130) descreve que “Os manguezais são ambientes estuarinos localizados numa área de transição entre o rio o mar que se estendem ao longo do litoral que possuem ocorrência em toda a faixa litorânea do Brasil”.

⁶¹ Para Lefebvre (2001, p. 134):” O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)

3 Resultados e Discussões

O processo de formação socioespacial da cidade de São Luís historicamente evidencia as transformações econômicas, sociais, ambientais e políticas impostas eminentemente pelos detentores do capital de modo cíclico e ininterrupto aos sujeitos subalternos. O modelo estrutural da formação social⁶² de São Luís esteve voltado para indústria têxtil, evidenciando a soberania dos detentores de capital sobre o espaço urbano da capital maranhense, principalmente em sua área central, onde se concentravam as fábricas e a classe trabalhadora. A evolução da malha urbana de São Luís em direção as margens do rio Anil e Bacanga se intensificou entre meados de 1970 e 1980, com a execução de obras viárias, fator que condicionou muitas pessoas a migrarem para São Luís em busca de emprego e melhores condições de vida, fato impulsionador no aumento do índice populacional e na evolução urbana, bem como nos impactos ambientais ocasionados pelos detentores de capital, o poder público e a população residente nas periferias. Esta última é apenas reflexo das configurações impostas pelo capital, motivo pelo qual se aloca em regiões insalubres. No cenário de diferentes usos da terra em São Luís, encontra-se a comunidade do Jaracaty em situação extrema de vulnerabilidade ambiental decorrentes do esgoto sem tratamento, da ausência de coleta seletiva, do descarte inadequado dos resíduos gerados, bem como das habitações inadequadas em regiões costeiras onde ocorre a presença do ecossistema manguezal. A comunidade situa-se no município de São Luís e possui 300 (trezentas) famílias com média de 5 (cinco) integrantes, as quais residem em palafitas⁶³, ocupando uma área de preservação permanente⁶⁴. Por localizar-se em uma região central da cidade concentra inúmeras atividades essenciais de bens e serviços tais como: saúde pública (UPA- Unidade de Pronto Atendimento), lazer (São Luís Shopping), serviço de segurança pública (Casa da Mulher), prédios de alto padrão (conferindo postos de trabalho principalmente para as mulheres) Figura 1.

Figura 1: Caracterização da comunidade do Jaracaty



Fonte: autores, 2019.

⁶² Para Moreira (2016, p.17) “toda formação social é uma estrutura total arrumada em uma coexistência de modos de produção historicamente distintos, que a ordenação espacial concretiza como um complexo de modos de produção estruturados e focados na hegemonia do mais evoluídos deles”.

⁶³ Gomes (2001, p. 39) afirma que “Palafita é um tipo de habitação suspensa por estacas, que se intercomunicam através de pontes de madeiras, construídas em áreas alagadas, sujeitas às variações da maré”.

⁶⁴ Instituída pela lei n° 12. 651, de maio de 2012 artigo 4° e incisos VI e VII.

Conforme vislumbrado na figura 1, a comunidade embora usufrua de alguns serviços utilitários, ainda se encontra em condições deletérias do ponto de vista da habitação e dos serviços de saneamento básico. Este último é um problema acentuado pelo shopping, pelos grandes empreendimentos e também pela próprios moradores que depositam de modo inadequado os resíduos sólidos domiciliares. Segundo o IMESC (2011), a localidade outrora abrigava a destinação final dos resíduos de São Luís, até início dos anos 90 do século XX, ocorria no Lixão do Jaracaty e, a partir de 1993 essa ação começou a ser feita no Aterro Ribeira. Vale ressaltar que a desativação do lixão foi condicionada pela pressão do mercado imobiliário que cresceu na época supracitada. Por seu turno, o atual Shopping São Luís e o Condomínio Pleno (figura1) se tornaram um dos vários empreendimentos fixados após a desativação do Lixão na década de 90. Contudo, segundo os moradores já ocorreram registros de explosões no Shopping e rachaduras no condomínio associados a construção dos mesmos em área de terreno tecnogênico⁶⁵ (figuras 2, 3 e 4).

Figuras 2, 3 e 4: Condomínio Pleno, área de terreno tecnogênico e resíduos sólidos.



Fonte: autores, 2019.

Os condomínios adjacentes ao Jaracaty lançam esgotos sem nenhum tratamento na bacia do rio anil configurando grande impacto na saúde dos moradores que habitam a localidade, bem como no ambiente. Porém, o fator principal relacionado a questão ambiental está relacionado a deposição dos resíduos domiciliares no mangue em detrimento da coleta seletiva não ser regular na região. Algumas das famílias entrevistadas apontaram a ausência de saneamento básico e infraestrutura dos domicílios, além do odor produzidos pelos resíduos orgânicos são os principais agravantes para doenças respiratórias e infecto contagiosas em crianças e idosos. Segundo Celeri e Cortez (2015, p.196) “desde o ano de 2012, através de uma parceria público privada, a empresa terceirizada, São Luís Engenharia Ambiental- SLEA realiza os trabalhos relacionados aos serviços de varrição, coleta, transporte, destinação, e a disposição dos

⁶⁵Peloggia et al (2018, p.253) “Os terrenos tecnogênicos ou artificiais, ou ainda antropogênicos, consistem em porções do território que foram transformados pela agência geológica humana de forma direta ou indireta, por meio de processos de agradação – acumulação de material – ou degradação – remoção de material –, que podem ocorrer conjugados de forma variada”.

resíduos sólidos na cidade de São Luís. Entretanto, como mencionado anteriormente a coleta não acontece de modo cíclico na comunidade em questão. Além da regularização dos serviços de coleta e incremento do saneamento básico adequado, é necessário que se faça ações interventivas de educação ambiental para que os moradores se conscientizem sobre o descarte correto dos resíduos gerados. É importante ressaltar que Companhia Energética do Maranhão- CEMAR concentra no Shopping Jaracaty um dos 10 pontos de descartes adequados de resíduos em São Luís.

Considerações Finais

Considerando a urgência no tocantes aos dilemas ambientais, fica nítido a extrema necessidade, do cumprimento rigoroso da legislação ambiental que prevê destinação e controle sanitário. O cerne da problemática ambiental em escala nacional refere-se à ausência de políticas públicas as quais estão previstas na lei de resíduos sólidos 12.305/2010. Corroborando com a gestão e gerenciamento faz-se necessário um eixo de integrado de ações interventivas direcionadas a educação e sensibilização ambiental. Para tanto, é fundante também a atuação de cooperativas, ecopontos com medidas paliativas as visam a integração comunidade- poder público. Por seu turno, o poder público deve criar políticas públicas habitacionais considerando áreas de alta densidade demográfica e de grande vulnerabilidade ambiental, alocando-as em regiões com serviços e aparelhos urbanos os quais possam inclui-los de modo integrado e não somente parcial.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 12. 651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nº 4771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 11/10/2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília- DF, 3 agosto de 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 14/10/2019.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CELERI, MÁRCIO JOSÉ E CORTEZ, ANA TEREZA CÁCERES. **Gestão dos resíduos sólidos em São Luís - MA.** In; Geografia da Ilha do Maranhão. Farias Filho, Marcelino Silva (org.); Celeri, Márcio José (org.) – São Luís, MA: EDUFMA, 2015.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas/** Roberto Lobato Corrêa; prefácio Milton Santos. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- GOMES, CONCEIÇÃO DE MARIA TEIXEIRA. **Degradação ambiental urbana e qualidade de vida nas áreas de manguezais ocupadas por palafitas em São Luís–MA. Dissertação (Mestrado)-** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, - Presidente Prudente – SP, 2001.
- INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2011.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade/** Henri Lefebvre. São Paulo: Centauro, 2001.
- MOREIRA, JAILSON FERREIRA; BRITO, IRISMAR DA SILVA; FARIAS FILHO, MARCELINO SILVA. **Ocupação desordenada sobre os manguezais na ilha do Maranhão.** In; Geografia da Ilha

do Maranhão. Farias Filho, Marcelino Silva (org.); Celeri, Márcio José (org.) – São Luís, MA: EDUFMA, 2015.

MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital/** Ruy Moreira. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PELOGGIA, A. U. G. et al. **MORFOESTRATIGRÁFICA E GEOAMBIENTAL APLICADA NA BACIA DO CÓRREGO ÁGUA BRANCA, ITAQUAQUECETUBA.** Revista Brasileira. De Geomorfologia. (Online), São Paulo, v.19, n.2, (Abr-Jun) p.245-265.

SANTOS, JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO DOS. **Política e Gestão ambiental em resíduos sólidos: a atual situação no município de São José de Ribamar.** In: GESTÃO AMBIENTAL, uma diversificada ferramenta na consolidação de paradigma ecológico inovador. Claudio Eduardo de Castro; Yata Anderson Gonzaga Masullo. São Luís: EDUEMA, 2016.



O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO A PARTIR DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO

Lana Costa Ferreira¹
Vitoria Gleyce Sousa Ferreira²
Matheus Gomes Moreno³
Marcelino Silva Farias Filho⁴

Resumo

A organização socioeconômica do município de Raposa-MA corresponde a um fenômeno resultante do processo histórico de exclusão e deslocamento de alguns pescadores cearenses, que buscavam encontrar na região costeira da Ilha maranhense, condições melhores para sua subsistência. A origem desta formação, portanto, é uma manifestação da desigualdade social presente no Brasil. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a pesca artesanal e sua importância na economia do município. Levantando questões sobre o processo de organização do território de Raposa. Auxiliado pela observação do espaço onde se encontra representado de forma mais clara o sistema de extrativismo animal, associando o conjunto de problemáticas cometidas pelo modelo de elaboração social desigual, demonstrando as carências e entraves que favorece o lento avanço socioeconômico, colaborando na construção como sociedade periférica, em que ainda existe resistências construídas com palafita e áreas sem asfaltamento e saneamento básico, sendo os processos socioespaciais fragilizados pela ausência de planejamento de políticas públicas e investimentos na economia, principalmente na atividade pesqueira. Em contra partida, entender como na última década a valorização das áreas litorâneas, impulsionou a pesca, turismo, consequentemente o reconhecimento da cultura e da culinária típica do município, um avanço no processo de desenvolvimento mesmo que lento de Raposa, encorajando e representando simultaneamente o crescimento das forças produtivas.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Desenvolvimento socioeconômico, Desigualdade social.

1 Introdução

O Brasil apresenta uma região costeira que abrange uma área de 7.491 km de extensão e está presente em 17 dos 26 estados que compõe o país, marcado por uma variedade de ecossistemas litorâneos, tais como mangues, restingas, dunas, salinas, brejos e outros, bem como, por uma diversidade de espécies de animais aquáticos, terrestre e aves (ALMEIDA *et al*, 2006).

Nesse sentido, levando em consideração que o Maranhão compreende cerca de 640 km da região costeira nacional, na parte da porção setentrional do estado, que se estende do estuário do Gurupi até o Delta das Américas, apresenta condições favoráveis para o crescimento do setor pesqueiro, bem como, o desenvolvimento da aquicultura e da pesca em alto mar no estado. Por meio do qual tem destaque para a pesca de domínio da classe artesanal realizada no Maranhão, sendo está a responsável pela maior parte da produção pesqueira do território maranhense (ALMEIDA *et al*, 2006).

No caso do município de Raposa, situada na grande ilha do estado do Maranhão, não é diferente, grande parte dos moradores locais subsiste da captura, consumo e comercialização das espécies aquáticas, utilizando das técnicas artesanais na pesca em alto mar muito difundida (SANTOS *et al*, 2011). Esse tipo de extrativismo animal tem potencial para o crescimento e avanço da economia, sendo sustentável em que, a biodiversidade é conservada proporcionando o equilíbrio ecológico, sem deixar de favorecer a população municipal.

Como a organização socioeconômica do município de Raposa corresponde a um fenômeno resultante de um processo histórico, que manifesta a elaboração, transformação e a dinâmica socioespacial do território, que ocorreu ao longo dos últimos anos, acendendo o município no cenário econômico principalmente do turístico e da pesca artesanal (MONTELES *et al*, 2009). De maneira que a cidade passou por transformações, deixou de ser território pertencente ao município de Paço do Lumiar com a sua emancipação (IBGE, 2020), tornando-se independente do referido município ao ponto de ter autonomia na administração para ser um dos 217 municípios maranhenses.

Nessa perspectiva, o município de Raposa cresceu no setor pesqueiro, já que, atualmente, reside no local uma comunidade que se mantém basicamente da pesca artesanal, capturando diversas espécies de peixes, mariscos e crustáceos. Originados da migração de familiares da população primária deslocando-se do Ceará para o Maranhão na década de 50 e outros indivíduos atraídos ao local pelas possibilidades de melhores condições sociais para a época, disponibilidade de terras não ocupadas, em que se tornou uma vila de pescadores, conseqüentemente, com o crescimento populacional e econômico tem sua intitulação como um dos quatro municípios que compõem a Ilha do Maranhão (MONTELES *et al*, 2009).

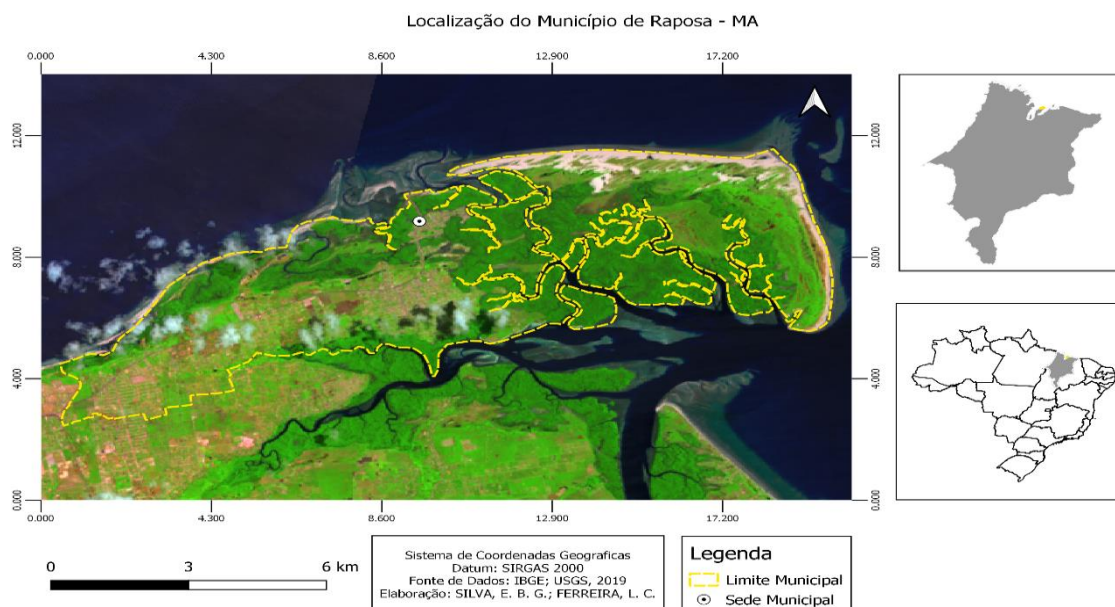
2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi constituída a partir de elementos da pesquisa etnográfica, embasada a partir de um contato direto com o município em visita de campo. Com relação aos dados da pesquisa, foram obtidos por meio de conversas e entrevistas com aplicação de questões. Posteriormente, foi realizado o levantamento bibliográfico de obras relacionadas ao assunto abordado, coleta de dados, análise das informações e exposição dos resultados. Realizando inicialmente o reconhecimento da área de pesquisa, seguido, da identificação e definição dos métodos de abordagem e estudo da Lei federal de pesca n° 11.959/09.

2.1 Área de Estado

Localizada no quadrante nordeste Ilha do Maranhão entre as coordenadas de 02° 25' 22"S e 44° 05' 21"W (figura 1) na porção Norte do estado, dentro da microrregião de Aglomeração Urbana de São Luís, cerca de 30 km de São Luís, capital maranhense. Possui uma população estimada de 31.177 habitantes, limitando-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul pelos municípios de Paço do Lumiar e de São José de Ribamar; a leste pela ilha de Curupu e a baía de São Marcos e a oeste pelo município de São Luís (IBGE, 2020).

Figura 1: Mapa de localização da Raposa - MA



Fonte: os autores, 2019.

Resultados e Discussão

O município de Raposa historicamente surgiu a partir da chegada de um grupo de pescadores cearense, depois de serem expulsos do município vizinho de São José de Ribamar, desembarcaram em uma praia, até então deserta e desconhecida, estabelecendo-se no local suas residências e exercendo a atividade pesqueira (MONTELES et al, 2009). No decorrer das décadas, a organização do município de Raposa desenvolveu-se a partir da ocupação do território, posteriormente, a emancipação e legalização de Raposa a categoria de município (IBGE, 2020). O que impulsionou a economia, ou seja, colaborou para ascensão do município no cenário econômico pela sua autonomia, principalmente, em detrimento de duas atividades, do turístico e da pesca artesanal.

A partir do fenômeno histórico de ocupação, a cidade passou por transformações e mudanças, o que resultou em um crescimento desordenado. Atualmente, conta com uma população estimada de 31.117 habitantes (IBGE, 2020), dos quais, grande parte tem como profissão a pesca artesanal, diante disso é possível compreender como a história de Raposa é construída pela influência do sistema de extrativismo marinho, assim como, a pesca artesanal é fundamental na construção cultural do município.

Entretanto, com o crescimento da pesca artesanal, foram realizados alguns investimentos voltados a infraestrutura da cidade para o melhor desenvolvimento na região, como exemplo, a implantação de um porto, para o desembarque dos barcos com as espécies de peixes, mariscos e crustáceos, possibilitando a construção de uma feira do peixe, em que os consumidores têm acesso ao produto fresco e natural. Estas ações beneficiam os pescadores e ao consumidor, favorecendo na expansão do mercado pesqueiro e também na ascensão de outra atividade econômica, o turismo local.

No parâmetro da Lei nº 11.959/2009, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDSAP), prever o desenvolvimento ecologicamente equilibrado da atividade, assegurando os pescadores o dever de proteger os recursos hídricos e as espécies marinhas, assim como, o direito a captura das mesmas para o consumo e comercialização, assumido o dever de respeitar as normas inseridas na lei e de ter garantido os direitos nela apresentados (BRASIL, 2013).

Diante da acelerada expansão da pesca, foram realizados alguns investimentos voltados a infraestrutura da cidade para o melhor desenvolvimento da atividade, como exemplo, a implantação de um porto, para o desembarque dos barcos com as espécies de peixes, mariscos e crustáceos, possibilitando a construção de uma feira do peixe, em que os consumidores têm acesso ao produto fresco e natural. Beneficiando aos pescadores e ao consumidor, favorecendo na expansão do mercado pesqueiro e também na ascensão de outra atividade econômica, o turismo local.

Atualmente, com as novas gerações de pescadores, ocorreu o aumento da quantidade de trabalhadores nessa área, sendo necessário ampliar a feirinha, já que a atual não é suficiente para suprir a demanda de pescadores do município. O significativo crescimento demográfico da Raposa e a ausência de infraestrutura necessária, acarretou sérios problemas ao município, tais como, a existência de ruas sem asfaltos, bairros sem captação de esgoto e os resíduos sólidos sendo descartados de forma imprópria em qualquer lugar.

Ainda há no município, casas de palafita e sem algum tipo de saneamento básico. A população é exposta a várias situações de riscos, como doenças causada pela água contaminada e pelos resíduos descartados em qualquer local. Há também um déficit no transporte público, pois a quantidade de ônibus para transporte público não supre a necessidade da população do município, fazendo com que a população opte pela procura de transporte alternativo, tais como, bicicletas e vans.

A profissão de pescador ainda é desvalorizada, que carece de mais investimentos financeiros para o avanço da pesca artesanal. Este é um problema antigo, porém, que não tem sido tratado com importância (SANTOS et al, 2011). Essa afirmativa viabiliza a situação dos pescadores, que dependem do dinheiro para a produção do material de pesca e manutenção do mesmo, assim como, auxílio a família, entretanto,

a irregularidade no recebimento dos benefícios do governo são alguns dos entraves enfrentados pelos pescadores.

Ademais, mesmo com a falta de investimentos, a pesca ainda é uma das principais fontes de renda da cidade, de acordo com (SANTOS et al, 2011), essa comunidade é considerada a principal produtora de peixe desse Estado, o que é comprovado por dados do Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil, que constatou que do total da produção para o estado do Maranhão que é 5.057,4 toneladas, 12,8% é realizada apenas na Raposa (CEPENE, 2006). No município a captura e coleta dos peixes e outras variedades de espécies marinhas, que não são encontrados em outras regiões do estado do Maranhão, beneficiam os pescadores do município, devido a demanda grande por essas espécies marinhas, consequência da cumularia maranhense que utiliza muitos peixes, crustáceos e outras espécies.

A atividade pesqueira possui uma importância social e econômica para o município, representada pela comercialização para os outros municípios da Ilha do Maranhão e para o consumo dos que ali residem. Ou também pelo número de pessoas empregadas, direta ou indiretamente ao longo da cadeia produtiva, e pelo peso cultural que essas comunidades artesanais representam ao estado do Maranhão.

4 Considerações Finais

O crescimento desordenado da cidade de Raposa, instigado desde o seu surgimento, no centro urbano e rural, sucedeu em um acarretando uma série de problemas socioambientais e econômicos. Inúmeras são as problemáticas que essa região apresenta, nas quais podem ser citadas os danos ao ambiente, como aterramento do mangue e a social, a falta de saneamento básico, pela inexistência de rede de esgoto, péssima coleta de resíduos sólidos que expõe população a condições precárias de vida. Com relação a situação dos pescadores artesanais, um novo olhar sobre como a atividade pesqueira é desenvolvida se joga necessário, no que tange na busca da qualidade ambiental e econômica almejadas, compreende uma abordagem sistêmica e estratégica sobre os desafios e obstáculos que se apresentam atualmente.

É indispensável a procura pela inserção do conceito da sustentabilidade ao desenvolvimento, que poderá garantir um planejamento qualitativo do território, trazer melhorias e qualidade de vida, desde que sejam implementadas por uma boa gestão nesse setor. Além disso, poderá contribuir com a discussão dos princípios sustentáveis e parâmetros básicos, em um intercâmbio de experiências que subsidiem metodologias pertinentes a projetos sustentáveis para outras cidades.

Referências

ALMEIDA, Z. S. et al. Diagnóstico da pesca artesanal no litoral do estado do Maranhão. In: MARTINS, V. J. I.; A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém: UFPA, 2006.

BRASIL. **Legislação Pesqueira**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, 71 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509231/001030625.pdf>. Acesso em: 09 de mai. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidades**. Raposa, Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa/panorama>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

MONTELES, J. S. et al. **Percepção Sócio-ambiental das Marisqueiras no Município de Raposa, Maranhão, Brasil**. Rev. Bras. Eng. Pesca. p. 34-45, 2009.

SANTOS, P. V. et al. **Perfil Socioeconômico de Pescadores do Município da Raposa, Estado do Maranhão**. Revista Brasileira Eng. Pesca, v 6, n 1, p. 1-14. 2011.



O USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR - MA

Jeferson de Oliveira Duarte Dias⁶⁶

Darlisson Nabate Meireles⁶⁷

Resumo

O Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, tem um território de aproximadamente 127.000 km² que desafia a gestão pública a prestar assistência em saúde em toda sua extensão com eficiência, eficácia e sobretudo de forma efetiva. Conhecer, portanto, o seu território e seus limites constitui um alicerce para que se alcance sucesso no planejamento e consecutivamente nas ações de promoção à saúde. A proposta deste estudo é evidenciar como a utilização de Sistemas de Informações Geográficas podem subsidiar a gestão municipal no planejamento destas ações garantindo melhor empenho dos esforços públicos. Foi tomado como exemplo, o caso do bairro Residencial Thalita que recebe assistência no combate às endemias por parte do Paço do Lumiar, mas que, no entanto, por se localizar na zona limítrofe entre os municípios de Paço do Lumiar e Raposa, pairavam dúvidas acerca de qual dos municípios pertencia, tendo em vista que a Nota Técnica nº 01/2017 emitida pelo IMESC, que trata da atualização cartográfica dos municípios em questão, não menciona a situação do bairro. Foi utilizado o software ArcGIS Desktop para a vetorização das quadras do bairro, para a construção de um banco de dados geográficos, e também para a produção da planta do bairro. A utilização do Sistema de Informação Geográfica se apresentou altamente eficaz, possibilitando a compreensão da dinâmica socioespacial do

⁶⁶ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jddias.geo@gmail.com

⁶⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: darlissonnabate@gmail.com

bairro e também ratificando o mesmo como pertencente ao município de Raposa, oportunizando assim o direcionamento de ações para outros bairros carentes destas ações.

Palavras-chave: Sistema de informações geográficas; Planejamento; Saúde.

1 Introdução

No âmbito da administração pública, o ato de planejar ações se configura como uma necessidade largamente reconhecida, mais especificamente no campo da saúde pública essa necessidade se potencializa, tendo em vista o aumento sucessivo da complexidade das ações indispensáveis ao enfrentamento das mais diversas formas de enfermidades.

No Brasil, a execução das ações de controle de endemias é de responsabilidade da gestão municipal, dessa forma, o planejamento das ações de controle dos vetores de doenças como a Dengue, Malária, Febre Amarela e outras, apesar de seguir diretrizes nacionais e estaduais, se dão majoritariamente na esfera do município, tendo em vista o atendimento das necessidades peculiares de cada localidade (Brasil, 2019). No Município de Paço do Lumiar - MA, o Núcleo de Endemias é o responsável por tal planejamento.

Desde o ano de 2018 o Governo do Estado do Maranhão por meio do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, formalizou os limites dos municípios na Região Metropolitana de São Luís. Esta ação estabelece que bairros que anteriormente estavam em litígio, passam em sua totalidade a compor a área territorial de determinado município. A Nota Técnica nº 01/2017 emitida pelo IMESC, que trata da atualização cartográfica dos municípios em questão, não menciona a situação do Bairro Residencial Thalita, alvo da presente pesquisa, que recebe ações de combate a endemias executadas por parte do Núcleo de Endemias de Paço do Lumiar.

Tendo em vista que o planejamento dessas ações pode proporcionar maior eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas e assim gerar mudanças qualitativas e quantitativas sobre condições de vida da população local que a presente pesquisa tem como objetivo principal:

- Evidenciar como o uso de Sistemas de Informações Geográficas – SIGs pode subsidiar a tomada de decisão no âmbito do planejamento em saúde, sobretudo na esfera do controle de endemias do Município de Paço do Lumiar.

Atualmente, o planejamento das ações de controle de endemias no bairro Residencial Thalita, e em todo o município, é baseado em uma espécie de esboço cartográfico da área ou bairro específico – mapa-croquis (TEIXEIRA JUNIOR, 2019), que no caso do bairro analisado foi produzido no ano de 2014, sem a utilização de escala, norte geográfico e sem os procedimentos padrões na sua elaboração, não fornecendo, portanto, referências espaciais precisas, como observado na figura 1.

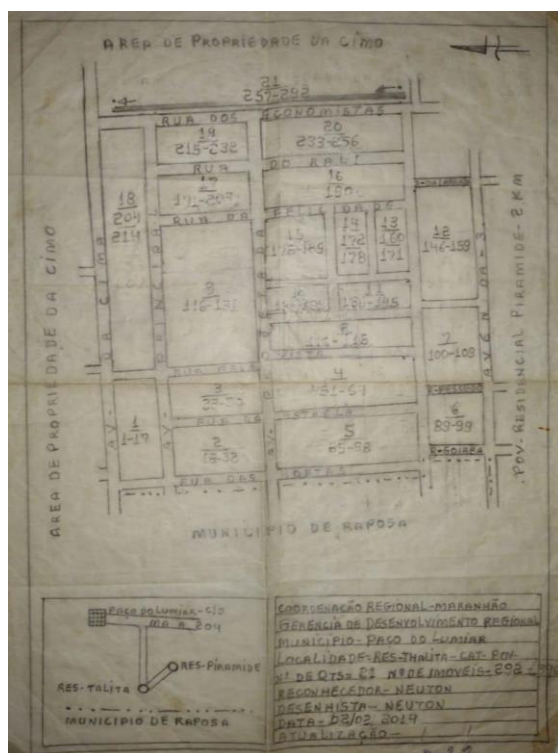
No tocante à situação do bairro Residencial Thalita, no que se refere ao seu pertencimento ao Município de Raposa ou Paço do Lumiar e por conseguinte a execução de ações de saúde, é compreensível que o

mapa-croqui não dê suporte para uma análise espacial que traga conclusões contundentes, nesse sentido, com o auxílio das geotecnologias, esta pesquisa possui os seguintes objetivos específicos:

- Vetorização das quadras do bairro;
- Construção de banco de dados geográficos;
- Produção da planta do bairro;

Para além desta breve introdução, a pesquisa foi estruturada na descrição dos procedimentos metodológicos adotados, na apresentação dos resultados obtidos e nas considerações finais, tendo por fim as referências utilizadas.

Figura 1 – Mapa-croqui usado no planejamento das ações de endemias no Bairro Residencial Thalita.



Fonte: Núcleo de Endemias de Paço do Lumiar, 2021.

2 Procedimentos Metodológicos

A ferramenta utilizada para a vetorização das quadras, construção e edição do banco de dados geográficos e para a produção da planta (ANJOS, 2010) do bairro foi o software ArcGIS Desktop, na versão 10.5.

2.1 Vetorização das quadras

Na primeira etapa, foi obtido por meio do site do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, os arquivos no formato shapefile dos municípios de Paço do Lumiar e Raposa. Posteriormente, no ArcGIS foi iniciado um novo projeto, definiu-se o Datum SIRGAS 2000 e o Sistema de Coordenadas Geográficas para então inserir os arquivos shapefile dos municípios, e adicionar o *basemap* (*customize >> toolbars >> layout >> add basemap*) para se ter uma base de onde se localizava o bairro.

De posse do mapa-croqui, passou-se então à vetorização das quadras no ArcGIS por meio de comparação visual direta das geometrias entre o mapa-croqui e o software. O caminho utilizado para a vetorização foi: *Windows >> catalog* (escolhe-se a pasta onde vai ficar o arquivo shapefile) *>> new >> Shapefile >> create new shapefile*. Uma vez criado o arquivo, dá-se início à vetorização das quadras em si (*customize >> toolbars >> editor >> start editing >> create features >> construction tools >> polygon*).

2.2 Construção de banco de dados geográficos

Inicialmente, a partir de dados brutos (nome das ruas, número das quadras, quantidade de imóveis) sem qualquer referência geográfica, obtidos com o Núcleo de Endemias do Paço do Lumiar, passou-se à etapa de tabulação em uma planilha no software Excel. Concluído a tabulação no Excel, parte para o aproveitamento da planilha no ArcGIS de modo que toda a numeração usada para a localização do Agente de Endemias possa ser visualizada na planta do bairro.

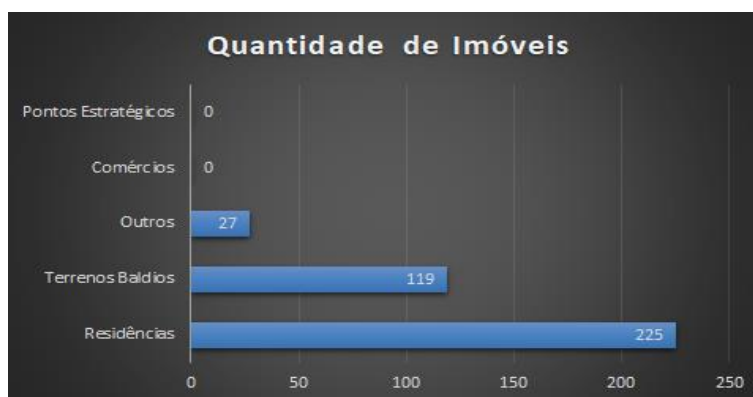
2.3 Produção da planta do bairro

Tendo concluído a vetorização das quadras e a construção do banco de dados geográficos, a etapa final de produção da planta do bairro Residencial Thalita se iniciou. Esta etapa, por ser considerada a mais longa do que as anteriores, não cabe, dada a proposta da pesquisa, esmiuçar todas as etapas menores. Entretanto, vale ressaltar que estas etapas garantem referências espaciais precisas subsidiando assim a tomada de decisão por parte da gestão pública. Trata-se do alinhamento de todos os arquivos no mesmo DATUM e sistema de coordenadas, a construção do grid de coordenadas, inserção do Norte Geográfico e escala, assim como título, legenda e informações complementares.

3 Resultados e Discussões

A análise aos dados brutos proporcionou a identificação de 21 quadras, 372 imóveis e a distinção dos tipos destes em residências, terrenos baldios e outros (templos religiosos e construções).

Figura 2 – Gráfico da quantidade de imóveis do bairro Residencial Thalita

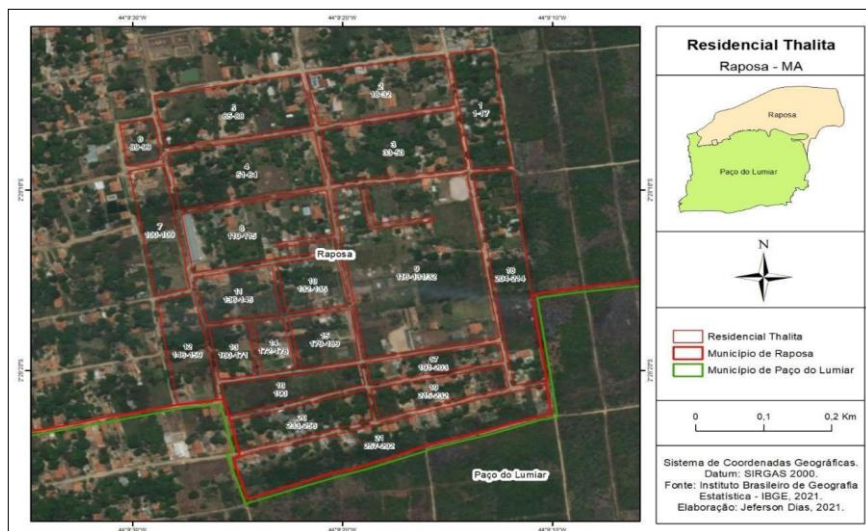


Fonte: Os autores, 2021.

No processo de vetorização das quadras ficou evidente a necessidade da realização de visitas técnicas ao local para sanar dúvidas, tendo em vista a diferença nas geometrias quando feito a comparação entre o mapa-croqui e a visualização no ArcGIS. Nesse intento, a visita técnica também possibilitaria a

identificação de outras possíveis feições como campos de futebol, igrejas e postos de saúde, riachos etc. Contudo, o principal resultado obtido foi, sob a observação dos limites dos municípios, a constatação do pertencimento do bairro Residencial Thalita ao Município de Raposa conforme mostra a figura 3.

Figura 3 – Planta do bairro Residencial Thalita



Fonte: Os autores, 2021.

4 Considerações Finais

Verifica-se com a espacialização dos dados uma melhor análise da dinâmica socioespacial do bairro. Também é possível a utilização da planta do bairro para a orientação do agente de endemias, assim como para a compreensão dos padrões geográficos de distribuição da população, quadras e tipos de imóveis. Contudo, a observação dos limites entre municípios evidencia a necessidade de compreensão do território de modo a colaborar para o planejamento das ações de saúde no âmbito do controle de endemias. Nesse caso específico, foi evidenciado que o bairro pertence ao Município de Raposa, dessa forma constata-se que a mais de 2 anos há a prestação de serviço de controle de endemias em uma localidade que não faz parte do Município de Paço do Lumiar. Nessa perspectiva, recomenda-se a adoção do uso de geotecnologias como instrumento imprescindível na formulação do planejamento em saúde, tanto no âmbito do controle de endemias como em áreas afins e a inserção do profissional em geografia, a saber, o geógrafo, nas equipes de planejamento estratégico em saúde do município.

Referências

- ANJOS, R. S. A. **Algumas considerações sobre mapas, cartas e plantas urbanas.** Wevista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.1, n.2 (2010), p. 48:143.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de dengue.** Brasília, 2009. (Série A: normas e manuais técnicos).
- TEIXEIRA JUNIOR, J. A. D. **Representação cartográfica e banco de dados do reconhecimento geográfico de endemias do bairro da Liberdade, Benevides-PA.** 66 F. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.



PATRIMÔNIO GEOMORFOLÓGICO DO PARQUE NACIONAL CHAPADA DAS MESAS, MARANHÃO

Resumo

O Parque Nacional Chapada das Mesas se configura como um grande polo de desenvolvimento no estado do Maranhão, pois, fomenta diversas práticas, dentre as quais destaca-se o turismo, o desenvolvimento social e econômico e a prática educacional em virtude de seu patrimônio geomorfológico e da sua geodiversidade. Neste sentido, as práticas de sustentabilidade, arranjam-se em ações de geoconservação e entendimento dos espaços, das formações e monumentos milenares existentes. Quanto a metodologia, este é um estudo descritivo/exploratório, que se fundamentou em fontes bibliográficas, pesquisas *in loco* e documental. Assim, objetiva-se neste trabalho discutir a importância da geodiversidade do PNCM, pela ótica do patrimônio geomorfológico, diante da capacidade de promover uma conservação deste espaço por meio das práticas já existentes, onde o turismo tem maior destaque.

Palavras-chave: Geodiversidade; Turismo sustentável; Unidade de Conservação.

1 Introdução

O patrimônio geomorfológico engloba paisagens de grande beleza cênica variando de pequenas a paisagens mais amplas, como morros, picos, cachoeiras, entre outras e designam o conjunto de formas de relevo, e ou depósitos correlativos, de grande valor para a sociedade, conforme Panizza (2001) e Pereira (2006) citado por Jorge e Guerra (2016, p. 157). Neste sentido, destaca-se o Parque Nacional Chapada das Mesas (PNCM), onde segundo Nunes (2020), se caracteriza como um dos 25 *hotspots* mundiais, o que lhe garante uma atenção mais incisiva no que se refere a proteção de seus componentes ambientais.

O parque situa-se completamente em área de cerrado maranhense, fazendo parte da região conhecida como MATOPIBA, composto pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, tido como a última fronteira agrícola, responsável por promover mudanças econômicas, sociais e ainda o fomento à prática do turismo e diversos estudos científicos.

Como um dos seguimentos que mais se destaca no PNCM, tem-se o geoturismo, que se apoia no tripé geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação [...] “caracterizado por ter o patrimônio geológico como principal atrativo, e cuja sistemática de interpretação ambiental busca compreender os fenômenos geológico-geomorfológicos atuantes no local visitado, assim como promover as Ciências da

Terra e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.” (LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011, p. 1).

Nestes aspectos, destaca-se a geomorfologia, onde segundo Thomas (2012) citado por Jorge e Guerra (2016, p. 156), “tem um papel central na compreensão da geodiversidade, particularmente em escalas locais e regionais, pois ela analisa tanto a evolução da paisagem quanto as mudanças em tempo real, ao longo de diferentes escalas de tempo”, onde a preservação do patrimônio natural possibilita um excelente exercício de integração entre os componentes físicos e biológicos da natureza, além de uma relação com as ações humanas.

Desta forma, discutir o patrimônio geomorfológico, hoje, se faz necessário à medida que se atribui a este, papéis importantes, principalmente em campos tão sensíveis como a geoconservação e a continuidade do desenvolvimento socioeconômico sustentável, além de promover uma educação ambiental a luz da defesa do meio ambiente.

Assim, neste trabalho, tem-se o objetivo de discutir a importâncias da geodiversidade do PNCM, pela ótica do patrimônio geomorfológico, através do seu exótico modelado, que, a luz de sua geoconservação, se mostra como um instrumento de extrema riqueza aos olhos do turismo sustentável sendo importante para o desenvolvimento socioeconômico local e estadual.

2 Procedimentos Metodológicos

Para a realização desse trabalho utilizou-se como procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo como suporte à análise do tema proposto. A análise da bibliografia constou de estudos de artigos, dissertações, livros e outras fontes que abordam a temática fundamentada no trabalho.

O trabalho de campo possibilitou a observação das paisagens naturais da área de estudo, com enfoque principalmente nas feições geomorfológicas do Parque Nacional Chapada das Mesas. Esta etapa foi realizada nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, tendo como materiais de apoio mapas, GPS, máquina fotográfica e caderneta de anotações.

3 Resultados e Discussão

3.1 Caracterização do Parque Nacional Chapada das Mesas

Situado na Mesorregião Sul Maranhense, no território dos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, sob a coordenada 7° 19' 0" S e 47° 20' 6" W, o Parque Nacional Chapada das Mesas abrange uma área com um total de 159.953,78 hectares (ICMBIO, 2019). Classificado enquanto Unidade de Proteção Integral segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SINUC), a criação do referido parque em 12 de dezembro de 2005, foi uma iniciativa federal, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais que estavam sendo causados naquela região de cerrado, que abriga grande parte da fauna e flora nativa de vegetação tipo savana.

O parque está situado no polo Parque das Chapadas, constituindo um território de grande geodiversidade, sobretudo à diversidade de formações rochosas e aos aspectos da geomorfologia com suas formas únicas, onde se incluem as mesetas e morros testemunhos.

3.2 Patrimônio Geomorfológico do Parque Nacional Chapada das Mesas

Conforme Dantas *et al.* (2013), citado por Pãozinho (2019, p. 8), o domínio geomorfológico que caracteriza a região da Chapada das Mesas corresponde a Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins, que abrange o sudoeste do Estado do Maranhão, e em seu interior localiza-se as Chapadas e Mesetas.

Dentre os diversos elementos da geodiversidade, se destacam as feições geomorfológicas que permitem a sociedade, uma espetacularidade estética única. Diante disso, por mais que o mesmo contenha inúmeros cartões postais como Complexo de Pedra Caída, as Cachoeiras Gêmeas de Itapecuru e ainda o Poço Azul, na cidade de Riachão, se destaca o Mirante do Portal (Figura 1), localizado as margens da BR-230, sentido norte do estado, que se une a imensurável paisagem geomorfológica existente no parque, notadamente de feições residuais como as mesetas e mesetas, a exemplo do Morro do Chapéu (Figura 2).

Figura 1 – Mirante do Portal



Fonte: Silva, 2018

Figura 2 – Geossítio Morro do Chapéu



Fonte: Silva, 2018

Segundo Lima, Câmara e Pãozinho (2013, p. 5), “o relevo da região é formado por 4 níveis de formação rochosa, e uma delas é a sambaíba, que forma morros e chapadas, de composição sedimentar e mais precisamente de arenito”. Acredita-se que em períodos remotos da história do Planeta Terra, a região compreendida pelo parque tenha sido um ambiente de fundo de mar. Desse modo, no decorrer de milhares de anos do tempo geológico, as ações eólica e pluvial causaram um processo de erosão, dando origem aos cânions, cachoeiras e pequenos poços, que podem ser encontrados na área de estudo, observados nas fotografias da Figura 3.

O relevo apresenta uma predominância de topografias com declividade plano-ondulado, com morros de altitude entre 120m, nos vales e chapadas, e 604m, ponto mais elevado, na serra da Aldeia, localizada na chamada gleba menor do Parque, no município de Riachão, conforme Dias, Morita e Machado (2013), citado por ICMBIO (2019, p. 8). Os morros de arenito, com topos planos, caracterizam as mesas ou mesetas, superfícies antigas, esculpidas pela ação dos ventos e chuvas ao longo do tempo. As

mesas são morros-testemunho, cujo topo horizontalizado e plano lembra tabuleiros, ou seja, relevos tabuliformes (CASTRO *et al*, s.d.; ROCHA, 2011).

Figura 3 – Patrimônio Geomorfológico do Parque Nacional Chapada das Mesas



O parque tem sua composição geomorfológica influenciada pela bacia hidrográfica do Rio Farinha e pela Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins (IBGE, 2011). Neste contexto, os diversos morros que compõem o parque, chamam atenção por possuírem topografia que se assemelham a mesas, devido ao topo planificado.

A particularidade de seu modelado tabuliforme privilegia o desenvolvimento da agricultura e principalmente do agronegócio, em virtude das grandes porções de superfícies aplainadas, sendo este uma ameaça a proteção do parque, todavia pelo expoente crescimento nos últimos anos na região do MATOPIBA, tida como a última fronteira agrícola.

O turismo, é uma prática comum e em notável crescimento, principalmente quando a este se associa o uso das paisagens vivenciadas na Unidade de Conservação (UC), pois, são um destaque a céu aberto. Ainda neste segmento, o turismo sustentável ou mesmo o geoturismo, exigem do turista, um papel de conscientização, principalmente quando ocorre dentro de uma área em acelerado processo de degradação, propiciados pelo crescimento do agronegócio e por algumas atividades agrícolas de subsistência praticadas de forma inadequada.

4 Considerações Finais

O Parque Nacional Chapada das Mesas apresenta um emaranhado de potencialidades, e, no intuito do desenvolvimento sustentável em âmbito local e regional é essencial que haja políticas ambientais fortes, em detrimento das fragilidades naturais e antrópicas existentes. É de extrema importância que a sociedade se volte para a proteção daquilo que a ela é de interesse, e, sobretudo, atente-se as sensibilidades que cercam os componentes ambientais. Por se mostrar um espaço de extremo interesse como produto do turismo, faz-se necessário um conjunto de alternativas que propiciem uma geoconservação, dos elementos da geodiversidade, principalmente do patrimônio geológico e geomorfológico, enfatizando os valores científico, didático e econômico.

Referências

CASTRO, C. E.; FERREIRA, L. F.; GOMES, B. N.; GUERRA, E. F.; LIMA, L. P.; MARQUES, A. R. & Tchaicka, L. O. (s.d.). **O Parque Nacional da Chapada das Mesas – MA e formação de monitores ambientais**. 16p.

DELPHIM, C. F. M. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 04.

DIAS, P. A.; MORITA, J. P.; MACHADO, L. M. F. **Nota Técnica 001/2013 – PNCM, de 21 de março de 2013**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM). Trata de recursos de compensação ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito para o PNCM: Carolina, MA. 2013, 13p.

GUERRA, A. T. Guerra, A. J. T. 2008. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6ª. Edição. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 652p.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 2019. 36p. Disponível em: [Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim/Versão 01 \(icmbio.gov.br\)](https://www.icmbio.gov.br/portal/planos-de-manejo/planos-de-manejo-do-parque-nacional-da-chapada-das-mesas). Acesso em 06 de maio de 2021.

IBGE. 2011. **Geomorfologia: mapa geomorfológico do estado do Maranhão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [mascara_ma.dgn.dgn \(ibge.gov.br\)](https://www.ibge.gov.br/geografia/geografia-2011/mascara_ma.dgn.dgn). Acesso em: 06 de maio de 2021.

JORGE, M. C. O.; GUERRA, A. J. T. **Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos**. *Revista Espaço Aberto*. V. 6, N.1, p. 151-174, 2016.

LIMA, R. N.; CÂMARA, R. J. B.; PÃOZINHO, F.C. O geoturismo como segmento diferencial para o polo turístico da Chapada das Mesas: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra Caída em Carolina (MA). *Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.103-120.

LOPES, L. S. O.; ARAÚJO, J. L.; CASTRO, A. J. F. Geoturismo: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v.21, n.35, p. 1-11, 2011.

NUNES, H. K. B. Feições arenosas do Portal da Chapada. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, I. A. S. (Orgs). **Brasil: feições arenosas**. Porto Alegre: Compasso, 2020. p. 39-41.

PÃOZINHO, F. C. **Geoturismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas**: planejamento e gestão estratégica para a geoconservação. Orientador: Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano. 2019. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, J. M. **O desenvolvimento turístico da região do Parque Nacional da Chapada das Mesas**. Monografia de Conclusão de Bacharelado. Faculdade Educacional da Lapa (FAEL): Riachão, MA. p. 47, 2011.



EXPOSIÇÃO E VULNERABILIDADE AOS RISCOS DE MOVIMENTO DE MASSA NO BAIRRO DA VILA EMBRATEL (SÃO LUÍS, MA - BRASIL)

Andreza dos Santos Louzeiro⁶⁸

Resumo

O presente trabalho justifica-se pela importância em mostrar que os fatores de vulnerabilidade e exposição são essenciais para a análise de risco e que, mesmo que seus níveis sejam distintos, o fator de risco não será alterado. Para alcançar os objetivos do trabalho, foram utilizados, principalmente, os trabalhos da Defesa Civil de São Luís (2016), o qual aponta os pontos de risco da cidade; CPRM (2017) o qual identificou as áreas com maior grau de risco do bairro e Louzeiro (2018) que realizou a identificação das áreas de risco de movimentos de massa no município de São Luís – MA. Os pontos analisados possuem nível alto de exposição aos riscos de movimento de massa devido a declividade das encostas, falta de infraestrutura e vulnerabilidade social da população, sendo assim existe urgência na aplicação de ações que visem minimizar as chances de ocorrências de desastres no bairro da Vila Embratel, sendo necessário a criação de um sistema de alerta de desastres, instalação de um sistema de drenagem de esgoto e realização de obras de contenção de encostas.

Palavras-chave: Risco; Exposição; Vulnerabilidade Social; Movimento de Massa.

1 Introdução

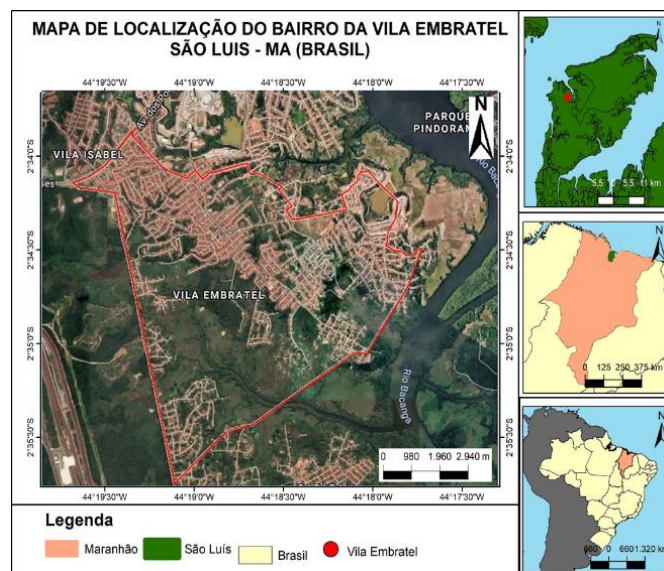
O estudo dos riscos considera dois grandes elementos: a exposição que diz respeito aos aspectos físico-naturais da área e suas fragilidades naturais e o elemento da vulnerabilidade (ALMEIDA, BIRKMANN e WELLE, 2016). Segundo Medeiros (2014) a localização das moradias atrelado às desigualdades sociais impossibilitam a presença de infraestrutura e saneamento básico no local. Geralmente estas áreas não

⁶⁸ Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Andreza_louzeiro@hotmail.com.

possuem este tipo de serviços públicos, fato que acentua a formação de “territórios de risco” os quais se configuram como a sobreposição de perigos diversos com a vulnerabilidade da população.

A cidade de São Luís (MA) possui uma extensa lista de desastres relacionados à precipitação, destacando-se as enchentes, alagamentos e deslizamentos. No entanto, o evento que mais tem visibilidade por parte da população e da Defesa Civil municipal e que causa muitos prejuízos na cidade são os movimentos de massa, onde já houve casos de interdição de moradias, perda de bens materiais duráveis e não duráveis e até mesmo casos de morte. De acordo com a Defesa Civil de São Luís (2016), o bairro que tem maior ocorrência de movimentos de massa é a Vila Embratel (Figura 01), localizada na área Itaqui Bacanga, ele possui uma parte significativa de sua ocupação próximo a encostas.

Figura 1 – Localização do bairro Vila Embratel (São Luís - MA).



Fonte: Elaborado por Louzeiro (2018).

O presente trabalho justifica-se pela importância em mostrar que os fatores de vulnerabilidade e exposição são essenciais para a análise de risco e que, mesmo que seus níveis sejam distintos, o fator de risco não será alterado. De forma empírica, é possível afirmar que o bairro da Vila Embratel possui o fator vulnerabilidade mais acentuado, pois os indicadores sociais do local refletem uma precariedade das condições sociais da área e segundo o Observatório Social de São Luís (2018) os piores indicadores de analfabetismo, infraestrutura pública e saneamento se apresentam na Área Itaqui Bacanga, que é onde o bairro Vila Embratel está situado. O objetivo desse trabalho é entender os fatores de risco do bairro da Vila Embratel, São Luís-MA, relacionando-o com a vulnerabilidade social e a exposição física.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Foi feito o levantamento bibliográfico de abordagens teórico-conceituais sobre Risco, Exposição, Vulnerabilidade social e eventos de movimentos de massa, além da elaboração cartográfica que localiza as áreas de estudo. As atividades de campo permitiram a observação da área. Foram utilizados,

principalmente, os trabalhos da Defesa Civil de São Luís (2016), o qual aponta os pontos de risco da cidade; CPRM (2017) o qual identificou as áreas com maior grau de risco do bairro e Louzeiro (2018) que realizou a identificação das áreas de risco de movimentos de massa no município de São Luís – MA. Sendo assim, o trabalho contou com as seguintes etapas:

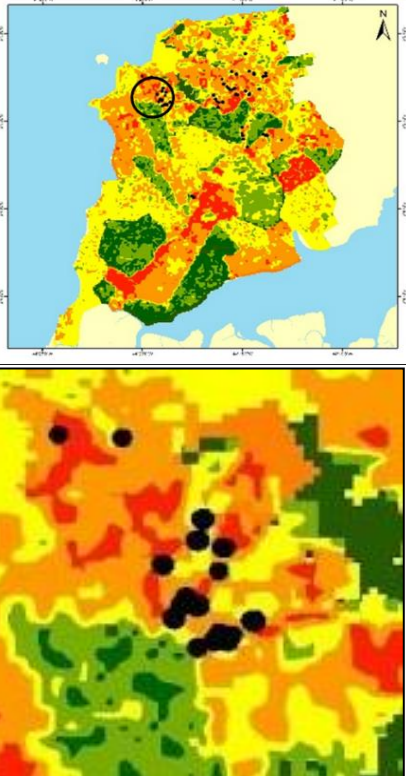

- Levantamento bibliográfico - sobre risco, vulnerabilidade e exposição - e sobre a área de estudo;
- Reconhecimento da área com o acompanhamento da Defesa Civil municipal;
- Identificação das áreas de risco através do acesso às áreas privadas de algumas residências do local;
- Análise da percepção de risco dos moradores da área, através de conversas informais;
- Análise do relatório da CPRM sobre o grau de risco da área.

3 Resultados e Discussões

O município de São Luís, possui mais de 100 bairros e sub bairros, desse total, sessenta “pontos” de risco foram identificados pela Defesa Civil do município, sendo que dez das áreas de risco de movimento de massa estão situadas no bairro da Vila Embratel. De acordo com estudos de Louzeiro (2018), esse bairro possui índice de risco muito alto, considerando aspectos sociais e físico-naturais. No entanto, foi constatado, através de pesquisas de campo, que as características sociais do local são precárias, onde o predominou os fatores de vulnerabilidade.

De acordo com os dados do Observatório Social de São Luís (2018), alguns dos bairros situados na zona urbana de São Luís apresentam os piores números em relação à taxa de analfabetismo e ausência de coleta de lixo de São Luís, são eles: Vila Mauro Fecury/Vila Nova, Sá Viana, Santa Bárbara, Cidade Olímpica, Pindorama e Vila Embratel (Quadro 01). Estes são dois dos indicadores sociais que são usados para a análise da vulnerabilidade social.

Quadro 01: Análise das áreas de risco de movimento de massa no bairro da Vila Embratel.

ÁREA	NÍVEL DE RISCO	REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	IMAGENS
Vila Embratel, São Luís - MA	Alto e Muito alto		

Fonte: Elaborado por Louzeiro (2018).

Quadro 01: Descrição da rua São Félix no bairro Vila Embratel



Fonte: CPRM (2017)

Já a Travessa do Arame com a Rua da Estrela (Figura 03), a CPRM (2017) afirma que é uma área caracterizada por apresentar casas que lançam a água servida na encosta, deixando o solo mais saturado em água, o que favorece o desencadeamento de deslizamentos. Neste ambiente muito suscetível a

movimentos de massa, já ocorreram deslizamentos, pondo em risco também 31 casas construídas muito próximas (5 a 12 m) da base da encosta.

Figura 03: Descrição da Travessa do Arame com a Rua da Estrela



Fonte: CPRM, (2017.)

Ambas as áreas possuem urgência na aplicação de ações que possam minimizar os efeitos dos riscos de movimentos de massa no local. As sugestões recomendadas pela CPRM (2017) são eficazes e úteis para a atual situação de ambas as áreas, considerando seus graus de risco. No entanto, algumas ressalvas são interessantes serem feitas, por exemplo, a “Criação de um sistema de alerta em períodos de chuvas intensas” é algo que deve ser feito em ambas as áreas, pois se configura como uma ação que previne, de forma considerável, as consequências dos eventos de movimentos de massa, bem como os demais riscos. Da mesma forma, a “Instalação de um sistema de drenagem e esgoto [...]” e a realização de “obras de contenção no talude de corte” são ações que podem ser realizadas em ambos os locais, pois possuem nível muito alto de risco. No entanto, compreende-se que cada local possui uma necessidade diferente e que essas sugestões são baseadas nisso, mas por serem áreas com alto grau de exposição e vulnerabilidade, necessitam de uma atenção maior.

4 Considerações Finais

Para a análise de risco é muito importante considerar os aspectos de vulnerabilidade e exposição e, ainda, entender de que forma eles se comportam temporal e empiricamente para que seja possível identificar qual dos elementos possui maior urgência. É necessário um detalhamento maior desses fatores para estudos a nível de planejamento e gestão ambiental e territorial em microescala.

Para tanto, é necessário que os municípios colaborem com o suporte necessário em casos de riscos de movimento de massa, ou qualquer outro tipo de risco presente no local. Os quais podem ser destacados em quatro etapas: mapeamento, monitoramento e alerta, ações de resposta (socorro, assistência e reconstrução) e, por fim, prevenção (com obras estruturantes).

Os órgãos gestores, juntamente com a defesa civil e ajuda da população são responsáveis por priorizar a capacidade de lidar e de adaptação a esse tipo de desastre, levando em consideração ações de proteção que

irão melhorar as condições ambientais, sociais e econômicas, incluindo o combate às consequências de variações ambientais futuras e contribuindo para o bem-estar social das comunidades, tornando-as menos expostas e menos vulneráveis.

Sendo assim, a melhor forma de lidar com a presença iminente do risco é com ações emergenciais como a remoção temporária dos moradores durante períodos de intensas chuvas, soluções gradativas como a fiscalização e o impedimento de novas edificações no topo e base da encosta, adequação dos sistemas de drenagem pluvial, avaliação para a construção de obras estruturais e a educação da população sobre as ações de resposta e adaptação aos desastres.

Referências

ALMEIDA, L. Q., BIRKMANN, J. e WELLE, T. Disaster Risk Indicators In Brazil: A Proposal Based On The World Risk Index. International Journal of Disaster Risk Reduction 17 (2016) 251–272.

CPRM. Ação Emergencial para Reconhecimento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações. Equipe Técnica: Iris Bandeira (SUREG-BE) Lenilson Queiroz (SUREG-BE). São Luís - MA, março de 2017.

DEFESA CIVIL DE SÃO LUIS. Identificação das áreas de Risco de São Luís, 2017.

G1 MARANHÃO. Maranhão tem uma das piores redes de tratamento de esgoto do país. Publicado em 19/06/2012.

LOUZEIRO, A. S. Vulnerabilidade e Risco de Movimento de Massa no município de São Luís – MA (Brasil). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte. Programa de Pós-graduação em Geografia. Natal, RN, 2018.

MEDEIROS, M. D. Vulnerabilidade Socioambiental no município de Natal, RN. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

IBGE. Geociências. Cartas e Mapas, 2010. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>



CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA

Samara Raquel Silva Moreira⁶⁹

Resumo

Este presente trabalho tem como objetivo analisar as características físicos-naturais do município de São Raimundo das Mangabeiras- MA. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica alicerçada na revisão da literatura, esta revisão foi feita a partir de levantamento de dados e de informações publicadas em livros, periódicos, artigos, teses, sites de internet. É indiscutível que o estado do Maranhão possua uma grande diversidade de recursos naturais com uma dinâmica ambiental que gera um grande campo de pesquisa para a geografia, conhecer todos esses aspectos físicos e geográficos é de extrema importância, pois nos leva a identificar de maneira segura todos esses recursos e não promover um uso inadequado. Observou-se nessa pesquisa que muitos estudos, precisam ser feitos para exploração e conservação do meio ambiente em nosso estado, em especial a cidade pesquisada, São Raimundo das Mangabeiras e a sua microrregião que é a Chapada das Mangabeiras, provavelmente o motivo seja a falta de incentivo, investimentos em educação ambiental e em pesquisas por parte do poder público.

Palavras-chave: Geografia Física; Maranhão; Natureza.

1 Introdução:

O estado do Maranhão possui uma extensão territorial de 329.555,8 km², situa- se na Região Nordeste do Brasil, limitando- se ao norte com o oceano Atlântico, a leste com o Piauí e a sul e sudoeste com o Tocantins e a noroeste com o Pará (COSTA *et al.*, 1997). Ao estudar a disciplina de Geografia Física do Maranhão, constatei que o Maranhão é um estado que possui uma formação físico- natural bem diversificada, composta por riquezas naturais, como uma rede hidrográfica bem rica, composta por diversos rios, sendo

⁶⁹Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: raquel.samara@discente.ufma.br

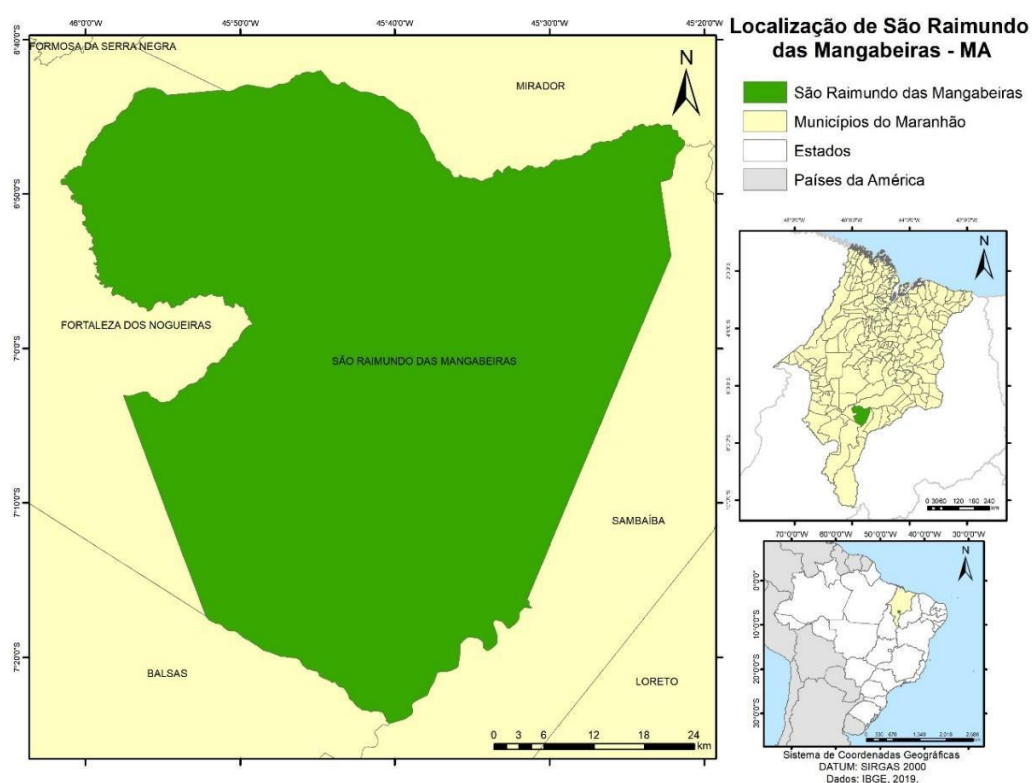
considerados os principais rios: Gurupi, Grajaú, Balsas, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pindaré, Tocantins dentre outros. A vegetação do Maranhão também apresenta uma característica bem diversificada com mata dos cocais a leste, mangue no litoral, floresta amazônica a oeste e cerrado ao sul. O relevo do Maranhão é composto por planícies, planaltos e depressões tendo o ponto mais elevado do Maranhão, a Chapada das Mangabeiras localizada ao sul (FEITOSA, 2006).

Este presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise de características físicos-naturais (geologia, relevo, vegetação, clima e solo) do município de São Raimundo das Mangabeiras- MA. O que motivou a escolher esse município como objeto de pesquisa, foi por que no ano de 2010 trabalhei na cidade e fui bem recebida por seus moradores, tive uma grande simpatia por este município. Ao estudar a disciplina de Geografia Física do Maranhão, pude perceber que muitos estudos precisam ser feitos a respeito dos aspectos físicos-ambientais do Estado do Maranhão e especial ao do Município de São Raimundo das Mangabeiras.

1.1 Localização da Área:

São Raimundo das Mangabeiras localiza-se na mesorregião sul maranhense e na microrregião de Chapada das Mangabeiras (CORREIA FILHO *et al.*,2011). Apresentando uma área de 3.521km² limitado ao norte pelo município de Mirador; ao sul pelos de Balsas e Sambaíba; a leste pelo de Sambaíba e oeste pelo de Grajaú e Fortaleza dos Nogueiras, localizado pelas coordenadas geográficas 07°1'12" sul e 45°28'48" oeste (Figura 1).

Figura 1 - Localização da área



Fonte: IBGE, elaborado pelos autores.

2 Procedimentos Metodológicos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que de acordo com (PIZZANI *et al*, 2012) trata-se da revisão da literatura a respeito de importantes teorias que orientam o trabalho científico. Essa revisão pode ser realizada através livros, periódicos artigos, teses, sites de internet. Foi utilizado como ferramenta de pesquisa, levantamento de dados e documentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), disponibilizados via biblioteca virtual também foram utilizados relatórios da CPRM (Comissão de Pesquisa de Recursos Minerais do Brasil), artigos e relatórios sobre o estado do Maranhão todos realizados via pesquisa virtual.

3 Resultados e Discussões

O povoamento de São Raimundo das Mangabeiras iniciou-se no ano de 1890, nas terras localizadas na ribeira do rio Neves, afluente do rio Balsas. As primeiras pessoas a chegarem no local, foram os senhores Faustino Trindade e Sabino Taveira. Passados cinco anos chegou ao local o senhor Sípriano Taveira, com ajuda das pessoas que residiam no povoado construíram uma pequena igreja a qual deram nome de São Raimundo Nonato (IBGE,1984). Desta forma a cidade foi crescendo, a população foi formada por vendedores ambulantes, comerciantes, fazendeiros, lavradores e por pessoas vindas de diversos lugares. A cidade tornou-se um dos principais centros do alto sertão. São Raimundos do Rio Neves assim inicialmente era chamada, passou para a categoria de Vila passando a chamar-se de São Raimundo das Mangabeiras por conta do local que existiam muitas mangueiras.

Localizado em uma área denominada de chapadas, o relevo é modelado por rochas sedimentares permianas da formação Pedra de Fogo, triássicas da formação Sambaíba e cretáceas da formação Itapecuru com predominância de arenitos (LOPES; TEXEIRA, 2013). O relevo apresenta duas feições características, ao norte é formado por chapadas com escarpas festonadas e o topo plano, conhecidos por Serra do Itapecuru e da Croeira, ao sul o relevo é bem dissecado de formas tabulares, sua topografia apresenta uma ondulação suave, suas cotas altimétricas variam entre 200 e 400 metros (CORREIA FILHO *et al*, 2011). Os principais rios do município é o Balsas e seu afluente rio Neves, ambos pertencem a bacia do rio Parnaíba (Figura 2).

Figura 2 - Ilha do Amor: Rio Neves- São Raimundo das Mangabeiras - MA



Fonte: IBGE://biblioteca. Ibge.gov.br em 29/03/2021.

A maior parte do município apresenta uma vegetação savana arbórea e savana densa, nas áreas de maior elevação observa-se campo limpo, o campo sujo e o campo serrado (CORREIA FILHO *et al.* 2011). O clima tropical megatérmico, muito quente, subúmido do tipo seco. Totais pluviométricos de 1.000 a 1.200 mm anuais, temperaturas elevadas normalmente durante o ano todo. Os solos predominantemente são bem desenvolvidos, profundos e ácidos, bastante porosos, tipo arenoso de baixa fertilidade natural, muito erodíveis (latossolos vermelho-amarelo + areias quartzosas) (LOPES; TEXEIRA, 2013). Areias Quartzosas são solos arenosos, essencialmente quartzosos apresentando na sua formação teores de argila menores que 15%, são fortemente ácidos apresentando uma baixa fertilidade natural, praticamente esses tipos de solos não apresentam nenhuma reserva de nutrientes para as plantas (CORREIA FILHO *et al.*,2011).

4 Considerações Finais

É indiscutível que o estado do Maranhão possua uma grande diversidade de recursos naturais e uma dinâmica ambiental de recursos hídricos, conhecer todos esses aspectos físicos e geográficos é de extrema importância, pois nos leva a identificar de maneira segura todos esses recursos e não promover um uso inadequado. Conhecer a dinâmica de rochas, solo, relevo e clima é imprescindível para criar subsídios para as atividades sustentáveis para a manutenção de uma vida saudável, a geração de empregos e renda e uma conservação eficiente do meio ambiental.

Observou-se nessa pesquisa que muitos estudos, precisam ser feitos para exploração e conservação do meio ambiente em nosso estado, em especial a cidade pesquisada, São Raimundo das Mangabeiras e a sua microrregião que é a Chapada das Mangabeiras, provavelmente o motivo seja a falta de incentivo e investimentos em educação ambiental e pesquisas, por parte do poder público.

Referências

CORREA FILHO, F. L. *et al* .**Relatório Diagnóstico do Município de São Raimundo das Mangabeiras.**: Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, p.14-19,2011. Disponível em < <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=http://rigeocprm.gov.br> > acesso: 06 de Mai. de 2021.

COSTA, R. C. R. *et al*. **Zoneamento geoambiental do estado do Maranhão diretrizes gerais para ordenação territorial.** Salvador,1997.Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br> > acesso em 05 de Mai. de 2021.

FEITOSA, A C. **Relevo do Estado do Maranhão: Uma nova proposta de classificação topomorfológica.** In: Simpósio Nacional de Geomorfologia Regional Conference on Geomorphology.V.6 p. 11-11 .Disponível em <https://scholar.google.com.br/citations?user=5XYdhumAAAAJ&hl=pt-BR>. > acesso em 06 de Maio 2021.

IBGE. **Biblioteca de Monografia Municipais nova série nº 225, São Raimundo das Mangabeiras-MA.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br> > acesso em 31 de Mar. de 2021.

IBGE. **Biblioteca. Detalhes/Ilha do amor: rio Neves: São Raimundo das Mangabeiras-MA.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/indesc.php/biblioteca-catalogo?acervo:todos> > acesso em 31 de Mar. de 2021.

LOPES, E. C. dos S.; TEIXEIRA, S. G. Contexto Geológico. In: BANDEIRA, I. C. N. (Org) **Geodiversidade do estado do Maranhão.** Teresina: CPRM, 2013.

PIZZANI, L. *et al*. A Arte da Pesquisa na Busca pelo Conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v.10, n.1, p.53,66, jul/dez. 2012. Disponível em: <<https://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php> > acesso em 05 de Mai. de 2021.

EIXO 3

RURAL E URBANO:

As leituras do espaço
geográfico maranhense



Rede urbana e circulação:

notas de pesquisa e outras reflexões a partir do contexto maranhense

João Henrique Zoehler Lemos⁷⁰

Bruno Candido dos Santos⁷¹

Resumo

Este trabalho objetiva recuperar algumas reflexões acerca do tema da circulação capitalista do atual período em associação à rede urbana brasileira. A circulação envolve a produção, a distribuição, o transporte e o consumo; a rede urbana, por sua vez, é produzida e é produtora – num complexo movimento dialético – de fluxos da circulação material, que envolve dimensões tangíveis e intangíveis das interações no âmbito do espaço geográfico. No território brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, o meio técnico-científico-informacional tornou-se ainda mais complexo. Vários elos das redes de cidades do país passaram a desempenhar papéis, funções e centralidades urbanas ainda mais diferenciadas, complexas e obedientes às racionalidades da globalização. Ao refletir sobre a realidade maranhense, alguns centros urbanos passaram a responder por funções específicas da divisão territorial do trabalho contemporânea, sobretudo no âmbito das solidariedades geográficas produzidas à luz dos agronegócios. A partir de discussões pautadas pela revisão bibliográfica e uma análise que pressupõe o socioespacial como dimensão de análise impreterível, chega-se aos planos empíricos de cidades maranhenses que compõem a região do MATOPIBA. No transporte rodoviário de passageiros, atividade econômica analisada neste estudo, os fluxos de pessoas auxiliam na compreensão dessas dinâmicas regionais e dos papéis urbanos de algumas cidades. Essas são

⁷⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Chapecó* (SC). Licenciado em Geografia. Integrante do Núcleo de estudos sobre região urbanização e desenvolvimento (nerud) e do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR). Bolsista CAPES. E-mail: joaozoehler@gmail.com.

⁷¹ Doutorando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e pesquisador do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN/USP). Membro do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR) e do Grupo Rede Mobilidade Periferias (UNIFESP). E-mail: bruno.santos@usp.br.

postas em articulação ao agronegócio e aos movimentos de uma circulação contemporânea ainda mais complexa e contraditória.

Palavras-chave: Redes geográficas; transporte rodoviário de passageiros; agronegócio; MATOPIBA.

1 Introdução

Os eventos geográficos de abrangências extensas e impactos extremos, como os ligados à conjuntura pandêmica estruturada desde os primeiros meses de 2020 no território brasileiro, forçaram os debates acadêmicos a retomarem o tema da circulação e da rede urbana. Trata-se de um par articulado, mutuamente transformador, que demanda uma discussão integrada para o seu entendimento.

Os debates sobre rede urbana vêm de longa data na ciência geográfica, com destaque para os trabalhos dos geógrafos brasileiros Corrêa (1997; 2006) e Santos (2008 [1979]; 2018), além da recente publicação de Silva e Monteiro (2020). Variavelmente, foram estudos que reforçaram e buscaram ampliar a compreensão fundante desse elemento geográfico, que é “[...] o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p. 16). A dimensão funcional tem, no atual período, feições ainda mais complexas e transitórias, isto porque há uma acelerada e permanente modificação das condições de desenvolvimento da divisão territorial do trabalho. Os lugares, como são as cidades, tornam-se receptáculos de novas hierarquias de uso do território (SANTOS, 1996).

Tal processo ocorre de maneira multiescalar, transitando do nível local ao mundial, passando pelo nacional e regional. As discussões sobre os territórios e os seus usos tornam-se, portanto, fundamentais para compreendermos nossa própria existência. As reestruturações produtivas urbano-regionais trazem, inclusive, em suas próprias concretudes, as bases de redefinição de categorias geográficas já clássicas, como as de região e rede, bem como do fenômeno dos transportes. Sobre isso, Castillo (2008, p. 16) destacou que “a noção tradicional de região e a velha geografia dos transportes não dão conta de explicar a situação atual, exigente de uma renovação conceitual capaz de superar tanto os discursos coniventes quanto as críticas desprovidas de análise”.

A formação socioespacial brasileira passou por intensas transformações nas últimas décadas, tanto pela extensão do modelo urbano-industrial no território quanto pelas modificações implicadas na sua sociedade. Novidades no âmbito produtivo organizaram especializações regionais tornadas bases para estruturas bastante particulares, como as ligadas à produção de commodities agrícolas, que demandam uma profunda modernização das condições de trabalho. A agricultura globalizada é uma das marcas do atual período, que sintetiza o que já expusemos e requer uma circulação obediente às suas demandas (CASTILLO, 2008). E nesse contexto se insere a rede urbana e as suas metamorfoses, plano de discussão que no contexto maranhense exhibe alguns centros urbanos tornados adeptos aos contemporâneos imperativos da globalização.

Partindo do recente estudo *Regiões de influência das cidades 2018* (IBGE, 2020), torna-se evidente que há uma organização que não é necessariamente emanada pela capital estadual, São Luís, cuja proposta de

análise a classifica como uma Capital Regional A – não estando inserida, portanto, no conjunto das metrópoles brasileiras. Dela, estrutura-se uma rede de 217 cidades, que se inserem na ampla e contraditória produção do agronegócio, como são os casos de Balsas, Caxias, Presidente Dutra e Imperatriz – esta enquanto uma relevante centralidade urbano-rodoviária na região Oeste Maranhense, identificada como uma Capital Regional C no referido estudo.

Diante de tais pressupostos, este artigo debaterá o transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros no Brasil a partir da análise da circulação com origem e destino ao estado do Maranhão, com a apreensão de alguns estudos de caso que versam sobre ligações de longa distância que se inserem no contexto do avanço da sojicultura pela porção Sul do estado. O trabalho está dividido em introdução, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

O levantamento bibliográfico e o arcabouço teórico-metodológico têm em Santos (2008 [1979]; 2012 [1996], 2013 [1993]) e Corrêa (1997, 2006 [1997]) os principais autores para subsidiar o entendimento do espaço geográfico e da circulação. Os dados referentes às ligações rodoviárias foram obtidos no sítio eletrônico da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) (<https://dados.antt.gov.br/>) com informações de todas as linhas rodoviárias geridas pela Agência. A partir deste conjunto de dados, foram filtrados os valores referentes ao estado do Maranhão e também acerca de ligações de longas distância para a composição de produtos cartográficos, que foram construídos no programa ArcMap 10.5. Ressalta-se que parte das reflexões advém da dissertação de mestrado defendida em 2019 com o título “Divisão territorial do trabalho e transporte rodoviário interestadual de passageiros entre o interior sulista e a fronteira agrícola” (SANTOS, 2019).

3 Resultados e Discussões

O estado do Maranhão possui 217 municípios, dentre os quais 91 são atendidos por 176 ligações rodoviárias interestaduais. Deste grupo de ligações, três são do serviço semiurbano – duas atendem Timon e uma opera em Barão de Grajaú. Os municípios maranhenses contidos em ligações interestaduais são atendidos por 44 empresas, que os conectam com outros 352 municípios em 19 estados, em todas as macrorregiões brasileiras (ANTT, 2021).

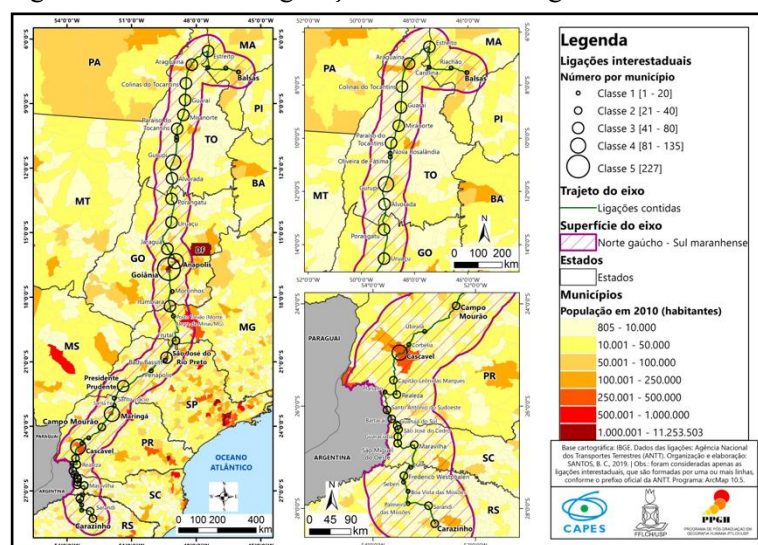
Considerando-se as ligações maranhenses rumo aos demais estados do MATOPIBA, tem-se 15 cidades atendidas na Bahia, 51 no Piauí e 58 no Tocantins, o que totaliza 124 municípios neste conjunto. Ou seja, cerca de 35% das cidades maranhenses se conectam com os estados pertencentes a tal região, o que demonstra uma intensa vida de relações em tal quarteto de unidades federativas. No entanto, ressalta-se o fato de que nem todas as interações espaciais se restringem às relações engendradas pelo contexto produtivo do MATOPIBA, já que existem importantes articulações anteriores à tal reestruturação produtiva da agropecuária nos Cerrados do Centro-Norte brasileiro, verificadas pela presença de importantes

rodovias como as BRs 222, 226, 230 e 316, que são eixos responsáveis por conectar partes do litoral e sertão do Nordeste com o Maranhão.

Além das articulações com estados nordestinos e com o Tocantins, destaca-se o processo de avanço da soja que culminou com a estruturação de ligações rodoviárias de longa distância advindas de estados sulistas. Tais ligações são resultado de dinâmicas migratórias de longa extensão. A soja chega ao sul maranhense, polarizado atualmente por Balsas/MA, ponto final das ligações Carazinho/RS-Balsas/MA e Campo Mourão/PR-Balsas/MA, operadas pela empresa gaúcha Lopestur. A cidade balsense se insere na produção moderna de soja a partir de 1991, através da intensificação da pesquisa científica a partir de convênios de cooperação técnica e financeira com o apoio de instituições como EMBRAPA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia S.A. (BASA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) culminando com a realização de estudos para a criação do Programa Corredor de Exportação Norte (FERREIRA, 2009).

Tem-se a configuração de um eixo entre o interior sulista e o sul maranhense, formado pelas duas ligações supracitadas, que contém cidades importantes como Gurupi/TO, Goiânia/GO, e São José do Rio Preto/SP. O eixo Norte gaúcho- Sul maranhense cruza oito estados e integra regiões dinâmicas do território nacional como o Triângulo Mineiro, o Oeste Catarinense, o Norte Paranaense, o Pontal do Paranapanema, o Sul goiano, entre outras. Ao todo são atendidas 49 cidades pelo eixo, com o predomínio destas nos estados do Paraná e Tocantins (Figura 1).

Figura 1 – Brasil: configuração do eixo Norte gaúcho-Sul maranhense



Fonte: Adaptado por Bruno Candido dos Santos a partir de Santos (2019).

A presença de ligações com tal organização demonstra a existência de relações entre o interior sulista e o Sul do Maranhão. Embora os fluxos migratórios entre estas duas regiões sejam, atualmente, rarefeitos, ainda há o estabelecimento de deslocamentos de pessoas e fluxos de cargas no eixo, sobretudo pela presença de centralidades relevantes no trecho, como Araguaína/TO, Palmas/TO, Goiânia/GO, São José

do Rio Preto/SP, Presidente Prudente/SP, Maringá/PR e Cascavel/PR. Ou seja, o eixo ilustrado pela Figura 1 demonstra a possibilidade de interações entre macrorregiões e polos regionais distintos.

4 Considerações Finais

A divisão territorial do trabalho, cuja origem das decisões tem no atual período uma significativa distância dos lugares onde se torna concreta, demanda novas racionalidades para a sua efetivação. E os fluxos de passageiros por ônibus, como visto no contexto aqui debatido – através do transporte rodoviário interestadual – responde a esses imperativos mais gerais. Por tal razão, a rede urbana enquanto síntese de muitas redes geográficas tem na circulação a sua base. Os fluxos de pessoas, mercadorias, produtos variados, capitais e ordens, em suma, são seus motores centrais.

Rede urbana, circulação em sentido amplo, transformações produtivas regionais e a mobilidade de passageiros: sínteses de decisões complexas. São atos decisórios que metamorfoseiam o que é produzido, como é feito e, especialmente para nós, onde se realiza. Uma materialidade dessas ações é a mudança gradual das paisagens da produção na chamada região do MATOPIBA. Para essa área, no território maranhense, fluxos migratórios originados em vários locais do Brasil passaram a estruturar novas redes de deslocamentos, ora mais ora menos intensos. O transporte rodoviário de passageiros, como manifestado em longos serviços que ligam o Sul ao Nordeste brasileiro, torna-se testemunho de reestruturações passadas, cuja permanência torna real a divisão territorial do trabalho acumulada.

Referências

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Dados abertos. Gerenciamento de autorizações. Disponível em: <https://dados.antt.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 2008. Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, M. G. R. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no sul do maranhão: a territorialidade do capital. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

SANTOS, B. C. **Divisão territorial do trabalho e transporte rodoviário interestadual de passageiros entre o interior sulista e a fronteira agrícola**. 2019. 391 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2018 [1993].

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1979].

SILVA, C. A. F.; MONTEIRO, J. L. G. **A geografia regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

Agradecimentos

Este trabalho contou com recursos do governo federal brasileiro para a sua elaboração. Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas de estudos em nível de mestrado concedidas.



CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DO MARANHÃO: Articulações federativas a partir dos financiamentos do Programa Pró-Transporte (2012-2019)

Vinícius Castelo Branco de Aguiar⁷²

Resumo

Este estudo resulta de um esforço de compreender os usos do território da Ilha do Maranhão –subespaço que conforma os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa –a partir do financiamento de infraestruturas de mobilidade urbana e das capacidades municipais de investimentos. Tem como objetivo apresentar as articulações federativas que viabilizam os mecanismos de financiamento das infraestruturas de mobilidade urbana nos municípios, por meio de Programa do Governo Federal (Pró-Transporte) que direciona recursos do *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS* para produção dessa infraestrutura de mobilidade urbana. Diante dos resultados obtidos, verificamos que os investimentos são realizados de forma seletiva a partir de articulações federativas verticais em detrimento de articulações federativas horizontais que contemplem as demandas de interesse comum do subespaço metropolitano, contribuindo para a fragmentação da metrópole e demonstrando as diferenciações na capacidade de investimento dos municípios em razão de características inerentes do federalismo brasileiro.

Palavras-chave: Ilha do Maranhão; Financiamento de infraestruturas de mobilidade urbana; Pró-Transporte; FGTS; Capacidade de investimento.

1 Introdução

O entendimento dos usos do território a partir do financiamento das infraestruturas de mobilidade urbana decorre da identificação dos agentes (instituições) de Estado responsáveis pelo financiamento e execução

⁷² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: vinicius.casteloaguiar@gmail.com

dos Programas, bem como suas atribuições. Nesse sentido, busca-se identificar nesta pesquisa, as instituições de Estado e suas atribuições concernentes à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587, de 2012), à medida que o período considerado na pesquisa corresponde ao período recente, justamente o de instituição da referida lei, que dispõe, dentre outras coisas, sobre os mecanismos e instrumentos de financiamento de infraestruturas de mobilidade urbana. Entende-se que a porção que conforma a Ilha do Maranhão exige uma infraestrutura de mobilidade urbana adequada ao intenso fluxo intermunicipal, mesmo não sendo uma *metrópole de fato* (RIBEIRO, 2013a; 2013b) possui características metropolitanas. A partir desta perspectiva, aponta-se um dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Programas Federais. Nos debruçamos, nesta pesquisa, em somente um Programa, o Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana (Pró-Transporte). O nosso objetivo foi investigar o programa Pró-Transporte enquanto um mecanismo de financiamento de infraestrutura de mobilidade urbana, com destaque para os gastos/investimentos públicos na provisão de infraestrutura responsável pela mobilidade urbana, entre os anos de 2012 e 2019. A partir de janeiro de 2019, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) passou a ser o responsável pela gestão dos Programas, projetos e atividades concernentes à mobilidade urbana, que antes era de atribuição do extinto Ministério das Cidades, assim como também é o gestor de aplicação dos recursos do FGTS no território nacional. Abaixo da hierarquia encontra-se a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como agente operador do FGTS, por meio da Superintendência Nacional de Fundo de Garantia (SUFUG). Podemos considerar a CAIXA como um importante articulador territorial, tendo em vista que este Banco possui uma rede no território nacional organizada a partir de Superintendências Regionais responsáveis por uma determinada jurisdição e que realiza a articulação entre os governos locais (estados e municípios), as empresas e o Governo Federal. O Pró-Transporte é um programa que conta com recursos onerosos (FGTS) da União, portanto, os entes subnacionais podem acessá-lo por meio de financiamentos “condicionados a contrapartida de no mínimo 5% sobre o valor total do investimento, como complementação ao valor necessário à execução do objeto do contrato” (CAIXA, 2019). Como preconizado na Constituição Federal de 1988 e nos demais dispositivos legislativos referentes às políticas públicas urbanas, os municípios são os responsáveis diretos pelo planejamento e execução das políticas, planos e programas – em consonância com as diretrizes das políticas, planos e programas federais – incluso os de mobilidade urbana. Algumas atribuições são exclusivas e outras compartilhadas com os governos estaduais, como no caso das regiões metropolitanas, a partir de articulações federativas horizontais envolvendo os municípios. E, no caso do funcionamento do federalismo brasileiro, podemos dizer que todas as ações municipais contam com apoio direto ou indireto das instâncias federais. Neste trabalho visamos também apresentar os principais instrumentos de investimentos em transporte e infraestrutura de mobilidade urbana dos municípios da Ilha do Maranhão.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Os levantamentos foram realizados em documentos oficiais de governos, mas também nos *sites* das instituições (Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretarias do Estado do Maranhão e Secretarias dos municípios que integram a Ilha do Maranhão) para apreensão do sistema de agentes responsáveis pelo financiamento de infraestruturas de mobilidade urbana e, por conseguinte, do sistema de ações. A partir das informações coletadas elaboramos quadros e organogramas no intuito de identificar tais sistemas. O levantamento dos dados referentes aos investimentos (financiamentos do FGTS + contrapartidas dos entes subnacionais) para execução das obras de infraestrutura foram levantados no site da Caixa Econômica Federal (CAIXA). Os principais dados levantados consistiram: nas obras objetos de contrato de financiamento; o ente federativo responsável pela contratação do financiamento e execução da obra; os valores financiados e as contrapartidas dos entes subnacionais que compuseram os investimentos. A partir dos dados, sistematizamos e produzimos tabelas e gráficos que nos permitiram realizar análises que demonstram um quadro geral das articulações federativas na Ilha do Maranhão para investimentos na infraestrutura de mobilidade urbana. E com base na média dos Índices Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), compreendendo o período entre 2013 e 2018, apresentamos a situação fiscal dos municípios da Ilha do Maranhão, e também conforme o instrumento do Governo Federal que avalia a capacidade de pagamento de estados e municípios – CAPAG.

3 Resultados e Discussões

As articulações entre o Governo Federal, o Estado do Maranhão, os Municípios da Ilha do Maranhão e a iniciativa privada mobilizam recursos para a promoção de “sistemas de engenharia” que viabilizam a renovação das materialidades urbanas, em nosso caso específico, as materialidades referentes à infraestrutura de mobilidade urbana. No Brasil, as articulações federativas são fundamentais aos investimentos para instalação de infraestruturas (CATAIA, 2013; NOBRE, 2019). Tendo em vista que estados e municípios são entes federados, estes influenciam, a partir de suas demandas localizadas e lugarizadas, as decisões da União, em uma relação de interdependência. Nesse sentido, faz-se necessária a discussão do federalismo, analisando o pacto federativo e sua importância para o desenvolvimento urbano. Entende-se portanto, que haveria uma distribuição desigual e combinada dos recursos, evidenciando as disparidades entre as localidades na produção de materialidades urbanas, as regiões metropolitanas também estariam inseridas neste aspecto desigual da distribuição dos recursos, à medida que áreas da metrópole seriam mais assistidas do ponto de vista de investimentos do que outras, pelo interesse de uso do território, ratificando a compreensão de Santos e Silveira (2020 [2001]) a partir dos conceitos de zonas de densidade e de rarefação. Santos (2018 [1993], p. 107) reforça a constatação dessa dinâmica da urbanização brasileira ao apontar que “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social”. Em nosso levantamento, verificamos que, entre 2012 e 2019, foram celebrados – tanto pelo Governo do Estado como pelos municípios que integram a Ilha do Maranhão – um total de 09 contratos de financiamento de obras de infraestrutura de mobilidade urbana, por meio do Programa Pró-

Transporte, onde se destaca o município de São Luís com quatro contratos, seguido do município de São José de Ribamar com dois contratos, enquanto os municípios de Paço do Lumiar e Raposa efetivaram um contrato cada um. Enfatiza-se que neste mesmo período, 11 contratos foram indeferidos ou cancelados, com destaque para o município de São Luís, que apresentou 8 contratos cancelados ou indeferidos. Quanto aos valores investidos, entre 2012 e 2017, foram investidos na Ilha do Maranhão, por meio do Programa Pró-Transporte, um total de pouco mais de R\$ 602 milhões. Desse montante de recursos, 58% (R\$ 351,6 milhões) oriundos dos financiamentos dos recursos do FGTS e 41,6% oriundos de contrapartidas dos entes subnacionais. De longe, o município de São Luís é o que mais investiu em obras de infraestrutura de mobilidade urbana, de forma exclusiva, considerando somente a jurisdição do próprio município. São Luís também aparece como o município que possui os maiores volumes de financiamentos a partir de recursos do FGTS e distingue-se como sendo o que mais ofertou recursos em contrapartidas. Apesar disso, averiguamos durante a pesquisa, que os recursos provenientes do Governo Federal têm uma preponderância absoluta para a realização de investimentos nos entes subnacionais da Ilha do Maranhão, constatação presente na maior parte do território brasileiro, e que nos leva a compreensão de que os contratos são celebrados verticalmente, entre os entes federados subnacionais (Estados e municípios) e Governo Federal. À proporção que os municípios da Ilha do Maranhão buscam financiamentos federais, a incapacidade de pagamento mediante a falta de liquidez das prefeituras torna-se evidente em detrimento da incapacidade de endividamento. Ou seja, os municípios da Ilha do Maranhão dependem financeiramente de repasses do Estado e da União, em grande parte discricionários, mais da metade das receitas correntes dos municípios da Ilha do Maranhão é composta por transferências intergovernamentais, do qual, 90% dessas transferências correspondem às transferências constitucionais obrigatórias (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2020). Em nossas análises observamos que quando considera-se somente a capacidade de investimentos, todos os municípios da Ilha do Maranhão apresentam nível crítico. Nesse sentido, esta pesquisa tem o esforço de interpretar a intervenção de um poder externo com capacidade orçamentária pelo que chamamos de horizontalidades superiores⁷³.

4 Considerações Finais

O FGTS é um importante instrumento financeiro para o desenvolvimento urbano de muitas cidades brasileiras, por meio de Programas como o Pró-Transporte. Deste modo, apresentamos o sistema de agentes responsáveis pelas articulações federativas para investimento e financiamento da infraestrutura de mobilidade urbana na Ilha do Maranhão e buscamos esboçar um entendimento da distribuição territorial desses recursos, apontando uma crítica acerca das políticas urbanas implementadas de forma desintegrada do ponto de vista metropolitano, como uma característica do federalismo brasileiro marcado pelas frágeis articulações federativas horizontais. Em consideração ao exposto, apresentamos o conceito de *horizontalidades superiores*. E chamamos atenção que a baixa capacidade de investimentos dos municípios

⁷³ Conferir Cataia; Nobre e Aguiar (2020).

da Ilha do Maranhão impede em muito que esses, mesmo diante uma autonomia financeira, atraíam o financiamento de obras de infraestrutura de mobilidade urbana. Quando há deferimento na contratação de obras, outra situação se apresenta, a incapacidade de pagamento desses municípios.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 12.587, de 3 de janeiro e 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Acompanhamento de Operações – Setor Público**. Disponível em: <<https://bit.ly/2uNkJ37>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Manual de Fomento do Programa Pró-Transporte**. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 2019.

CATAIA, Márcio. Território usado e federação: articulações possíveis. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, 2013.

CATAIA, Márcio; NOBRE, Carlos Eduardo; AGUIAR, Vinícius Castelo Branco de. Horizontalidades e modernizações na Ilha do Maranhão: investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Programa Pró-Transporte. **Ciência Geográfica - Bauru**, v. XXIV, n. 3, p. 965-988, 2020.

NOBRE, Carlos Eduardo. Articulações federativas em contextos metropolitanos. **Geosul**, v. 34, n. 73, p. 418-438, 6 dez. 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O fato metropolitano – enigma e poder. In: **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, vol. 3, 2013a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O fato metropolitano: espaço e sociedade. In: **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, vol. 3, 2013b.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. – 5. ed., 4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1993].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. – 20ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020 [2001].

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Perfil do município**. Disponível em: <<https://bit.ly/3b34Esn>>. Acesso em: 15 abr. 2020.



ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA/MA DE 1990 A 2017

Leiliane de Jesus Melo Seguins⁷⁴

Jéssica Neves Mendes⁷⁵

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a estrutura agrária da Microrregião de Chapadinha e verificar as atividades desenvolvidas pelo agronegócio no município de Brejo numa série histórica de 1990 a 2017. O ponto principal desta pesquisa se volta não apenas para a questão da terra em si, mas para a mecanização de lavouras no campo. Desse modo, é de suma importância relacionar com o território que se torna um prisma na conquista da terra e corrobora para as disparidades entre regiões, municípios e cidades. Para a elaboração desta pesquisa foram realizadas discussões e fichamentos de referenciais bibliográficos que tratam das temáticas referentes ao tema proposto. Em decorrência da Pandemia da COVID-19 não foi possível realizar trabalho de campo. O método utilizado para obtenção dos resultados foi o Materialismo Histórico e Dialético. O Maranhão é um estado marcado pela grande concentração fundiária, ou seja, uma estrutura agrária monopolizada na mão de poucos, enquanto as maiores partes dos produtores dispõem de uma menor porção de terras, uma ordem aí invertida. Percebeu-se que a estrutura agrária sofreu fortes mudanças e inversões de produção, a soja que antes não tinha produção agora é o principal produto da lavoura em Brejo.

Palavras-Chave: Agricultura; questão fundiária; terras agrícolas.

1 Introdução

⁷⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: leilianeseguins@outlook.com

⁷⁵ Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: jessicanevesmendes@outlook.com

A questão agrária é fruto das contradições estruturais do capitalismo, que simultaneamente produz a concentração de riqueza e pobreza, impossibilitando a superação da questão, pelo contrário, a sua perpetuação ocorre constantemente por meio de seu paradoxo (SODRÉ, 2017). É de suma importância o estudo sobre a questão agrária que tem tomado cada vez mais espaço dentre as discussões na academia e tem seu reflexo diretamente no campo entre o pequeno e o grande produtor. Quando se trata da questão agrária que diz respeito a mais do que os elementos finais de produção, existe um emaranhado de outros fatores, como a concentração de terras que muitas lavouras dispõem decorrente de uma política de distribuição e venda de terra desigual através das leis de terras. Para se falar da questão agrária, torna-se necessária a menção de estrutura fundiária que se refere ao modo de distribuição da terra numa dada sociedade. Quando essa distribuição é desigual prevalecerá a concentração fundiária, e quanto mais igualitária for essa distribuição menos concentrada será a estrutura fundiária. O estudo da Microrregião de Chapadinha, especificamente o município de Brejo se justifica pelo grande aumento de produção de soja no Leste do Maranhão. Decorrente desse crescimento na produção de *commodities* alterou também os conflitos que se intensificaram entre os produtores e os latifundiários. Quando se trata de capitalismo e sua disseminação no território rural é de forma heterogênea, complexa, múltipla, divergente e paradoxal, criando o assalariamento e conseqüentemente, o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1999; 2001; 2007; 2016). Com isso, o Território abrange um conceito central, uma vez que este está ligado à espacialidade humana. Sendo assim, esta pesquisa se volta para a terra e a questão fundiária, desse modo, é imperioso não a relacionar com o território, como relações de poder e suas múltiplas funções, este se torna um prisma na conquista da terra e corrobora com disparidades entre regiões, municípios e cidades e diversos conflitos no campo. O território é uma totalidade, mas não é uno, pois nele existe a conflitualidade (Fernandes, 2013). Na visão de Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 78) o território é: “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, o território não é visto a partir do espaço e sim a partir do poder, tornando-se um instrumento de exercício de poder. Nesse sentido, o território é além de uma delimitação física marcada por fronteiras, é parte do espaço geográfico que estabelece diversas relações de poder, econômica, social e política. O ponto principal desta pesquisa se volta não apenas para a questão da terra em si, mas para a mecanização de lavouras no campo. Por isso, a pesquisa tem o objetivo principal de analisar a estrutura agrária da Microrregião de Chapadinha analisando as atividades desenvolvidas pelo agronegócio no município de Brejo de 1990 a 2017.

2 Procedimentos Metodológicos

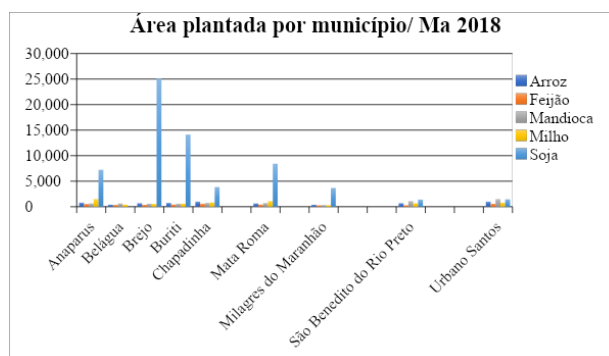
O primeiro momento da pesquisa consistiu em um levantamento histórico e bibliográfico sobre o município de Brejo e dados agrícolas da lavoura temporária. No segundo momento, uma análise sobre a questão da mundialização da agricultura que transformou a forma de plantio no campo. Para elaboração desta pesquisa foram realizadas discussões e fichamentos de referenciais bibliográficos como Raffestin (1993), Pedrosa (1999), Saquet (2007), Oliveira (2015), dentre outros que tratam das temáticas referentes ao tema proposto

da pesquisa visando obter respaldo nos resultados, reconhecendo a necessidade de realizar múltiplas leituras. A elaboração dos mapas foi feita no Software Qgis 3.10. Os dados de fonte secundária foram obtidos através do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), CPT (2016), Atlas de Desenvolvimento Humano (2019), Censo Agropecuário do IBGE (2017) e pesquisas acadêmicas. Em decorrência da pandemia da COVID-19, não foi possível a realização da atividade de campo para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Agronegócio no município de Brejo. Com isso, a pesquisa se baseou diretamente nos dados fornecidos pelos órgãos que tratam do assunto trabalhado. Para isso, o método utilizado para obtenção dos resultados foi o Materialismo Histórico e Dialético. Para Marx, as diferenças são entendidas como condutoras de conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes. O método dialético consiste então, na discussão de dados objeto de investigação, podendo este ter oposição de ideias e pensamentos, mas, sempre com a dialética de ambos, pois, a ciência é fruto de estudos diversos que ajudam para solucionar uma problemática em questão.

3 Resultados e Discussões

Através das análises dos referenciais teóricos, notou-se que, a questão agrária está diretamente ligada com o território, suas relações de poder e suas múltiplas funções, na qual este se torna um prisma na conquista da terra e corrobora com disparidades entre regiões, municípios e cidades. O território segundo Raffestin (1993) é o espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas vinculações de poder. O município de Brejo está localizado no Leste maranhense e faz parte da microrregião de Chapadinha, com uma densidade demográfica de 31,04 hab./km². Seu território compreende uma área de 1.074,631 km² e sua estimativa populacional é de 6.139 habitantes (IBGE, 2018). A estrutura Agrária da Microrregião de Chapadinha atualmente gira em torno da soja, que começou a ganhar força no meio da produção agrícola do estado do Maranhão a partir dos anos de 1990 e na Microrregião vingou expressivamente em 2010. Especificamente no município de Brejo a apropriação dos sojicultores no município se deve muito a facilidade de venda de terras que o estado apresenta, com leis que estimulam e viabilizam a propriedade da terra a serviço do agronegócio. Atualmente, a dinâmica socioespacial tem se caracterizado como uma forma que o capital tem de se mostrar dentro do campo brasileiro na qual a fronteira agrícola se expande e se enraíza como um espaço de produção social e econômica (ALMEIDA *et al*, 2019). A (Figura 1) mostra a produção agrícola dos principais produtos em todos os nove municípios da Microrregião.

Figura 1- Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha – MA – 2018.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019.

Dentre os municípios da Microrregião de Chapadinha Brejo, Buriti, Mata Roma e Anapurus foram os que destinaram a maior parte da terra para o plantio dessas commodities. A soja colhida é destinada exclusivamente para exportação, principalmente para a Ásia, destacando-se a China que obtém 70% dos grãos exportados. Essa exportação incentiva à corrida por mais produtividade, que, conseqüentemente, requer uma maior área de plantio e novas tecnologias (ALMEIDA, *et al*, 2019). Em 2017, a plantação de soja sucumbiu as demais lavouras que eram plantadas para autoconsumo dentro do município como a mandioca que é uma lavoura itinerante e que faz parte da produção do estado através da roça-no-toco. Por se tratar de uma produção mais local sem fins de exportação, a mandioca nunca esteve sob o olhar dos grandes produtores. Nota-se que então que a soja é principal atividade do Agronegócio dentre da Microrregião de Chapadinha e que vem ocupando grandes extensões para o seu plantio, seguida da produção de milho e mandioca que se torna inferior à área destinada a essa monocultura.

4 Considerações finais

Apesar da atividade de campo não ter sido realizada por conta da pandemia da COVID-19, os objetivos do trabalho foram alcançados através da coleta de dados e leituras complementares. A soja como produto agroexportador ocupa a maior parte da plantação no município de Brejo. Tal monocultura ocupa territórios antes ocupados por lavouras de milho, mandioca e arroz. Dessa forma, a agricultura do pequeno produtor como a mandioca que é um produto que faz parte das lavouras temporárias tem sua produção cada vez menor, pois, esta não se utiliza de maquinários mecanizados, faz parte da produção local de pequenos produtores, como conseqüência da exportação de *commodities* o pequeno produtor passa a ter sua área de plantio de escassa.

Referências

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA**. São Luís, 2017. 148 f.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013. 398f.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22/02/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** /– 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: (Ática, 1993).

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. – 2016. 3ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.



EMERGÊNCIAS E CONFLITOS INSTITUCIONAIS NA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS: uma abordagem do Movimento Pró-emancipação do Distrito de Alto Brasil, Grajaú-MA.

José Kaio Silva de Sousa¹

Larissa Jaciara dos Santos Matos²

Resumo

Vários foram os processos de divisão territorial que ocorreram no Brasil em toda a sua história, seja em escala nacional, regional ou local. Este trabalho busca analisar a divisão territorial do município de Grajaú-MA, bem como as emergências e conflitos político-institucionais que norteiam o movimento pró-emancipação do distrito de Alto Brasil. A pesquisa é de cunho qualitativo, e foi realizada com base em estudos bibliográficos e análise de projetos que embasam a luta do distrito por sua emancipação. O município de Grajaú ao longo de sua história passou por vários processos de divisão territorial e ainda está suscetível a novas divisões, o distrito de Alto Brasil é o movimento mais latente em prol de sua emancipação política de Grajaú, que, cada vez mais, ganha força não apenas no município, mas também no estado.

Palavras-chave: Fragmentação territorial; Emancipação; Criação de município; Alto Brasil.

1 Introdução

Desde o início de sua história, o Brasil passou por vários processos de divisão do seu território, bem como anexação de territórios. Diversos foram os motivos que levaram a essas divisões, dentre eles questões econômicas e de defesa do território. No entanto, hoje, já não são especificamente essas as questões que levam muitas porções de municípios e regiões a lutarem por sua emancipação. A partir de 1930 surge uma nova onda de emancipações no Brasil, esses movimentos se intensificaram entre as décadas de 1950 e 1960. Azevedo (1992), apoiando-se no Censo Demográfico de 1950, menciona que havia no Brasil 1.890

municípios/cidades e, considerando apenas a população urbana, a maioria das cidades (1.453) tinha até 5 mil habitantes.

Durante a ditadura militar, a emancipação de novos municípios foi restringida, voltando novamente a se intensificar após o fim deste período histórico, sobretudo após a institucionalização da nova Constituição Federal de 1988. Atualmente, o Brasil possui 5.568 municípios, mais um distrito federal (Brasília) e um distrito estadual de Pernambuco (Fernando de Noronha), bem como 10.496 distritos municipais (IBGE, 2020).

Em 1996 foi publicada a ementa constitucional nº 15/1996, a qual dispõe sobre os requisitos e regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de novos municípios. Essa lei foi criada para tentar frear essa onda de emancipações que vinham ocorrendo no Brasil, o que tornou mais difícil a concretização de projetos emancipatórios, mas isso não significa o impedimento da criação de novos municípios (BRASIL, 1996).

Entre os anos de 2013 e 2015 foram votados na Câmara dos Deputados três Projetos de Lei complementar que dispõem sobre a criação de novos municípios, sendo dois deles vetados pela então Presidente da República Dilma Rousseff, o PLP 416/08 e o PLP 397/14. Os vetos defenderam o argumento de que os projetos eram contra o interesse público e que comprometeria a responsabilidade fiscal da Federação. O último projeto de lei complementar sobre criação de municípios, PLP 137/2015, ainda aguarda a apreciação na Câmara dos Deputados.

Em 2019, o governo federal criou a PEC 188/19, que impõe novas regras para a criação, fusão, incorporação e desmembramento de novos municípios, e também determinar que os municípios brasileiros com menos de 5.000 habitantes tenham até 2023 para comprovar que sua arrecadação seja suficiente para se manter; caso contrário, esses municípios serão incorporados por outros municípios (BRASIL, 2019).

Os desmembramentos ocorridos no território grajaúense ao longo do tempo, em diferentes contextos, instiga-nos a pensar sobre o porquê muitos distritos buscam sua emancipação política e administrativa, quais os grupos que lutam por essa emancipação e quais os interesses das partes envolvidas nesse processo. Os movimentos de emancipação que ocorrem hoje, em Grajaú e no Brasil, ainda são reflexos das emancipações que ocorreram no passado. Esses movimentos cada vez mais ganham força e apoio tanto da população quanto de representantes políticos, mas, para entendermos esse processo, é necessário fazer uma análise dos movimentos emancipatórios do passado e dos atuais.

Embora em Grajaú os principais movimentos pró-emancipação dos distritos tenham ocorrido somente até 1997, este tema é objeto de relevância nos dias atuais. O Distrito de Alto Brasil vem lutando a cerca de duas décadas por sua emancipação política, o que torna o município de Grajaú passível de novas fragmentações. Dessa forma, é de grande relevância buscar as evidências documentais, empíricas e as intencionalidades que estimulam essa nova proposta de fragmentação territorial a partir do movimento pró-emancipação de Alto Brasil. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a divisão territorial do

município de Grajaú-MA, bem como as emergências e conflitos político-institucionais que norteiam o movimento pró-emancipação do distrito de Alto Brasil.

2 Metodologia

Este trabalho constitui-se de resultados parciais de pesquisa para trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia, do Campus da Universidade Federal do Maranhão, em Grajaú, desenvolvida em duas etapas. A primeira compreende o estudo bibliográfico sobre a temática e tem como base teórica autores como Cigolini (2009), Santos (2006), Ferrari (2016), Noronha (1997). O estudo documental complementa esta etapa, no qual estão analisados documentos e os projetos que embasaram as tentativas de emancipação do Distrito de Alto Brasil. A segunda etapa busca evidências empíricas desse movimento de emancipação do referido distrito nas últimas duas décadas a partir dos grupos de poder local e nos projetos protocolados e votados na Câmara Municipal de Grajaú, bem como na Assembleia Legislativa do estado do Maranhão. Para a realização dessa etapa, adotou-se como técnica a pesquisa de campo por meio de deslocamentos da sede urbana até o distrito, com o objetivo de realizar entrevistas do tipo semiestruturadas com representantes do movimento pró-emancipação de Alto Brasil. A pesquisa realizada, assim como a análise dos dados, possui abordagem qualitativa, que foi utilizada para nortear a proposta e analisar os dados levantados nos documentos e fontes orais.

3 Resultados e discussão

O município de Grajaú, localizado genericamente na parte sul do Maranhão, é um dos recortes territoriais mais antigos do interior do estado. Segundo Sálvio Dino (2011), Grajaú quando elevada à categoria de Vila, em 1835 (Vila Nossa Senhora da Chapada), possuía um território de aproximadamente 26.622 km². Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua extensão territorial abrangia desde a região central até a porção sul-maranhense. Hoje, após passar por vários processos de fragmentação, o município possui um território de 8.861,717 km² (IBGE, 2020). A fragmentação do território municipal ocorreu, sobretudo, ao longo do século 19 até a década de 1990, sendo até os dias atuais o 3º maior município do estado e o maior de sua Região Imediata de Barra do Corda, todavia, não está isento de novas divisões territoriais.

Figura 1 – Mapa do município de Grajaú e localização do distrito de Alto Brasil



Fonte: IBGE, 2020.

Alto Brasil, fundado em maio 1970, é um dos cinco distritos de Grajaú, há anos luta por sua emancipação política e administrativa. Localizado a cerca de 45 km de sua sede, o distrito, se desmembrado de Grajaú, abrangeria uma área de cerca de 1.489 km², incorporando 38 povoados que irão compor o novo município, possuindo uma população de 8.395 habitantes, segundo dados do IBGE (2010).

Para Cigolini (2009), “a divisão do território [...] não se funda em aspectos funcionais determinados por ações e interesses específicos, mas adquire um significado estrutural e, inscreve-se nas formas e no conteúdo da vida social”.

Vários são os interesses que cercam a emancipação de Alto Brasil. A população como maior força motriz desse movimento, busca sempre bases e alicerces para fundamentar seu anseio por “autonomia”. Em seu início, o movimento contava apenas com as forças populares para alcançar os objetivos almejados, mas, ao longo dos anos, novos atores começaram a se interessar por essa luta, visto as condições cada vez mais propícias ao movimento. Na Câmara de Vereadores, projetos foram protocolados por alguns vereadores, que já aderiram ao movimento para a tão sonhada emancipação do Distrito. Contudo essa luta não ocorre mais apenas no território municipal, e já teve projetos protocolados na Assembleia Legislativa do estado. Em 06 de junho 2011 foi protocolado na Assembleia Legislativa do Maranhão um projeto para emancipação de Alto Brasil, de autoria do deputado estadual Zé Carlos do PT, o qual foi votado e aprovado pela assembleia. No entanto, acabou sendo vetado pela então presidente Dilma Rousseff. Apesar das “derrotas” sofridas pelo movimento de emancipação ao longo desses anos, cada vez mais ele se fortalece e ganha novos adeptos.

4 Considerações Finais

Entender o processo de criação de municípios vai além de compreender as regras que se devem seguir para alcançar tal fim, mais do que aspectos legislativos, é preciso buscar as evidências e os interesses que estão em torno de um processo emancipatório. As discussões iniciais deste trabalho explicitam a necessidade de analisar mais profundamente o movimento emancipatório de Alto Brasil, não só para entender sua luta

inicial de cunho mais popular, mas também para compreender os interesses, agentes e atores que se articulam em torno desse movimento mais recente. Percebeu-se que há novos atores que buscam a articulação do movimento a partir de bases políticas locais e em outras escalas regionais do poder político. Essa análise preliminar tem sido fundamental para se compreender como se deram os processos de fragmentação ocorridos em Grajaú e os novos contornos que a emancipação ganha enquanto movimento geopolítico e geoeconômico num cenário desfavorável aos processos emancipatórios.

Referências

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil Colonial. **Terra Livre**, n. 10, p. 23-78, já./jul. 1992.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15**, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2015%2C%20DE,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 18**, de 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8035580&ts=1574197480703&disposition=inline>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015**. Disponível em : <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647743>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 397 – A, de 2014**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F4DDF049B77C4120BE34F57CACAA5336C.proposicoesWeb1?codteor=1255061&filename=Avulso+-PLP+397/2014>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei complementar nº 416 de 2008**. Disponível em: <file:///C:/Users/kaaios/Downloads/Avulso--PLP-416-2008..pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CASTRO E COSTA, Sálvio Dino Jesus. Grajaú: 200 anos – IV Nosso Espaço Geográfico. **Jornal: O Estado do Maranhão**. São Luís, 22 fev. 2011. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/grajau-200-anos-iv-nosso-espaco-geografico-2/>. Acesso em: 15 abr 2021.

CIGOLINI, A. A. **Território e Criação de Municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. SANTOS, M.; BECKER, B. K. [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. cap. 3, p. 43-71.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial Brasileira - DTB**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Grajaú-MA**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/grajau.html>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

NORONHA, R. **Emancipação municipal**: implicações espaciais da divisão político-administrativa do território fluminense. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PROJETO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO BRASIL. Grajaú, 2011.



CRONOLOGIAS HISTÓRICAS E O TRANSPORTE COMPLEMENTAR DE PASSAGEIROS: uma análise da ilha de Mosqueiro, Belém - PA

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos⁷⁶

Resumo

A questão do transporte e seu acesso é vinculado ao bem-estar social e também as reais necessidades empresariais, se fazem presentes onde se deve atuar ou não atuar. Nesse sentido, a lucratividade empresarial se faz presente, de modo a não atender e corresponder as expectativas do usuário do serviço de transporte, assim fomentando o transporte informal. Diante desse cenário, a Ilha de Mosqueiro, localizada na Região Metropolitana de Belém e pertencente a capital paraense, é caracterizado por uma série de cronologias de omissões e inseguranças operacionais, de modo a influenciar diretamente no cotidiano dos moradores. A pesquisa, de cunho qualitativo, procurou analisar a caracterização histórica e os processos de regulamentação e operação do sistema de transporte existente na porção insular de Belém, de tal modo que o mesmo é considerado como um principal vetor nas atividades existentes na região, além da integração com a parte continental da cidade de Belém.

Palavras-chave: transporte complementar; Região Metropolitana de Belém; regulamentação; insular

1 Introdução

A necessidade de deslocamento não atendida pelo transporte formal, sobretudo devido à baixa lucratividade, descrito por Castro (2015), fomenta em alguns momentos o surgimento dos clandestinos ou empresas individuais nas cidades. No caso do objeto de estudo, a Região Metropolitana de Belém, é percebido pelos formatos pendulares de deslocamento, tanto nas áreas continentais, quanto nas ilhas localizadas no município de Belém.

⁷⁶ Mestrando e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduando em Tecnologia em Logística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: nogueira.gabriel01@gmail.com

Na cidade de Belém, o surgimento do transporte informal, com o enfoque exclusivo as áreas de expansão dos municípios. Vasconcelos (2009) mostra que a expansão do setor informal se deu pela necessidade de sobrevivência, mesmo que advinda de condições precárias de trabalho. Além disso, é destacado a necessidade dos deslocamentos como forma de busca e atendimento dos serviços básicos, mostrando a relação de dependência entre a periferia e o centro urbano. Isso é causado pela desproporção na distribuição dos serviços básicos que o estado poderia disponibilizar as populações desses subcentros urbanos.

O trabalho em questão é oriundo da Monografia intitulada “Idas e Vindas das metrópoles amazônicas: estudo de caso dos sistemas de transporte coletivo de Manaus e Belém”, cujos objetivos estão pautadas na análise dos sistemas e do processo de expansão urbana, a partir da compreensão dos agentes formais e informais de transporte coletivo, além da percepção dos impactos causados pela oferta do serviço. Nesse resumo, o foco será na parte insular de Belém, especificamente a Ilha de Mosqueiro, distante 70 quilômetros de Belém, de modo a compreender a dinâmica diferenciada do transporte na parte insular do município em questão.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

A pesquisa se dividiu em dois momentos: uma pesquisa documental, vinculadas a dados secundários de órgãos gestores e a revisão de literatura relacionadas aos aspectos de Geografia da Circulação, Engenharia de Transportes e Planejamento de Transportes. Oriundo de trabalho monográfico, a metodologia de análise procurou relacionar a partir das leituras voltadas especificamente para o contexto de Belém.

O segundo momento consistiu nos trabalhos e práticas de campo. A questão do trabalho de campo relaciona principalmente a coleta de dados primários a locais específicos. Em ambas as cidades, as visitas aos órgãos gestores, aos locais com maior demanda de passageiros e entrevistas informais com os colaboradores, na qual houveram entrevistas não estruturadas. Esse fator, segundo Prodanov e Freitas (2013), procurou relacionar uma observação mais livres e relaciona com aspectos de fidelidade em relação aos dados fornecidos, principalmente pelos colaboradores do sistema de transporte.

A terceira parte procurou realizar as análises de dados, redação de texto e confecção de tabelas, quadros e gráficos vinculadas ao contexto, de tal modo a enfatizar as dinâmicas e particularidades relacionadas a operação, em um aspecto qualitativo e também, histórico em relação a organização do sistema de transporte, o que pode ser percebido como uma concomitância de métodos, conforme destaca Marconi e Lakatos (2019).

3 Resultados e Discussões

Caracterizada como uma área deficitária, conforme destaca Ferreira (2012), o Sistema de Linhas de Mosqueiro contém uma cronologia de monopólios e inseguranças jurídicas. Nesse sentido, a Ilha se caracterizou pela atuação da Expresso Beiradão desde a inauguração da ponte de acesso a região, em fins de 1960 e a criação de assentamentos espontâneos na região a partir dos anos 1980 e 1990.

A partir dos anos 1990, com a atuação do prefeito Edmilson Rodrigues, a quebra dos monopólios empresariais em algumas áreas, como o Distrito de Icoaraci, Outeiro, também chegou à região de Mosqueiro. Ferreira (2012) destaca a atuação da Expresso Beira Alta, com uma frota que não passava de 20 carros (figura 01 e com a linha com destino a Belém e as internas, tendo como ponto de partida a Vila, bairro que concentra o centro comercial e administrativo da ilha de Mosqueiro, além das estações de ônibus das linhas que operam na região e que sofreu processo de falência em 2010.

Figura 01 – Operação da Beira Alta em Belém (2004)



Créditos: Jornal Diário do Pará/Acervo de Lucas Jacó dos Santos

Posteriormente, houve operações por parte das empresas Transuni e Viaje Bem Transportes na região, mas que tiveram suas ordens de serviços suspensas, devido as problemáticas de frota e a falta de prestação de serviços de forma adequada. Com isso, os abandonos operacionais e a cassação de licença operacional entre os anos de 2010 a 2014, conforme destaca Castro e Soares (2016), a partir de um processo de transformação e reorganização territorial e empresarial das empresas.

A partir de 2014, com o processo de regulamentação definitiva e operacional do transporte complementar, a Ilha de Mosqueiro passou a ter os seguintes agentes operadores: Cooperativa de Transporte Complementar de Mosqueiro – COOPTCOM, Shallon, Transpantur e Transmosqueiro, a operar 07 linhas entre os diversos pontos. Posteriormente, a COOPTCOM foi descredenciada em 2015 por não obedecer aos quesitos básicos de operação, restando as três posteriores que tiveram a seguinte distribuição, conforme descrito no quadro abaixo

Quadro 01 - Linhas existentes no Sistema Complementar de Mosqueiro

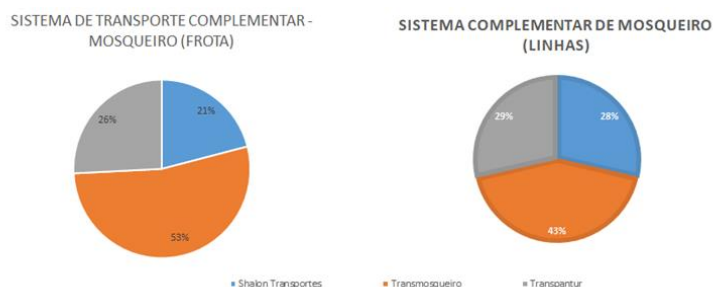
CODIGO	ITINERÁRIO	FROTA	EMPRESA
001	Vila x Baía do Sol (itinerário A)	15	Shalon/Transmosqueiro
	Vila x Baía do Sol (itinerário B – Paulo Fonteles x Vila)	1	Shalon
002	Circular x Vila Nova	5	Transmosqueiro
003	Vila x Carananduba	27	Transmosqueiro
004	Paraíso x Vila	15	Transpantur
005	Comunidade Bacabeira x Vila (Porto Pelé)	1	Transpantur
006	Vila x Marimari (Caruarú)	1	Transpantur

Fonte: SeMOB - Pesquisa de Campo realizada em fevereiro/2018, Santos e Pereira (2019)

Elaborado por: Gabriel Santos, 2021

A partir dessa configuração e tabulação em números, é apresentada a porcentagem operacional de cada uma das empresas operantes, representando as empresas principais e secundárias do sistema de transporte na Ilha de Mosqueiro.

Figura 02 – Porcentagem Operacional das empresas operantes em Mosqueiro



Fonte: SeMOB - Pesquisa de Campo realizada em fevereiro/2018. Elaborado por: Gabriel Santos, 2021
Em aspectos operacionais, as relações Origem x Destino estão baseadas no Centro de Mosqueiro, neste caso, o bairro da Vila, de onde saem os respectivos coletivos. Apesar de a Transmosqueiro ser a maior em frota e quantitativo de linhas, o maior destaque é relacionado pela Shalon. Segundo o Sistema OCB Pará, a mesma realiza o transporte de cerca de 3 mil usuários diários, representando um total de 90 mil usuários na região.

Nesse sentido, é importante analisar a empresa e a questão da frota, que é composta por ônibus de grande e pequeno porte e presente nas linhas mais longas. Além disso, as Vans, no caso da Transpantur e Transmosqueiro, são consideradas presentes nas distâncias mais curtas dentro da Ilha, ambas aceitando o Vale Digital e cumprindo com as diretrizes de isenções e gratuidades previstas no transporte da capital paraense, conforme visto abaixo.

Figura 03 – Frota Operante no Sistema Complementar de Mosqueiro



Créditos: Agência Belém, Acervos de Albert Juan e Lucas Jacó dos Santos

Além disso, é importante analisar a ampliação do sistema de Mosqueiro para as áreas mais distantes e em processo de reconhecimento, como é o caso do Assentamento Paulo Fonteles, de modo a contribuir com a organização e o ir e vir dessas localidades, conforme destaca Santos e Pereira (2019), que destaca o

processo periurbano existente na região como uma forma de inserção nas atividades e nos deslocamentos internos e externos.

4 Considerações Finais

A partir dos levantamentos secundários e posteriormente, os iniciais, é importante analisar o transporte de passageiros na Ilha de Mosqueiro, como um fenômeno de transformação, cujo vetor não acompanha as dinâmicas urbanas no espaço. A partir desse sentido, é importante destacar a segurança jurídica e as inúmeras construções territoriais do empresariado em um formato permanente ou temporário, na qual a população percebe a omissão dos órgãos gestores e também, dos agentes empresariais na oferta do serviço. Nesse sentido, a Ilha de Mosqueiro que sofreu com os processos de criação de assentamentos espontâneos e novos formatos de ocupação, ficou caracterizada como uma problemática crítica por parte dos órgãos gestores, de modo que o transporte complementar não atendia as demandas. Com isso, é importante destacar a omissão e insegurança jurídica atrelado as crises empresariais e ao fomento do transporte informal, sem a regulamentação definitiva.

O entendimento acerca da Ilha de Mosqueiro, é diferenciado em relação ao contexto da parte continental de Belém, de tal modo que o transporte complementar é compreendido como uma dinâmica diferenciada do serviço convencional que interliga a ilha a cidade, mas também, com particularidades que impactam no cotidiano do transporte interno na região.

Referências

CASTRO, C.J.N. **Transporte Público de Passageiros: uma análise sobre as Territorialidades das empresas de ônibus urbano regulamentadas na Região Metropolitana de Belém (2000-2012)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPA, Belém, 2015.

FERREIRA, S.B. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPA, Belém, 2012.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019, 373p.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. v. 1. 276p.

SANTOS, G.A.N.; PEREIRA, E.L.S. Ir e vir na periurbanização: notas sobre os assentamentos e acampamentos do MST na região metropolitana de Belém - PA. In: **V Encontro de Perspectivas, 2019, Manaus. Anais do 5o Encontro de Perspectivas Poder e Simbolismo em Três Décadas de Cidadania e Redemocratização Brasileira**, 2019, p.202-207.

VASCONCELOS, E.M.A. **A reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho: a experiência do transporte alternativo no município de Belém/PA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2009



AS ESTRATÉGIAS DO MERCADO INSTITUCIONAL PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

Francisco Weliton Monteiro da Silva⁷⁷

José Sampaio de Mattos Júnior⁷⁸

Marilene Oliveira Pereira⁷⁹

Resumo: A / Rurais: O caso do Assentamento Rural Cinturão Verde no Município de São Luís – MA. Assim, estabelecemos metodologicamente, as nossas análises por meio do método Materialismo Histórico e Dialético, tendo em vista que, evidenciamos as relações e correlações de poder existentes e o jogo de forças mediado pelo Estado. Desta forma, nos propomos a analisar o comportamento das políticas públicas voltadas para o campo, destacando a desestruturação em uma escala federal em relação aos assentamentos rurais o que atinge diretamente as comunidades tradicionais nesse caso o assentamento rural comunidade Cinturão Verde. Na qual se destaca por sua produção agrícola diversificada ao mesmo tempo ameaçada pela desarticulação de estruturas institucionais de apoio à agricultura familiar.

Palavras-chave: Assentamento; Agricultura Familiar; Cinturão Verde; Mercado Institucional; PAA.

1 Introdução

De acordo com Souza (2012), com o processo de redemocratização, a questão do desenvolvimento rural ampliou os debates durante os anos 1990, com a institucionalização de políticas públicas direcionadas para agricultura familiar e classes desprovidas do espaço rural brasileiro.

⁷⁷Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de História e Geografia, São Luís, Brasil, welitonmonteiro97@gmail.com

⁷⁸ Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de História e Geografia, São Luís, Brasil, sampaio.uema@gmail.com

⁷⁹ Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de História e Geografia, São Luís, Brasil, marilenepv.com@hotmail.com

A partir de 2000, as políticas públicas no Brasil focaram em um novo prisma utilizando o conceito de território baseadas no entendimento do desenvolvimento territorial compondo a agenda governamental. Dessa maneira, dissertou-se sobre o território na esfera das políticas de planejamento partindo de uma visão do reordenamento/reestruturação territorial, onde se buscou remodelar as ideias tradicionais do desenvolvimento regional.

Nesse sentido é de suma importância evidenciar alguns autores que contribuíram para uma discussão em torno da temática. Destacando que o conhecimento do território, não pode ser apenas analisado e entendido somente pela ótica da apropriação do poder, devemos obedecer também a sua dimensionalidade, ou seja, compreender as relações sociais, econômicas e políticas. No mesmo sentido, Saquet (2004, p. 3), argumenta que: “o território pode ser entendido como resultado dos processos obtidos através das relações econômicas, políticas e culturais”.

Para Souza (1995, p. 78) considera que o “território é fundamentalmente um espaço delimitado e definido por/com as relações de poder”. Já para Haesbaert (2007), o território é fruto de uma construção histórica e social, partindo do pressuposto das relações de poder que abrangem ao mesmo tempo sociedade e espaço geográfico. Para Schneider e Tartaruga (2004):

O território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores. O espaço que nos interessa conhecer nesta perspectiva, é sempre o espaço demarcado e transformado pela presença histórica e formativa da agricultura familiar, que é a forma social hegemônica, embora possa haver outras. (SCHNEIDER E TARTARUGA, 2004, P.112).

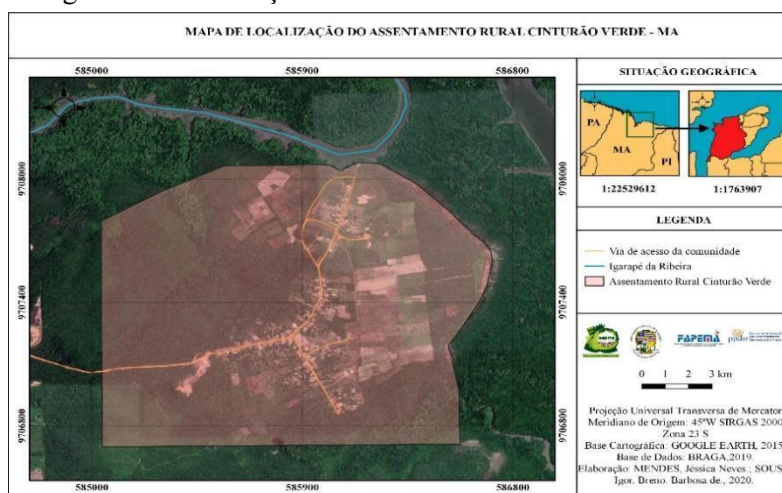
Sabendo que as políticas públicas de desenvolvimento territorial foram pensadas e ordenadas, de maneira preferencial, a consolidar a agricultura familiar, estas ainda apresentam inconsistências em suas relações de poder, promovendo divergências e desmonte no âmbito das três escalas local, estadual e federal. Segundo Müller (2007), a agricultura familiar no Brasil, enquanto política pública só é inserida na agenda governamental no início dos anos 1990, isso em fase da criação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) produzindo transformações na cadeia de políticas públicas voltadas para a agricultura e inserindo agentes nos fenômenos modeladores das políticas para o setor.

A criação do PRONAF no Brasil, em 1996, foi importante para fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a redução da instabilidade e pobreza rural no campo. E a partir dele que outros programas foram criados em prol da segurança alimentar. Em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que objetivava a inclusão da produção proveniente da agricultura familiar incorporado aos mercados institucionais o qual passou 13 anos articulado com outras ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e isto assegurou atividades direcionadas ao combate à pobreza rural. No entanto, a partir de 2016, com a extinção do MDA acabou por enfraquecer a agricultura familiar.

Com a articulação das políticas sociais, os mercados institucionais passaram a ser uma alternativa de escoamento da produção dos agricultores familiares. Propomos aqui uma análise acerca do modo de

como as políticas públicas voltadas para o espaço rural, destacando o PAA no município de São Luís - MA, fortalecem as atividades agrícolas e consolidam o território das comunidades rurais. Para esse estudo, teremos o recorte espacial da comunidade Cinturão Verde, por abrigar o maior número de beneficiários do PAA. Programas como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são elaborados em uma esfera nacional embora a execução e a implementação dessas seja feita no local. Relacionamos o estudo do PAA, por entender que o mesmo é uma política pública na qual faz parte de uma lógica de descentralização e com orientação ao desenvolvimento do meio rural partindo de uma escala do território.

Figura 1 – Localização do Assentamento Rural Cinturão Verde.



Fonte: Braga, 2019. Elaboração: MENDES, J. N.: SOUSA, I. B. B. de., 2020.

2 Procedimentos Metodológicos

A primeira etapa desta referida pesquisa consistiu em um levantamento histórico e bibliográfico sobre o Assentamento Rural Cinturão Verde, os mercados institucionais, aqui destacados o PAA e o PNAE, visita aos *sites* da Conab, Ministério da Cidadania, Secretaria Municipal de Segurança Alimentar - SEMSA e Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAPA.

A elaboração dessa pesquisa deu-se através de discussões e fichamentos dos referenciais bibliográficos tais como Souza (2012), Saquet (2004), Haesbaert (2007), Schneider e Tartaruga (2004), Müller (2007), e pesquisas acadêmicas na qual discutem temáticas como território e políticas públicas.

Dessa forma, utilizou-se o método do Materialismo Histórico e Dialético visando alcançar os objetivos apresentados para a pesquisa, recorreremos às investigações teóricas e empíricas para apontarmos as relações e correlações de poder que existem no mercado institucional que é mediado pelo Estado.

3 Resultados e Discussões Parciais

Compreender o conceito e a implantação das políticas públicas voltadas para a questão do desenvolvimento do território e estas direcionadas à agricultura familiar é importante para que possamos observar a categoria Território, da qual transpõe as mais variadas concepções e especialmente na ciência geográfica. De modo a envolver discussões, consideramos vários aspectos que estão incumbidos dentro do território, como o político, econômico e o cultural, fazendo uma relação entre essas dimensões explicarem sua dinâmica no espaço a qual está em construção.

É durante a elaboração das políticas públicas com enfoque no desenvolvimento rural, que em 1990, o território começa a despontar nas discussões sobre desenvolvimento local. As ampliações da incorporação dos conceitos vão servir de base para as políticas de desenvolvimento.

No Brasil, as discussões a respeito do espaço permitiram inúmeros debates em relação ao território num aspecto de desenvolvimento, partindo da primazia das lutas pela redemocratização do Estado, aliado aos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONG's), essa desconcentração do Estado se dá através da Carta Maior de 1988, na qual sua ideia inicial é o aumento das atribuições das esferas administrativa.

A Constituição de 1988 desenhou uma ordem institucional e federativa distinta da anterior. Voltada para a legitimação da democracia, os constituintes de 88 optaram por duas principais estratégias para construí-la: a abertura para a participação popular e societal e o compromisso com a descentralização tributária para estados e municípios. Da primeira estratégia resultou uma engenharia constitucional consociativa em que prevaleceu a busca de consenso e a incorporação das demandas das minorias. A segunda moldou um novo federalismo, tornando-o uma das mais importantes bases da democracia reconstruída em 1988. (SOUZA, 1997).

Conforme Sousa (2013), em 1990 há o surgimento de uma categoria denominada de “sociopolítica da agricultura familiar”, e está com poder para elaboração de políticas públicas em conjunto com o Estado, perante o debate de autores e em parceria com as organizações e movimentos sociais existente no Brasil, com o intuito de reorganizar político e socialmente o campo.

4 Considerações Parciais

A pesquisa sobre As Estratégias do Mercado Institucional para os Assentamentos Rurais, buscou analisar e conhecer a estrutura dos mercados institucionais e como se dá o acesso dos produtores rurais a estes, como também levantar o número de assentamentos rurais na cidade de São Luís que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Identificou-se que, em São Luís apresenta 22 comunidades rurais incluídas na comercialização do PAA, contabilizando um total de 170 agricultores familiares, de maneira que o polo que abrange a maior quantidade desses produtores é Cinturão Verde, totalizando 33 adesões.

Desse modo, observamos que, os produtores além dos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de

Compras da Agricultura Familiar - PROCAF), também acessam outros dois mercados importantes para o escoamento de sua produção, são eles: a venda nos mercados públicos e feiras livres; e no Mercado do João Paulo.

Dessa forma, analisando o PAA, percebemos sua articulação com outras políticas públicas do qual a finalidade também era inserir os pequenos produtores na cadeia da geração de emprego e renda diante de uma valorização da agricultura familiar, dando ênfase a produção e o consumo local.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Sávierio; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-148.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, n.11, pp. 88-125. Porto Alegre, 2004. SCHNEIDER, S., TARTARUGA, I.G.P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes. Revista de Ciências Sociais*, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 99-117, jan./dez. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná et al (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (p. 77-116).

SOUZA, Paulo César de. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na Região de Presidente Prudente: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2012.

Apoio





OS NEXOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E EMPRESARIAIS PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA ILHA DO MARANHÃO

Pereira, Felipe Desidério⁸⁰

Resumo

A pesquisa teve por objetivo analisar os nexos político-institucionais e empresariais para concessão dos serviços de transporte público coletivo na Ilha do Maranhão, com ênfase no Município de São Luís. Também nos debruçamos sobre as concessões realizadas em 2016 para atuação das empresas operadoras do serviço de transporte público, destacando-se as empresas e consórcios de empresas licenciados. As empresas concessionárias que operam os serviços de transporte coletivo de passageiros são agentes centrais na promoção da acessibilidade urbana, de modo que buscamos compreender o papel, bem como os interesses, conflitos internos (à categoria empresarial) e externos concernentes à política tarifária, às concessões e regulações públicas e à regionalização do município de São Luís para atuação das mesmas.

Palavras-chave: Transporte Público Coletivo de Passageiros; Concessões Públicas; Ilha do Maranhão; São Luís.

Introdução

Procuramos investigar e compreender a conformação territorial do sistema público de transporte coletivo de passageiros na Ilha do Maranhão, a partir da interação entre *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* (Santos, 2008 [1996]) oriundos das articulações entre os poderes públicos municipais, estadual, federal e as empresas operadoras do serviço. Compreender as concessões públicas para operação do transporte de passageiros nos possibilita compreender o exercício do poder, isto é, a capacidade do Estado juntamente às empresas imporem uma dada organização territorial do espaço urbano. O município é o ente federativo

⁸⁰ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: fdesiderio5@live.com

responsável pela gestão e regulação do sistema público de transporte. Conforme o inciso 5 do artigo 30 da Constituição Federal de 1988 “[compete ao município] organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão⁸¹ ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”. No Brasil, a principal forma de prestação de serviços de transporte público de passageiros adotada pelos municípios é o regime de concessão. Em São Luís, as empresas de ônibus que operavam em 1996 haviam sido contratadas em caráter emergencial. Naquele ano, instituiu-se um prazo máximo de 10 anos para licitar a concessão do serviço. Somente em 2016, 20 anos após o prazo instituído, foi realizada a licitação para concessão do transporte público de passageiros no município, após a licitação de 2016, as 22 empresas, continuaram operando o transporte intermunicipal, mas somente 11 empresas permaneceram atuando no transporte intramunicipal de São Luís sob o regime de concessão.

Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para execução da pesquisa, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Levantamento bibliográfico acerca do tema; 2) levantamento de normas municipais e estaduais referentes à política de mobilidade geográfica na Ilha do Maranhão, com ênfase no município de São Luís; 3) levantamento de documentos referentes à licitação de 2016 em São Luís para concessão do serviço de transporte público de passageiros; da Política Nacional de Mobilidade Urbana e de Planos de Mobilidade Urbana (Federal, estadual e municipais); 4) levantamento de matérias de jornais relacionadas aos conflitos entre poder público, empresários operadores do sistema, trabalhadores das empresas e demais usuários; 5) produção de dados para quantificação e qualificação dos elementos técnicos e humanos que compõem o sistema; 6) realização de seminários e reuniões do grupo de pesquisa. Os levantamentos foram realizados em documentos oficiais de governos, mas também nos sites oficiais das instituições públicas e privadas com o objetivo de apreender o conjunto dos agentes, objetos técnicos e normas envolvidos no sistema de transporte, com ênfase no processo de concessão dos serviços. Durante a pesquisa realizamos seminários para discussão de obras que tratam da teoria geral da Geografia e sobre método. Em um segundo momento, discutimos o Plano Nacional de Mobilidade Urbana e outros textos técnicos específicos à temática da pesquisa. Também discutimos a literatura específica sobre mobilidade urbana e o Estado da Arte. Durante os seminários, ajustamos questões apresentadas no projeto original e inserimos outras questões que foram nos parecendo mais relevantes.

Resultados e Discussões

As onze empresas que permaneceram atuando após a licitação de 2016, respondiam, em 2011, por 60,4% da média de passageiros transportados mensalmente e diariamente; por 60% das linhas operadas e por

⁸¹ Concessão pública é o contrato entre a Administração Pública e uma empresa particular, pelo qual o governo transfere ao segundo a execução de um serviço público, para que este o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário, em regime de monopólio ou não, sendo formalizada por contrato administrativo bilateral, mediante prévia licitação” (Lei 8.987/1995).

60,5% da frota. Para participarem da licitação de 2016, essas empresas formaram consórcios, com exceção da empresa Primor que disputou o certame sozinha.

Quadro 1- São Luís: Consórcios de empresas de transporte público vencedoras da licitação de 2016

CONSÓRCIOS	EMPRESAS
CENTRAL	Ratrans; Taguatur
VIA SL	São Miguel; Rei de França
UPAON-AÇU	Viação Abreu; Aroeiras; Rio Negro; Viper; Patrol; Autoviária Matos
SEM CONSÓRCIO	Primor

Elaboração: Felipe D. Pereira.

No entanto, como dito anteriormente, praticamente todas as empresas que foram licitadas em 2016 para operar o transporte urbano de São Luís sob o regime de concessão, permaneceram operando o transporte intermunicipal (metropolitano) da Ilha, porém sob o regime de permissão e sem licitação, nesse caso, sob o comando do Governo do Estado do Maranhão que é o ente da federação responsável pela gestão do transporte intermunicipal metropolitano. A figura 01 sintetiza o predomínio dos Consórcios de empresas com suas respectivas linhas sobre uma determinada porção do território. Na porção sul (lilás) predominam as linhas do Consórcio Central; na porção sudeste e parte da porção centro norte (amarelo) predominam as linhas do Consórcio Via SL; na porção central (verde) predominam as linhas do Consórcio Upaon-Açu; e na porção norte (vermelho) predominam as linhas operadas pela empresa Primor; sendo que todas elas (linhas e empresas) convergem para as áreas centrais do município de São Luís (porção em branco).

Figura 01 – São Luís: predomínio das linhas operadas pelos Consórcios Central (Lote 1), Via SL (Lote 2), Upaon-Açu (Lote 3) e empresa Primor (Lote 4)



Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL

A concessão de parte do sistema de transporte público de passageiros de São Luís consistiu, basicamente, na concessão de 171 linhas e dos cinco terminais de integração a serem, respectivamente, exploradas e administradas pelos consórcios de empresas e pela empresa Primor, por um período de 20 anos (de 2016

a 2036). As linhas e os terminais de integração foram divididos em quatro lotes, e concedidos conforme os valores mínimos a serem pagos pelas concessionárias (Tabela 01).

Tabela 1 - Valores dos lotes pagos pelas concessionárias vencedoras da licitação

Lote	Concessionária	Valor (R\$)	%
1	Central	2.704.910,00	39,2
2	Via SL	1.507.141,00	21,8
3	Upaon-Açu	1.333.373,00	19,3
4	Primor	1.353.001,00	19,6
TOTAL		6.898.425,00	100,0

Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL
Elaboração: Carlos E. Nobre e Felipe D. Pereira.

Uma síntese possível do que ocorreu nas últimas duas décadas – considerando o período mais amplo entre 2000 e 2019 – é o da diminuição na quantidade de empresas que operam o transporte público em São Luís, saindo de 39 empresas no ano de 2000 para chegar a 11 no ano de 2019 (Tabela 02)

Tabela 2 - Dados gerais do sistema público de transporte de passageiros em São Luís (2000 e 2019)

	2000*	2019	Variação 2016 - 2019
Nº de empresas operadoras	39	11	-72%
Passageiros/mês	14.012.730	16.500.000	18%
Média passageiros/dia (30 dias)	467.091	550.000	18%
Nº de linhas	147	168	14%
Nº da frota	922	839	-9%
Média nº de passageiros/dia por ônibus	507	656	29%
População São Luís***	870.028,00	1.101.884	27%

* Fonte: Sousa, 2013.
***IBGE.

A despeito da diminuição da frota e do número de linhas no sistema público de transporte de São Luís, no período considerado, houve, entre os anos de 2015 e 2017 um aumento de 30% na quantidade de passageiros transportados anualmente. A média de passageiros/mês e passageiros/dia sofreu um acréscimo de 7% no período considerado; o número de linhas passou de 147 em 2000 para 168 em 2019 (um acréscimo de 14%), mas o número da frota diminuiu de 922 ônibus em 2000 para 839 em 2019 (um decréscimo de -9%), diminuindo-se, também, o número médio de veículos por linha (6,3 veículos por linha em 2000 para 5,0 em 2019, diminuição de 20%); enquanto a média do número de passageiros/dia por ônibus aumentou de 507 para 596 passageiros/ônibus (acrécimo de 18%) interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.No Brasil, a principal forma de prestação de serviços de transporte público de passageiros adotada pelos municípios é o regime de concessão. As concessionárias

apresentam discrepâncias quanto à oferta do serviço público de transporte de passageiros que podem ser entendidas como usos desiguais do território, tanto do ponto de vista da oferta como da demanda.

Considerações Finais

A partir de nossa pesquisa, esboçamos algumas conclusões do serviço de transporte público de passageiros em São Luís: 1) integrar o sistema de transporte integralmente envolvendo os demais municípios da Ilha; 2) instituir técnicas contábeis que levem em conta a situação de pobreza e os baixos rendimentos de um significativo contingente populacional ludovicense que depende do transporte público, no sentido de torná-lo acessível e tendo como fundamento o princípio do direito à mobilidade geográfica; 3) ofertar em quantidade e qualidade o transporte público tendo como princípio o bem estar no deslocamento e não somente o lucro; 4) instituir a participação da sociedade organizada na decisões concernentes aos reajustes tarifários etc.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1995.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2018: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Fazenda. **Portaria nº 273**, de 21 de outubro de 2014. Alterada pelas Portarias nºs 230/2015, 431/2015, 541/2015, 593/2015, 110/2016, 134/2016, 177/16, 227/16, 278/16, 345/16, 363/16, 396/16, 426/16, 445/16, 44/17, 128/17, 168/17, 202/17, 297/17, 347/17, 388/17, 438/17, 476/17, 556/17, 597/17(republicada); 033/18; 075/18 (republicada); 104/18; 104/18 (republicada);185/18. São Luís, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

SOUSA, Bruno Leonardo Maciel de. **Transporte coletivo público na Cidade de São Luís-MA: comparações pré e pós-implementação do SIT - Sistema Integrado de Transportes**. Dissertação (Mestrado)—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2013.



LIVRE ACESSO: Um caminho de descobertas e conhecimento

Carlos Henrique Lopes de Oliveira⁸²**Nathalia Rocha Sousa**⁸³**William Pinheiro Gomes**⁸⁴**Antônio Jorlan Soares de Abreu**⁸⁵

Resumo

O trabalho tem como objetivo desenvolver roteiros de visitação na cidade de Timon no Maranhão, apresentando seu contexto histórico, geográfico, cultural e arquitetônico, sem nenhum ônus aos seus participantes. Oportunizando a integração e o reconhecimento dos espaços urbanos e seu lugar de pertencimento com a sociedade. Promovendo a cultura e fomentando o consumo e a produção do artesanato local e de outros espaços municipais. Para tanto utilizamos do processo metodológicos bibliográfico para conhecer o contexto histórico e geográfico e discussão com pesquisadores das áreas de geografia, história, biblioteconomia e turismo. Com base nos estudos partimos para o mapa da cidade, identificando cada espaço, demarcando e posteriormente foi realizado uma visita in loco para conhecer, fotografar e cronometrar o tempo que cada roteiro irá representar, páginas no *instagram* e *facebook* foram criadas para dar visibilidade ao projeto e propagar a pesquisa. Como resultados já alcançados temos a construção do roteiro 1 com seu tempo e seus espaços devidamente cronometrados, os roteiros dois e três em fase conclusiva de construção de mapa e tempo, apesar de bem avançado, mas com um impasse da pandemia de Sars Cov-2 que impossibilita a realização de testes, que principiava com a comunidade acadêmica e na sequência ao público em geral, fazendo uso das redes sociais digitais para divulgação, convite e promoção dos passeios realizados.

Palavras-chave: Cultura; Cidade; História; Memória; Passeios.

1 Introdução

⁸² Discente do/ curso técnico em Administração do IFMA. E-mail:henrique.o@acad.ifma.edu.br.

⁸³ Discente do/ curso técnico em Administração do IFMA. E-mail: nathaliarochoa @acad.ifma.edu.br.

⁸⁴ Discente do/ curso técnico em Administração do IFMA. E-mail: williamgomes @acad.ifma.edu.br.

⁸⁵ Docente do curso de Administração do IFMA. E-mail:antonio.abreu@ifma.edu.br.

Conhecer a história de uma cidade às vezes não é algo muito acessível e viável para a população. Arelado a isto está a inexistência de atividades que promovam a disseminação desse tipo de conhecimento e, até mesmo, a própria falta de iniciativa dos cidadãos em buscar compreender a história de sua cidade.

É visitando locais que fizeram parte da história da cidade, conhecendo-os e entendendo sua relevância que se aprende sobre a cultura, geografia e história de um dado local. Assim, por um lado preserva-se a memória da cidade, por outro contribui para que essa memória seja transmitida para as futuras gerações garantindo que não seja perdida. Como bem falou Stoetzel (1963), “Para cada um, a cultura é primeiramente uma herança”.

A cidade de Timon, tem sua presença cultural apagada pelo reflexo da cidade vizinha, considerada também como cidade irmã, a capital do estado do Piauí, Teresina. Mas também é notório que o desenvolvimento e crescimento populacional, econômico e histórico é também validado pelo mesmo viés. Ao longo dos anos a cidade acompanhou e evoluiu, possui ligação próxima, não somente pelo rio, mas também com a presença de nomes de ruas e prédios públicos de pessoas que conviviam nas duas localidades. São marcas fortes, mas que não invalidam a independência que Timon ganhou ao longo do tempo.

Nesse objeto de estudo que ora apresentamos são as oportunidades de demonstrar os espaços e riquezas que a cidade de Timon no estado do Maranhão tem em seu contexto histórico, geográfico, cultural e econômico.

Um dos grandes desafios, caracterizado como problema, é mostrar/demonstrar ao cidadão timonense que és forte, como é parafraseado em seu hino, onde possui independência em relação aos outros municípios vizinhos, seja na qualidade de quarta maior população do seu estado, seja no comércio, seja na sua história, seja em sua memória, seja nas suas riquezas naturais com dezenas de balneários, seja na presença de mulheres empreendedoras como bem descreveu Abreu, Silva, Silva (2019), que foram surpreendidos com a presença marcante de mulheres à frente de empreendimentos, além de atuarem na qualidade de mães, esposas, educadoras e filhas. Uma mudança de comportamento e cultura que acompanha a proposta dos grandes centros e de tecnologia.

Portanto, justifica-se pautando em Claval (2007, p.65) diz que “A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio”. E é diante desse contexto/objeto que o trabalho procura proporcionar esta iniciativa de mudanças cultural na cidade de Timon, demonstrando através de um passeio (roteiro) guiado em pontos pré-estabelecidos. Buscando dessa forma proporcionar a população/visitantes um tipo de atividade turística que gere nela conhecimento a respeito da cidade em que ela vivi/passeia, sendo esta uma forma de fazer com que “[...] o sentimento de pertencimento do indivíduo para com a sua comunidade passa a compor a identidade cultural do próprio sujeito” (OLIVEIRA,2018,p.103).

A necessidade de conhecer a história da cidade está ligada também a valorização dos elementos que compõe a memória do lugar, pois segundo Oliveira (2018,p.100):

(...)a história local se apresenta como um dos caminhos para evidenciar não só a história em si, mas educar o olhar, a percepção e a valorização dos elementos que compõe este "local", entre eles, o patrimônio cultural e os "lugares de memória".

O objetivo deste projeto pretende não somente criar roteiros, mas mostrar a face da cidade aos seus cidadãos e visitantes, possui também em seu preâmbulo proporcionar de forma indireta e gradativa o despertar da economia local, com a comercialização de peças do seu artesanato, passeios no rio Parnaíba, consumo de produtos locais e etc. O projeto não visa lucro, não será cobrado valor algum para que as pessoas possam participar. Outro ponto que será estimulado é de uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que o passeio/roteiro será realizado todo a pé, uma caminhada partindo da Praça São José, contemplando a partir de então o complexo que compreende (a Igreja de São José, o Ginásio Poliesportivo, a Prefeitura, o primeiro Mercado Público Municipal, a Biblioteca Pública Municipal, o Centro Operário XV de Agosto, a Agência dos Correios e a Casa do Padre Delfino) e concluindo-se no pequeno porto.

Aqui vale destacar a fala de Pessoa (2011, p.52) quando se refere a patrimônio, pois o patrimônio arquitetônico será um dos grandes destaques na construção do conhecimento e preservação da história e memória da cidade, tendo em vista que o passeio contemplar vários destes, porém nenhum deles tombado até o presente momento.

Os principais remanescentes da arquitetura do passado então existentes passaram a ser objeto da proteção por lei através da sua inscrição em um dos quatro chamados *Livros do Tombo* criados em 1937 criado para classificar o patrimônio cultural brasileiro (PESSOA, 2011, p.52).

A preservação do patrimônio material e imaterial de um povo é além de tudo uma riqueza viva, na qual projeta-se um futuro melhor com base no seu passado, a construção de uma sociedade mais organizada. “A vida social baseia-se em organizações hierárquicas institucionalizadas. Ela implica igualmente que os parceiros sintam-se pertencentes a um mesmo conjunto pelo qual cada um se sinta responsável e solidário” (CLAVAL, 2007, p.113).

Diante do exposto, o projeto de iniciação científica tem o propósito de construir três roteiros de visitação aos pontos de interesse históricos, paisagísticos e arquitetônico, disponibilizá-los a população e seus visitantes, de forma que possam conhecer e descobrir de forma lúdica e saudável a respeito da história e memória da cidade de Timon, Maranhão. Trazendo à tona seu passado, de forma a preservá-la e contextualizá-la. Com os roteiros desenvolvidos e divulgado através das páginas do *Instagram* e *Facebook* se havendo a possibilidade de O objetivo geral do projeto é criar roteiros de visitação e convidar, através das redes sociais, pessoas interessadas em participarem dos passeios e fazê-las conhecerem muito mais sobre sua história.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

O trabalho ora apresentado está em fase de desenvolvimento na qualidade de pesquisa de iniciação científica, com submissão ao conselho de ética, e traz como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica que versa a respeito de cultura, cidades, espaços urbanos, passeios, turismo, lazer, patrimônio cultural e arquitetônico bem como sua história e memória.

Partimos na busca de livros, artigos científicos e trabalhos de conclusão de cursos, sejam eles de graduação ou pós-graduação, para conhecer a respeito da história da cidade de Timon, seus espaços públicos, seu contexto através do tempo e sua influência na economia local.

No momento seguinte partimos para identificar/fotografar/cronometrar os pontos a serem visitados e conhecer a história de cada um, processo que foi reestruturado para atender aos protocolos de segurança devido a pandemia de Covid-19 que ainda se vivencia. Postergamos essa fase, mas em 21/11/2020 realizamos um encontro presencial (munidos de máscaras e certo distanciamento) na praça São José e desbravamos alguns dos locais em suas proximidades. Deste momento passamos a discutir a construção de um mapa e de todos os possíveis pontos a serem visitados no roteiro.

Os debates e encontros aconteceram de forma virtuais através da plataforma *google meet*, que inicialmente eram mensais e passaram para quinzenais e depois semanais, exceção apenas do encontro presencial onde os quatro pesquisadores tiveram que reunir-se *in loco* para cronometrar o tempo do primeiro roteiro, o qual já encontra-se pronto e o mapa também.

No último dia 27 de março, um novo encontro presencial ocorreu para nos apropriarmos de um segundo roteiro, desta vez além de mapear o foco também era em cronometrar o tempo a ser percorrido. O roteiro 2 como ficou previamente conhecido, foi realizado no tempo de 1h. neste mesmo encontro já fizemos um rascunho de um terceiro roteiro. A construção das rotas e do mapa partiu da mesma metodologia empregada nos roteiros de visitação em áreas/locais/cidades/regiões de turismo já implantado e em desenvolvimento.

Criamos páginas nas redes sociais, *Instagram e Facebook*, com a finalidade de usá-los para manter uma aproximação com o público, compartilhar nossos roteiros, fazer convites para os passeios, divulgar fotos dos locais e dos participantes. Ação proposta desde o início do projeto, de promover roteiro de visitação na cidade de Timon, e quando possível de ser realizado os passeios, que possam conter um certo número de aglomeração, a partir da liberação das restrições impostas para conter a pandemia, passaremos a fazer uso dos canais para convocar/convidar a população local, circunvizinha e visitantes para os passeios e depois postar os resultados

3 Resultados e Discussões

O presente trabalho ainda não possui resultados fechados por ainda estarmos em fase conclusiva. No entanto temos o roteiro um finalizado, com tempo, mapa e contextualização histórica. Além disso, a pandemia da Sars Cov-2 dificultou a realização das atividades do projeto no sentido de realizar um teste

com a população e assim ter a percepção do alcance da proposta da pesquisa. Dessa forma não será possível realizar o principal objetivo do projeto, os passeios aos roteiros criados, de forma presencial dentro do prazo do projeto que está previsto para encerrar no dia 31 de Julho de 2021. Como objeto de inferência e pauta para reflexão é desenvolver o passeio de forma virtual, postando nas redes sociais do projeto os roteiros, apresentando os pontos e o seu contexto histórico.

O mapa do roteiro 01 está pronto e apresenta-se da seguinte forma, conforme pode ser conferido abaixo.

Mapa 01 – Roteiro de visitação no centro da cidade de Timon-MA.



Fonte: Elaborado por ROCHA, Mayck Pereira. A partir de dados dos autores, 2021

4 Considerações Finais

Por se tratar de um trabalho ainda em fase de desenvolvimento, porém já bem adiantado, vale salientar que a cidade de Timon não possui nenhum projeto dessa ordem, o que pode suscitar curiosidades e consequentemente uma participação da comunidade. O teste com o uso das redes sociais digitais e a presença da comunidade ainda não foi possível devido período de pandemia de Covid-19. Nas leituras prévias e discussões com pesquisadores da área de geografia e turismo, o projeto apresenta grande possibilidade de desenvolvimento e tornar-se perene

Referências

ABREU, Antonio Jorlan Soares de.; SILVA, Isabel Cristina de Sousa.; SILVA, Maycon Rodrigues da. **MULHERES EMPREENDEDORAS: entre o batom e o planejamento estratégico**. São Luís: Ed.IFMA, 2019.

CLAVAL, Paul. **A GEOGRAFIA CULTURAL**. 3. ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2007.

OLIVEIRA, Jessica Caroline de. A Formação da Consciência História a Partir do Diálogo Entre Ensino de História e História Local. In. BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José [org.] **APRENDIZAGENS HISTÓRICAS: ensino de história**. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018. p.99-106.E-book.

PESSOA, José. Reflexões Sobre a Preservação de Áreas Urbanas no Brasil. In. CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I.V.P.; LAGE, C.M.F. (Coord.). **OLHAR MULTIDISCIPLINAR SOBRE A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

STOETZEL, Jean. **LA PSYCHOLOGIE SOCIALE**. Paris: Flammarion, 1963.

Agradecimentos

Agradecemos ao IFMA Campus Timon pelo incentivo e fomento à pesquisa.



INTERVENÇÕES NA PAISAGEM URBANA E O TURISMO: O caso do Largo do Carmo no Centro Histórico de São Luís, Maranhão

Deborah Emilly Soares Ferreira⁸⁶

Clodoaldo Moraes Montenegro Júnior²

Ângela Roberta Lucas leite³

Matheus Andrade Marques⁴

Resumo

A atividade turística tem a capacidade de transformar os espaços ao longo do tempo, conforme as lógicas de seu desenvolvimento e demandas, consequentemente os espaços são modificados e adaptados às necessidades e funcionalidades desta atividade. Percebendo a relevância de tal atividade como agente modelador da paisagem urbana, este trabalho objetiva analisar, a partir da atividade turística, as transformações urbanas do Largo do Carmo, testemunho histórico dessas transformações e um ponto turístico do Centro Histórico de São Luís-MA. Adotou-se na metodologia a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com levantamento bibliográfico e documental e observação direta e captação de imagens do objeto, em conjunto com incursão em campo. Como resultado, observou-se que o Largo do Carmo vem assumindo papéis cada vez mais associados à promoção da atividade turística, além de atrair um fluxo maior de pessoas, sejam elas moradoras ou turistas.

Palavras-chave: Turismo; Paisagem; Urbanização; Centro Histórico; São Luís.

1 Introdução

⁸⁶ Discente do curso de Geografia - UFMA. E-mail: deborah.pessoal@hotmail.com.

² Discente do curso de Geografia - UFMA. E-mail: clodoaldo.montenegro@discente.ufma.br.

³ Doutoranda em Políticas Públicas - UFPR. Mestre em Políticas Públicas - UFMA. Hotelaria - UFMA. E-mail: angelarobertalucas@gmail.com.

⁴ Mestrando em Geografia - UEMA. E-mail: marquesm93@hotmail.com.

O turismo tornou-se, ao longo do final do século XX e no decorrer do século XXI, uma atividade econômica de proporções significativas dentro dos âmbitos internacionais, nacionais, regionais e locais, devido aos fluxos socioeconômicos expressivos que a atividade pode gerar. Consequentemente, tal atividade também imprime sobre os espaços suas características ao longo do tempo, transformando a paisagem a partir da atividade turística instaurada.

A análise da paisagem em qualquer campo do conhecimento dispõe de diversas ramificações possíveis de estudos científicos. Segundo Salgueiro (2001), inicialmente a paisagem surge nas artes, fruto da ruptura com a visão teológica medieval que por herança estética naturalista do romantismo ocupa lugar proeminente na Geografia, passando a se interpretar como uma porção da terra perceptível aos seus aspectos visíveis.

Possuindo aporte suficiente para não se limitar a um conceito único, o termo evolui ao longo dos anos adquirindo características cada vez mais amplas, transpassando pela filosofia, turismo, arte, geografia e demais áreas que produzem observações interdependentes do homem e do meio. “As diversas disciplinas científicas, e mesmo o senso comum, têm uma explicação própria do que seja paisagem. Há variações do conceito, conforme a disciplina que o elabora, mas também há parâmetros mais ou menos comuns mantidos nas definições” (MAXIMINIANO, 2004, p.84).

Aportados nas concepções sobre paisagem apresentadas, levantamos a discussão sobre as recentes transformações ocorridas no Largo do Carmo, localizado no Centro Histórico de São Luís, Maranhão, sob a influência do turismo, considerando que a cidade é polo turístico indutor e tem seu Centro Histórico tombado como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura desde 1997. Além disso, as edificações inseridas no Centro Histórico de São Luís constituem grandes conjuntos paisagísticos que compõem o acervo arquitetônico da cidade e, que para além de visual, denotam ao longo do tempo diversas atividades socioeconômicas e culturais, tornando-se locais de importantes acontecimentos na vida da cidade.

Assim, questiona-se se a atividade turística influenciou nas transformações atuais no espaço urbano do Centro Histórico de São Luís-MA, mais especificamente no Largo do Carmo. Busca-se, portanto, analisar, a partir da atividade turística, as transformações urbanas do Largo do Carmo, ponto turístico do Centro Histórico de São Luís-MA. Para alcançar tal objetivo, pretende-se identificar nos projetos e políticas de requalificação paisagística e urbanística do Centro Histórico de São Luís, bem como na observação in loco a partir das transformações da paisagem urbana mais recentes, as modificações existentes e os elementos que foram preservados no atrativo turístico.

O Turismo é um importante agente transformador da paisagem urbana, especificamente se tratando de um centro histórico-cultural com o testemunho de uma tradição rica e diversificada de séculos. Conhecer a dinâmica paisagística de um espaço geográfico induzido pela atividade turística se apresenta como um estudo de grande interesse público e social. Espera-se ainda, que posteriormente o estudo de caso do Largo

do Carmo sirva de embasamento teórico para diversas áreas de estudo dedicadas ao conhecimento das transformações urbanas.

2 Procedimentos Metodológicos

A metodologia desenvolveu-se com base na pesquisa exploratória, com o intuito de definir e ampliar o conhecimento do objeto de estudo desenvolvido (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995), o que exige revisão de literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos (GIL, 2006).

Assim, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, através do levantamento de materiais já elaborados, incluindo livros e artigos científicos sobre o tema pesquisado, bem como projetos e políticas de requalificação paisagística e urbanística do Centro Histórico. Este momento foi crucial para a delimitação do referencial empírico, visto que a escolha pelo Largo do Carmo se deu em virtude do movimento turístico e intervenções estruturais realizadas recentemente.

Na pesquisa de campo, foram utilizados como instrumentos de coleta a observação direta e captação de imagens através da fotografia. No entanto, conforme destaca Triviños (1992), observar não significa simplesmente olhar. É preciso absorver o que está além da aparência, ou seja, chegar à essência. Portanto, a observação foi feita com foco para as modificações recém feitas após o projeto de revitalização do ano de 2020, incluindo a retirada do abrigo, que desde os anos de 1950 carregava fatos e histórias do desenvolvimento da cidade. Ainda, as fotografias foram escolhidas de modo a evidenciar as principais modificações perceptíveis.

3 Resultados e Discussões

A área de estudo denominada Largo do Carmo foi assim nomeada devido ao Convento e Igreja Nossa Senhora de Monte Carmelo. A área também integra o conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Luís-MA, além de estar inserida no perímetro do Centro Histórico da capital, Patrimônio Mundial da Unesco desde 1997 (BRASIL, 2020). Os espaços públicos em São Luís tiveram suas construções associadas às funções religiosas e governamentais (NASCIMENTO, 2004). À medida que a cidade se expandia, espaços como públicos foram surgindo, como é o caso do Largo do Carmo (1627). Vale ressaltar que em frente a Igreja do Carmo, existia um pelourinho, “que foi erguido em 1787, simbolizando autonomia municipal, como instrumento de suplício de escravos” (NASCIMENTO, 2004, p. 140). Com o passar do tempo, devido ao crescimento econômico e às melhorias urbanas, o Largo foi ganhando novos contornos e funcionalidades, levando ao traçado aproximado que existe hoje.

Em 1987, o Projeto Reviver (FERREIRA; PEREIRA; MONROE; SANTOS, 2010) iniciado pelo Governo do Maranhão, trouxe consigo mudanças significativas dentro do perímetro do Centro Histórico. Foram priorizadas intervenções urbanas profundas, realizadas principalmente na área da Praia Grande e arredores. Redes de água, esgoto e drenagem foram renovadas, postes de concreto de iluminação pública cederam lugar aos de ferro fundido, arandelas e lâmpadas. Com a revitalização do Centro Histórico

promovida por este Projeto Reviver, o Centro Histórico passou a adquirir um caráter socioeconômico diferente do que se tinha anteriormente, foram instaladas atividades que contribuíram para o desenvolvimento turístico local, como bares, restaurantes, pousadas, comércios e museus (Figura 1).

Figura 1 - A esquerda, Largo do Carmo em configuração anterior ao início do projeto de revitalização; a direita, conjunto de lanchonetes



Fonte: Alexandre, 2019; Nascimento, 2004.

Desde então, "o turismo se apresentou como elemento transformador nos âmbitos sociais e econômicos, já que reinventou funções, redefinindo estruturas sociais, econômicas e espaciais" (FERREIRA; PEREIRA; MONROE; SANTOS, 2010). O Largo do Carmo passou a integrar o conjunto urbano e paisagístico tombado pela UNESCO em 1997.

Em março de 2020, a ordem de serviço para a revitalização mais recente do Largo do Carmo foi assinada e o projeto foi executado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2020), intitulado "PAC Cidades Históricas" em parceria com a Prefeitura de São Luís, somando-se ao programa São Luís em Obras, com o intuito de devolver ao local a figura de cartão-postal. Segundo o IPHAN (2020), o projeto objetivava reabilitar a praça João Lisboa e o Largo do Carmo, que formam um dos principais eixos viários do centro histórico da capital maranhense, melhorando a mobilidade do centro e seu entorno, garantindo maior acessibilidade ao local e tornando-se um dos principais cartões-postais da cidade.

Contudo, apesar de adquirir um caráter de preservação da história e memória local, o projeto previu a remoção do importante abrigo do Largo do Carmo, devido às condições de sua estrutura. Construído durante a administração do interventor Paulo Ramos sob o Governo Eugênio Barros no ano de 1952, acumulou durante os anos relações sociais construídas durante a vida da cidade (NASCIMENTO, 2004). Entretanto, a insalubridade e a perda de sua função social outrora exercida, acabou por dar lugar ao jardim (Figura 2) que existia anteriormente à sua construção.

Figura 2 - Jardim construído onde localizava-se o abrigo do Largo do Carmo



Fonte: Arquivo pessoal.

Com a finalização das obras de requalificação em novembro de 2020, foram preservadas e trazidas características originais que haviam se perdido ao longo dos anos, entre elas o jardim, bem como a instalação de novo calçamento e bancos em ferro fundido com madeira, plantio de novas árvores, sinalização, acessibilidade, de modo a propiciar maior circulação de pessoas na área e com isso, atrair outros investimentos como comércios, serviços, turismo, cultura, tornando a área um lugar atrativo dentro da cidade. Vale mencionar que este projeto de revitalização teve uma grande ligação com a ampliação das atividades turísticas, já que induziu manter o centro vivo, sem seu esvaziamento.

Considerações finais

Conclui-se que o Largo do Carmo é um elemento da paisagem urbana que expressa de forma evidente, não só as transformações que a paisagem sofre ao longo dos períodos históricos, mas também as diferentes funções que ela pode assumir em diferentes conjunturas. Observou-se, com base nas políticas de recuperação, conservação e ressignificação do espaço, que o Largo do Carmo vem assumindo papéis cada vez mais associados à promoção da atividade turística e de lazer, além de atrair um fluxo maior de pessoas, sejam elas moradoras ou turistas. A intenção é dar continuidade a esta pesquisa, observando como o turismo pode trazer novas alterações a partir de novas instalações de serviços e equipamentos.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Praça João Lisboa e Largo do Carmo em São Luís (MA) são revitalizados**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/praca-joao-lisboa-e-largo-do-carmo-em-sao-luis-ma-sao-revitalizados>. Acesso em: 23 abr. 2021.

FERREIRA, E.; SANTOS, S. C. Análise socioespacial da área do Centro Histórico de São Luís - MA: o caso do Projeto Reviver. In: SBPC, 2010, Natal. **ANAIS da SBPC**, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IPHAN. **Assinada ordem de serviço para reabilitação da praça João Lisboa e Largo do Carmo.** [s.l], 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ma/noticias/detalhes/5585/assinada-ordem-de-servico-para-reabilitacao-da-praca-joao-lisboa-e-largo-do-carmo>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MAXIMINIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Editora UFPR**, Curitiba, n. 8, pag. 83-91, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

NASCIMENTO, L. M. **As alterações no projeto Praças para a conservação de Centros Históricos. O caso de São Luís do Maranhão.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Disponível em; https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3560/1/arquivo5465_1.pdf. Acesso em: 15 de mar. 2021.

PIOVESAN A., TEMPORINI E. R. Pesquisa exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública.** 29(4), 318 – 325. 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.



AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O Caso do Assentamento Cinturão Verde em São Luís/MA

Chirlene Pessoa Sousa⁸⁷

Resumo

O programa de aquisição de alimentos foi institucionalizado no ano de 2003, visando unir duas vertentes: combater à fome e a insegurança alimentar no Brasil e, fortalecer a rede produtiva de alimentos, ligação demarcada pela presença do agricultor familiar. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal analisar os efeitos da aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares do assentamento Cinturão Verde em São Luís/MA. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em levantamento bibliográfico para aprofundamento da discussão teórica sobre agricultura familiar e o PAA. Realizou-se a pesquisa de campo, com incursões ao assentamento, para que fosse feito o contato direto com agricultores, os sujeitos principais da coleta de dados. O instrumento técnico utilizado foi a entrevista semiestruturada aplicada com o presidente da cooperativa COOAFACIV, e o questionário com os agricultores. O levantamento dos dados secundários foi realizado em plataforma aberta dos órgãos públicos (CONAB) e (IBGE). Portanto, constatou-se que houve grande avanço produtivo, com a inserção dos agricultores do assentamento Cinturão Verde ao PAA nas modalidades compra com doação simultânea e a modalidade compra institucional. Entretanto, a desarticulação das secretarias municipal, estadual e federal, assim como, a queda no repasse das verbas para a execução do programa PAA, são apontadas pelos agricultores como um grande entrave para o fortalecimento da agricultura, e que tem contribuído para diminuição da participação dos agricultores familiares no processo de adesão do programa.

Palavras-chave: Assentamento; Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

1 Introdução

⁸⁷ Graduada do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: pchirlene@gmail.com

O trabalho propõe uma análise sobre a Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos: O Caso do Assentamento Vila Sarney Filho I, no Cinturão Verde em São Luís-MA. A agricultura familiar despontou como um seguimento que se consolida pelo destaque e pela importância para o abastecimento do mercado interno, assim como para controle da inflação de alimentos. O espaço geográfico ocupado pela agricultura familiar é um território de potencialidades, uma cadeia produtiva que agrega diversidade na produção, beneficiamento e comercialização, articulando o território ao que Santos (1998), compreende como conjunto de fixos e fluxos, e que se encontram presentes no território para possibilitar o desenvolvimento social e econômico destes agricultores familiares. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) institucionalizado no ano de 2003 dentro do Programa Fome Zero (PFZ), possui marco jurídico baseado na Lei nº 10.696 de 2003, com o objetivo principal de fomentar a agricultura família, além de facilitar o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e estimular a rede de comercialização nos circuitos locais e regionais. Neste contexto, a agricultura familiar tornou-se a base sustentadora do PAA, no Estado do Maranhão, a importância deste elo pode ser observada nos dados disponibilizados pela Companhia Nacional de abastecimento - CONAB (2020), ao afirmar que o ano de 2020, no estado do Maranhão o PAA executou 127 propostas, no valor de R\$ 12,8 milhões, sendo R\$ 350 mil destinados por emenda parlamentar. O PAA-CDS apoia a comercialização dos produtos por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Os cultivos foram destinados ao abastecimento da rede socioassistencial para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Entretanto, como bem menciona a CONAB (2011), do decorrer de sua institucionalização até os dias atuais, o PAA passou por várias reestruturações por meio de leis e decretos, e como resultado o PAA foi consolidando-se como um dos fomentos mais importante para agricultura familiar. Os últimos decretos que regulamentam o PAA está o sob o Nº 7.772 de 04 julho de 2012 e o Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017, que categoriza e amplia os beneficiários e fornecedores que são atendidos pelo programa. A relevância do PAA para a consolidação da agricultura familiar, para o combate à pobreza, e para escassez alimentar tornou-se singular, de tal forma que o programa virou referência para outros países como ressalta Grisa e Porto (2015). Ademais, torna-se necessário salientar que equacionar o déficit alimentar e reduzir a pobreza são metas complexas para que somente um programa institucional solucionar, são necessárias ações governamentais com políticas públicas direcionadas para geração de renda que contemple os grupos mais vulneráveis do país. Com base nestes apontamentos este trabalho se justifica, *a priori* porque, atualmente no assentamento existem aproximadamente 80 famílias que vivem principalmente da produção agrícola, e que antes da comercialização com os mercados institucionais as famílias praticavam uma agricultura de subsistência e a comercialização era realizada em feiras e mercados situados na cidade São Luís, sendo o principal deles o mercado do João Paulo, situado no bairro com a mesma denominação. No ano de 2005, os agricultores iniciaram uma mudança na realidade vivenciada por eles ao buscarem parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MA). No contexto atual, a organização mercadológica que os agricultores do Cinturão Verde

operam, perpassam por três canais, sendo estes: as feiras livres, a venda direta que ocorre no assentamento e para os mercados institucionais: Programa de Compra da Agricultura Familiar – PROCAF; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e PAA, a operacionalização dos programas governamentais são gerenciados pela cooperativa e associação existente dentro do assentamento. Logo, mediante aos argumentos supracitados, este trabalho surge com a necessidade de responder o seguinte questionamento: quais os efeitos da aplicação do PAA para os produtores que praticam a agricultura familiar no assentamento Cinturão Verde em São Luís/MA.?

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

A pesquisa se debruçou sob o método que melhor se aplica, ou seja, o materialismo histórico dialético, que, conforme Alves (2010, p. 3), parte da “[...] compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas”. Assim, para que o objetivo proposto neste trabalho fosse executado, adotou-se os procedimentos com base em consultas e levantamentos de dados que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa, aprofundando a discussão sobre agricultura familiar e o PAA. Nesta perspectiva, de acordo com a taxonomia de Vergara (2014), quanto aos fins, este trabalho é descritivo, porque tem como foco descrever e analisar os efeitos da aplicação do PAA para produção dos agricultores do Cinturão Verde. Outrossim, se tornou explicativo por se buscar uma discussão sobre a possibilidade do PAA contribuir para o desenvolvimento da agricultura praticada no assentamento. Quanto aos meios, ainda segundo a autora supracitada, é bibliográfica, dada a necessidade de se recorrer a uma ampla literatura, entre livros e sites que tratam da temática a fim de elaborar um marco teórico condizente com o assunto em pauta. Quanto a natureza da pesquisa, esta teve uma abordagem qualitativa, conforme esclarece Minayo (2002, p. 22), por permitir “[...] responder as questões da realidade que não podem ser quantificadas, e que estão relacionadas a motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes” o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e fenômenos, uma vez que o objetivo da pesquisa será trabalhar com valores e significados econômicos, culturais e sociais dos agricultores do assentamento Cinturão Verde, e que podem diferenciar-se de entrevistado para entrevistado.

3 Resultados e Discussões

Assim, em consonância com o arcabouço teórico de Schneider (2003), Abramovay (2007)) e Mattei (2010), para o conceito e definição da agricultura familiar, Grisa e Porto (2015) versando sobre a singularidade do PAA, Raffestin (1993) coadunando com Moraes (2014) sobre o conceito geográfico de território, assim como, Santos (1998, p.16) que afirma “o Território são as formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. O estudo foi realizado no antigo bairro da Campina hoje denominado de Cinturão Verde, situado na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. O referido bairro está localizado S 02° 38’ 56.6”- W 44° 13’ 37.9” aproximadamente 7 km da BR – 135, distante cerca de 20 km do centro histórico de São Luís – MA. O início do assentamento ocorreu pela articulação do agricultor Cyriaco Santos, que buscava uma área para a relocação das famílias que se situavam no município de São José de Ribamar/MA. Desta forma, em 24 de agosto de 1997, cinquenta e

nove agricultores formaram a Associação Cinturão Verde, da Vila Sarney Filho I, com o objetivo de obter crédito fundiário para compra do terreno por meio do PCT - Programa Cédula da Terra.

Figura 1 – Localização do Assentamento Cinturão Verde em São Luís-MA.



Fonte: SOUSA, 2020.

O assentamento (Figura 1) possui 80 famílias com aproximadamente 342 pessoas, distribuídas em uma área de 382,77 ha, com 90% das famílias vivendo da agricultura familiar. A área do assentamento Cinturão Verde é dividida em: 191,77 hectares destinado a reserva legal, e 115,29 ha para reserva permanente, sendo esta área de mangue e 76,47 hectares são de floresta mista com babaçu. Em 2002 iniciaram o polo de produção. A área produtiva totaliza 6 hectares para cada agricultor, quanto as organizações comerciais da produção agrícola atualmente contam com dois canais distintos, sendo o primeiro a Associação Cinturão Verde, da Vila Sarney Filho I, e o outro é a Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COOAFACIV), fundada em 29 de novembro de 2016 com sede ainda em construção. Os agricultores contam com uma casa de qualificação para os Hortifrutigranjeiros, e abatedouro ainda sem funcionamento. A produção agrícola é realizada pelas famílias dos agricultores que tem conseguido manter o fluxo de fornecimento para o PAA. Desse modo, todos pontuaram que comercializam hortaliças para o PAA, (87%) fornecem somente frutas, (7%) negociam carne suína e (20%) assinalaram que fornecem aves, a frequência das entregas dos produtos para entidades receptoras ocorre semanalmente, assim como o abastecimento das feirinhas da cidade de São Luís.

4 Considerações Finais

Neste trabalho, buscou-se verificar as mudanças socioeconômicas na dinâmica do assentamento Cinturão Verde Vila Sarney Filho I, depois do vínculo com o programa governamental PAA. Percebeu-se que os agricultores do assentamento necessitam de melhorias no que diz respeito à infraestrutura. Porém, houve grandes avanços no que tange a economia do assentamento, com a inserção dos agricultores no programa governamental, visto que, o fornecimento da produção de alimentos para atender os projetos sociais intensificou a produção na área, bem como, diversificou o cultivo que inicialmente era somente hortaliças, agregando na produção o cultivo de frutas uma variedade de leguminosas, além da criação de animais

como: aves, caprinos, suínos e a piscicultura. Diante dos dados levantados, foi possível verificar que todas as famílias dos assentados estão inseridas no referido programa governamental, sendo apontado como grande conquista dos assentados o pagamento do financiamento realizado para compra da área do assentamento.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão - 3. ed. - São Paulo: **Edusp, 2007.**

ALVES, Alvaro Marcel. O Método Materialista Histórico Dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP** v. 9 n. 1, 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em: 12/01/2021.

BRASIL - **Decreto 9.214 de 29 de Novembro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm. Acesso em 23/03/2020.

_____, - **Lei Nº 10.696, de 2 de Julho de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em: 29/11/2019.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Relatório de Gestão 2010.** Brasília, maio - 2011 Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 15/09/ 2020.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **MARANHÃO** – Produtos da agricultura familiar começam a ser entregues em São Luís. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 12/04/2021.

GRISA Catia; PORTO Silvio Isopo. Políticas de segurança alimentar e nutricional Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MATTEI, Lauro. IMPACTOS DO PRONAF: ANÁLISE DE INDICADORES. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**, – Brasília: 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>. Acesso em: 28/10/2019.

MINAYO Maria Cecília. **Pesquisa Social** Teoria e Métodos e Criatividade. Petrópolis, RJ: vozes 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução Maria Cecília Franca Serie: **Temas vol. 29** - 1993.

SANTOS, Milton. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. **Hucitec.** São Paulo 1988.

SCHNEIDER, Sergio. A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>. Acesso em: 15/05/ 2019.

VERGARA, Sylvia Constante. Projetos e Relatórios em Administração. 15 ed. São Paulo: **Atlas**, 2014.



TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE NA ILHA DO MARANHÃO

Juan Guilherme Costa Siqueira⁸⁸

Bruno Candido dos Santos⁸⁹

Juscelino Gomes Lima⁹⁰

Resumo

A mobilidade humana é parte expressiva da construção de interações espaciais. Por meio destas, além de uma constituição simbólica e material de diferentes territorialidades (material, capital, financeiro, etc.), também colabora para constantes rearranjos socioespaciais e paisagísticos entre os diferentes recortes espaços geográficos. É nesse contexto que o presente trabalho objetivou analisar as condições atuais do sistema de transporte público coletivo na dinâmica dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar e compreender os possíveis determinantes de deslocamento com ênfase ao crescimento urbano e às demandas de transportes. A pesquisa foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica; levantamento documental; realização de etapas de campo; aplicação de questionários com usuários; entrevistas informais e visitas técnicas à Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. A população dos quatro municípios da Ilha do Maranhão, atualmente enfrenta vários problemas no transporte

⁸⁸ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão, Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI) e do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR) juan_siqueira16@hotmail.com.

⁸⁹ Doutorando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e pesquisador do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN/USP). Mestre em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo Bacharel e licenciado pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR) e do Grupo Rede Mobilidade Periferias (UNIFESP). bruno.santos@usp.br.

⁹⁰ Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Piauí – PROFEPT/IFPI. geocelino@hotmail.com.

coletivo, representados por planejamento não adequado nas vias de circulação; a infraestrutura péssima das avenidas (buracos, irregularidades no asfaltamento); demora no tempo de espera e superlotação dentre outros. A expansão urbana comprometeu o baixo nível de serviço do transporte público e a própria qualidade de vida da população e reduziu a mobilidade o que implicou em dificuldades de deslocamento por causa do aumento do automóvel em prejuízo do transporte público.

Palavras chave: Interações espaciais; Transporte Público; Mobilidade; Maranhão.

1 Introdução

Nos últimos anos, o transporte foi alvo de problemas de deslocamento à medida que as cidades crescem e as empresas e poder público não conseguem atender à população com a mesma capacidade. As cidades cresceram, predominantemente, por meio de ocupações desordenadas, incentivadas pela industrialização e próximos aos conjuntos habitacionais para garantir oportunidades de emprego. As referidas ocupações não dispõem de equipamentos urbanos, infraestrutura adequada e vias de acesso ao transporte coletivo, implicando na restrição de acesso aos serviços essenciais e a mobilidade. Nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar – que compõem a Ilha do Maranhão – bem como todos os municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, o principal meio de transporte público é o ônibus urbano, sendo que cerca de 550 mil usuários são atendidos diariamente e mais de 2 milhões de viagens são executadas diariamente (SÃO LUÍS, 2020). No entanto, os usuários que o utilizam sofrem com longas distâncias de mobilidade, principalmente os residentes nos municípios supracitados.

Ferreira (2014) comentou que, em São Luís, a efetivação do plano diretor de 1977 pouco concretizou-se no tocante ao sistema de transporte público e a efetivação de projetos, sendo eles: implantação de via exclusiva para ônibus nas Avenidas Daniel de La Touche e a Avenida Médiçi; “articulação da Avenida dos Franceses com o Anel Viário” (Centro histórico); “articulação dos bairros aos eixos viários principais”; e a urbanização dos bairros e realização de “estudos urbanísticos”. Ao contrário, resultou-se na expansão urbana dispersa no Bairro Anjo da Guarda após a expulsão de “2000 famílias” que se localizavam nas palafitas e habitações insalubres do Bairro Goiabal (FERREIRA, 2014). A ação higienista realizada na administração de Jayme Tavares (em 1920) preocupou-se mais com o “distanciamento da pobreza em área nobre” do que com a infraestrutura e contribuiu para a expulsão de moradores do bairro Goiabal, objetivando valorizar o centro histórico de São Luís (FARIAS FILHO, 2004; FERREIRA, 2014).

Diante desse contexto, o presente artigo objetivou: 1) verificar os elementos de ordem histórica e política no crescimento urbano da região, a relação com os problemas de mobilidade e como estes são enfrentados pelos usuários; 2) compreender as razões do deslocamento com ênfase nos estudos de crescimento urbano e demandas de transporte e; 3) analisar dados sobre os possíveis polos geradores de mobilidade na Ilha do Maranhão, comparando com as condições de infraestrutura.

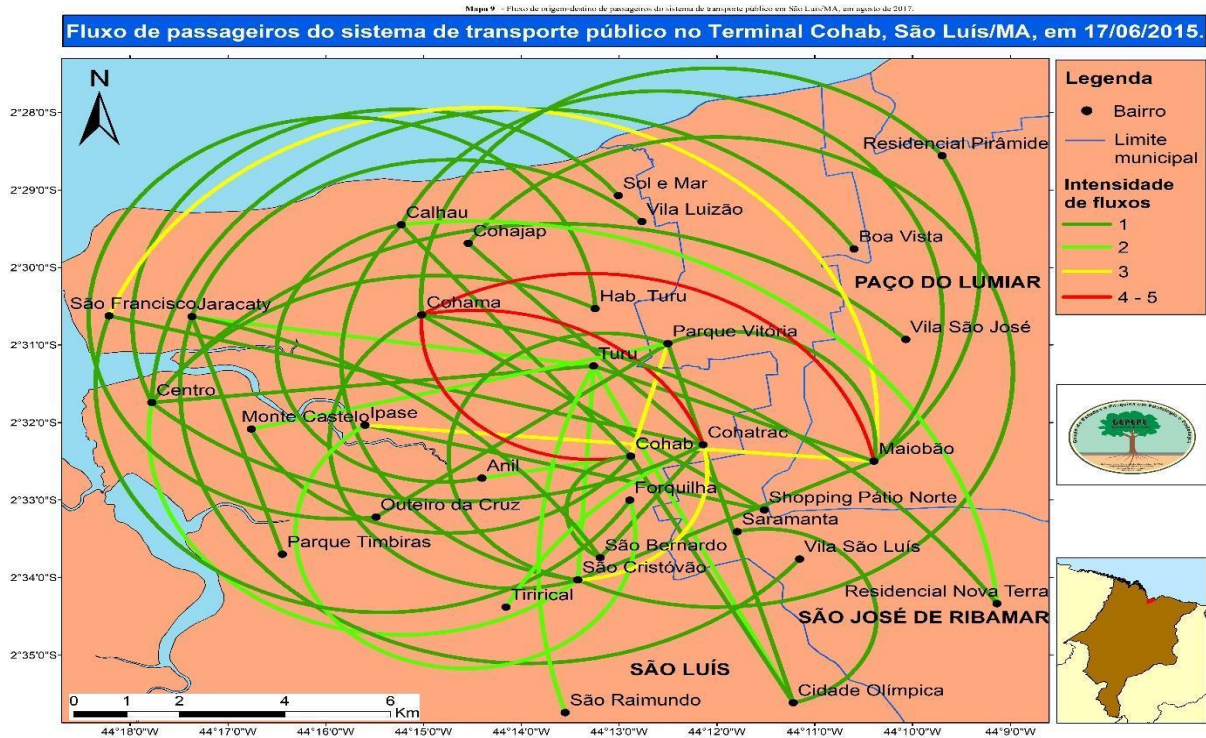
2 Metodologia

O presente artigo foi fundamentado com base no método Materialismo Histórico e Dialético que, segundo Cheptulin (1982), permite abordar o movimento da sociedade como processo transformador. O movimento das pessoas e mercadorias dá origem, diretamente e indiretamente, às interações espaciais (CORRÊA, 2006), as quais impuseram mudanças, a partir dos deslocamentos efetuados através de meios de transporte (COCCO, 2011a). Essa pesquisa está concluída e realizou-se: 1) revisão de literatura com base em monografias, dissertações e teses de doutorado e artigos científicos relacionados ao objeto de estudo sobre transporte público e mobilidade urbana; 2) aplicação 203 questionários de origem-destino (acompanhados de 10 entrevistas semiestruturadas) com usuários de transporte público no Terminal Cohab, em São Luís, dia 17/06/2015 (09:30 às 17:30) e obtiveram-se opiniões dos usuários quanto a distribuição da frota operante do transporte público, a infraestrutura das vias urbanas e a qualidade do transporte público. Os usuários foram de baixa renda, utilizaram o transporte público como opção de deslocamento, visto que o custo da gasolina por quilômetro do automóvel é maior que o ônibus. Estes foram trabalhadores, estudantes, domésticas, professores, turistas, comerciantes e idosos; 4) elaboração de um mapa de origem e destino de passageiros nos quatro municípios da Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar).

3 Transporte público e gestão em São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar

A população de baixa renda em São Luís e outros municípios da região metropolitana mora em bairros distantes do Centro e dos bairros que abrigam a população mais segregada (figura 1).

Figura 1 – Fluxo de passageiros no Terminal Cohab, em São Luís-MA



Fonte: SIQUEIRA, 2019

O maior tempo de espera nas paradas, superlotação, desconforto e pouca oferta de transporte coletivo para os bairros São Marcos, Ponta D'areia, Calhau, Cohama, Barramar, Renascença e Av. Litorânea (Figura 2) faz com que haja dificuldades para chegar ao trabalho nas áreas que apresentam maior oferta de emprego e de equipamentos urbanos comerciais.

Figura 2 - Concentração de usuários de transporte público no Bairro Renascença devido à grande oferta de trabalho, causando maior tempo de espera do ônibus às 17h.



Fonte: SIQUEIRA, 2019.

O aumento no número de moradias das camadas de baixa renda, impulsionadas pela expansão urbana dispersa, não acompanha a oferta de equipamentos urbanos nos bairros. Isso evidencia o tempo de deslocamento como reflexo das lutas de classe no ambiente construído, em que a população luta por melhores condições de habitação, trabalho, transportes, saúde e qualidade de vida. Ao passo que os bairros vão sendo estruturados e o custo de vida aumenta, a população de baixa renda acaba sendo forçada a ocupar bairros mais distantes. São Luís já apresenta os reflexos de crescimento demográfico acentuado e a urbanização seletiva que não acompanha projetos de reestruturação econômica e preocupa-se mais em mitigar problemas e resolver urgências (PEDRÃO, 2005). Essa urbanização seletiva na Região Metropolitana da Grande São Luís é causada pelas oportunidades de investimentos econômicos multinacionais que não priorizam o desenvolvimento, articulado pela redistribuição de renda local, mas sim o crescimento econômico.

4 Considerações Finais

A pesquisa permitiu concluir que os principais problemas de mobilidade nos municípios da Ilha do Maranhão estão relacionados às demandas dos usuários do transporte coletivo, que saem de zonas periféricas e dirigem-se às zonas mais centrais para acessarem seus postos de trabalho, escolas, faculdades, comércios e opções de lazer. É válido ressaltar que grande parte desses deslocamentos ocorre porque a localização dos serviços não acompanha as demandas da população e, quase sempre, estão concentrados em áreas tradicionalmente mais centrais. Os bairros periféricos enfrentam um crescimento urbano espalhado e a quantidade de equipamentos urbanos não acompanha esse processo. O elevado tempo de deslocamento via transporte público reduz a sua qualidade e obriga grande parte da população

a adquirir-se e locomover-se por meio de veículo de passeio, fato que resulta em congestionamentos e reduz a mobilidade de todos os usuários das vias, as quais não possuem dimensões e condições adequadas.

Referências

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

COCCO, Rodrigo Giraldi. **Interações espaciais e sistemas de transporte público: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, 2011a.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (279-314).

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **Atuação das elites regionais na configuração e “modernização” do espaço urbano de São Luís nas décadas de 1920-1930: a administração municipal de Octacílio Saboya Ribeiro**. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Maranhão, 2004.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** – São Luís: EDUFMA, 2014.

PEDRÃO, Fernando. Fermentos econômicos de uma urbanização contraditória. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador/BA, 7(12), 2005(5-13).

SÃO LUÍS. **Prefeitura de São Luís**. Disponível em: <<http://www.saoluis.ma.gov.br/>>. Acesso em: 7 jun. 2020.



A TOPOLOGIA DOS FLUXOS AÉREOS DE PASSAGEIROS DO MARANHÃO NO SÉCULO XXI

Lucas Azeredo Rodrigues⁹¹

Resumo

Compreender a tessitura das redes da aviação comercial é algo que carece à Geografia dos Transportes, haja vista que colaboram para uma organização territorial a partir das interações nos sistemas de movimento. A recente configuração dos fluxos aéreos no estado maranhense indica uma considerável transição na sua topologia da sua rede, com uma maior centralização de operação voltada para os *hubs* e uma redução dos voos regionais. É neste sentido que este trabalho objetiva fazer uma análise introdutória de tal reconfiguração e possíveis desdobramentos nas dinâmicas regionais do estado.

Palavras-chave: Transporte Aéreo; Aviação Comercial; Geografia dos Transportes; Maranhão; Geografia da Circulação, Transporte e Logística.

1 Introdução

O transporte aéreo de passageiros no Brasil é capaz de evidenciar uma gama de dinâmicas territoriais a partir da circulação. A topologia desses fluxos representa a centralidade das estratégias logísticas do Estado e das empresas. As diferenciações regionais são resultado de múltiplas interações, dentre elas, reflexo da própria rede de transporte.

Os fluxos aéreos do território maranhense possuem um retrato da reestruturação da aviação regional brasileira no início do século XXI, como aquela apontada em Silveira e Rodrigues (2020). Para os autores, a transição de um modelo da aviação regional, com rotas de múltiplas escalas para um sistema de *hub* (concentração de voos), justifica inclusive, o crescimento da

⁹¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG-UFSC). E-mail: lucas.azeredo.rodrigues@gmail.com

movimentação de passageiros pelo território brasileiro, atrelados às demais dinâmicas socioeconômicas implementadas no país após 2003.

É neste sentido que esse texto objetiva, mesmo que de forma introdutória, fazer apontamentos preliminares acerca dos fluxos aéreos no estado do Maranhão. Para isso, utilizam-se dados disponibilizados pela Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, elaboração representações, além do uso de uma bibliografia pertinente ao tema. O método seguido se encontra no guarda-chuva teórico da *Geografia da Circulação, Transporte e Logística* (SILVEIRA, 2011). A partir do materialismo histórico-dialético e do meta-conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977), é adotado um traçado sob a perspectiva da Geografia dos Transportes.

2 Desenvolvimento

As dinâmicas territoriais são intensificadas a partir das redes de circulação. Hoje, o transporte aéreo exprime uma realidade complexa, a qual demanda pela fluidez e acirra a competitividade dos lugares. É o que Silveira (2020) chama de “neoterritorialismos”. Os imperativos do capital exercem uma influência sobre os lugares, sobretudo àqueles que estão aptos a ampliarem as formas de circulação, sobretudo das grandes corporações.

A relação de poder por trás das redes geográficas do transporte aéreo é evidente quando se observa a gama de serviços que estão correlacionados. A inserção de operações regulares em aeroportos ociosos pode colaborar para o desenvolvimento urbano-regional. A topologia dos fluxos destaca o jogo de competitividade que é proposto pela logística de Estado e a corporativa. Trata-se dos condicionantes fundamentais da circulação nos territórios (ARROYO, 2015).

O transporte aéreo assume um papel de coadjuvante na fluidez territorial. Não apenas pelo montante de pessoas, mercadorias, informações ou capitais que circulam. Mas pelo papel de interligação que ele exprime ao território. Nosso caso, trata-se de dimensões continentais, o Brasil, embora o foco seja no estado do Maranhão. A prestação de tais serviços demanda por um *know how* de serviços satélites para sua operação, diferente, por exemplo do rodoviário (LEMOS; RODRIGUES, 2021). Há uma complexidade que torna o uso da aviação em um *modus operandi* seletivo.

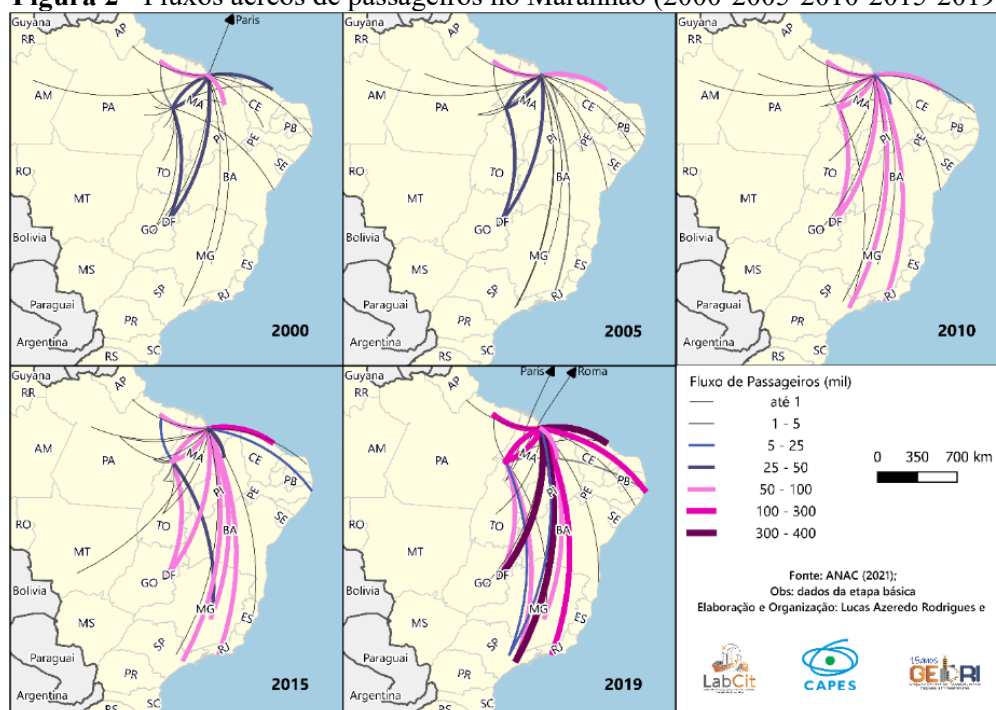
Em contrapartida, observa-se que no início do século XXI, aos poucos os grandes deslocamentos rodoviários foram sendo substituídos pelo aéreo. Um exemplo, são as próprias linhas que se originavam em São Luís, e seguiam em direção à Região Concentrada, especificamente Rio de Janeiro e São Paulo. A remodelação das estratégias logísticas do setor aéreo, atrelada com um aumento do poder aquisitivo da população e do acesso ao crédito, colaborou para uma queda de

longas linhas interestaduais do rodoviário (SANTOS, 2020). Não que tenha caído em desuso, mas, no período recente, essas rotas passaram por uma refuncionalização, que, cumprem mais um papel de interligação regional ao longo do trecho, do que propriamente o par de origem-destino. Algo que Lemos (2020) também identificou no oeste catarinense.

O transporte aéreo e rodoviário converge e diverge, parafraseando Corrêa (2018), são “caminhos paralelos e entrecruzados”. Existem estratégias que são até algum ponto, adotadas por ambos, porém, apresentam funcionalidades distintas, sobretudo numa escala regional (LEMOS; RODRIGUES, 2021). Para os autores, trata-se de um aéreo pautado numa ligação com o centro sistema brasileiro (embora tenha a questão de *hubs*) e um rodoviário numa escala regional.

Os fluxos aéreos do Maranhão (figura 2) obedecem a lógica de uma mudança de aviação regional para o sistema de *hub and spoke*, como já destacado em Rodrigues (2020). Evidentemente, no início do século XXI, os voos eram essencialmente regionais. É um salto de 0,44 milhões passageiros em 2000, 0,58 milhões em 2005, 1,59 milhões em 2010 e 1,92 milhões em 2019.

Figura 2 - Fluxos aéreos de passageiros no Maranhão (2000-2005-2010-2015-2019)

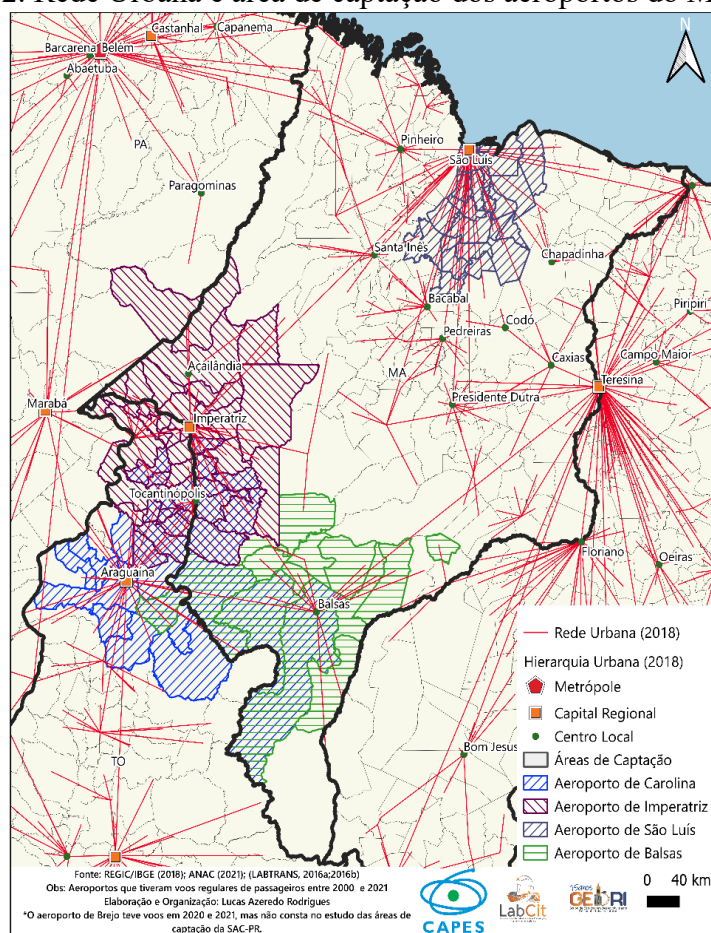


Fonte: ANAC (2021)

Pautados numa interligação do estado com cidades como Teresina, Fortaleza, Brasília e Belém a partir de São Luís. Além disso, destaca-se o papel de Imperatriz numa ligação regionalizada com Belém, Araguaína, Carajás e Palmas. A principal rota interna do estado é Imperatriz-São Luís (por um tempo, os voos se originavam e São Luís, faziam escala em Imperatriz e seguiam para Brasília). Ao longo dos anos, a reestruturação do aéreo concentrará as operações nos *hubs*, Brasília, Rio de Janeiro, Guarulhos, São Paulo, Campinas e Recife.

São Luís, além de ser a própria capital do estado, apresenta um maior nível de movimento de passageiros. Já Imperatriz, vai ter uma maior capilaridade de captação de passageiros, embora, esteja relativamente próxima de Araguaína (figura 2). Em contrapartida, num período mais recente, pensando numa retomada de crescimento do setor, cidades como Balsas podem estar aptas para a criação de novos voos, principalmente pela possibilidade de inserção de novas dinâmicas regionais. Embora, tenha um vazio aeroportuário na região central do estado, que possua uma capilaridade em direção à Teresina.

Figura 2. Rede Urbana e área de captação dos aeroportos do Maranhão.



Elaboração: Autor (2021). Fonte: ANAC (2021), IBGE (2020), LABTRANS (2016).

As empresas aéreas optam pelo sistema de *hub* por envolver o ajuste logístico e maior aproveitamento da oferta de assentos. Por outro, o Estado deve preparar infraestruturas e buscar alternativas para a criação de voos, e demais fomentos, sobretudo normativos, que possam atrair novas dinâmicas. Cada vez mais, os grandes grupos empresariais buscam por territórios com maior fluidez, e, nesse jogo da competitividade, sobressai aquele que apresenta os melhores indicadores.

3 Considerações Finais

No período atual, a distribuição de voos pelo estado é extremamente concentrada entre São Luís e Imperatriz. Algo que pode ser solucionado com o redirecionamento de investimentos por outros pontos do território maranhense. O favorecimento de uma redistribuição de voos pelo estado favorece uma possível redução da desigualdade de oferta de voos comerciais, porém, que deve ser regulamentado via normativas.

Por exemplo, a existência de voos em Balsas ou Carolina pode intensificar as redes de circulação da fronteira agrícola. Assim como Barreirinhas poderia colaborar para a inserção de novas dinâmicas turísticas na região dos Lençóis Maranhenses. Já na região central do estado, implicaria numa redução de deslocamentos para o uso do serviço. São diferentes contextos regionais e urbanos, condizentes com o processo de formação socioespacial do Maranhão. Deve ser ressaltado, mais do que nunca, na atual conjuntura brasileira, a necessidade de um Estado planejador. Ele é o principal agente capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas que assolam os lugares em prol do neoliberalismo e das grandes corporações.

4 Referências

ANAC. Agência Nacional da Aviação Civil. **Microdados**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/empresas-aereas/envio-de-informacoes/microdados/microdados> Acesso em: 30/03/2021

CORRÊA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LABTRANS. **Metodologia do relatório regional**. Objeto 1 - Apoio ao planejamento do sistema aeroportuário do país – Fase 2 – Sistematização de informações de demanda por serviços aeroportuários. LABTRANS-UFSC, Florianópolis, 2016

LEMOS, J. H. Z.; Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros e Cidades Médias: circulação e interações em Chapecó, Santa Catarina. **GEOGRAFIA (LONDRINA)**, v. 29, p. 69-90, 2020

_____. RODRIGUES, L. A. Circulação, Transportes e Centralidade regional em Chapecó, Santa Catarina. **Revista da ANPEGE**, 2021 (no prelo)

SANTOS, B. C. Divisão territorial do trabalho e transporte interestadual de passageiros: mudanças recentes na circulação rodoviária. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 468-486, dez. 2020

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SILVEIRA, M. R.; RODRIGUES, L. A. Reestruturação do transporte aéreo de passageiros em Santa Catarina: da aviação regional para o sistema de hub. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 444-467, dez. 2020.

_____. Geografia da Circulação, Transportes e Logística: construção epistemológica e perspectivas. In: Silveira, M. R. (Org.). **Circulação, Transportes e Logística: diferentes perspectivas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, pp. 21- 67. 2011. 302

RODRIGUES, L. A. **Transporte aéreo de passageiros em Santa Catarina: estratégias logísticas e organização territorial**. Dissertação (Dissertação em Geografia) – UFSC. Florianópolis, 2020 .



REDES GEOGRÁFICAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS: a participação do Maranhão no transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros

Bruno Candido dos Santos⁹²
Juan Guilherme Costa Siqueira⁹³
João Henrique Zoehler Lemos⁹⁴

Resumo

As redes geográficas são imprescindíveis para a estruturação das interações espaciais e para a organização espacial dos serviços públicos e privados no território. Os sistemas de engenharia são responsáveis, sobretudo no período atual, por engendrar os fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital que são responsáveis pela vida que anima os lugares. A distribuição geográfica desigual de tais sistemas propicia o entendimento da divisão territorial do trabalho, da hierarquia urbana e das atividades de circulação material e imaterial. Considerando o território brasileiro e a participação maranhense na divisão territorial do trabalho nacional, este trabalho debate o transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros a partir da prestação deste serviço no período atual, tendo o estado do Maranhão como objeto de análise. Trata-se do entendimento das ligações rodoviárias interestaduais que atendem ao território maranhense e são oriundas de todas as macrorregiões brasileiras. Fora realizado um levantamento bibliográfico extenso para a apreensão de aspectos teóricos, normativos e operacionais do transporte rodoviário interestadual de passageiros no Brasil, da formação do estado maranhense e também das inter-relações das cidades do Maranhão na rede urbana nacional. Para a elaboração de mapas e tabelas sobre a circulação de passageiros, utilizou-se os dados disponibilizados publicamente pela Agência Nacional dos

⁹² Doutorando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e pesquisador do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN/USP). Membro do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR) e do Grupo Rede Mobilidade Periferias (UNIFESP). E-mail: bruno.santos@usp.br.

⁹³ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI) e do Grupo de Estudos em Transporte Urbano-Regional (GETUR). E-mail: juan_siqueira16@hotmail.com.

⁹⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó (SC). Integrante do Núcleo de estudos sobre região urbanização e desenvolvimento (nerud) e do Grupo de estudos sobre transporte urbano-regional (GETUR). Bolsista CAPES. E-mail: joaozoehler@gmail.com.

Transportes Terrestres (ANTT), que versam sobre a quantidade de linhas, cidades atendidas, empresas operantes, entre outras informações. Nota-se também a importância do entendimento da rede urbana maranhense, pois a localização de certos centros em pontos específicos da rede rodoviária contribui com a variação no atendimento realizado pelos ônibus rodoviários.

Palavras-chave: redes geográficas; interações espaciais; transporte coletivo interestadual; transporte rodoviário de passageiros

1 Introdução

O transporte coletivo rodoviário de passageiros no Brasil é um serviço público essencial para os cidadãos e cidadãs e altamente estratégico para a integração nacional, pois são propiciados deslocamentos de pessoas e também de mercadorias, já que parte considerável dos ônibus rodoviários transportam encomendas em seus bagageiros. Este serviço permite reflexões acerca das redes geográficas, o entendimento de parte da circulação pelo país e também a organização espacial brasileira.

O espaço geográfico é a categoria central para este trabalho. O entendimento aqui debatido se alicerça em Santos (2013 [1994]) que pontua que o espaço é constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço contém redes geográficas que são centrais para a organização das atividades nele inscritas. Para este trabalho, a urbana e a rodoviária foram selecionadas em virtude da análise do transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros.

Para diversos autores da Geografia, a rede urbana é uma das mais relevantes em virtude da multiplicidade de interações e atividades que contém. A rede urbana pode ser definida como um conjunto de centros articulados funcionalmente (CORRÊA, 1997, 2006 [1997]) que são “resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais” (2006, p. 311). A rede urbana é responsável por conter os fixos que são centrais para a organização das atividades de circulação, transportes e logística, como garagens de empresas transportadoras, oficinas para manutenção, sedes de órgãos reguladores, entre outros. A rede rodoviária brasileira forma um par indissociável com a rede urbana nacional, que é central para o estudo do transporte de passageiros, já que as duas redes ilustram as facetas dessa atividade. O transporte coletivo rodoviário de passageiros se constituiu como um grande elemento de integração territorial. Este sistema de movimento permitiu a imposição de uma nova divisão territorial do trabalho, com a redução do tempo de deslocamento e a elevação da importância das articulações entre lugares (RANGEL, 2012, DIAS, 2012 [1995]), pois a circulação se torna imprescindível para colocar a produção em movimento (SANTOS, 2012 [1996]). Este par entre rede urbana e rodoviária engendra relações que são basilares para fluxos materiais e imateriais, pois fixos e fluxos interagem mutuamente e permitem a realização da circulação no espaço geográfico.

No Brasil, o transporte coletivo rodoviário de passageiros transportou em 2019 em linhas interestaduais e internacionais 80.048.030 passageiros (ANTT, 2020), dos quais 5.895.842 gratuidades previstas pela

legislação nacional, garantidas pela ANTT para linhas interestaduais e internacionais e baseadas na comprovação de renda. Destaca-se as seguintes modalidades: Passe Livre Interestadual, com passagens gratuitas para pessoas com deficiência (PCDs); IdJovem, com bilhetes para jovens de 15 a 29 anos com cadastro no Cadastro Único – CadÚnico; passagens para idosos com idade superior a 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso. Ressaltamos que há a possibilidade de passagens totalmente ou parcialmente (50%) gratuitas, conforme a disponibilidade de lugares mediante os horários definidos pela Agência como “convencionais”. Ou seja, em serviços superiores como “executivo”, “semi-leito” ou “leito” as gratuidades não são concedidas. Trata-se, portanto, de um importante serviço público para a integração do território nacional. Considerando o âmbito interestadual, o rodoviário de passageiros atende a 25 estados e o Distrito Federal (o Amapá não possui linhas rodoviárias interestaduais), operando em 2.179 municípios com 225 empresas e 4.065 linhas de longa distância (com mais de 75 quilômetros de extensão) (ANTT, 2021).

Diante de tais considerações, este trabalho debate o transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros a partir do funcionamento atual deste serviço no território brasileiro. Para tanto, o estado do Maranhão foi selecionado como escala de análise para o entendimento da circulação rodoviária de passageiros. O texto está organizado internamente em introdução, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências.

2 Procedimentos Metodológicos

O levantamento bibliográfico e o arcabouço teórico-metodológico tem em Santos (2013 [1994; 2012 [1996]], Corrêa (1997, 2006 [1997]) e Dias (2012 [1995]) os principais autores para subsidiar o entendimento do espaço geográfico e das redes nele inscritas. Os dados referentes às ligações rodoviárias foram obtidos no sítio eletrônico da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), que possui um sistema de dados alocado no endereço <https://dados.antt.gov.br/>, em que se realizara o download do arquivo CSV denominado “Empresas, Linhas e Seções”, que contém informações de todas as linhas rodoviárias geridas pela Agência. A partir deste conjunto de dados, foram filtrados os valores referentes ao estado do Maranhão para a composição de tabelas e mapas, que foram construídos no programa ArcMap 10.5⁹⁵.

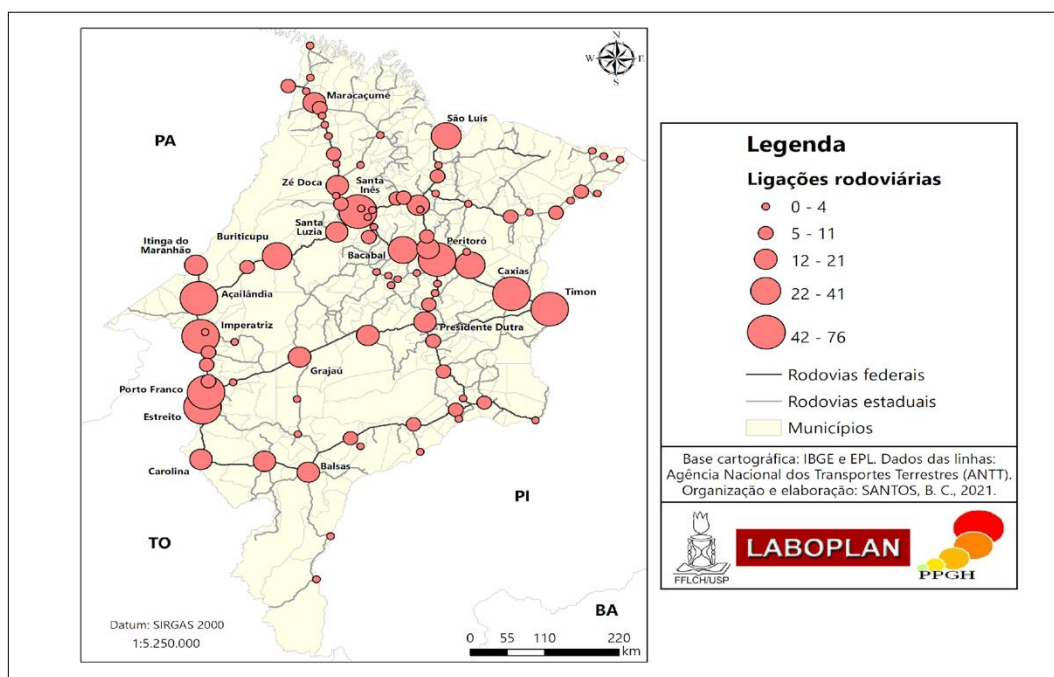
3 Resultados e Discussões

O estado do Maranhão possui 217 municípios, dentre os quais 91 são atendidos por 176 ligações rodoviárias interestaduais. Deste grupo de ligações, três são do serviço semiurbano - duas atendem Timon e uma opera em Barão de Grajaú. Os municípios maranhenses contidos em ligações interestaduais são atendidos por 44 empresas, que os conectam com outros 352 municípios em 19 estados, em todas as macrorregiões brasileiras (ANTT, 2021).

⁹⁵ O mapa presente neste trabalho traz círculos proporcionais para representar a quantidade de ligações para cada município maranhense atendido pelo transporte interestadual, além da malha rodoviária estadual e dos contornos municipais, a partir de bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O agrupamento dos dez municípios maranhenses com maior quantidade de ligações rodoviárias de longa distância e suas respectivas populações estimadas para o ano de 2019⁹⁶ tem Imperatriz com 76 ligações (258.682 habitantes), Peritoró com 58 (23.196 habitantes), Santa Inês com 57 (89.044 habitantes), Caxias com 56 (164.880 habitantes), Estreito com 56 (41.946 habitantes), Timon com 53 (169.107 habitantes), Açailândia com 50 (112.445 habitantes), Porto Franco com 47 (23.885 habitantes), Bacabal com 41 (104.949 habitantes) e São Luís com 34 (1.101.884 habitantes). Destaca-se o conjunto de cidades com menos de 50 mil habitantes, como Peritoró, Estreito e Porto Franco, o que também pode indicar relevância regional destes centros na rede urbana maranhense (figura 1).

Figura 1. MARANHÃO – Ligações rodoviárias interestaduais de longa distância por município



Organização: Santos, B. C, 2021.

O contingente populacional não indica necessariamente a quantidade de ligações que atendem a um município, o que se verifica ao notar São Luís como décima colocada na quantidade de ligações apesar de ser mais populosa e de sua centralidade enquanto capital de estado. Imperatriz, Timon, Caxias,

⁹⁶ Fonte: estimativas da população IBGE.

Açailândia e Bacabal possuem mais de 100 mil habitantes e certa centralidade regional, o que demonstra sua importância para o transporte rodoviário de pessoas e também em outras atividades.

A figura 1 demonstra a importância do entendimento das redes rodoviária e urbana em conjunto. Ou seja, embora o contingente populacional municipal seja basilar para o transporte coletivo rodoviário, a localização da cidade na rede rodoviária é central para o número de ligações contidas. Nota-se na figura 1 a importância das rodovias federais, como a BR-316 que parte de Timon e passa por Caxias, Bacabal, Santa Inês e avança rumo à capital paraense, Belém. Já a BR-226 segue a partir de Teresina/PI e Timon/MA (cidades conurbadas) e cruza o estado em direção a centros como Presidente Dutra, Barra do Corda, Grajaú, Porto Franco e Estreito, para adentrar o Tocantins.

A BR-230 atende ao sul do Maranhão proveniente da Paraíba e Ceará, passando por Floriano/PI e pelas cidades que atualmente são polos importantes para o agronegócio da soja no sul maranhense, como Balsas, Riachão e Carolina, chegando finalmente a Estreito. Por fim, a BR-010 liga Brasília/DF a Belém/PA, passando por Palmas/TO e cruzando cidades maranhenses como Imperatriz e Açailândia.

O fato de São Luís apresentar número inferior de ligações em comparações a outros centros maranhenses se deve em certa medida à sua localização na rede rodoviária, pois a capital maranhense é “ponta de trecho” (e “fim de linha”), ou seja, está na extremidade norte da BR-135 e dista 105 quilômetros do entroncamento com a BR-222, em Itapecuru Mirim.

4 Considerações Finais

Rede urbana e rede rodoviária se inter-relacionam de forma simbiótica ao estruturar a organização espacial, o que propicia a realização das interações espaciais. O funcionamento do transporte rodoviário interestadual de pessoas no Brasil é elucidativo de tal paradigma, pois em um país com ampla utilização do sistema de movimento rodoviário para a circulação de cargas e pessoas, a apreensão das dinâmicas entre centros urbanos a partir da análise da malha rodoviária é imprescindível. Em suma, ao observar os deslocamentos coletivos interestaduais de pessoas no Maranhão, nota-se a importância das rodovias, sobretudo, federais, para tais fluxos, realidade que se replica para grande parte do território nacional.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). **Dados abertos.** Gerenciamento de autorizações. <<https://dados.antt.gov.br/dataset/gerenciamento-de-autorizacoes>>. Acesso em: 23/04/2021.
- _____. **Estatísticas e estudos.** Dados do Sistema de Controle de Dados dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SISDAP) – ano 2019. Disponível em: <<https://portal.antt.gov.br/estatisticas-e-estudos-de-servicos-de-transporte-de-passageiros>>. Acesso em: 20/12/2020.
- CORRÊA, R. L. (1997). **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.
- DIAS, L. C. (1995). Redes: emergência e organização. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 141-162.
- RANGEL, I. Ferrovia versus rodovia. In: RANGEL, I. **Obras reunidas.** 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, v.2, p. 517-519.

SANTOS, M. (1996). **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____ (1994). **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2013.



PRODUÇÃO AGRÍCOLA E GERAÇÃO DE RENDA:

Da Luta pela terra à Produção de alimentos de qualidade.

Mahya Santos Santana⁹⁷
Danila Isabel Pales Sousa⁹⁸
Ronaldo Barros Sodré⁹⁹

Resumo

O Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) se apresenta como figura importante no cenário de luta pela terra sendo um dos responsáveis pela formação de assentamentos visando o uso da mesma para moradia e sustento das famílias ali presentes. O objetivo deste trabalho é visualizar e compreender como os assentamentos rurais auxiliados pelo MST são caracterizados como motores da geração de renda através da produção agrícola visando o cultivo de alimentos de qualidade sem o uso de agrotóxicos estimulando assim a segurança alimentar da população brasileira. Sendo assim, buscamos demonstrar a atuação do Movimento em relação aos produtores assentados em partindo do apoio desde a formação dos próprios assentamentos quanto a informação no processo de promoção dos alimentos de qualidade produzidos a partir da agricultura familiar exercida nestes locais e incluídos em estratégias de visibilidade para este método de produção.

Palavras-chave: MST; agricultura familiar; terra; geração de renda; assentamentos.

1 Introdução

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola através de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra. A temática deste estudo foca na produção agrícola e geração de renda de assentamentos rurais e de forma específica sobre o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

⁹⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mahya.santana@discente.ufma.br

⁹⁸ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: danila.isabel@discente.ufma.br

⁹⁹ Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão. E-Mail: ronaldo.sodre@ufma.br

(MST). Os assentamentos rurais são caracterizados como terras que antes eram de proprietários que possuíam grandes quantidades de terra, como empresários e fazendeiros, ocorre a desterritorialização de uma área produtiva que tinha uso voltado apenas para monocultura ou pecuária extensiva para que haja uma territorialização pelo pequeno produtor que serão as famílias assentadas. O conceito território é evidenciado nesta questão a partir do momento em que o espaço é reocupado por uma porção de uma população que ainda não possui o seu próprio território, partindo desta vertente Guattari (1985) faz uma relação entre território e espaço os diferenciando entre si, o autor diz que “[...] os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda a espécie” (GUATTARI, 1985, p.110). “ Sendo assim, este estudo apresenta o território em sua figura como os assentamentos rurais, buscando relacionar o uso deste conceito em uma esfera ligada com os movimentos sociais, em específico o MST.

O objetivo deste trabalho é construir uma conexão sobre como a luta pela terra e a consolidação do assentamento possui relação direta com o uso da terra para produção de alimentos para consumo e para geração de renda, a terra é o combustível principal da produção agrícola além do trabalho familiar que é chamado de agricultura familiar, termo este utilizado para desmistificar o trabalho que anteriormente era explorado por capitalistas e grandes latifundiários e hoje é caracterizado segundo Neves (2012), organização da gestão de produção sustentada pelo trabalho de membros da família, levando em conta a dinâmica social, o ciclo de vida das relações conjugais e procriação familiar.

Buscamos mostrar a atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em relação aos assentamentos rurais do Estado do Maranhão mostrando como é realizada a questão da produção agrícola e em que consiste o trabalho realizado nos assentamentos rurais além de promover a visibilidade para esta realidade que normalmente é vista apenas como ocupantes de terras de outras pessoas e não como contribuintes para uma vida mais saudável e uma realidade menos opressora para os trabalhadores do campo que dependem da Reforma Agrária assim como da Terra.

2 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: A pesquisa bibliográfica onde segundo Gil (2002), é desenvolvida a partir de materiais que já foram elaborados sobre determinado assunto, principalmente em livros e artigos científicos. Para adquirirmos conhecimentos mais focados sobre as questões de produção agrícola e geração de renda dos assentamentos no Estado do Maranhão, realizamos no dia 20 de novembro de 2019 uma entrevista estruturada em formato de conversa com um membro do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão.

3 Resultados e Discussões

É importante que haja um breve recorte histórico sobre o MST, segundo Fernandes (2012), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que consiste em agrupar em

sua base diferentes categorias de camponeses pobres— como parceiros, meeiros, posseiros, mini latifundiários e trabalhadores assalariados que se denominam como Sem Terra — e diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Os Sem Terra surgiram no início da década de 1980, as justificativas para origem destes personagens na luta pela terra foram de caráter sociais e econômicos que em um dado momento se entrecruzaram e formaram um movimento específico da luta pela terra. Segundo o site oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST,2019) está presente em 24 estados nas cinco regiões brasileiras, são 350 mil famílias assentadas vinculadas ao movimento e mesmo depois que estão alocadas continuam organizadas ao MST pois a conquista da Terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. O MST começou a se articular no Estado do Maranhão a partir de 1985, suas ações partiram de um contexto nacional da questão agrária. Primeiro consolidou-se na região do Pindaré a partir da ocupação de uma fazenda que veio a beneficiar mais de 537 famílias, é fato que a região tinha um histórico de violência no processo de ocupação em razão dos conflitos pela terra existentes, a região possuía uma alta intensidade de grilagem.

Os conflitos pela terra não são exclusivos de décadas atrás, atualmente existem conflitos tanto por desocupação de terras de fazendeiros e empresários por não utilizarem o espaço para alguma atividade agrícola ou pecuária, assim a partir dos meios de comunicação as notícias sobre estas lutas acabam sendo conhecidas por um maior contingente de pessoas. O MST consolidou-se aos poucos em praticamente todas as regiões do Maranhão realizando ações e assentando famílias sem-terra, a partir deste ponto, vamos trabalhar com mais dados sobre os assentamentos no Estado.

Segundo o site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA,2019), os assentamentos rurais se caracterizam como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra, onde anteriormente existia uma propriedade rural de apenas um proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. O público alvo para obtenção das terras, segundo o entrevistado são os pequenos trabalhadores que já trabalham desde sua existência com a terra para cultivo e moradia, são grupos considerados excluídos pela sociedade. A maior parte das obtenções de terras se concretiza a partir da desapropriação de propriedades privadas ou públicas que estão improdutivas.

Os assentamentos enfrentam desafios para suas montagens, além do começo do processo, é importante citar que o passivo ambiental implica na utilização posterior à desapropriação, pois na maior parte dos casos, a terra está improdutiva em razão do gado, de queimadas e das mudanças climáticas. A luta pela terra consiste na luta constante contra o modelo capitalista, a ocupação das terras pelos trabalhadores sem terra é uma ação que luta contra a exclusão promovida por proprietários de terras e/ou capitalistas. A geração de renda nos assentamentos rurais é uma das consequências imediatas a produção agrícola organizada e realidade pelos assentados em terras que antes eram improdutivas.

Apesar da inconsistência das políticas governamentais para os assentamentos a curto e a médio prazos, o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: a) a abertura de um espaço para a construção habitacional; e b) o aumento na disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do autoconsumo. (Bergamasco,1997)

Segundo Bergamasco (1997), o principal objetivo dos assentamentos com a geração de renda é concluído com esta renda monetária agropecuária que visa colocar as famílias numa situação mínima de não-pobreza. A realidade dos assentamentos é dura e claramente difícil por situações que os titulares das famílias não possuem aptidão para estar incluídos junto a previdência social. Esse processo de luta para conquistar a terra, é tanto de reprodução quanto de produção do trabalho familiar, porque a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta nunca tiveram terra, e parte nunca trabalhou no campo. Isso pode ser comprovado ao confrontarmos as diferentes condições dos trabalhadores antes de serem assentados. (FERNANDES,1999). A questão da produção agrícola é tratada como um dos pilares nos assentamentos rurais pois a partir dela que passa a existir um motor da geração de renda que por conseguinte possibilita a sobrevivência dos que ali vivem sendo importante afirmar que o Movimento tem em sua história através das produções, uma tarefa de alimentar a sociedade, devolver em forma de alimento a estadia nas terras que antes eram ocupadas por grandes proprietários ou não.

A produção de alimentos saudáveis através dos assentamentos é um compromisso do MST como forma de retorno a sociedade, esta produção é organizada pelo movimento em cooperativas, agroindústrias e associações que estão presentes nos assentamentos rurais. Segundo o MST (2019), além da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, esta ação tem como objetivo intensificar a cooperação agrícola, visando a melhoria do trabalho no campo e conseqüentemente uma progressão da renda.

No território brasileiro estão presentes o montante de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações vinculadas as 350 mil famílias assentadas, números estes que constam no site oficial do MST. Segundo um membro do setor de produção do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em sua atuação no estado do Maranhão, o movimento acompanha 64 assentamentos rurais e estes estão localizados em quase toda a extensão do Estado.

3.1 Novas estratégias de (re) produção: o Armazém do Campo

O Armazém do Campo é uma iniciativa do Movimento que no Maranhão, vem sendo discutida desde 2015 e que se caracteriza como uma rede de comercialização tem o propósito de se instalar em todo o Brasil para assim ocorrer a distribuição da produção agrícola dos assentamentos em diversas localidades. Promovendo a diversificação de alimentos no estágio nacional pois já compreendem partes importantes e centrais do Brasil. Portanto, a produção agrícola é importante para o desenvolvimento do país e segue promovendo uma melhor qualidade de vida para a sociedade através de alimentos saudáveis no Armazém do Campo na cidade de São Luís, localizado em um centro cultural e político organizado pelo Movimento

de Trabalhadores sem Terra (MST) como espaço de resistência democrática, relacionamentos interpessoais e estímulo à produção da terra.

4 Considerações Finais

O trabalho propôs uma reflexão sobre a realidade dos assentamentos rurais, promovendo uma visibilidade sobre a produção agrícola e geração de renda como resultado mantendo em um foco os assentamentos que são vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi possível notar a importância que o movimento possui na luta por uma sociedade mais justa, com articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir estes direitos sociais. Ainda que enfrente diversas dificuldades causadas principalmente pelos grandes proprietários de terras que apresentam resistência quando se trata de democratização do acesso à terra. Portanto, obtemos como resultado a visão de conhecimento específico sobre geração de renda nos mesmos. É importante ressaltar que eles fazem parte da economia do nosso estado e conseqüentemente, do nosso país, Brasil.

Referências

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, dez. 1997.

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Col. Primeiros Passos, 301).

CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST(1979 –1999)**. Tese-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano V, p.109-120, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

INCRA. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/assentamento> > Acesso em 23 de novembro de 2019.

IBGE. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br> > Acesso em 05 de dezembro de 2019.



O CAMPO MARANHENSE E SUAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO ATRAVÉS DO TEMPO.

Lucas Vinícius Castro da Costa Gomes¹

Bruna Allohana C. da Silva²

Déborah Emilly S. Ferreira³

Ronaldo Barros Sodré⁴

Resumo

Em termos de Brasil, a agricultura é considerada uma das práticas internas que existiam anteriormente à chegada dos portugueses em 1500. O Estado é parte fundamental na manutenção ou na mudança desta configuração agrária que se perpetua, e isto, nos possibilita o debate acerca do campo maranhense, onde é receptor das políticas de planejamento macroeconômicas e intensifica as relações conflituosas entre os grandes e pequenos produtores. O objetivo deste artigo é analisar as configurações históricas do campo maranhense e suas correlações com a atualidade, com a utilização de dados bibliográficos que remontam uma história agrícola no Maranhão, tratando de contextualizar no que diz respeito ao contexto histórico brasileiro e suas influências no cenário maranhense. É de extrema importância entendermos como a atuação do Estado capitalista nos possibilita refletirmos sobre as formulações das políticas de planejamento direcionadas à agricultura.

Palavras-chave: Agricultura; Estado; PRONAF; Maranhão; Capitalismo.

1 Introdução

O Brasil tem mostrado incertezas na revisão da estrutura das políticas públicas e de suas diretrizes, e essa situação é cheia de incertezas, principalmente em relação ao campo brasileiro. O pensamento atual sobre a estrutura rural do Brasil pode ser rastreado detalhando os principais fatores que estabeleceram as relações nacionais com a agricultura comercial e a agricultura familiar, que é considerada uma das práticas mais populares existentes no país desde sua colonização, dando desempenho para agricultura e um papel ativo no setor econômico do país.

O objetivo da discussão é entender como as ações do país podem penetrar na agricultura, tanto como benefício das exportações agrícolas, quanto como meio de concessão de crédito agrícola aos agricultores familiares, no esforço de demonstrar a importância de direcionar políticas para os negócios rurais. Transações agrícolas (grandes produtores) sem esquecer a agricultura familiar (pequenos produtores).

Independentemente do período de crescimento e declínio econômico, não há mudança substancial na estrutura fundiária brasileira, o que nos permite debater a questão rural no Maranhão, que tem uma política de planejamento macroeconômico, que reforça as relações conflituosas entre os grandes e pequenos produtores, refletindo em escala nacional nas formas de planejamento do Estado capitalista que se assume ultraliberalista, neodesenvolvimentista, e inclusive autoritário.

2 Metodologia

Na metodologia utilizada neste trabalho, buscou-se abordar o modo agrícola e as contradições que permeiam as práticas, planejamentos e modernizações agrícolas, enquanto atividades importantes, historicamente para a economia brasileira e maranhense, buscando construir nossa reflexão por meio de leituras e pesquisas sobre o Brasil, o Maranhão e a construção de programas ligados aos pequenos produtores, assim como uma análise da história do Maranhão e sua ruralidade, abordando também a criação do Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fazendo um estudo histórico que permeia estudiosos como Corrêa (1993), Delgado (2005), Ferreira (2008), Gaboardi Junior (2013), Mesquita (2011) e (Sodré, 2017) para basear nosso trabalho.

3 Resultados e discussões

No Brasil, vincular o tamanho da área à produção alimentar com segurança pode nos expor a várias questões que são compreendidas ao longo de sua história política. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) mostra-nos dados de terras aráveis da plantaçaõ Brasileira desde 1961 que cresceram cada vez mais devido os vários ambientes políticos que o Brasil configurou desde então, que começou a estabelecer relações da agricultura com a indústria desde o período do Regime Militar (1964 - 1985).

A compreensão da agricultura permite-nos relacionar as mudanças históricas e geográficas de uma atividade com práticas, instrumentos e métodos ancestrais, onde a classificação e mesmo homogeneização da agricultura passou a ser tarefa excludente de múltiplas variantes de uma época e localidades (MAZOYER; ROUDART, 2010). Diante desta dinâmica agrária podemos analisar o quantitativo da produção de alimentos da seguinte forma segundo Gaboardi Junior (2013, p. 7): “A produção de alimentos tem sido fonte de preocupação da sociedade mundial uma vez que o aumento da população tem sido expressivo, tendo chegado a um total de 7 bilhões de habitantes em 2011, apenas 12 anos depois de ter alcançado os 6 bilhões de habitantes”.

O desenvolvimento de uma agricultura capitalista naquele período sob forte influência financeira do setor público, mediante um Estado intervencionista, proporciona os debates acerca da exigência de direitos por parte dos pequenos produtores impulsionados pelas reivindicações dos movimentos sociais. Tal fato somente se conseguirá nos moldes do período da redemocratização com o fim do regime militar, mas é de

suma importância destacarmos que as atuações dos Estados desenvolvimentistas dão lugar para a aplicação das primeiras discussões de ideias e/ou projetos neoliberais.

A importância de entendermos a atuação do Estado capitalista nos possibilita refletirmos sobre as formulações das políticas de planejamento direcionadas à agricultura. Os entrelaços de uma abordagem regional influente nestas políticas nos faz observar as disparidades regionais acentuadas por estes planejamentos datados a partir do fim da década de 1940. De acordo com Mattos Júnior, Sodré e Maciel (2017) políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento territorial da agricultura familiar no Brasil datam de tempos recentes, mais precisamente da segunda metade da década de 1990, quando se agrava uma conjuntura de tensões sociais no campo e é criado o PRONAF, como estratégia direcionada ao pequeno agricultor, o que revela-se apenas como uma medida de compensação para atender a agricultura familiar por meio de uma outra política compensatória de implantação de assentamentos rurais, porém, apenas apaziguou as discussões da concentração fundiária com esta democratização ínfima de acesso à terra (MESQUITA, 2011).

O PRONAF foi um programa criado para articular instrumentos como crédito rural e financiamento de infraestruturas, assim como serviços básicos municipais possibilitados pelo Pronaf Infraestrutura, incluindo capacitação e profissionalização de agricultores familiares, este impulsionou a produção de alimentos da agricultura familiar, pois segundo Schneider et al. (2004, p. 23), "o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo". Com isso, trata-se de cerca de 70% do desenvolvimento da produção de alimentos atrelados à prática da agricultura familiar, de acordo com Gaboardi Junior (2013). Segundo Souza et al. (2020), a quantia de recursos utilizados para a agricultura industrial e familiar no Plano Safra 2001-2019 mostra a história do estado através do desenvolvimento dos lucros rurais, dando ao Brasil uma posição de super exportador agrícola, onde os recursos estagnaram na agricultura familiar nos gráficos de 2016/2017 no Plano Safra, e a indústria perdeu 5 bilhões de dólares em comparação com o ano anterior, sofrendo seu primeiro prejuízo. Porém, os recursos destinados à agricultura empresarial são muito superiores aos da agricultura familiar e, no plano 2018/2019, esses números são mais de 6 vezes superiores. A agricultura familiar está vinculada ao desenvolvimento e à dinâmica territorial por meio de políticas públicas, onde as discussões do Estado em relação à agricultura familiar estão voltadas para identificação das dinâmicas territoriais como parte fundamental da agricultura familiar e da formulação de programas auxiliares com características de recompensa para o desenvolvimento territorial.

Para tanto, abordar o Maranhão Colônia e o Maranhão Imperial economicamente nos faz estreitar produtos e modos de produção semelhantes que levaram a certos momentos de piques produtivos na escala nacional e até internacional. Abrir o comércio maranhense ao mercado externo, de fato, proporcionou oscilações econômicas e uma direcionada decadência por conta dos fatores externos, ainda que o algodão em 1869 voltara a superar o pique de produção obtido em 1854 por conta de novos fatores externos: as guerras internas nos Estados Unidos e a guerra Brasil-Paraguai (GOMES, 1981). A conjuntura externa evidenciada principalmente pela proibição imperial inglesa do tráfico de escravos, a denominada Lei Bill Aberdeen em 1845 é também um dos fatores que afetam a economia e os modos de produção não somente

maranhense, mas também a nível nacional. Isto resulta no Maranhão, principalmente, a queda nas exportações por conta de seu modo de produção ser essencialmente escravagista negro. Fato este que torna o Maranhão basicamente em exportador de escravos, além de sacramentar a economia maranhense agroexportadora com a Lei de 1888, ou seja, a abolição da escravatura que contribui para o desestímulo da produção (GOMES, 1981).

O campo maranhense e seu modelo de desenvolvimento territorial é moldado a partir das abordagens regionais das políticas públicas históricas que podem ser abordadas desde o governo marcante de José Sarney (1966-1971), onde houve uma intensificação do trabalho campestre, maior distribuição de terras no estado para grandes monoculturas, atraindo empresas e modernização para o campo maranhense. Em contrapartida, José Sarney também tem o objetivo de buscar a redução da pobreza extrema do Maranhão e das desigualdades sociais. O "sarneysmo" durou 50 anos e ainda influencia na política atual com o poder oligárquico conhecido historicamente no Brasil, o desenvolvimento capitalista e a injustiça social, nesse pensamento, segundo Sodré (2017, p. 51), os grandes proprietários continuam sendo beneficiados com a promulgação da Lei de terras de 17 de junho de 1969 (Lei nº 2.979) ou comumente chamada de “Lei Sarney de terras” que, o mesmo diz que incentivava a instalação de projetos agroindustriais e agropecuários através da privatização de terrenos públicos, ressaltando várias empresas instaladas no Maranhão por conta desta lei, como por exemplo: a Varig, Cacique, SANBRA, Sharp, Mesbla e Pão de açúcar (SODRÉ, 2017).

Não pode-se isolar estas ações do cenário nacional, pois o cenário maranhense naquela época estava ligado ao Estado brasileiro desenvolvimentista em transição para um Regime Militar, em que projetos agropecuários e agroindustriais, considerados como modernização, que nos mostra a afirmação das autoras Nascimento, Rodrigues e Santos (2013) que fazem alusão a Marx para descrever a modernização que surge da necessidade de controle humano sobre a natureza, buscando transformá-la como objeto a serviço do capital, onde sua acumulação por meio de projetos de “desenvolvimento para o campo maranhense” intensificou lutas entre os grandes e os pequenos proprietários de terras, fazendo com que os grandes proprietários de monoculturas fossem amparados pelo Estado, deixando os pequenos agricultores de comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas largados à própria sorte em meio a esses conflitos por terra, que perdem diariamente seu território para as monoculturas “mais rentáveis” aos olhos capitalistas e por vezes até suas vidas. O Estado segue aumentando seus índices de assentamentos rurais desterritorializados, pois realoca as famílias naturais dos espaços por meio de uma política de “apaziguamento” para não haver confronto com os “promotores do desenvolvimento”, buscando controlar os movimentos sociais por meio da política compensatória de assentamentos.

A partir de 1990 é com a liberação comercial e financeira que se observa resultados opostos por estes dois movimentos, a agricultura familiar, sustentada pelas linhas de crédito agrícola fornecidas pelo Estado por meio do PRONAF, nos leva a uma agricultura familiar responsável por suprir as necessidades nutricionais da população. Ainda que seja difícil o Estado manter a liberação de recursos financeiros para o PRONAF, é a agricultura familiar que sustenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mesmo com suas pequenas áreas de produção e seus esforços mediante as lutas por seus espaços culturais de direito.

4 Considerações finais

A história da agricultura brasileira e maranhense caracteriza as dinâmicas atuais no meio agrícola, destacando a consolidação de estruturas produtivas, onde a divisão do trabalho assume uma característica representativa entre grandes e pequenos, onde um se sobrepõe ao outro dependendo de seus poderes, uma relação comum após o decaimento do feudalismo e o crescimento do capitalismo. Ao comparar o Maranhão antigo ao atual, vemos muitas mudanças na configuração campestre, impulsionadas por grandes projetos tecnológicos e pela agroexportação promovida pelas empresas que impulsionam o Estado e o meio capitalista, encurtando a forma como as relações de produção, espaço e tempo são afetadas pela tecnologia. Porém, essas práticas comerciais são velhas conhecidas brasileiras, abastecendo mercados internacionais, exportando matérias-primas, substituindo insumos produzidos a partir da demanda internacional, mostrando um Estado que deixa às margens do mercado o pequeno produtor. Ao mesmo tempo que destacamos as lutas como fatores para a distribuição espacial do campo maranhense, não se isenta o Estado como aplicador das políticas públicas para o campo, o foco é o planejamento agrícola como instrumento do Estado, que deve racionalizar a reprodução ampliada do capital.

5 Referências

CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

FERREIRA, A. J. de A. Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. 2008. 269 p. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

GABOARDI JUNIOR, ALCIDES, 2., 203, Paraná. A Importância Da Produção Na Agricultura Familiar Para A Segurança Alimentar. Paraná: Ufpr, 2013. 12 p. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/trabalho2ujornada.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

GOMES, José Tribuzi Pinheiro. Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: Fipes, 1981. 60 p.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale; RODRIGUES, Fernanda Cássia; SANTOS, Nilma Angélica dos. **AGRICULTURA FAMILIAR, AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS**: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013, São Luís. **Anais...** . São Luís: Ufma, 2013. p. 1 – 9.

MATTOS JUNIOR, J. S.; SODRÉ, R. B.; MACIEL, S. J. O.. Articulações e desarticulações das políticas públicas para a agricultura familiar no Vale do Itapecuru - MA e seus reflexos em áreas de assentamentos rurais. 978-989-8676-12-2, v. 32, p. 301, 2017.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. 1933. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura:** A dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: Edufma, 2011. p. 110.

SOUZA, Igor *et al.* **AS NOVAS/VELHAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO:** O PASSADO NO PRESENTE DO CAMPO MARANHENSE. In: Demandas populares: cidade, inclusão produtiva e trabalho [recurso eletrônico]. São Luís: EDUEMA, 2020. 331 p.: Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349440542_AS_NOVASVELHAS_POLITICAS_DE_PLANEJAMENTO_O_passado_no_presente_do_campo_maranhense> . Acesso em: 01 de maio de 2021.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão agrário:** dinâmicas e conflitos territoriais. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A. e MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Orgs.) *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.



INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DE TRANSLADO NA ECONOMIA DE GRÃOS NO ESTADO DO MARANHÃO

Arthur Lucio Costa Ferreira¹

Bruna Allohana Costa da Silva²

Mahya Santos Santana³

RESUMO

O presente trabalho é uma análise sobre a produção e o transporte de grãos no estado do Maranhão e suas influências na economia, assim como a discussão sobre os grandes desafios que permeiam o traslado dos produtos, o objetivo principal é apontar os problemas na infraestrutura das estradas do Maranhão, buscando destacar os pontos que devem ser melhorados para que o traslado de grãos seja mais rentável e com menores complicações na produção e envio de carga, logo buscando esquematizar uma melhora na economia a níveis estadual e nacional, pois o traslado de grãos maranhenses deve ser extremamente valorizado por seus grandes feitos a níveis econômicos nacionais.

Palavras chave: Soja; Grãos; Maranhão; Estradas; MATOPIBA.

INTRODUÇÃO

A agricultura no Brasil vem sendo marcada pelo processo de mecanização agrícola e expansão das atividades em direção à região Norte do país, se tornando reconhecido como um dos países que mais exporta produtos agrícolas no mundo. O objetivo principal do presente trabalho é apontar os problemas na infraestrutura das estradas no estado do Maranhão, descrevendo e apontando os pontos que devem ser melhorados para que o traslado de grãos seja mais rentável e haja menores complicações na produção e envio de carga, logo buscando esquematizar uma melhora na economia a níveis estadual e nacional.

Segundo dados da Embrapa, a produção brasileira de soja aumentou de 26 milhões de toneladas (safra 1996/1997) para 95 milhões (safra 2015/2016) e a região do MATOPIBA, área que abrange o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é responsável por grande parte da produção

desses grãos e fibras no país. Segundo um levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa, a área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares. Existem na área cerca de 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária. O atual Sistema de Inteligência Territorial Estratégica do Matopiba, criado pelo GITE, é possuidor de um acervo de dados numéricos, iconográficos e cartográficos, integrados em Sistemas de Informações Geográficas (SIG) em bancos de dados espaciais para organizar os dados dos estados envolvidos em cinco dimensões: quadro natural, agrário, agrícola, socioeconômico e de infraestrutura.

A expansão da soja no Maranhão vem se desenvolvendo desde 1990, trazendo consigo vários efeitos prejudiciais para o meio ambiente em relação aos pesticidas e agrotóxicos usados nas grandes monoculturas. Nesse mesmo período há uma mudança na estrutura agrícola do estado, abrindo um forte comércio, dando aberturas ao mercado externo e chances de financiamento ao público interessado em produzir grãos. Com essa expansão, aumenta-se o fluxo do traslado desse produto, no intuito de escoamento, o que deixa oportuno a introdução de um outro fator economicamente influente, a logística de transporte da soja.

A soja escoada principalmente da Região Sul e da Mesorregião Leste do estado, sendo levada ao Porto do Itaqui para que seja exportada para outros países, pois o mesmo tem uma posição estratégica, localizado próximo aos mercados da Europa, América do Norte e Canal do Panamá, que facilita o acesso ao mercado asiático, porém problemas de responsabilidade pública, como manutenção de estradas e alto valor de combustíveis acabam encarecendo esse traslado. Porém, a logística ainda é o maior problema dos produtores de soja no Maranhão e no país, diariamente produtores reclamam do custo do transporte e da falta de infraestrutura. Grandes desafios e poucos avanços o maior problema para quem produz o grão no Estado.

METODOLOGIA

Esse estudo será fundamentado em sites oficiais de pesquisa do Brasil e dados coletados pelos mesmos, como os órgãos brasileiros de pesquisa como IBGE e IMESC, tratando das características da economia brasileira e como a soja e outros grãos se encaixam no PIB do país, abordando as formas de transporte da produção e como a falta de infraestrutura nas estradas maranhenses afeta o processo de venda do produto, apresentando uma significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: como é necessário melhorar os meios de transporte de grãos para proporcionar uma melhora na exportação de grãos pelo nordeste do Brasil. Outros objetos serão estudados em fontes secundárias como artigos, livros e afins, como dados sobre o agronegócio e a cultura da soja, milho e algodão no Maranhão, envolvendo o MATOPIBA e o Terminal de Grãos.

Assim sendo, o trabalho transcorreu a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores e pesquisadores, semelhantes com os nossos objetivos, para a

construção de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo, esse método de pesquisa escolhido não favorece muita liberdade na análise do tema, pois é uma situação que depende em sua maioria de investimento do poder do Estado ou dos agricultores. Porém o trabalho não obriga o leitor a atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto, afinal o agronegócio também interfere no meio ambiente e isso pode ser visualizado como uma parte ruim das grandes monoculturas.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, um análise aponta que houve um crescimento real de 3,9% em 2014, o Maranhão obteve desempenho econômico maior que o nacional (0,5%), no mesmo período, ficando na 8ª posição entre os Estados com maior crescimento no país. O desempenho da economia maranhense foi resultado do crescimento real nos setores da Agropecuária (9,6%), da Indústria (7,4%) e de Serviços (1,4%). (IMESC-Ma, 2016).

O PIB mede a riqueza produzida nas cidades, estados e do país, levando em consideração o Valor adicionado de três grandes setores: Agropecuária, Indústria e Serviços. No setor da Agropecuária, as cidades mais influentes com participação no setor são Balsas, que também é o município com maior contribuição para o Valor Agregado do setor agropecuário, a cidade de Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, se destacaram, também, os municípios de Açailândia, Santa Luzia, Aldeias Altas e Turiaçu.

No ano de 2020 a produção de soja deve crescer 6,7%, chegando 120,8 milhões de toneladas em 2020. Dentre os maiores produtores, Mato Grosso estima colher 33 milhões de toneladas, um crescimento de 2,2% em relação a 2019. O Paraná, segundo maior produtor, espera produzir 19,8 milhões de toneladas, aumento de 22,5%, recuperando-se de um 2019 em que teve sua safra comprometida pelas severas restrições de chuvas e o excesso de calor durante o ciclo da cultura. (IBGE, 2019)

Entretanto, são enfrentadas várias dificuldades, como principal delas podemos citar as condições das estradas, que se encontram com o asfalto rachado, com buracos e em situação precária, sendo uma reclamação frequente entre os produtores rurais de todo o país, e na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). No Maranhão, encontramos mais um exemplo da falta de estrutura, sendo ela a produção transportada em vias que não possuem uma boa luminosidade, placas danificadas ou inexistentes e a falta de sinalização adequada nas pistas.

Segundo o site do Canal Rural, os agricultores do estado do Maranhão contam com três rodovias para escoar o que foi produzido em 600 mil hectares. Uma estrada é federal e duas são estaduais. A rodovia MA-006 é considerada a com pior situação. Nela, passa praticamente metade da produção maranhense em direção aos portos e empresas. Em vários trechos, a gente encontra buracos como este, com até 20 cm de profundidade.

A região sul é responsável pela maior produção do Estado, concentrando o maior percentual de área plantada e capacidade de armazenagem. Mesmo a região sul sendo a mais produtiva, outras mesorregiões, principalmente no leste maranhense, vêm ampliando a produtividade e ganhando destaque. Em parte,

devido à valorização fundiária acelerada na região sul, além de incentivos realizados por outras regiões e custos logísticos menores. A competitividade do agronegócio está diretamente relacionada a comercialização e o escoamento de sua produção.

Grandes investimentos são direcionados para melhorar a integração entre os processos logísticos, principalmente movimentação e armazenagem, visando atender o mercado interno e externo. Nesse sentido, o estado do Maranhão possui grande aptidão para desenvolver um sistema cada vez mais complexo, de modo que as áreas de produção, armazenagem e distribuição proporcionem maior competitividade, atendendo estrategicamente os estados vizinhos no escoamento de grãos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra nacional de grãos de 2020 deve bater o recorde de 240.913.898 toneladas, superando em 33,6 mil toneladas o resultado esperado para 2019. Com essa previsão, as safras 2019 e 2020 devem se tornar as maiores da série histórica iniciada em 1975, ficando à frente do atual recorde de 2017, de 238,4 milhões de toneladas.

As informações são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), pelo IBGE. (IBGE e Jornal Maranhão Hoje, dezembro de 2019). Porém muito depende dos investimentos nos meios de transporte dessa mercadoria para que ela possa ser entregue em prazos e não chegar a estragar ou ser danificada, o que depende muito de como o Brasil encara os investimentos em infraestrutura das estradas do país.

CONCLUSÃO

Podemos considerar que apesar dos avanços tecnológicos aplicados na agricultura Maranhense, faltam melhorias essenciais por parte da iniciativa pública e privada, para que o desenvolvimento econômico e o avanço das monoculturas possam acontecer no tocante à estrutura dos meios de transporte dos produtos, tendo em vista que grande parte dos gastos são com logística, onde por muitas vezes os produtores acabam por assumir responsabilidades de consertar as vias que utilizam. Deve-se investir para obter desenvolvimento, como no transporte ferroviário, utilizando menos combustíveis fósseis e diminuindo o custo das operações.

O Maranhão torna-se estratégico no escoamento de grãos para exportação pela sua proximidade com mercados externos como Estados Unidos, países europeus e o Canal do Panamá, que possibilita acesso ao mercado asiático. As perspectivas são boas, porém a realidade do estado indica um complicado caminho a ser percorrido, onde as estradas estão precárias e precisam de sinalização, há hidrovias com obstáculos e escassez de armazéns. Concluimos que deve-se analisar muito sobre o traslado da produção agrícola brasileira, principalmente maranhense, pois de acordo com as pesquisas, existe um aumento produtivo inegável, beneficiando os agricultores, a economia estadual e nacional como um todo, merecendo a devida atenção por parte de ambos.

REFERÊNCIAS:

PALUDZYSZYN FILHO, E. A cultura da soja no sul do Maranhão. Balsas: EMBRAPA_CNPSO, 1995. 34p. (EMBRAPA-CNPSO. Documentos, n84)

Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/58853/1/Documentos-84.pdf>>. **Acesso em: 10/12/2019.**

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário*. Brasília:Ministério dos Transportes, 2010.

TEGRAM - Terminal de Grãos do Maranhão. São Paulo. Disponível em: <<http://www.cgstrading.com/logistica/tegram>>. Acesso em: 11/12/2019.

Condições precárias para escoamento da safra no Maranhão. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/produtores-do-maranhao-bancam-manutencao-de-rodovia/?uol=1>> Acesso em: 11/12/2019.

Panorama do Agronegócio em Maranhão. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.markelseguros.com.br/panorama-do-agronegocio-em-maranhao/>> Acesso em: 11/12/2019.

MATOPIBA. 24/06/2014. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/tema-matopiba>>. Acesso em: 11/12/2019.

Mapa da Região do MATOPIBA. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/mapitoba-conheca-a-ultima-fronteira-agricola-do-brasil.htm>>. Acesso em: 11/12/2019.

AGRONEGÓCIO. 10/12/2019. Disponível em: <<http://maranhaohoje.com/category/agronegocio/>>. Acesso em: 11/12/2019.

Imesc divulga análise do PIB Estadual. 28/11/2016. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/noticias/418>>. Acesso em: 11/12/2019.

Municípios maranhenses aumentam produção de soja e algodão. 26/12/2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/204960-municipios-maranhenses-aumentam-producao-de-soja-e-algodao.html#.XfpEA-hKiSk>>. Acesso em: 11/12/2019.

Safra de 2020 deve bater recorde e chegar a 240,9 milhões de toneladas. Publicado em 10/12/2019 - Atualizado em 10 dez de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/safra-de-2020-deve-bater-recorde-e-chegar-a-2409-milhoes-de-toneladas/>>. Acesso em: 11/12/2019.

Estudo mede distribuição de riqueza no MATOPIBA. 12/11/2018. <<https://valor.globo.com/agronegocios/coluna/estudo-mede-distribuicao-de-riqueza-em-matopiba.ghtml>>



O LIMIAR ENTRE O URBANO E O RURAL NAS PEQUENAS CIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE MARACÁS-BA 1990-2000

Naiara Souza de Almeida Dias¹⁰⁰
Orientação: Jânio Santos¹⁰¹

Resumo: O que define uma pequena cidade e como mensurar o grau de urbanização e ruralidade foram os questionamentos que nortearam esta pesquisa. A análise do grau de urbanização destas “cidades locais” torna-se relevante uma vez que os pequenos municípios apresentam uma experiência urbana frágil com uma forte dinâmica rural. Investigamos o grau de urbanização e ruralidade de Maracás, pequena cidade do Sudoeste da Bahia, entre os anos de 1990-2000. Em busca de resposta para os questionamentos levantados, buscou-se uma fundamentação teórica sobre o tema por meio de uma pesquisa bibliográfica. Com a finalidade de identificar os principais indicadores socioeconômicos entre os anos 1990 e 2000 bem como elaborar a caracterização sócio espacial, realizou-se um levantamento de dados estatísticos junto ao IBGE. A partir dos dados coletados, percebe-se que Maracás segundo os critérios de Wanderley (2001) seria uma pequena cidade intermediária.

Palavras-chave: Ruralidade. Urbanização. Pequena cidade.

1-Introdução

O estudo das cidades pequenas vem recebendo maior atenção no meio acadêmico nos últimos anos. A análise do grau de urbanização destas torna-se relevante uma vez que os pequenos municípios apresentam uma experiência urbana frágil com uma forte dinâmica rural. No estudo

¹⁰⁰ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sociedade & Natureza: Produção do espaço em cidades pequenas e médias.
naiarasouza@ifba.edu.br

¹⁰¹ Doutor em Geografia; Professor Assistente UEFS janiosantos@yahoo.com.br

desta temática duas indagações se impõem: o que é afinal uma pequena cidade e qual o seu caráter urbano. A investigação, desse modo, visa analisar o grau de urbanização de Maracás definida, pelos critérios de Wanderley (2001), como uma pequena cidade. Para tal estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e de dados sobre o tema e a área. Percebe-se que as pequenas cidades apresentam uma dinâmica urbana que apresenta diferenças no ritmo de vida, na dinâmica econômica e na estrutura urbana em relação às cidades médias e às metrópoles. Todavia, também reproduzem a ideologia apreendida na metrópole.

Definida como uma ciência humana, a Geografia tem como objeto de estudo o espaço produzido pela relação entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, é também produto da história. O estudo sobre as cidades e sobre o processo de urbanização possibilita compreender a configuração das cidades sob a perspectiva da atuação de toda sociedade, proporcionando uma visão crítica sobre as modificações do homem no espaço geográfico.

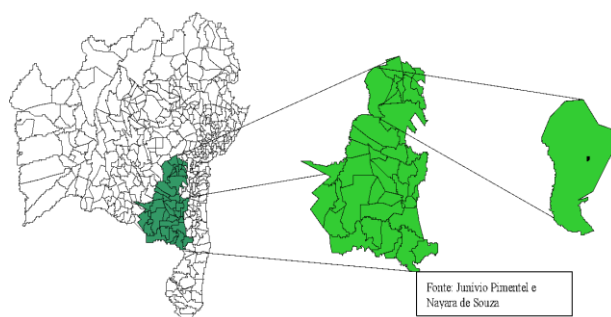
Nas últimas décadas, o êxodo rural e o aumento da população urbana impulsionaram o crescimento desordenado das cidades, alterando o processo de produção do espaço urbano, o que refletiu na construção de uma nova realidade social. Esta produção é guiada pelas leis do capitalismo contemporâneo, e visam reproduzir a lógica desse sistema, incidindo no modo de organização dos espaços internos das cidades.

Analisando a cidade de Maracás, localizada na região Sudoeste da Bahia, passou por rápidas e intensas transformações, em função de vários fatores e provocadas por diversos agentes de produção do espaço. Isso pode ser notado pelo surgimento de novos bairros, pela expansão do centro e pela produção de novos espaços de consumo, o que, por sua vez, acarretaram na formação de uma nova morfologia da cidade.

Disso exposto surgiu o interesse por esta pesquisa visando compreender como o processo de urbanização acontece nas pequenas cidades. A reflexão sobre os pequenos municípios surgiu da necessidade de compreender a dinâmica desses núcleos que, embora sejam definidas como cidades, apresentam um modo de vida muitas vezes mais ruralizada do que urbana. Segundo Carlos (1999), pode-se definir cidade como a materialização do urbano. Nesse sentido, “o urbano é a representação do modelo de vida, a cidade a materialização deste modelo” (BACELAR, 2003, p.2). Para analisar o que é a cidade, mais que defini-las, é necessário diferenciá-las, uma vez que as cidades apresentam diferentes escalas, estruturas e papéis. Como o objeto do estudo proposto diz respeito a um pequeno núcleo urbano, considera-se como cidades pequenas àquelas que possui população urbana inferior a 20 mil habitantes (WANDERLEY, 2001)

A cidade de Maracás está localizada na Região Sudoeste da Bahia, a 367 km de Salvador (ver figuras 01), foi fundada em 19 de abril de 1855, em 1910, através da lei Estadual nº810, tornou-se sede do município de mesmo nome, elevada a categoria de cidade.

Fig 1:Maracás
Localização no Sudoeste da
Bahia



Fonte: A autora; Junívio Pimentel

Wanderley (2001) tem como metodologia à análise da relação das pequenas cidades com o meio rural. Segundo ela, deve-se analisar as pequenas cidades buscando identificar seu caráter urbano mediante leitura dos “exercícios das funções propriamente urbanas; da intensidade do processo de urbanização; da presença do mundo rural; modo de vida dominante e dinâmico da sociabilidade local” (WANDERLEY, 2001). Por meio de tal análise, pode-se classificar o pequeno município ora como preponderantemente urbano, ora como preponderantemente rurais ou ainda como municípios que correspondem a situações intermediárias.

2-Procedimentos Metodológicos:

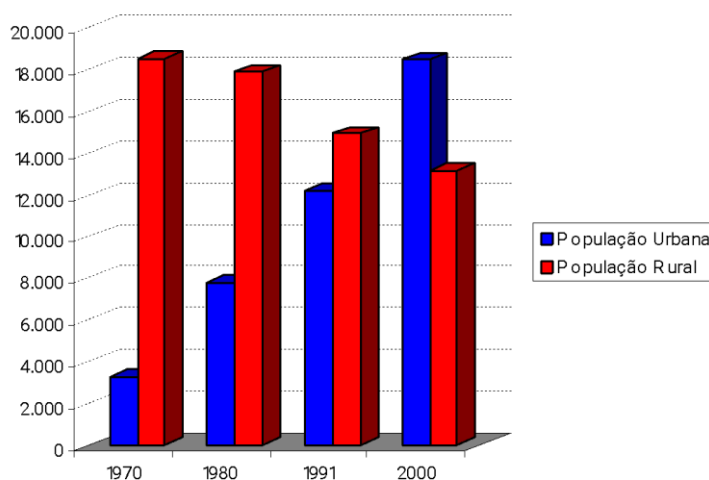
Para tal estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e de dados sobre o tema e a área. Percebe-se que as pequenas cidades apresentam uma dinâmica urbana que apresenta diferenças no ritmo de vida, na dinâmica econômica e na estrutura urbana em relação às cidades médias e às metrópoles. Todavia, também reproduzem a ideologia apreendida na metrópole.

Para a análise dos processos de urbanização e a ruralidade das pequenas cidades coube a utilização de métodos científicos para a credibilidade da pesquisa. Em busca de resposta para os questionamentos levantados, buscou-se uma fundamentação teórica sobre o tema por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para elaboração da caracterização sócio-espacial, realizou-se um levantamento de dados estatísticos junto ao IBGE, com a finalidade de identificar os principais indicadores sócio-econômicos entre os anos 1990 e 2000. Por fim, foram feitas a análise e

interpretação dos resultados obtidos. Tal análise percorrerá um caminho que contempla a esfera econômica, a dinâmica populacional e os principais aspectos sociais.

3-Resultados e Discussões

No que se refere à demografia, em 1991, Maracás apresentava números expressivos da população rural, sendo que o maior número da população residia no campo. A taxa de urbanização girava em torno dos 40%. Em 2000, essa realidade toma novos rumos. Tem-se um acréscimo no número da população urbana e, concomitantemente, uma queda no número da população rural, revelando traços de um êxodo rural, com a saída das pessoas do campo e incrementando a vida urbana. Nesse mesmo período, os índices de urbanização chegam a 60%.



**Gráfico 1- População Urbana e Rural
Maracás-Ba 1970-200**

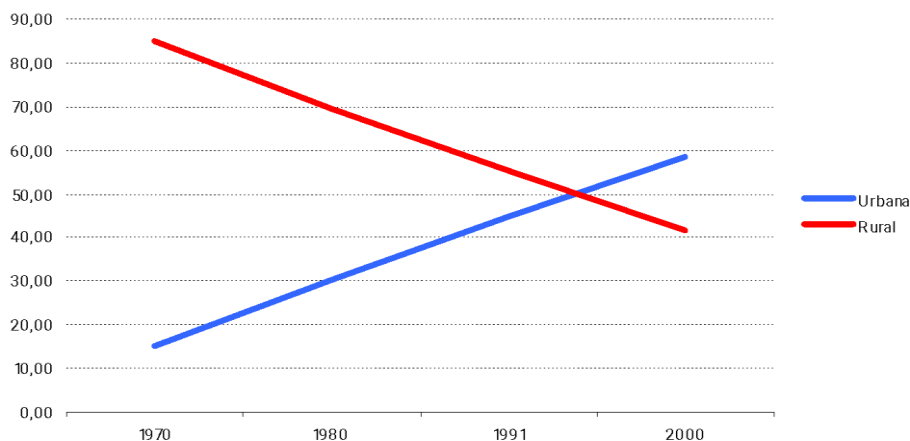


Gráfico 2- Taxa de Urbanização e Ruralidade Maracás-Ba 1970-2000

Mas, como o fator demográfico é insuficiente para analisar o caráter urbano, atentamos também para o modo de vida da população, já que Carlos (1999, p.24) afirma que “ao produzir suas condições de vida [...] a sociedade produz o espaço geográfico”. Percebe-se que a partir desse momento Maracás começa a apresentar uma dinâmica urbana bastante modificada. A cidade passou a possuir duas unidades de ensino superior, biblioteca municipal, teatro-auditório, estação de rádio, dentre outros elementos em sua estrutura urbana, o que comprova que, embora apresente carência dos espaços culturais urbanos, tal núcleo não é totalmente ruralizada.

No que tange ao acesso a serviços básicos, entre os anos de 1990 e 2000 observa-se que houve um aumento dos mesmos. O censo do ano de 2000 apontava que apenas 33,6% da população dispõe de água encanada. No item acesso à energia elétrica, o índice é maior atingindo 63,6%. A coleta de lixo atende a 97,2% dos domicílios urbanos do município. Quanto à economia local, a receita realizada na cidade totalizava R\$10.657.115 (SEI, 2000), desse apenas 5,05% eram receitas próprias.

Na década de 1990, a sustentação da economia da cidade basea-se nas atividades agropecuárias, no emprego público (estadual e municipal), nas aposentadorias, bem como no pequeno comércio local. Vale ressaltar conforme aponta a tabela 2 que o setor terciário sofrerá um decréscimo típico do processo de urbanização, ao passo que houve uma queda expressiva na contribuição da agricultura para o PIB municipal.

Compreender que as pequenas cidades estão inseridas no modo de vida urbana é entender se estas “consomem” o mesmo urbano que as outras localidades como acesso a serviço, a mídia, ao consumismo presente na sociedade urbana.

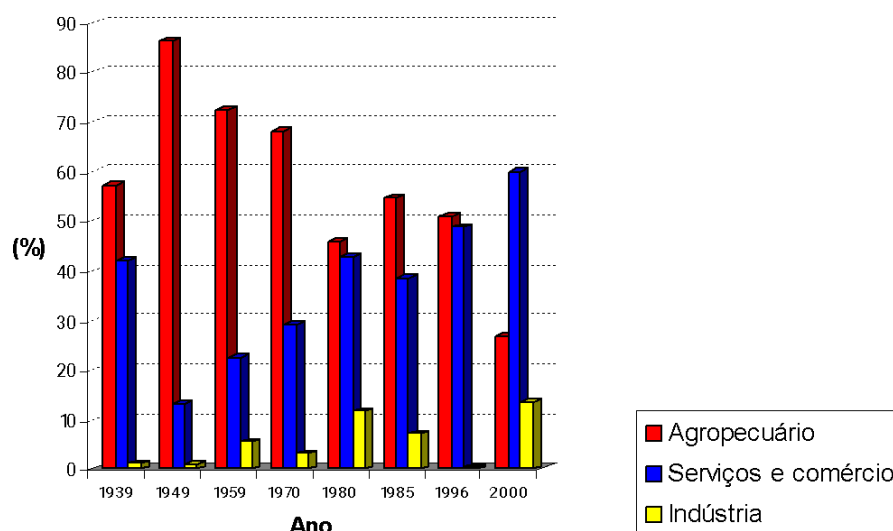


Gráfico 3- PIB Municipal de Maracás-Ba

4- Considerações Finais:

A partir dos dados coletados, percebe-se que Maracás segundo os critérios de Wanderley (2001) seria uma pequena cidade intermediária. Podendo encontrar um ritmo de vida mais calmo; ao passo que já começa a apresentar, também, um novo modo de vida urbano. Todavia, apesar da realidade urbana das pequenas cidades se traduzir em uma singularidade, percebe-se igualmente que elas também reproduzem a ideologia da metrópole, embora em pequena escala.

Referências Bibliográficas

BACELAR, W.K. de A. **As dualidades das pequenas cidades**: As cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino. Encontro de Geógrafos da América Latina 10. São Paulo 2005.

CARLOS, A. F. **A cidade**. 3 .ed., São Paulo, Contexto, 1999.

IBGE. **Censo demográfico**. 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>
Acesso em: 25 de julho de 2007.

LEDA, R. L. M. e ALMEIDA, M. C. C. **Descentralização, Gestão Pública E Desenvolvimento Socioespacial Em Municípios De Pequeno Porte Da Região Sudoeste Da Bahia**. In: Anais do VII ANPEGE, Florianópolis, 2007.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente.

WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e Ruralidade**: relação entre a pequena cidade e o mundo rural: Estudo preliminar sobre os municípios em Pernambuco, 2001.



Uma Geografia de Paço do Lumiar, MA

Joyce Costa Mendes¹⁰²

Antônio Cordeiro Feitosa¹⁰³

Resumo

As variáveis espaciais de determinado segmento do espaço geográfico, constituem elementos fundamentais para o dimensionamento de ações relativas ao planejamento de seus desenvolvimentos. O objetivo da pesquisa é apresentar as características gerais do Município de Paço do Lumiar documentando seus aspectos físicos, biológicos, geológicos e sociais. A coleta de informações foi baseada em materiais históricos e publicados em sites de universidades públicas do País e sites governamentais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o Município em questão para fundamentá-lo. Serão apresentadas características como Geologia, Geomorfologia, Clima, Pedologia, Hidrografia, entre outros aspectos referentes ao Município. Não há uma grande variedade de documentos que tratem do município sem correlacioná-lo com a aglomeração urbana ou sem associá-lo aos municípios do entorno, não que isso seja um problema para a execução ou desenvolvimento da pesquisa, mas isso acaba por deixar o município em “segundo plano” quando se trata em aspectos que devem se tratar de suas características específicas.

Palavras-chave: Paço do Lumiar; Aspectos Físicos; Maranhão

1. Introdução

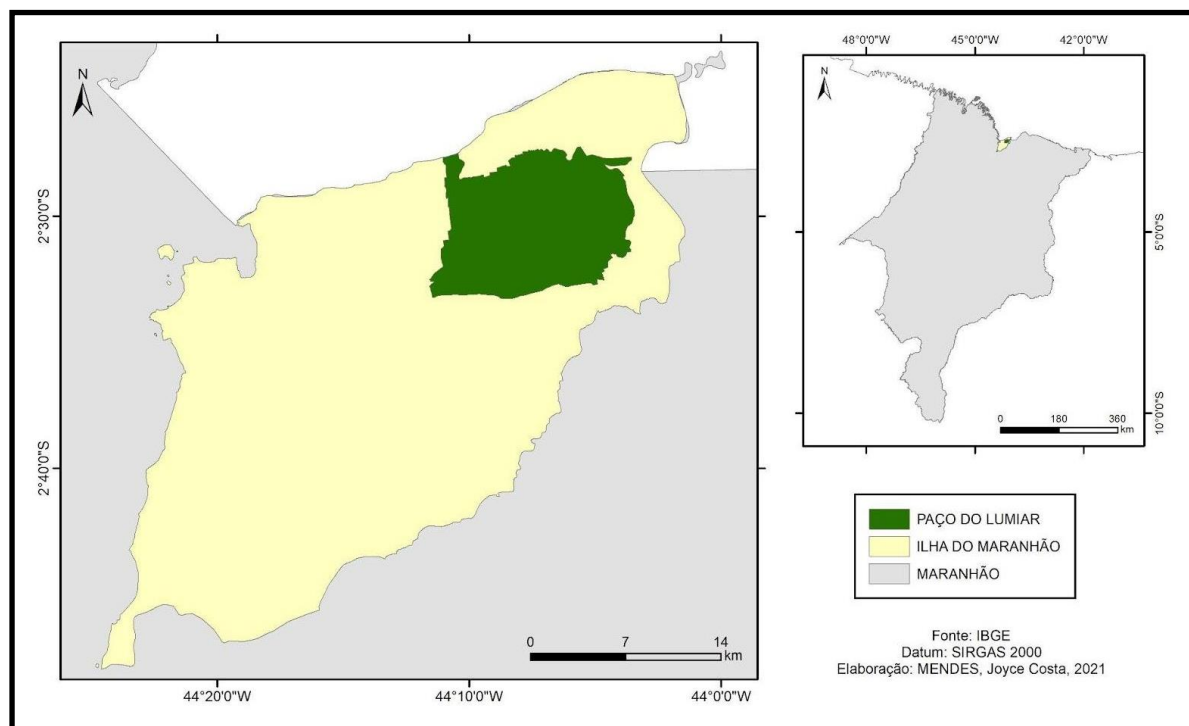
Antes da chegada de Francisco de Carvalho em 1616 era ocupado por indígenas nativos como os Indígenas Tremembé, que até hoje residem no Município, mas de forma sutil e com sua Comunidade reduzida devido aos ataques coloniais existentes no período colonial e atualmente por causa da especulação imobiliária e grilagem. Naquele período, o jesuíta Luís Figueira já possuía uma légua de terra no sítio chamado Anindiba que, por escritura pública, lhe fora doada por Pedro Dias e sua esposa Apolônia Bustamante (IBGE, 2017). Mais tarde, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas deslocou-se para aquela povoação e elevou-a à categoria de Vila, com a denominação de Paço do Lumiar, em razão de sua semelhança com uma localidade de idêntica denominação existente na freguesia do Lumiar, nos arrabaldes de Lisboa, Portugal. O Município de Paço do Lumiar localiza-se entre as coordenadas geográficas 2°27'42" S e 44°3'37" O e 2°33'9,84" S e 44°11'24,68" O (FURTADO et al., 2004). A figura 1 compreende uma área territorial de

¹⁰² Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão

¹⁰³ Professor Doutor Titular da Universidade Federal do Maranhão

122 km² e está inserida na aglomeração urbana da capital, São Luís (SILVA, 2016).

Figura 1- Mapa de localização do município de Paço do Lumiar, Maranhão



Fonte: IBGE, 2021

O processo de ocupação e organização do espaço tem se desenvolvido sem a preocupação com estudos ambientais e sem intervenção municipal, o que influencia prejuízos socioambientais e mudanças na paisagem como desmatamento, erosão, assoreamento, poluição dos rios, ocupações desordenadas e aglomeradas (FURTADO et al., 2004). O objetivo da pesquisa é apresentar as características gerais do Município de Paço do Lumiar documentando seus aspectos físicos, biológicos, geológicos e sociais.

2. Procedimentos Metodológicos

A coleta de informações foi baseada em materiais históricos e publicados em sites de universidades públicas do País e sites governamentais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o Município em questão para fundamentá-lo; o mapa de localização do Município foi elaborado no Programa ArcMap na versão 10.4, com a obtenção da shape no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na seção Malhas Territoriais com dados de 2020. O trabalho teve início no dia 14 do mês de fevereiro de 2021 e finalização no dia 14 de abril de 2021. Foram utilizados alguns ensinamentos e contextos relativos ao município abordados nas aulas das disciplinas de Geografia Urbana e Geografia Física do Maranhão do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão.

3. Resultados e Discussões

A geologia do Município apresenta sedimentos da bacia intracratônica do Parnaíba pela Formação Itapecuru e das bacias marginais cretáceas, do tipo rift estrutural, de Barreirinhas e São Luís, sobrejacente ao embasamento cristalino (SILVA; TANCREDI; TAGLIARINI, ???). Apresenta, geralmente, solos

profundos, em média com 1 a 2 m, caracterizados por argissolos e, às vezes, neossolos, com alta condutividade hidráulica (486 a 594 cm/s). Com profundidade é variável entre 7 e 21 m, com oscilações durante o período de estiagem (PEREIRA, 2007).

A área de estudo apresenta como feição geomorfológica encosta com declividade suave, com as cotas mais altas em torno de 59,5 metros. A geomorfologia na Ilha de São Luís pertence ao domínio morfoestrutural do litoral setentrional do Nordeste Brasileiro. As unidades morfoestruturais são constituídas pela Planície Flúvio-Marinha do Golfão Maranhense e pela Superfície Sublitorânea de Bacabal ou Superfície Pediplanada Dissecada em Colinas Tabulares (SILVA; TANCREDI; TAGLIARINI, ???). A Ilha de São Luís encontra-se na parte central da Planície Flúvio-Marinha do Golfão Maranhense, com estuários, como a Baía de São Marcos e a Baía de São José. Apresenta numerosas lagoas fluviais, várzeas inundáveis, áreas colmatadas e um sistema hidrográfico com muitos canais.

As características climáticas da área possuem interferências da massa de ar Equatorial Continental e Equatorial Atlântica que correspondem à área de ocorrência dos ventos alísios de nordeste (FEITOSA, 1996). O clima da área de estudo se enquadra tropical úmido, sendo caracterizado por dois períodos distintos quanto aos índices pluviométricos: um período chuvoso, com grandes índices pluviométricos, entre os meses de janeiro a junho, efeito do posicionamento da ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) próximo ao litoral, e outro período de estiagem, com moderados índices de déficit hídrico, entre os meses de junho a dezembro (SILVA, 2016).

Quanto a Pedologia, apresenta latossolos amarelos, podzólico vermelho-amarelo, areias quartzosas, laterita hidromórfica e solos aluviais são solos também desenvolvidos do Grupo Barreiras de rochas cristalinas ou sob influência destas (EMBRAPA, 2011). Os solos lateríticos e latossolos originam-se de sedimentos argilo-arenosos e apresentam abundantes concreções ferruginosas. Os solos podzólicos hidromórficos são originados de sedimentos areno-argilosos, situados também em partes elevadas. Os solos aluviais, formados a partir de sedimentos recentes do Quaternário, têm elevado teor argiloso e siltoso. Situam-se nas planícies de inundação dos rios da Ilha de São Luís (IBGE, 2021). Os efeitos do crescimento das cidades geralmente estão associados ao uso e ocupação desordenada do solo, refletindo negativamente sobre a qualidade do ambiente. Este cenário indica a necessidade do estabelecimento de planos, programas e políticas que almejam a adoção de estratégias visando a gestão e organização territorial e ambiental de determinada unidade geográfica.

Os sistemas de drenagem, de acordo com a hierarquia de Strahler (1954), apresentam diversos graus de ramificação. Considera-se que, quanto mais ramificada for a rede, mais eficiente será o sistema de drenagem, quanto a bacia do rio Paciência, principal rio de Paço do Lumiar, ele possui 153,12 km² de área, sendo considerado uma bacia de 4º ordem (ARAÚJO et al., 2009). A bacia hidrográfica, dentro de uma visão integrada, deve ser a unidade de caracterização, diagnóstico, planejamento e gestão ambiental, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável, pois os impactos ambientais podem ser mensurados e corrigidos mais facilmente. A bacia está inserida na área drenada pelo conjunto do sistema fluvial,

projetada em plano horizontal correspondentes às bacias que compõem a Ilha de São Luís. O perímetro representa a extensão linear do divisor topográfico que delimita as bacias (km).

Dentre as atividades que causam impactos ambientais no rio Paciência destaca-se a extração mineral que vem ocorrendo demasiadamente e impactando os sistemas naturais, contribuindo para a degradação deles (CASTRO et al., 2012). Ainda segundo os autores a atividade atualmente vem sendo desenvolvida em vários pontos da bacia hidrográfica do rio Paciência, como no povoado Mocajutuba, se intensificando desde o ano de 2004. O local de disposição de resíduos sólidos de Paço do Lumiar, está localizado na zona rural deste município a 2°29'06,14" S e 44°06'48,91" O (PAÇO DO LUMIAR, 2006), na bacia do rio Paciência. No seu entorno há duas comunidades, Pindoba e Iguaíba, que se destacam pela atividade de agricultura e pesca. No raio de 2 km do entorno do lixão de Paço do Lumiar há oito unidades de paisagem distintas, destacando-se as áreas urbanizadas, corpos d'água estuarinos, mangue, mata ciliar, capoeira de terra firme, áreas utilizadas na agricultura/pecuária, solo exposto. Já no raio de 1 km em relação à área do lixão há todas essas paisagens descritas acima, exceto área urbanizada. (SILVA; MOCHEL, 2017).

Apresenta densidade vegetacional maior da classe arbustiva com característica de alta absorção de radiação e baixa refletividade. A variação espaço-temporal ocorrida à superfície, demonstrou clara diminuição da classe e valores mais elevados de vegetação, evidenciando a substituição da cobertura vegetal por áreas com maior urbanização. Em 1988 essa classe ocupava apenas 8,85%, e em 2014 ocupava 18,4%, demonstrando um crescimento para a mancha urbana da área de estudo, e consequentemente intensificação da degradação ambiental (SILVA, 2016).

4. Considerações Finais

Não há uma grande variedade de documentos que tratem do município sem correlacioná-lo com a aglomeração urbana ou sem associá-lo aos municípios do entorno, não que isso seja um problema para a execução ou desenvolvimento da pesquisa mas isso acaba por deixar o município em “segundo plano” quando se trata em aspectos que devem se tratar de suas características específicas.

O município de Paço do Lumiar, por ainda ter muita área verde, sem ocupação humana, tornou-se alvo de forte pressão imobiliária comum em toda a ilha do Maranhão. A especulação imobiliária se tornou algo lucrativo com empresas aproveitando do incentivo do governo para comprar terrenos de alguns proprietários sem o real valor de mercado de suas propriedades, e faturarem valores exorbitantes com a construção de residenciais, em locais inapropriados ou mal planejados.

A ocupação urbana acelerada que vem enfrentando o município nos últimos anos é uma constante na ocupação irregular do solo, e dos ambientes onde antes possuía vegetação, e que vem acarretando uma série de problemas sócio/ambientais. A ocupação é feita com destruição da vegetação, dos rios, e dos valores culturais e sociais das comunidades do entorno. Faz-se necessário uma fiscalização por parte das autoridades competentes, para que tragédias socioambientais sejam evitadas, e para que vidas sejam poupadas.

Referências

Argissolos- Agência Embrapa de Informação Tecnológica

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7k02wx7ha087apz2axe8nfr.html#:~:text=Os%20Argissolos%20Vermelho%2DAmarelos%20 Acesso em: mai. 2021

CASTRO, J.S; GARCES JÚNIOR A.R; CORDEIRO, G.S; SILVA, D.M; FARIAS FILHO, M.S. **IMPACTOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO PACIÊNCIA: O CASO DA EXTRAÇÃO MINERAL NO POVOADO PORTO DO MOCAJITUBA, PAÇO DO LUMIAR – MA.** In: Simpósio Nacional de Geomorfologia 21-24., 2010, São Luís. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2012 Disponível em: <http://www.sinageo.org.br/2012/index.html> download Acesso em: abr. 2021.

FURTADO, M. S; BEZERRA, J. F. R.s; GONÇALVES, L. D. P; FEITOSA, A. C. **Alterações Geomorfológicas decorrentes do uso e ocupação do solo no Município de Paço do Lumiar MA** Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/6/Marcia%20Silva%20Furtado.pdf> Acesso em: mar. 2021.

PAÇO DO LUMIAR. **Plano diretor de Paço do Lumiar.** Paço do Lumiar: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, 2006. 32p.

PINHEIRO, N. C. A; MOCHEL, F. R. **DETECÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS PELA ATIVIDADE DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR – MA** Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2018/09/III-080.pdf> Acesso em: mar. 2021.

SANTOS, Sílvia Regina Sousa **Levantamento da Oferta Turística de Paço do Lumiar: Possibilidades e Limitações do Município/** Monografia Sílvia Regina Sousa -2016. 70f. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=981709&key=bfe7fc16a3de206b8f80bc18b4022248> Acesso em: abr. 2021.

SILVA, Janilci Serra. **Análise multitemporal do uso e ocupação da terra e identificação de ilhas de calor no município de Paço Lumiar (MA).** 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8935/2/arquivototal.pdf> Acesso em: mar. 2021.

SILVA, J. S; SILVA, R. M; **Análise da Dinâmica do Uso e Cobertura da Terra no Município de Paço do Lumiar, São Luís (Ma)** Disponível em: [file:///C:/Users/jessi/Downloads/2199-Texto%20do%20artigo-11836-1-10-20171030%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/jessi/Downloads/2199-Texto%20do%20artigo-11836-1-10-20171030%20(2).pdf) Acesso em: abr. 2021.

SILVA, Ozorio Mont'Alverne; TANCREDI, Antonio Carlos F. N. S.; TAGLIARINI, Eduardo Marechal. **Hidrogeologia da Água Mineral Mar Doce, Paço do Lumiar (Ma).** In: Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 16., 2010, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luis, 2010, Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org> download, Acesso em: abr. 2021



PRODUÇÃO CAFEIEIRA NO SUL DE MINAS: atuação dos agentes corporativos em contraposição aos produtores orgânicos

Jaqueline M. Custódio; Larissa E. Bonadero; Flávia R. Santos; Fernanda L. A. Baeza¹⁰⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos agentes corporativos na região Sul de Minas Gerais em contraposição aos produtores orgânicos, de modo a abordar suas lógicas produtivas antagônicas, correlacionando-as aos paradigmas agrários do PQA e do PCA. Consideramos objeto de estudo dados estatísticos e bibliografias relacionadas ao tema. Através da espacialização e posterior análise dos dados, constatou-se a predominância de produtores hegemônicos no território sul-mineiro, mediante a escassez de produtores orgânicos. Diante de tais circunstâncias, constata-se a monopolização do território, no qual fica subserviente aos ditames do capital, tendo reflexos nas conjunturas territorial, política, social e ambiental da região. Com base nas discussões propostas, torna-se necessária e urgente a retomada da cultura camponesa, de modo a romper com a lógica contraditória do capital.

Palavras-chave: Cafeicultura; Sistema agrário; Produtores orgânicos; Paradigma da Questão Agrária; Paradigma do Capitalismo Agrário.

1 Introdução

A cafeicultura tem uma grande importância para o mercado brasileiro no contexto da agricultura mundial, sendo o café um dos mais importantes produtos agrícolas do estado de Minas Gerais, que destaca-se como maior produtor e exportador. Sua elevada produtividade e diversidade são observadas principalmente na região do Sul de Minas Gerais, onde o café é a principal atividade econômica em decorrência do grande número de produtores, das vastas áreas na região com plantações de café, da grande quantidade produzida, das cooperativas importantes existentes nesta localidade e dos variados empregos indiretos gerados.

Assim, o intuito deste trabalho é analisar a situação da atividade cafeeira da região do Sul de Minas, visando comparar o número de produtores corporativos e sua distribuição na mesorregião em questão, ressaltar sua predominância na produção do café e sua relação com a dinâmica do capital, além de destacar seus principais representantes e sobretudo, fazer uma contraposição entre esses produtores e os produtores

orgânicos com o objetivo de elucidar características e diferenças entre essas duas lógicas de produção do café no Sul de Minas Gerais.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, em um 1^a momento consultou-se os dados do IBGE referentes ao censo agropecuário (2017), de onde foi retirada uma tabela com o total de estabelecimentos agrícolas produtores de café por município no estado de Minas Gerais e, para a quantificação dos estabelecimentos produtores de café orgânico, foi utilizada a tabela disponibilizada por Felipe Facci Inguaggiato, graduando do IFSULDEMINAS. Em um 2^o momento, com os dados destas tabelas e utilizando-se do software livre QGIS 3.10.3, foi gerado um mapa, com o intuito de demonstrar de forma visual a diferença entre a quantidade de estabelecimentos agrícolas que produzem café orgânico dos que produzem o não orgânico.

Como embasamento teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaremos os trabalhos de Alves (2020), Oliveira (2016), Fernandes (2014), Felício (2014), e Lima (2016), que visam compreender e trazer à discussão as diferentes correntes que abordam o desenvolvimento da agricultura brasileira, além de auxiliarem na compreensão das disputas territoriais ocorridas entre o campesinato e agronegócio.

3 Resultados e Discussões

O estado de Minas Gerais é responsável por mais da metade da produção nacional do café, sendo o Sul de Minas a região responsável pela maior produção em todo o país: cerca de 24,10% e 45,09% da produção nacional e estadual, respectivamente, provém do território sul-mineiro, sendo estes dados o reflexo da grande extensão territorial destinada à plantação do grão em suas imediações: Segundo Alves (2020), a prática cafeicultora representa mais de 90% das lavouras permanentes no Sul de Minas, gerando uma receita anual que ultrapassa 5 bilhões de reais ao ano para a região.

Tendo o mercado cafeeiro brasileiro a maior parte de sua produção atrelada ao contexto do agronegócio mundial, é previsível que grande parte desta produção seja destinada ao mercado externo: Segundo Alves (2020) “Essa dinâmica do consumo se dá com cafés de alta qualidade e que, diante da crescente demanda por tal commodity, os países produtores tendem cada vez mais a expandir suas fronteiras agrícolas, tecnificar os processos produtivos ao longo da cadeia de produção do café e explorar a mão-de-obra” (ALVES, 2020, p.433). Têm-se aqui, a mundialização da produção cafeeira, na qual o Brasil e especificamente o Sul de Minas desempenham papel relevante.

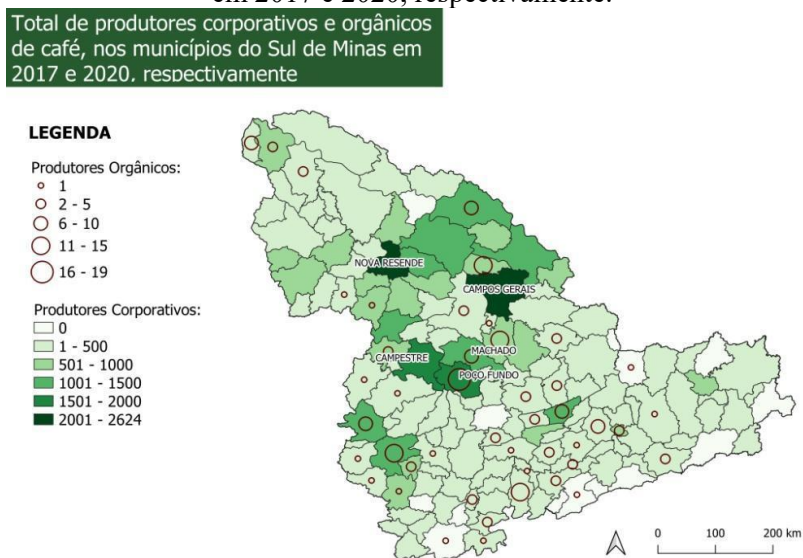
Tais dinâmicas referenciadas acima são profundamente perpassadas pela atuação de alguns atores hegemônicos, que, territorializando-se em múltiplas escalas e lugares, garantem a manutenção de uma estrutura organizacional e espacial aliada aos interesses do mercado internacional. Nesta perspectiva,

as empresas multinacionais, as cooperativas, os conglomerados e instituições financeiras podem ser considerados atores hegemônicos, realizando o que se conhece como “monopolização” do território.

Segundo Oliveira (2018) “A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo.” (OLIVEIRA, 2016, p.233). Desta maneira, tais atores exercem o controle do(s) território(s), que se expressa através das construções territoriais destinadas à cadeia de produção e comercialização do café e por meio das normas ditadas por esses atores, promotoras da dinâmica do capital. Os reflexos dessa monopolização se expressam em diversas conjunturas: territorial, política, social e ambiental, revelando as contradições do capital.

Estando o agronegócio instalado em diversos tipos de produtores, e por consequência, presente em grandes, médias e pequenas propriedades, cabe evidenciar a presença da parcela de produtores hegemônicos na cafeicultura mineira, e em especial, no Sul de Minas. Como hegemônicos, denominamos a parcela de produtores subservientes à dinâmica do capital, ou seja, atrelados ao agronegócio. Desta maneira, apresentamos o mapeamento desta variável no mapa a seguir (*Mapa 1*), conjuntamente com a espacialização da categoria de produtores orgânicos, que será explicitada por posterior:

Mapa 1 - Total de produtores corporativos e orgânicos de café, nos municípios do Sul de Minas, em 2017 e 2020, respectivamente.



Fonte: SIDRA-IBGE – Censo Agropecuário 2017; INGUAGGIATO, Felipe Facci. N° de produtores orgânicos cadastrados em Minas Gerais. Geplan, 2020.

Ao observar o *Mapa 1*, se faz muito perceptível a predominância de produtores corporativos no território sul-mineiro: cerca de 99,64% do total de produtores são considerados corporativos. Dentre este quantitativo de produtores, 77,53% se caracterizam por serem agricultores familiares. Essa categoria de

produtores também se encontra atrelada aos ditames do capital e, portanto, seus componentes também podem ser considerados produtores corporativos ou hegemônicos. Segundo Felício (2014, p.17) valendo-se da vertente teórica denominada “Paradigma do Capitalismo Agrário” (PCA), o desenvolvimento da agricultura é uma questão conjuntural, que reflete as interligações entre duas tendências internas: o agronegócio e a agricultura familiar, sendo ambas pertencentes a um mesmo projeto desenvolvimentista no campo. Sendo decorrentes do avanço do capitalismo no espaço rural, ambas estruturam-se por meio de dois pilares fundamentais: a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas. Com isso, a terra “se torna produtora de mercadorias”, segundo Kautsky (1986), provedora das necessidades da industrialização.

Contudo, cabe ressaltar que a forma capitalista representada pelo agronegócio não é a única maneira de se produzir no campo: em contraditoriedade aos ditames do capital (co)existe à agricultura dita “campesina”, na qual se expressa em vários níveis e envolve diversos atores. Este é o caso dos produtores orgânicos que, por resistirem à dinâmica do capital, buscando encontrar alternativas para criar e se recriar no campo de maneira independente e autônoma, são denominados “contra-hegemônicos”.

A partir da observação do *Mapa 1*, é notadamente perceptível que em comparação à quantidade de produtores hegemônicos existentes, têm-se que o quantitativo de produtores orgânicos é escasso. Apenas 0,35% do total de produtores no Sul de Minas pertencem a esta categoria. Além destes empreendimentos incentivarem a produção do café orgânico e agroecológico, sem o uso de agrotóxicos, promovem a diversificação de culturas em suas propriedades e a produção de café orgânico feminino.

Com uma lógica de produção contrária à do capital, tais organizações são debatidas à luz da vertente teórica denominada “Paradigma da Questão Agrária” (PQA). Para esta vertente da agricultura, a questão agrária no capitalismo é uma questão estrutural, pois as perspectivas do campesinato e as perspectivas do capital são irreconciliáveis. Desta maneira, “mesmo que o capital altere todas as relações de produção e tente proletarizar toda mão de obra da agricultura, uma parte do campesinato sempre irá construir alternativas para continuar sua reprodução, pois sabe encontrar maneiras de sustentar e manter sua existência dentro do capital, sendo e ao mesmo tempo não sendo parte dele.” (LIMA, 2016, p.6)

Segundo Fernandes (2014), esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas em diversos âmbitos: públicos e privados. A elaboração de diferentes políticas para o desenvolvimento e transformação do campo são fundamentalmente influenciadas pelos interesses e ideologias do paradigma utilizado para a interpretação da questão rural brasileira. A materialização de tais políticas vai interferir no modo como a agricultura se desenvolve, suscitando nas pretensões desse desenvolvimento, e na distribuição dos recursos entre as regiões, setores, instituições, etc.

4 Considerações Finais

Em suma, compreende-se que duas lógicas alternativas de produção agrícola disputam espaço no campo sul-mineiro e sob medida, uma se faz predominante: a lógica capitalista de produção, na qual a corrida pela hegemonização do território se faz uma constante.

A partir da espacialização dos dados referentes à produção agrícola do café, é facilmente constatável que a região vem sofrendo com a tomada pelo imperialismo, mediante diversos mecanismos de controle que atuam no território.

Diante de tais circunstâncias, faz-se relevante destacar as experiências alternativas a esta lógica hegemônica de produção, executadas em essência pelo campesinato, que, além de zelarem pela manutenção do meio ambiente, corroboram para a soberania alimentar e para a saúde dos brasileiros.

Sendo assim, mediante o cenário atual, faz-se extremamente necessária a retomada de uma identidade campesina no campo, de modo a não só romper com a contraditória e destrutiva lógica capitalista que tanto afeta negativamente as esferas territorial, política, social e ambiental sul-mineiras, mas de suscitar a elaboração e execução de diferentes políticas para o desenvolvimento e transformação do campo, capazes de prezar em maior grau pela soberania alimentar dos brasileiros e não pela manutenção dos interesses do agronegócio internacional.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020, 2020
- FELÍCIO, M. J. **Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário**. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. (Orgs). Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos**. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LIMA, Eloísa A. Cerino Rosa. Territórios Paradigmáticos: breve análise para a compreensão das propostas do paradigma da questão agrária (PQA) e paradigma do capitalismo agrário (PCA). **Boletim DATALUTA**, n. 101 – Artigo do mês: maio de 2016. ISSN 2177-4463
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.
- SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>



ENCONTRO E DESENCONTROS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO POVOADO DE IGUAÍBA-PAÇO DO LUMIAR/MA.

Marilene Oliveira Pereira¹

José Sampaio de Mattos Júnior²

Resumo: A agricultura familiar nos dias atuais se configura em um resgate de reintegração do agricultor com a sociedade, agregando valor no desenvolvimento econômico e ambiental, possibilitando uma forma sustentável, com distribuição de renda tanto para o produtor quanto para a comunidade local. Este trabalho visa conhecer a realidade de uma parcela da comunidade rural do Município de Paço do Lumiar, especificamente no povoado de Iguaiába, onde boa parte da economia é baseada na agricultura familiar e pesca atividades essas que movimentam a economia do município. Apesar de estar inserido no sistema capitalista, o agricultor familiar ainda mantém seus laços de identidade com a terra, pois sua relação direta com o campo é o que alimenta a cidade. Há uma contrariedade excessiva em relação ao incentivo das políticas públicas voltadas para a produtividade do povoado, pois os grandes produtores recebem auxílio de programas de incentivo e outros em sua grande maioria não são atendidos por nenhum incentivo financeiro por parte da gestão pública.

Palavras-chave: Políticas públicas; Contradições; Desenvolvimento.

1. Introdução

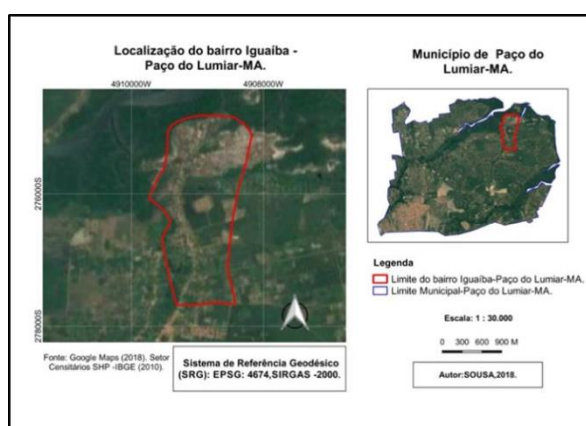
Neste trabalho, buscou - se discutir a respeito das políticas públicas voltadas para o campo, especificamente no povoado de Iguaiába (**figura 1**) localizado no município de Paço do Lumiar, apresentando o agricultor familiar como ator principal inserido em um contexto de desenvolvimento dito sustentável, o qual é possível desvendar um pouco da história daqueles que sustentam a cidade a partir de sua produção de subsistência e mostram os resultados do seu árduo trabalho que comprova que o pequeno produtor não é mais aquele autointitulado por muitos o “Jeca Tatu”, e sim aquele que faz parte de um grupo social alvo de preconceitos e ideias distorcidas por muitos que não conhecem ou fingem não conhecer esse agrupamento que desde seus primórdios é um exemplo de luta e resistência

no campo.

É considerável que esses agricultores familiares estão se esforçando para manterem sua identidade e ao mesmo tempo estão mais inseridos no cenário capitalista transformando seu território, proporcionando seu enquadramento na conjuntura do novo rural brasileiro, onde essas famílias se

permitem conquistar novos caminhos que estreitam ainda mais as relações do meio rural com o urbano.

Figura 1- Localização do povoado de Iguaiá-Paço do Lumiar/MA.



Fonte: GOOGLE MAPS/2020.

Assim a partir da observação de uma realidade no meio rural, juntamente com leituras de vários trabalhos e pesquisas, nos levou a refletir e a indagar sobre a situação atual vivida pelo pequeno produtor na região de Iguaiá e o desenvolvimento econômico e social de uma área inserida no sistema capitalista considerada rural, porém situada numa área totalmente urbanizada. Vale ressaltar que as condições da reprodução das unidades rurais nesse povoado, estão associadas às condições em que cada um se encontra no contexto social. Portanto, sobre as transformações do campo é importante citar que;

O rural vem se reconfigurando devido as transformações socioespaciais que se despontaram nas últimas décadas, desmistificando a ideia que associava rural, como um modo de vida ultrapassado e o urbano como avançado. Essa análise toma-se como base, as modificações do cenário rural brasileiro, mediante a reestruturação das forças produtivas, bem como o advento da globalização, tendo esta como uma fase do modo de produção capitalista. Essas transformações na dinâmica socioespacial assumem grandes evidências, no período do meio técnico-científico- informacional, mais precisamente no Brasil a partir de 1970. (Rocha & Santos, 2015, p.2).

Sendo assim, o presente trabalho vem enfatizar a importância da produção familiar no cenário econômico e social, embora encontre dificuldades e limitações diversas, são frutos de uma história de luta social, econômica, política, agrícola e agrária ocorrida no Brasil. Ao contrário do que muitos acreditam no desaparecimento dessas unidades rurais, dirigidas pelas famílias, o trabalho a campo mostrou que as mesmas permanecem resistentes e devem ser apresentadas de forma permanente em todos aos meios de publicações.

Sem ter pretensões de julgamento, a partir de entrevista realizada com moradores da região, foi possível entender as necessidades de uma gestão pública eficiente associada à efetividade econômica que possam caminhar lado a lado no desenvolvimento local e sustentável.

A agricultura familiar de Iguaiá é diversificada e tem como características a mão de obra que é basicamente da própria família que complementa o processo produtivo e contribui assim para melhor ocupação das terras e acaba impactando na renda de todos aqueles que estão envolvidos na produção. Portanto, o caráter familiar na produção combina todas as atividades produtivas com inserção de membros da família, assim compreende-se em termos conceituais que,

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

A agricultura familiar no município de Paço do Lumiar é feita de forma rudimentar com pouco conhecimento científico, são práticas passadas de geração a geração, poucos conhecem as tecnologias utilizadas para o crescimento e expansão de seus produtos. Os produtores dispõem de grande extensão de terras que são propícias para diversificação de plantios diversificados de culturas. É bom ressaltar que a presença de técnicas de plantio viabilizaria um desempenho melhor na produção, promovendo um crescimento econômico para as famílias e para toda comunidade.

Procedimentos Metodológicos

Tendo em vista alcançar o objetivo apresentado, recorreremos aos subsídios teóricos tais como: conceitos de território e seus referenciais, questões territoriais; políticas de desenvolvimento territorial; políticas públicas foram essenciais para ter um norteamento durante o processo de pesquisa.

A visita a campo se mostrou uma parte importante para fazer análises devidas e registrar informações mais coerentes para desenvolver o trabalho.

A constituição de mapas a partir do *software Q Gis* foi necessária para enfatizar a localização geográfica da área de estudo e realizar uma observação física do recorte da comunidade em estudo.

Como método de pesquisa, adotou-se o materialismo histórico dialético, na perspectiva da análise do discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006), com o fim de interpretar a realidade agrária e sua dinâmica no território em estudo.

Resultados e Discussões

Tendo a produção agrícola como meio de sobrevivência, o agricultor familiar do povoado de Iguaiá também é notado como pequeno empreendedor, pois para promover a ampliação dos seus lucros, é necessário investimentos na rotatividade das plantações e fazer com que haja uma expansão da comercialização dos seus produtos. Para isso, pensando na não estagnação da produção, todo o rendimento produtivo é escoado para as feiras livres conhecidas como espaço de reprodução e integração social, essa reprodução se mostra a partir do momento que esse pequeno produtor cria laços para se manter no mercado, que somado a integração, se baseia nas condições do mercado, onde se considera o preço, opta por vender ou consumir segundo as vantagens ou desvantagens que o mercado oferece. Assim sendo, para Abramovay (1992), o que diferencia esse agricultor de outro comerciante é, caso o mercado não lhe seja adequado, a alimentação de sua família não estará comprometida.

Atualmente o povoado de Iguaiá, se apresenta como uma região ainda esquecida pelas ações públicas, detendo-se como uma área taxativamente rural, a população que ali habita se mostra resistente apesar das dificuldades desde a infraestrutura local até a saúde, campo de diversas contrariedades. Em tempos de outrora, o agricultor familiar era pejorado como “caipira”, agora nos dias atuais com a sua entrada no sistema capitalista, o camponês dos tempos primórdios, agora é um trabalhador moderno, que não só pensa na família, como também tem objetivos focados no desenvolvimento do seu próprio território. Prova disso são as casas do agricultor familiar que agora adota um modelo moderno que põe fim ao paradigma do estilo de vida baseado na história do Jeca Tatu de Monteiro Lobato.

O espaço rural vem se reconfigurando a partir do momento em que o pequeno produtor percebeu que havia necessidade de transformar seu espaço sem perder sua identidade campesina. Em áreas consideradas pobres deve ser persistente em almejar melhorias no próprio espaço fazendo uso de suas riquezas com foco no crescimento local. O desenvolvimento local pode ser conceituado, como um processo endógeno de mudança que levado ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humana (BUARQUE, 2002).

Para Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente potencializando a economia dos municípios onde vivem.

Iguaiá tem como atividade de subsistência a pesca, porém a localidade centra-se na agricultura familiar. De modo que, os principais produtos comercializados são: Alface, berinjela,

cheiro verde, feijão verde, couve, coco, acerola, jingome, maxixe, quiabo, vinagreira, rúcula, coentro, cebolinha, pepino, pimenta de cheiro, mandioca, macaxeira, caju, banana e melancia.

Esses produtos cultivados dão a essa área uma característica predominantemente agrícola, isto é, é evidente que essas culturas dominam o cenário local, o que enfatiza mais a forte relação com a economia da região. Portanto, a agricultura familiar de subsistência nesse território não deixou de exercer sua função de abastecimento interno, que na verdade é suporte da estrutura de trabalho no campo.

Considerações Parciais

O povoado de Iguaíba tem solos férteis e recursos hídricos necessários para a produção, que associados são requisitos essenciais para o desenvolvimento local sustentável.

De acordo com as condições climáticas, ocorre uma variação de plantios, ou seja, há uma seleção das culturas dependendo das chuvas. Nesta esfera, para muitos agricultores a falta de tecnologia ainda é um empecilho para o aumento da produção de diversas culturas e até da comercialização. Porém no mesmo setor já existem produtores que já estão se adaptando com a tecnologia apropriada para expandir sua produção. É uma situação que apresenta disparidade, pois a questão das políticas públicas voltadas para o campo ainda é um gargalo a ser vencido nesse território.

Referências

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992,275P.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão).

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARAGNATO, R. C. A; MUTTI R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Revista Texto & Contexto-Enfermagem. Florianópolis. Out-dez 2006, p. 679-68.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.8, n.3, p.313-322, 2006.

ROCHA, Altamar Amaral; SANTOS, Geisa Alves dos. *A dimensão do urbano e as relações de produção no povoado Santo Antônio - Barra do Choça/BA*. In: Anais do XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Fortaleza; 2015 p. 1-20.

EIXO 4

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

Cultura, Gênero, Sexualidade
e Movimentos Sociais

1. Introdução

As relações de poder e a forma como os sujeitos disputam os espaços confere a característica de território, partimos do aspecto que narra a ação aliada a intencionalidade de determinado movimento social, afinal, qual o seu trunfo e qual ou quais suas estratégias de atuação e militância, assim “consequentemente, a delimitação de seu poder manifestado na forma de território amplia suas capacidades, permitindo um controle maior sobre os processos que condicionam suas vidas” (PEDON, 2009, p. 13).

Pedon (2009), Fernandes (2000; 2009; 2012) e Filho (2016; 2017) compreendem os movimentos sociais como um tipo ou forma de mobilização coletiva que possui duração perene, organizada e complexa, que se realiza a partir de suas ações e movimentações e que, ao se movimentar, motivam reflexões e discussões acerca de temas macroestruturais que percorrem a organização-mundo e as suas estruturas de opressão, violência, violação e, principalmente, exploração, expressões estas que se materializam no território.

O estudo dos movimentos sociais e de sua inserção no cenário político nacional a partir de um olhar geográfico se deu entre as décadas de 1970 e 1980 acompanhando, como expressa Pedon (2009) o processo de renovação da geografia, a sua introdução nesse cenário de estudos e investigações se dá pelo aumento exponencial de movimentos sociais, bem como pela valorização dos sujeitos sociais como elementos importantes na construção de territórios, ou seja, os sujeitos são responsáveis pela construção de suas histórias ou da história de seu país, esse viés e corrente filosófica, teórica e conceitual de conceber a realidade é reforçado pela corrente da geografia crítica.

A concepção do espaço geográfico como um acúmulo, produto, ou resultado histórico dotado de contradições é uma construção recente da ciência geográfica, assim Pedon (2009, p. 18) diz “o que significa dizer que, na relação que os homens estabelecem entre si e com seu espaço, este último raras vezes tomava sentido de construção social”, isto é, não era visto como um produto das relações e contradições, era compreendido como recurso natural que poderia ser modificado a partir da relação humana ou como barreira a ser superada, no entanto, a geografia crítica surge para romper com esses limites de interpretação e galgar novas possibilidades e leituras.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa coletiva construída em torno do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA), especificamente, nos diálogos estabelecidos e nos resultados alcançados a partir da sistematização, avaliação e leitura do Espaço Urbano. Ver-se-á neste artigo, a apresentação dos resultados parciais da sistematização feita em torno dos tipos de ações e dos tipos de movimentos que se manifestaram e disputaram o Espaço Urbano entre janeiro e junho de 2020.

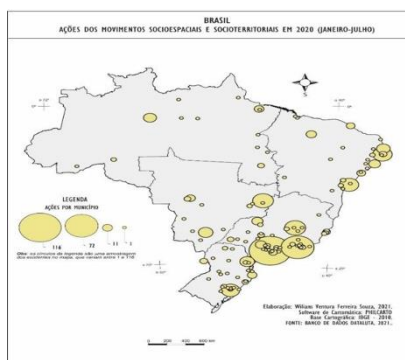
2. Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

O processo metodológico foi dividido em duas etapas: a primeira consiste no cadastramento das palavras-chave no Google Alerts - movimentos sociais urbanos, sem teto, mobilidade urbana, direito à cidade, associação de bairro, organização de moradores, movimento social de luta por moradia, movimento estudantil, secundarista, LGBTQ, feminista, movimento de mulheres, movimento negro, conflito por moradia, ocupação, invasão, agricultura urbana, agroecologia, minha casa, minha vida, movimento sindical, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), indígenas, etc. - através do Google alerta, em seguida as notícias são lidas e filtradas pela equipe de coleta e encaminhadas para a equipe de sistematização por meio do google drive. A equipe de sistematização encarrega-se da segunda etapa, que consiste na releitura sistematizada das notícias onde realiza o processo de extrair as informações, tabulação através de uma planilha do Excel e posterior arquivamento. Identificamos as notícias e realizamos o registro a partir de várias informações, sendo as principais: os tipos de movimentos, tipos de ações e em que lugar ocorreu a ação.

3. Resultados e Discussões

Apresentaremos a seguir os mapas que materializam dada ação e existência dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil a partir de duas perspectivas: a primeira se dará em torno de uma leitura genérica de todos os tipos de movimentos e tipos de ações realizados/as no Brasil entre janeiro e julho de 2020; a segunda perspectiva é mais específica, tendo em vista que realizou-se a espacialização e territorialização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que centraram suas lutas em torno da diversidade também entre janeiro e julho de

Mapa 1 – Ações dos socioterritoriais em 2020 (Jan-Jul)



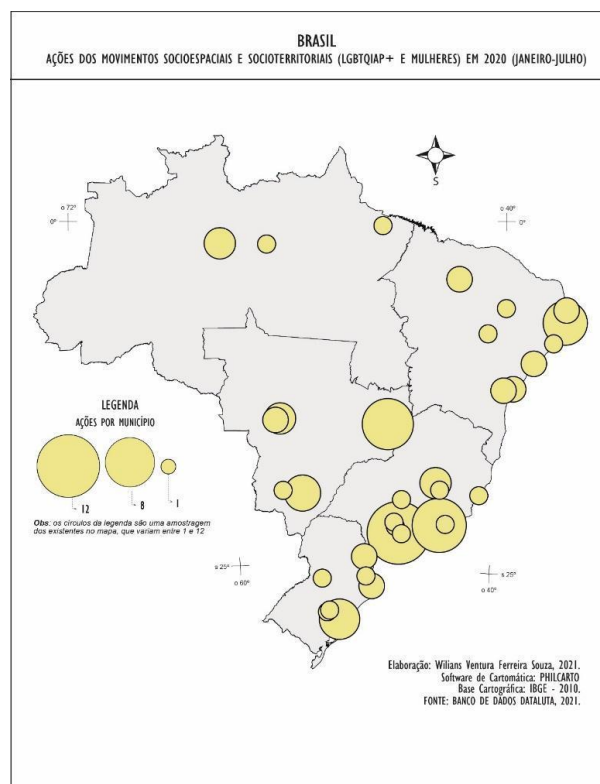
sexual e de gênero no Brasil 2020.

movimentos socioespaciais e

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), 2021.

A partir do mapa 1 é possível observar a espacialização e territorialização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais brasileiros entre os meses de janeiro e julho de 2020. Assim sendo, São Paulo concentrou o maior número de ações com 116 ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, seguido do Rio de Janeiro com 72 ações, Belo Horizonte com 29 ações, Brasília com 28 ações, Recife com 25 ações, Salvador com 24 ações, Porto Alegre com 22 ações, Campo Grande e Curitiba com 14 ações, entre outros municípios. Caminhando para as especificidades da pesquisa, também realizamos um recorte a partir dos tipos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual no Brasil.

Mapa 2 – Ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIAP+ e Mulheres em 2020



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), 2021

Como é possível observar no mapa 2 “ação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais (LGBTQIAP+ e Mulheres) em 2020”, os municípios que mais registraram ações de movimentos LGBTQIAP+ e de mulheres (vários debates e temas em torno do movimento de mulheres também permeia as diferentes diversidade), foram São Paulo com 12 registros, seguido do Rio de Janeiro com

9 registros, Brasília com 8 registros, Recife com 6 registros, Porto Alegre com 5 registros, Campo Grande com 4 registros, entre outros municípios.

4. Considerações Finais

O que motivam os sujeitos a se organizarem em movimentos e a comporem espaços políticos? O que vivifica a luta desses sujeitos, fazendo-os lutarem incansavelmente pelo objetivo fim? Existem inúmeros elementos que compõem a geografia dos movimentos sociais e que, de certa forma, se materializam na ação desses movimentos, um elemento central pode ser compreendido a partir da forma como esses sujeitos sentem e vivem o espaço, na forma como constroem símbolos e lutam por eles.

Os mapas 1 e 2 evidenciam a existência e a dinâmica espacial e territorial que se dá/estabelece no Espaço Urbano a partir dos conflitos e das disputas. É possível observar uma heterogeneidade de movimentos socioespaciais e socioterritoriais que ora se aproximam e unem suas pautas em tornos de intencionalidades semelhantes, ora se distanciam.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são forças opostas que se atraem por um objetivo pré-determinado, é a luta constante entre opressor e oprimido, entre dominantes e dominados, será que a concepção chave de movimento social estaria na leitura marxista a partir do conflito de classes antagônicas, ou no funcionalismo que mergulha a sociedade em instituições-fins ocasionando conflitos, ou então como explosões ocasionadas pelo tensionamento do tecido social, cultural, político e econômico na qual vive o país.

Referências

FERNANDES, B.M. **Peasant Movements in Latin America**. Oxford Research Encyclopedia of Politics. 2020.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. "Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil". **Landscape Research**. V.44, 2019. p. 1-16.

FILHO, J. S. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

FILHO, J. S. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-patial positionality e convergence spaces, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 13- 38, 2017.

PEDON, N. R. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 240 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.



AS GEOGRAFIAS DO ESTADO DO MARANHÃO NA DISCOGRAFIA DA CANTORA ALCIONE

Guilherme da Silva Borges¹⁰⁶

Resumo

Natural da cidade de São Luís, Alcione se transformou em um nome de destaque no cenário da música nacional a partir de seu primeiro disco, *A voz do povo*, em 1975. Desenvolvendo sua carreira profissional enquanto cantora na cidade do Rio de Janeiro, sua discografia apresenta constantes homenagens a aspectos que remetem às suas origens. Assim, a partir de seus lançamentos, pouco a pouco vai construindo um cenário imagético-discursivo do Estado do Maranhão e de seus municípios no imaginário nacional. Com o objetivo principal de perceber que características do estado são contadas/cantadas por Alcione em toda a sua discografia até os dias atuais (1975 - 2021), a presente pesquisa surge com os propósitos de: a) realizar uma discussão teórico-metodológica sobre o segmento de geografia e música, expoente da geografia cultural que passou a garantir seu espaço nas análises geográficas a partir de 1991; b) construir tabelas que possibilitem a separação temática de todo o repertório da cantora, selecionando as canções que ajudam na caracterização das paisagens maranhenses cantadas e contadas por Alcione, identificando também aqueles que estão sinalizados

¹⁰⁶ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: guilhermeborgesdp@gmail.com.

enquanto compositores e, portanto, desempenham papel fundamental na estrutura lírica das músicas; e, por fim, c) expor as características de um Maranhão nas letras cantadas por Alcione. Assim, ao selecionar as músicas, pretende-se expor percepções do estado a partir de três eixos: aspectos naturais, aspectos econômicos ou voltados à infraestrutura e, por fim, os aspectos humanos - tal setorização está em andamento e, portanto, exposta parcialmente.

Palavras-chave: Geografia e Música; Geografia Cultural; Alcione; Maranhão.

1 Introdução

A partir do primeiro afastar dos cílios, estamos expostos a estímulos que surgem de todos os lados e aguçam continuamente nossos sentidos. Com os desafios impostos pela sobrevivência, a teoria da evolução expõe que uma leitura assertiva dos estímulos do planeta é um adicional para garantir maior sucesso na transmissão do código genético para as próximas gerações, fato que resultou numa potencialização de órgãos responsáveis pela luz, pelo toque, pelos cheiros, sabores e movimentos (sons).

Nesse panorama, a experiência humana está condicionada pela maneira na qual percebemos e somos impactados pelo que acontece ao nosso redor. É nessa perspectiva que Yi Fu Tuan (2018) define a experiência como "[...] um termo geral para os vários modos através dos quais uma pessoa conhece seu mundo. Alguns modos sensoriais são mais passivos e diretos que outros. Sentimos por meio do gosto, cheiro e toque, embora estejamos simplesmente registrando sensações provocadas por estímulos externos". Por mais distintas que sejam as formas de se entender e responder a uma realidade, existe uma limitação condicionada ao fato de compartilharmos corpos com órgãos semelhantes.

A percepção do som e as tentativas de transportá-lo representam a faceta auditiva que originam a música. Por sua vez, os instrumentos musicais se originam dos esforços de transportar sons da natureza para vivências oportunas para a comunidade. Com amplo registro histórico por parte de organólogos, a espacialização global do pau-de-chuva é ilustrativa no que tange ao transporte desse evento climático. Os especialistas apontam que tal instrumento era utilizado por curandeiros e xamãs para a criação de ambientes meditativo e rituais espirituais, sendo encontrado no litoral peruano com os incas, antes mesmo da chegada dos europeus, e com povos no que hoje são os países México, Camarões, Nepal, China e Brasil em sua porção amazônica.

Entender a história da música é tomar ciência de parte da dinâmica do mundo vivido, demonstrando que a geografia, conforme Yves Lacoste, citado por MELLO (1991) serve "antes de mais nada para o dia-a-dia". A partir da criação de instrumentos musicais, é possível destacar dois momentos históricos para ajudar a entender o contexto no qual o consumo da música se encontra hoje: o primeiro com a existência de espaços destinados a apresentações ao vivo e o segundo com o desenvolvimento de

tecnologias para gravação e edição de som. Ambas as circunstâncias dizem respeito a quem tinha acesso a música e em quais momentos ela poderia ser apreciada.

Assim, levando em consideração o contexto de séculos no qual a ciência teve a possibilidade de se desenvolver, cabe à pesquisa o desenvolvimento de metodologias para a interpretação do mundo através dos sons que pessoas de todo o mundo tiveram a oportunidade de registrar e o zelo preservar. Nesse sentido, o conhecimento se articula de múltiplas formas ao atravessar áreas como as da saúde, das ciências biológicas, sociais ou mesmo da ciência geográfica.

E é por estarmos localizados em espaços com suas próprias dinâmicas sonoras que não se conhece uma civilização sem manifestações musicais próprias. Tais registros, artísticos ou não, ajudam a ilustrar as modificações históricas e as formas de perceber, contar e cantar o mundo. E é nessa perspectiva que a Geografia, através da vertente de estudos culturais se debruça sobre investigações voltadas ao campo da música.

Ao deixar em evidência o panorama temático das abordagens na área citada anteriormente, Panitz (2012) ressalta uma concentração de interesses particulares relativos aos seguintes temas: 1) samba e carnaval, 2) hip hop, 3) música popular, 4) música erudita, 5) a cena eletrônica ou o que é mencionado enquanto 6) música do Nordeste. Entretanto, a discussão sobre o segmento de música nordestina traz relações diretas a exclusivamente duas cidades: Salvador/BA na perspectiva da música eletrônica (Costa, 2011) e o movimento manguebit em Recife/PE (Picchi, 2011). Além disso, objetivando proporcionar uma discussão sobre periferias, o maracatu é utilizado por Santana (2006) enquanto objeto central e Luiz Gonzaga ilustra a territorialidade do sertão na dissertação de Fernandes (2001). Logo, ao ter noção da pluralidade regional, é possível perceber que existem vazios a serem identificados pelo campo de estudos geográficos sobre a música.

Portanto, visando propor o esboço de uma sistematização das informações relativas a uma paisagem maranhense construída através do conteúdo lírico musical exposto na discografia de sua cantora mais conhecida nacionalmente, Alcione, identificando características associadas ao Estado do Maranhão e suas formas imagética-discursivas. Aprofundando-se na análise geográfica da música popular nacional, os resultados parciais estarão expressos nas seções 2 e 3 do presente documento, ao discutir o campo de geografia e música e expor um panorama da produção da cantora analisada.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Ressaltando a emergência que a pesquisa voltada ao campo de Geografia e Música foi adquirindo ao longo das últimas cinco décadas, os artigos voltados a uma análise histórica como CASTRO (2009) e PANITZ (2012), podem ser destacados enquanto basilares para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica na investigação.

Enquanto o primeiro apresenta um foco voltado às contribuições de George Carney e Lily Kong, delimitados como os dois principais sistematizadores dos estudos de geografia e música (CASTRO, 2009, P. 10), Panitz enfatiza a produção científica nacional entre o período de 1990 e 2010. Tais artigos, somados às contribuições de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2000; 2007; 2009) no que diz respeito à divulgação científica, proporcionam modelos metodológicos analíticos para o desenvolvimento da pesquisa.

As principais contribuições de George O. Carney estão na publicação conjunta com Nash (1996), e na quarta edição de *The Sounds of People and Places* (2003), nesta última existe a sistematização das abordagens metodológicas em dez categorias. Lily Kong, por outro lado, ao propor novas possibilidades de abordagens nas investigações, expõe a característica elitista das pesquisas naquele contexto e apresenta cinco tendências. Dentre as citadas sistematizações, a presente investigação se orienta pela utilização da quinta abordagem de Carney, que envolve os elementos psicológicos e simbólicos da música moldando o caráter de um lugar: a imagem do lugar, o sentido de lugar e a percepção do lugar; e a quarta entre as tendências identificadas por Kong, sintetizada pela investigação a respeito do caráter e identidade dos lugares a partir das letras das canções.

Do ponto de vista operacional, os dados referentes às músicas que integram o repertório total de Alcione são analisados em duas planilhas. A primeira tem a função de exibir todos os lançamentos da artista, descrevendo as informações locais que as canções podem, ou não, estar envolvendo. A segunda expressa a origem de cada um dos compositores das canções, objetivando a percepção de quais são aqueles que a artista mais desenvolveu relações profissionais.

Para a obtenção dos mesmos, as estratégias foram diversas: observando o impacto de Alcione nas plataformas de *streaming*, realizou-se um monitoramento quantitativo de seu desempenho nos portais *spotify* e *deezer* por cinco meses, estabelecendo um quadro comparativo com outros artistas maranhenses. Com o objetivo de tabular os discos e suas canções, esforços se direcionaram para identificar canções expostas em seu site oficial e na plataforma *spotify*, percebendo os padrões: álbuns de estúdio, álbuns ao vivo e coletâneas temáticas. Por fim, para identificar os compositores e suas naturalidade, realizou-se o tabelamento dos nomes oficiais expostos no aplicativo anteriormente citado, e nos sites *Dicionário MPB*, *Acervo Casa do Choro* e no *Instituto Memória Musical Brasileira* (IMMuB).

3 Resultados e Discussões

A partir de uma sistematização dos artistas maranhenses que apresentam material no meio digital, o projeto *Vinagreira Sounds* reúne desde 2017, em uma única playlist, mais de 100 músicos oriundos de diversos municípios espalhados pelo Estado do Maranhão. Após realizar um tabelamento dos mesmos e monitorar aqueles que apresentam desempenhos mais expressivos, foi possível perceber que Alcione

figura-se entre os cinco artistas maranhenses com mais resultados quantitativos no *streaming*, que conforme o relatório do IFPI (2020), é a maior fonte de receita para aqueles que estão envolvidos na cadeia produtiva da música.

Além disso, nos 46 anos que se passaram a partir do primeiro disco, Alcione construiu uma carreira que tem como marcos os lançamentos de 51 discos. Referindo-se ao conteúdo de cada um desses projetos, observa-se que os álbuns ao vivo e as coletâneas temáticas apresentam canções que originalmente são divulgadas nos discos ao vivo. Portanto, para que as músicas exerçam o mesmo nível percentual em relação a sua discografia, essas repetições são excluídas da análise total de lançamentos, que atingiu o quantitativo de 521 canções.

Das músicas catalogadas, foi possível delimitá-las em categorias temáticas, sendo elas: 1) afetividade, amores ou paixões; 2) afetividade, dores ou desamores; 3) festividades; 4) religiosidade ou espiritualidade; 5) espaços; 6) sentimentos ou reflexões; 7) avanços ou problemas sociais; 8) saudosismo ou nostalgia; 9) homenagens e 10) contos ou histórias. Válido informar que as temáticas não são mutuamente excludentes, visto que os temas podem se apresentar juntos.

Por fim, com base nas músicas catalogadas enquanto lançamentos inéditos na carreira de Alcione, é possível identificar três eixos que envolvem as citações diretas: a) aquelas canções que apresentam referências a países ou nações [49], b) as canções que apresentam referências a unidades federativas, exceto o Maranhão [55] e, por fim, c) as canções que apresentam informações diversas sobre o Maranhão [40]. Sobre os 469 compositores catalogados na estruturação lírica das canções cantadas por Alcione, 361 são brasileiros, 27 com nacionalidades diversas e outros 81 sem informação. Dos brasileiros, constata-se que as unidades federativas que mais apresentam pessoas envolvidas nas composições são Rio de Janeiro [212], Maranhão [29] e Bahia [29].

4 Considerações Finais

Referenciar o Maranhão se apresenta enquanto uma constante em toda discografia de Alcione. As informações apresentadas na seção anterior representam aspectos introdutórios no que diz respeito às formas de se perceber a carreira de Alcione e das referências que carrega consigo. Os resultados iniciais apontam para uma predominância nas formas de retratar São Luís, a capital do Estado, associando passagens e personagens históricos com momentos em sua biografia, constantemente expondo para o país algumas das manifestações culturais ali presentes, tais como o reggae e festividades juninas.

Referências

CARNEY, George O. Música e lugar. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). Literatura, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 123-125.

CARNEY G. O (org.) The sounds of people and places: A geography of american music from country to classical and blues to bop. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.

CASTRO, Daniel. Geografia e música: a dupla face de uma relação. Espaço e Cultura, UERJ, n. 26, 2009, p. 7-18.

COSTA, Juliana Cunha. Segregação espacial e música eletrônica: a cena cultural de Salvador e Camaçar. Dissertação de Mestrado dirigida por Maria Auxiliadora. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. 89p.

FERNANDES, Glauco Vieira. “Reterritorialização” Da Cultura Sertaneja Em Luiz Gonzaga. Cadernos de Cultura e Ciência, v. 3, n. 1, 2009. <[http:// tinyurl.com/3srvs9n](http://tinyurl.com/3srvs9n)>.

IFPI. Global Music Report 2020 - The industry in 2019. London: UK, 2020.

KONG, Lily. Música popular nas análises geográficas. In: Cinema, música e espaço. CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p.129-175

PANITZ, Lucas Manassi. Por uma Geografia da música: um panorama mundial e vinte anos de pesquisas no Brasil. Para onde!?, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2012a.

PICCHI, Bruno. De homens e caranguejos ao Caranguejos com Cérebro: a região cultural do Movimento Manguebit e o Recife contemporâneo. Dissertação de mestrado dirigida por Paulo Roberto Teixeira de Godoy. Rio Claro : Universidade Estadual Paulista, 2011.

SANTANA, Paola Verri. Maracatu: a centralidade da periferia. Dissertação de mestrado dirigida por Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

TUAN, Y.-F. (2018). Lugar: uma perspectiva experiencial / Place: an experiential perspective. Geograficidade, 8(1), 4-15. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2018.81.a27150>

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 300p. 1991.



IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: Análise de caso de LGBTFobia em Sobral - CE

Francisco Alan Muniz Ribeiro¹⁰⁷

Resumo

Este trabalho objetiva relatar um caso de LGBTFobia de grande repercussão em Sobral, cidade localizada na região norte do estado do Ceará, em 2019, a cidade que conquista pela terceira vez o 1º lugar no ranking federal de Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) e alcança resultados satisfatórios quando falamos em educação pública a partir da observação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que apontam sobral como uma das cidades mais promissoras do Brasil quando pensamos em educação, alcançando níveis exemplares, a cidade torna-se destaque até mesmo internacional, essa mesma cidade se depara com cenas explícitas de homofobia, a instalação de uma faixa de pedestres pintada nas cores da bandeira LGBTQIA+ em uma das principais vias da cidade, onde houve uma parceria em conjunto com o órgãos públicos, iniciativa privada e ONGs, revelando incoerência entre os municípios a partir do contraste dos níveis de educação e os atos de LGBTFobia disseminados pelas redes sociais.

Palavras-chave: Educação; LGBTQIA +; LGBTFobia.

1 Introdução

Educação de identidade de gênero nas escolas é de fundamental importância quando pensamos em uma sociedade mais justa, equitativa e de qualidade, ainda existem muitos tabus quando discutido este assunto, sobretudo em âmbito educacional, principalmente entre os que seguem uma linha mais tradicional de pensamento. Não discutindo somente entre os gêneros homem cis e mulher cis, e sim toda diversidade que existe e há de se respeitar.

¹⁰⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: alan.munizr@gmail.com

A homofobia é evidenciada a partir de vários âmbitos sociais, em todas as fases da vida, desde a infância, adolescência, adulta e idosa. Usada socialmente como forma de diminuição e dominação, quando trazemos para a educação (BORRILLO, 2009) define o tratamento da homofobia como um papel fundamental, é uma forma de inferiorização conseqüente e direto da hierarquização das sexualidades, onde temos a heterossexualidade como prioritária no status de superiorização natural da vida.

Em 2020 as secretarias de segurança pública de 15 estados brasileiros deixaram de enviar dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+, entre esses estados inclui-se o Ceará, o mesmo sendo um dos onde mais se mata a comunidade. Sem esses dados no Anuário de Segurança Pública, do Fórum de Segurança Pública, a partir da ocultação, impossibilita uma análise crítica e construtiva acerca da temática.

As escolas por sua vez deve exercer um papel de transformação social e de construção de cidadania, como aponta a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a base que soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Mas o que observa-se em uma cidade exemplar na educação é totalmente contrária.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, a partir de um caso recente de LGBTFobia na cidade de Sobral e analisa quais suas correlações com a educação no município, com suporte de textos científicos sob a temática.

3 Resultados e Discussões

Recentemente, no mês de abril de 2021, em Sobral foi feita uma ação conjunta entre marca T-Shirt em Box e a ONG Mães Pela Diversidade, com a permissão da prefeitura municipal de Sobral, onde elaboraram e concretizaram uma ação que visa a resistência e luta LGBTQIA+, a instalação de faixas de pedestres pintadas nas cores da bandeira LGBT, sem nenhum gasto público.

Figura 1 –Faixa de Pedestres



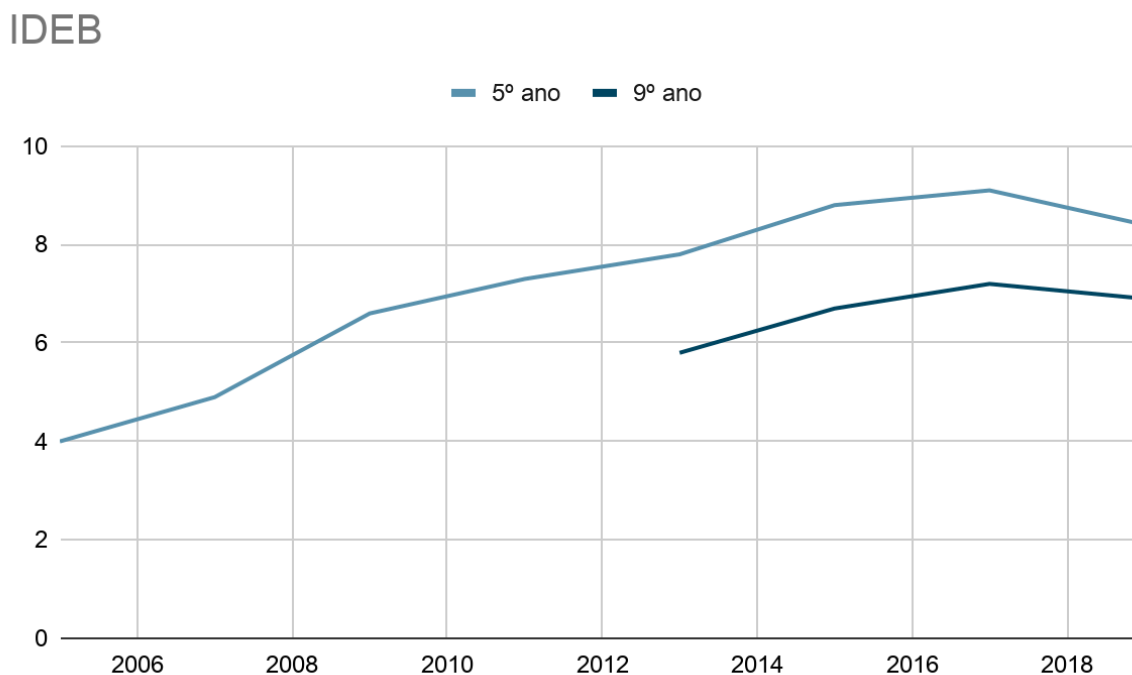
Fonte: Sobral Drone, 2021.

Através desta ação, e após muita repercussão da ação nas mídias, evidenciou-se muitas manifestações de LGBTFobia, observa-se muito discurso de ódio e manifestações contra a ação, inclusive a deputada estadual Dra. Silvana solicitou ao Detran - CE que apagasse a faixa, evidenciando LGBTFobia vindo do poder público.

Entre inúmeras as justificativas para desclassificar a ação, usam as normas da legislação de trânsito, mas ao observar que apenas à 75 metros de distância das faixas LGBTQIA+ há outra faixa que é fora do 'padrão', simbolizando o formato de teclas de piano, mas o mesmo não comoveu as pessoas, evidencia assim mais uma vez tamanha intolerância.

Há incoerência, quando pensamos na escola enquanto agente transformador social, ao observar entre 2005 a 2019 (5º ano) e 2013 a 2019 (9º ano) a linha crescente e sobre a educação sobralense segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

Gráfico 1 - Resultados do IDEB



Fonte: IDEB

A educação na cidade, tem um nível de reconhecimento internacional, os resultados obtidos são mais satisfatórios que as próprias metas estabelecidas nacionalmente. Esta educação teoricamente deveria ser de forma integralizada, levando em consideração a construção humana, civil e social,

portanto torna-se incoerente quando comparado os fatos, mas é louvável observação nas escolas, para compreender de fato se estão preocupando-se com a formação integralizada, ou somente com os resultados das avaliações externas que trazem reconhecimento, justificadas pelos próprios moldes que encontramos hoje de educação brasileira adequada

4 Considerações Finais

A educação de gênero de fato é um desejo dos pesquisadores da área, muito importante para a formação integralizada do aluno, e não levando somente em conta os aspectos avaliativos que vão levar o reconhecimento para a escola, município, estado ou país. Fica cada vez mais explícito para mim, autor, com este trabalho, que ainda está buscando resultados, que a educação integralizada ainda é uma utopia. A escola mais uma vez se afirma como um papel de espelho da sociedade opressora.

Referências

Daniel Borrillo. A homofobia. Tatiana Lionço; Debora Diniz. **Homofobia e Educação**, LetrasLivres, 2009, 978-85-9870-23-0. ffhal-01242485f

IDEB. **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VASCONCELOS, Caê. **15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência contra LGBTs**. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/>. Acesso em: 23 abr. 2021.



A Reprodução do Modo de vida Camponês no Município de Raposa – MA

Washinton Luis de Oliveira Lima¹⁰⁸

André Lucas S. Ferreira¹⁰⁹

Resumo

O presente trabalho busca analisar a dinâmica camponesa a fim de compreender os processos produtivos e sua relação com o modo de vida são objetivos fundantes que nortearão o presente estudo. Para tanto, durante todo o percurso metodológico desse trabalho valemo-nos da consulta bibliográfica, da pesquisa de campo, das entrevistas, e da elaboração de um mapa de localização da área pesquisada. Raposa em virtude da localização geográfica permitiu a reprodução do modo de vida camponês pautados na pesca e na produção de artesanato, algo peculiar ao município. O camponês é uma figura representativa na sociedade pelo modo como a estrutura familiar e o processo produtivo estão organizados e articulados, sendo substancial compreender o conceito camponês e sua relação com o lugar.

Palavras chaves: Camponês; Artesanato; Produção.

1 Introdução

Segundo o (IBGE, 2018) Raposa “é Elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual n.º 6.132, de 10-11-1994, desmembrado de Paço do Lumiar”. Contudo, o município carece de políticas públicas que favoreça as atividades camponesas e todos os outros segmentos econômicos. Portanto,

¹⁰⁸Graduando em Geografia licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: Washinton.luis13@gmail.com

¹⁰⁹ Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: andreLucasgot@gmail.com

analisar a dinâmica camponesa a fim de compreender os processos produtivos e sua relação com o modo de vida são objetivos fundantes que nortearão o presente estudo. A seca que ocorreu no Nordeste em meados de 1950, condicionou muitos nordestinos a migrarem para o litoral maranhense em busca da manutenção de seu modo de vida ligados à sua territorialidade¹¹⁰. Nessa perspectiva, muitos cearenses formaram suas colônias no município de Raposa em virtude da localização geográfica que permitiu a reprodução do modo de vida camponês ligados a pesca e a produção de artesanato, atividades essas que movimentam a economia do município. Embora seja uma atividade secundária, o turismo representa uma oportunidade real de valorizar o trabalho dos camponeses, visto que antes de realizarem seus passeios náuticos, os turistas passam pelo corredor das rendas localizada na avenida principal do município.

2 Metodologia

Durante todo o percurso metodológico desse trabalho valemo-nos da consulta bibliográfica, da pesquisa de campo, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores. O presente trabalho é oriundo de questionamentos surgidos durante a realização de visitas ao município.

3 Resultados e Discussões

O camponês é uma figura representativa na sociedade pelo modo como a estrutura familiar, o processo produtivo está organizado e articulado. Nesse contexto, Marques (2008) compreende “o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida”. A utilização dessa categoria permite uma análise histórica, política e cultural para compreender a organização das sociedades no passado e presente, sendo o modo de vida um condicionante para entender as experiências cotidianas do camponês e suas lutas contra os modelos econômicos e políticos. É substancial compreender que o conceito camponês abarca diversas formas de organizações familiares para o trabalho cooperativado como pescadores, artesãos, agricultores. Marques (2008) aponta uma característica elementar associada “a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra”. A perspectiva de uma economia doméstica está relacionada com a produção familiar sem o intuito de acumular capital, constituindo as atividades produtivas de modo a garantir a reprodução do modo de vida. No presente apontamento, Chayanov (1966) ressalta que o “objetivo básico seria garantir a

¹¹⁰ Fuini (2017) ressalta que “a territorialidade seria a expressão de um comportamento vivido, englobando a relação do território e o espaço estrangeiro, incluindo aquilo que fixa o homem aos lugares e aquilo que os impele para fora do território (entre o fixo e o móvel; entre o que dá segurança e o que projeta a liberdade)”.

satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente”. As experiências¹¹¹, percepções e práticas cotidianas dos camponeses comumente estão atreladas aos lugares, e as condições materiais e imateriais que condicionam a auto identificação do modo de vida camponês. Segundo Tuan (2013) “os acontecimentos simples podem com o tempo, transformarem - se em um sentimento profundo pelo lugar. Esse sentimento a qual se refere o autor pode ser determinado ou influenciado por objetos, símbolos ou uma paisagem natural. Nessa conjuntura, o sentimento pelo lugar é a atribuição do significado que o indivíduo faz dele. Os valores culturais estabelecidos pela troca de experiências e envolvimento de um grupo social encadeia uma série de características comuns singularizadas por objetos ou símbolos. Brum (2017) afirma que “Como centro de significados, o lugar remonta a complexidade e ambiguidade de atitudes e formas como o mundo é experiência pelas pessoas”. O enraizamento construído pelo indivíduo através de sucessivos acontecimentos seja por tensões cotidianas ou por atividades que este desempenha, estabelece a concepção de pertencimento ao lugar. No mesmo apontamento Relph (1979) afirma que “os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. Nessa dimensão, o modo de vida camponês é reflexo de memórias, sentimentos e de intensa satisfação e orgulho das atividades desenvolvidas. Em Raposa é perceptível a identificação dos pescadores e artesãos com as atividades desenvolvidas e com o lugar onde residem. As experiências adquiridas ao longo da vida por estes camponeses representam para o geógrafo um olhar profundo que vai além das narrativas, simboliza entender as dinâmicas camponesas presentes no cotidiano. Precisamos compreender o campesinato como uma categoria de análise guarda-chuva. Martins (1981), entende o campesinato dessa forma, pois, ele engloba todos os atores sociais do campo em suas especificidades. A atividade de artesanato no município da Raposa, se dá a partir de famílias cearenses que saíram de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, na chegada ao maranhão, se estabelecendo no norte maranhense, com suas construções residenciais em áreas de planícies de maré (figura 1).

Figura 1- Loja em planície de maré.



. Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

¹¹¹ Tuan (2013) “A experiência é constituída de sentimento e pensamento”.

Nessa perspectiva, podemos observar que há um apreço imensurável dos raposenses pelo ofício do artesanato. No presente contexto, o entrevistado (A) relata que, “A atividade vai muito além de um retorno financeiro, eles continuam a realizar essa ocupação pelo sentido afetivo que cada peça produzida tem para o criador”. Ele menciona que uma parcela significativa das mercadorias em seu estabelecimento é produzida pela sua família, em contrapartida, a outra fração dos produtos comercializados são comprados em outros estados, como o estado do Ceará, em função da impossibilidade na confecção de peças mais elaboradas. Em seu estabelecimento qualquer tipo de produto é comercializado, logo ampliando a variedade de produtos, sendo um investimento com retroativos adquiridos no futuro com o acréscimo nas vendas. Embora tenha nascido em São Luís, o presente interlocutor, finca suas raízes culturais ligadas à sua residência e ao seu município, motivos pelos quais não abandonaria o seu modo de vida.

Figura 2 - Loja de artesanato de artigos diversos.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Os artesãos de Raposa, também chamados de rendeiros, tem orgulho da arte produzida em linhas de lã e crochê. Contudo, o trabalho dos artesãos é midiaticamente pouco divulgado e suas vendas são aquecidas nas altas temporadas correspondentes ao período de férias onde ocorre o aumento no quantitativo de turistas que visitam o município. Nesse contexto, os pescadores no período citadino, tem um acréscimo em suas rendas, em função dos passeios náuticos realizados pelos turistas nas ilhas do município. O entrevistado (B), é uma senhora cearense aposentada que ainda desenvolve a atividade de rendeira. O conhecimento adquirido para a confecção das peças foi repassado muito cedo e a continuidade, para ela, “é a maior herança de família que as próximas gerações podem ter”. Trabalhar como rendeiro em Raposa, é fabricar peças por motivos afáveis e ajudar no orçamento mensal da família. Nesse sentido, a interlocutora relata “que procurar uma outra atividade remunerada é indispensável, as vendas das confecções artesanais como única forma de obtenção de capital não dá subsídio para as famílias sobreviverem, depois de ser questionada sobre isso, complementou " minha

barriga não vai esperar o turista compra a peça, tenho que dá meu jeito. "Os movimentos realizados na construção do material de trabalho, é reflexo da experiência e discernimento na reprodução do modo de vida camponês, de modo que o desenvolvimento tecnológico ainda não suficientemente capaz de expandir o artesanato há uma produção em larga escala, por esse motivo que os jovens raposenses continuam a desenvolvendo habilidades e técnicas de modo hierárquico.

4 Considerações Finais

A relação camponês com o lugar é o principal elo entre os rendeiros com o município de raposa, esse sentimento afetivo com os materiais produzidos é o propulsor motivacional para os residentes desenvolverem seu trabalho, muito embora o poder público não dê subsídios necessários para os artesãos desenvolverem seu trabalho durante todo o ano. Dessa forma, a atividade turística no município poderia e deve ser mais bem explorada com o intuito não somente de alavancar a economia do município, mas de valorizar o trabalho e o modo de vida camponês algo ainda distante da realidade.

5 REFERÊNCIAS

BRUM, J. L. S. **Por uma interpretação humanista da relação entre lugar e mobilidade**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 102-119, abril. 2017.

CHAYANOV, Alexander V. 1966 - **The Theory of Peasant Economy**. The American Economic Association, Homewood-Illinois.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográfico**. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

>>><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa/historico>. 2019<<<. Acesso em 17/06/2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67. Jan.-jun./2008.

RELPH, E. C. 1979. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. Geografia, 4 (7): 1-25.

TUAN, Yi-Fu- 1930- **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** / Yi-Fu Tuan; tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2013.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87**, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.



OS IMPACTOS DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MORADORAS DE FAVELAS

Thallyson Daniel Pereira de Sousa¹¹²

Resumo

O presente resumo, extraído de pesquisa em desenvolvimento, tem por objetivo analisar os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres chefes de família residentes em favelas, a partir da análise de bibliografia científica, documentos e pesquisa em acervos jornalísticos. Busca-se demonstrar com números o quanto a Covid-19 tem impactado diretamente no dia a dia dessas mulheres, nos desafios econômico-social, fazendo uma relação direta com o Direito à Cidade. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, de caráter bibliográfico e documental, que, com base na metodologia qualitativa, apontando como resultados iniciais que este grupo de mulheres tem se encontrado abaixo da linha de pobreza, sem emprego, muitas delas sobrevivendo com o benefício do Auxílio Emergencial, completando suas rendas na informalidade como domésticas.

Palavras-chave: COVID-19; Direito à Cidade; Mulheres chefes de família

1 Introdução

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Covid-19 é uma doença com alto poder de infecção causado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), ainda segundo a OPAS a maioria das pessoas se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar, no entanto a Organização ressalta que qualquer pessoa pode pegar a Covid-19 e ficar gravemente doente, ainda mais com a explosão de variantes da doença. (OPAS, 2021).

No dia 06 de abril de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou as primeiras orientações sobre a Covid-19, claras e objetivas, tais como, higiene pessoal e isolamento social, que

¹¹² Bolsista Capes e discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEP em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia\Campus Pontal. E-mail: thallyson.sousa@ufu.br

os impactos para a população, assim foi tratada a Covid 19 pelo (Des) Governo Federal (ARAÚJO, 2020).

Os governadores dos estados brasileiros travaram uma verdadeira guerra contra o Governo Federal para criar medidas de contingência a pandemia diante da omissão Federal, tal disputa foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), a instituição decidiu então pela competência de estados e municípios agirem sobre medidas de contenção a Covid-19.

A população brasileira se viu em meio a uma disputa política e de poder das instâncias de governo, sem qualquer respaldo para as demandas sociais ocasionadas pela crise sanitária que se instalou no país (ARAÚJO, 2020). As primeiras medidas de contenção começaram a ser desenvolvidas, mas o sentimento de insegurança pairava sobre os lares mais pobres, pois as ações voltadas a economia, eram rasas e incertas. Depois de uma longa discussão e desorganização o Governo Federal lançou o ¹¹³Auxílio Emergencial, porém este não foi capaz de atender todas as famílias, se quer foi concedido a centenas de pessoas que se inscreveram e tiveram seus pedidos recusados. Muitos desses lares localizados nas favelas e chefiados por mulheres, a quais foram as principais vítimas dos impactos da Covid-19.

A pandemia da Covid-19 reafirmou e intensificou as desigualdades sociais já existente na sociedade, também trouxe uma nova realidade para os lares, onde a figura da mulher passou ainda mais a ficar sobrecarregadas no seu trabalho (seja ele na modalidade home office ou não), nos cuidados com os filhos (que passaram agora a ficar integralmente em casa, na educação deles e no bem estar), esse é um dos múltiplos exemplos que se pode dar sobre como tem sido a realidade dessas mulheres em contexto de pandemia, diante dos inúmeros arranjos familiares, que também tem sobrecarregado essas tantas outras (LIMA; MORAES, 2020).

No entanto no presente trabalho faz-se o recorte das vivências de mulheres das favelas, as quais em sua grande maioria são negras (69%), mães (70%) e chefes de família (44%), segundo o último Censo/IBGE. Vitória Régia da Silva (2020), afirma que a raça dessas mulheres é uma barreira para o acesso a direitos básicos e que isso só piorou durante a pandemia, cerca de 63% dos lares onde a mulher tem o papel de provedora, estão abaixo da linha de pobreza. Essas mulheres tem um grau maior de dificuldade ao acesso a moradia adequada, saneamento básico e internet.

Assim, propõe-se a discussão sobre como a pandemia da Covid-19 tem afetado diretamente a vida das mulheres chefes de família que residem nas favelas brasileiras, do modo como o direito à cidade a esta parcela da população tem sido retirado por parte do poder público, se omitindo a criar uma política pública contundente capaz de atender a este grupo da sociedade.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

¹¹³ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$600 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020>

Extraído da Dissertação de Mestrado em desenvolvimento, o presente resumo apresenta parte das investigações, especificamente os impactos da Covid-19 na vida das mulheres chefe de famílias que residem nas favelas.

Metodologicamente para elaboração deste artigo foi feita a estruturação da bibliografia científica, análise de documentos e pesquisa em acervos jornalístico, uma vez que ainda se trata de percepções iniciais a serem aprofundadas durante os a elaboração da dissertação de mestrado, há muito ainda se fazer, trabalho de campo, a tabulação dados, seguida de estudo minucioso, para que se possa ser feito as considerações pertinentes a pesquisa.

Toma –se como referencial teórico o conceito de direito à cidade proposto por Henri Lefebvre, datado de 1960 durante a Revolução Industrial, para o autor tal direito não deveria ser compreendido somente pelo clamor por de infraestrutura e/ou habitação social, assim entende-se que a sua ideia também aponta para desigualdades e opressões presentes na produção do espaço. Lefebvre aponta injunção de padrões e violências fazem parte da estrutura de cidade existente na urbanização atualmente, a chave de virada para isso mudar, segundo o autor seria exercer o poder coletivo visando a reformulação dos processos de produção do espaço.

3 Resultados e Discussões

Considerando que os resultados ora apresentados correspondem à parte inicial da pesquisa, que ainda se encontra em desenvolvimento; e, portanto, restrito à análise geral sobre impactos da pandemia Covid- 19 na vida de mulheres chefes de família residentes nas favelas.

Segundo a pesquisadora da Fiocruz Minas, Paula Dias Bevilacqua, a pandemia tem gênero, os efeitos da Covid-19 tornaram o cenário ainda mais frágil para mulheres, o isolamento social tem deixado ainda mais visível a desigualdade econômica, sobrecarga em cuidar da casa e filhos.

No início da pandemia, o desemprego entre as mulheres alcançou a marca de 1,2 milhão, 15,2% desse total são de mulheres negras e chefes de família. Muitas dessas mulheres se dedicam ao trabalho informal como domésticas e estão vivendo abaixo da linha de pobreza (63%). O Auxílio Emergencial, destinado a este grupo de mulheres (chefes de família) era de R\$ 1.200, 00 na primeira rodada, porém o benefício foi insuficiente para atender as necessidades básicas desses lares chefiados por mulheres (SILVA, 2020).

4 Considerações Finais

Como já dito anteriormente a pandemia da Covid-19 só deixou ainda mais em evidências os problemas sociais que existem no Brasil desde muito tempo, a desigualdade gênero é só uma das pontas. O destaque aqui se faz as mulheres chefes de famílias, negras e residentes em favelas, que muito antes da pandemia já sofriam com a sua condição de vida.

Estavam a margem da sociedade, servindo somente para serviços domésticos, seres invisíveis que ao final do dia era “convidadas” a se retiraram das áreas nobres da cidade e voltar para suas casas, sem nenhuma qualidade de vida. Com o início da pandemia foram as primeiras a sentirem os impactos, vendo

o tão pouco se transformar em nada. A mercê da própria sorte, pós o Governo omissivo foi incapaz de formular uma política pública para atender as necessidades dessas mulheres; muitas dessas se arriscaram a sair de casa em busca do sustento de seus lares mesmo sabendo dos riscos.

Arendt (1998) afirma que as pessoas só terão o direito à cidadania assegurado, quando não houver a omissão dos seus outros direitos. Para essas mulheres chefes de família falta o direito a dignidade e a Cidade, elas estão sendo impedidas de terem acesso ao básico para sobreviver.

Conclui-se então que ainda a muito a ser discutido sobre a temática, o presente resumo é um pequeno recorte do que pretende a ser desenvolvidos pelos próximos anos, estamos vivendo o segundo pior pico da pandemia do Covid-19, a certeza é de que novos fatores serem descobertos, analisados e documentados.

Referências

ARAUJO, Márcia Bastos. Covid-19 nas favelas cariocas: A resistência decolonial das mulheres de Rio das Pedras no enfrentamento da pandemia. *In*: LIMAS, Andressa Lidicy Moraes; MORAES, Lorena Lima de. **A Pandemia de Covid-19 na vida de mulheres brasileiras: emergências, violências e insurgências**. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/issue/view/1019>. Acesso em 23 abr. 2021.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: companhia das letras, 1989. Traduzido para o português por Roberto Raposa.

OPAS. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BEVILACQUA, Paula Dias. **Mulheres, violência e pandemia de coronavírus**. 2021. <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em 23 abr. 2021.

Fórum nova favela brasileira. 122 slides. 2018. Disponível:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresenta%20a7%20a3o_2%20ba%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf. Acesso em: 22 abr.2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed Centauro, 2001. Coelho (1996).

LIMAS, Andressa Lidicy Moraes; MORAES, Lorena Lima de. **A Pandemia de Covid-19 na vida de mulheres brasileiras: emergências, violências e insurgências**. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/issue/view/1019>. Acesso em 23 abr. 2021.

OMS. **Recomendações sobre o uso de máscaras no contexto da Covid-19**. 2020. Brasil. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332293/WHO-2019-nCov-IPC_Masks-2020.4-por.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, Vitória Régia da. **Um retrato das mães solo na pandemia**. 2020. Disponível:

<http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia>. Acesso em: 22 abr.2021.

<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/#:~:text=Nas%20palavras%20de%20Lefebvre%2C%20%E2%80%9C%5B,de%20informa%C3%A7%C3%A3o%2C%20de%20trocas%E2%80%9D>. Acesso em :22 abr. 2021.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio prestado.



VOCAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DA ZONA RURAL DE CODÓ – MA: Para a Promoção do Turismo na Natureza

**Raphaela Carvalho Pacheco¹
Jessica Suyane Sousa²
Cosme do Nascimento Neves Junior³
Luiz Jorge da Silva Dias⁴**

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo enaltecer o potencial para a modalidade de turismo de natureza e ecoturismo no município de Codó, localizado no leste do Estado do Maranhão. Onde foram identificados através de análise de paisagem “in loco”, e registros fotográficos nos balneários, os inúmeros atrativos que eles apresentam, identificando as fragilidades que impedem ou dificultam a difusão e o crescimento da atividade turística na região, sendo a intenção deste trabalho, dá embasamento a criação de políticas públicas para a consolidação do turismo de natureza e ecoturismo, proporcionando renda para a população local, alinhada a proteção ambiental. O reconhecimento do território em questão fez-se necessário para uma melhor visualização desses pontos e as práticas ali desenvolvidas, alinhadas a contemplação da natureza. Esses balneários são alimentados pelo rio Itapecuru, e seus afluentes, que abençoam o território codoense, sendo um atrativo de lazer explorado pela população local e de entorno do município.

Palavras-chave: Práticas Ambientais; Maranhão; Políticas Públicas; Lazer.

¹Raphaela Carvalho Pacheco graduanda em Geografia Bacharelado. E-mail: raphaelapacheco93@gmail.com

²Jessica Suyane Sousa especialista em Direito Ambiental. E-mail: jsuyanes@gmail.com

³Cosme do Nascimento Neves Junior Turismólogo. E-mail: cnnjunior@hotmail.com

Luiz Jorge da Silva Dias Msc. Em Sustentabilidade de Ecossistemas. E-mail: luizjorgedias@hotmail.com

1 Introdução

O turismo na natureza é hoje um dos principais vetores da economia do turismo mundial e atrai cada vez mais pessoas para o Maranhão, este segmento da atividade turística vem se expandindo, e atraindo muitos adeptos que buscam uma conexão com o primário, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), a atividade cresce de 15% a 25% ao ano, e 10% dos turistas em todo o mundo buscam o turismo ecológico, sendo o Brasil um dos destinos mais procurados. O ecoturismo é definido como “viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação” (TIES, 2015) já para Silva (2006, p.165) o turismo de natureza é, “o turismo de natureza é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios/paisagens predominantemente naturais com objetivo de apreciar a natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais”. O Município de Codó possui um potencial turístico bem vasto, sua vocação está voltada para o turismo na natureza em seus múltiplos segmentos, destarte ao complexo de balneários e trilhas, situado na zona rural do município nos povoados Barra do Saco e Roncador pouco explorados e conhecidos, alimentados pelo rio Itapecuru e seus afluentes, rio Codozinho e rio Saco, as águas do rio Itapecuru abençoam o território codoense, onde belezas naturais contrastam a escassez de políticas públicas voltas para o desenvolvimento de atividades turísticas no município. O estudo busca destacar os potenciais e fragilidades nestes ambientes, para a provocação da sociedade e tomadores de decisões a vir consolidar um complexo de balneários no local, junto às demais características de Codó – MA para desenvolvimento deste segmento da atividade econômica que é o turismo na natureza, e a sua inclusão na rota turística do Estado do Maranhão. Gerando emprego e renda, e beneficiando a região com um número maior de visitantes, aliado a formação de uma consciência ecológica na população e valorização destes ambientes, promovendo o equilíbrio de ambas às partes.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

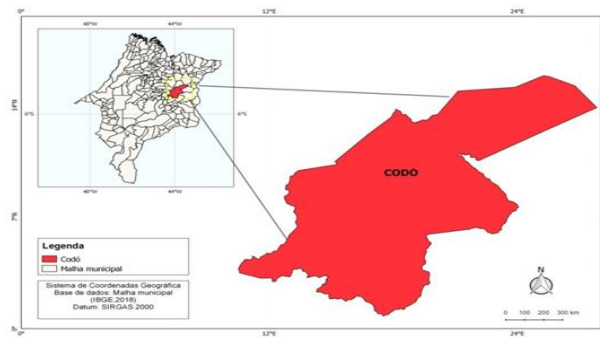
Os Levantamentos Primários envolveram pesquisas de gabinete, sobre o município de Codó, nas mais diversas fontes oficiais, IBGE, MTUR, OMT, revisão bibliográfica, sites e redes sociais, fazendo um levantamento dos seus principais atrativos turísticos. Posteriormente, foi desenvolvida visita técnica no mês de fevereiro 2021, sendo identificado e caracterizado “in loco” o potencial turístico do município de Codó, que faz parte da região dos Cocais, onde a equipe adentrou a zona rural e os seus balneários. A documentação fotográfica foi um elemento importante, utilizado para a caracterização do meio físico, e dos aspectos paisagísticos. Foi utilizada máquina fotográfica Canon Powershot SX400IS, a qual possibilitou o registro dos dados referentes às áreas estudadas, a fim de compor a caracterização territorial. O levantamento do potencial turístico contemplou as áreas naturais, nas quais foram compiladas suas características, fragilidades e eventuais soluções, para melhorar e implantar a atividade turística no local. As áreas visitadas em Codó foram os balneários, Encontro dos Rios Saco e Codozinho, Salazar, Fazendinha, Sucuri, Recanto dos Sonhos, Zuador, e o balneário dos Vieiras. Para a

representação cartográfica do mapa de localização do Município de Codó, utilizou-se: a base de dados do ano de 2017 dos limites Estaduais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3 Resultados e Discussões

O município de Codó está localizado na microrregião de Codó, na mesorregião Leste Maranhense, (Figura 1), compreende uma área de 4.361,344 km². (IBGE, 2019). O município limita-se com os municípios de Aldeias Altas e Timbiras. Codó se situa a 75 km a Norte-Oeste de Caxias.

Figura 1 – Localização do Município de Codó



Fonte: IBGE, 2018.

4 Considerações Finais

Os maiores problemas encontrados, são infraestrutura, condições sanitárias, ausência de serviços ao turista, condições de vias de acesso, ausência de sinalização nas vias de acesso, e placas de identificação para facilitar o encontro dos balneários. Alguns balneários em exceção possuem instalações satisfatórias, mais em sua maioria necessitam de investimentos e capacitações para fortalecimento de suas atividades. O Balneário Encontro dos Rios está localizado no povoado Barra do Saco, zona rural de Codó. Situada a 10 km do município. Sendo formado pela confluência dos rios Codózinho e Saco (Figura 2).

Figura 2 – Confluência dos rios Codozinho e Saco



Fonte: Pacheco, 2021.

O balneário Sucuri está situado no povoado Roncador, zona rural de Codó. Com um percurso aproximado de 7,9 km, partindo do centro da cidade, com duração de 15 minutos, seguindo em direção à avenida primeiro de Maio. A área de lazer é formada por uma piscina de águas naturais, oriundas de um igarapé do rio Itapecuru (Figura 3), possuindo estruturas com cadeiras, oferecendo mais conforto aos visitantes (Figura 4). Na (Figura5) tem- se a estrada que liga o complexo de balneários na zona rural.

Figura 3 – Balneário Sucuri



Fonte: Pacheco, 2021.

Figura 4 – Estruturas do balneário



Fonte: Pacheco, 2021.

Figura 5 – Estrada de acesso aos balneários



Fonte: Pacheco, 2021.

4 Considerações Finais

O complexo de balneários do município de Codó é rico em beleza natural, oferecendo desde praticas para contemplação da paisagem, trilhas, banhos nas águas do rio Itapecuru e seus afluentes, a um simples descanso para recarregar as energias. Agrada quem busca o turismo na natureza, e que respeita a natureza como ela se apresenta. O potencial para esse tipo de atividade já existe, mas ainda não está consolidado, e ainda tem muito a que se fazer, principalmente no que diz respeito à implantação de políticas públicas e uma gestão que organize rotas, mobilize agencias turística, capacite a população local, e ofereça infraestrutura aos balneários em parceria com seus proprietários, para criação de um complexo de balneários em Codó – MA, visando sua inserção na rota do turismo maranhense “quiçá” nacional, de encontro com as boas práticas de preservação ambiental, considerando o turismo ecológico e de natureza, sendo uma atividade que tem como o seu principal objetivo o desenvolvimento econômico em harmonia e equilíbrio com os recursos naturais.

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 23/04/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Tourism Towards 2030: global overview**. Madrid: Assembleia Geral, Outubro de 2011.

SILVA. C.A. Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica. Campinas: UNICAMP/IGC/Departamento de Geografia. Tese de Doutorado, 2006.

TIES- **The International Ecotourism Society**. O que é Ecoturismo? Disponível em: <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 23/04/2021.

Agradecimentos

Ao Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e a Universidade Estadual do Maranhão que através do Zoneamento Ecológico e Econômico do Bioma Cerrado e Costeiros tornaram possível a realização deste trabalho.



LIBERDADE: O Quilombo Urbano Moderno em São Luís (MA).

Geyce Mara Ferreira Gatinho¹¹⁴

Marcos Vinicius Lima de Sousa²

Luécya de Lima Costa³

Juciana da Conceição Birino de Souza⁴

Resumo

Buscando analisar o Quilombo Urbano moderno em São Luís, propomos investigar o bairro da Liberdade, sendo esse considerado área remanescente de quilombo, inserida dentro do âmbito urbano de São Luís. Para tanto, buscou-se verificar como esse povo se configura no município, e analisar por meio da literatura e de entrevista aberta os principais problemas que acometem o bairro na atualidade. Em nossa metodologia, além do levantamento bibliográfico e documental, foram essenciais os trabalhos de campo, composto apenas por entrevistas de forma remota junto a alguns moradores do bairro. Apresenta-se, assim, a gênese e características da Liberdade, onde por meio da teoria dos circuitos da economia urbana, damos ênfase aos aspectos sociais e econômicos do bairro, e enfatiza-se o reconhecimento do Quilombo Liberdade como Quilombo Urbano, bem como seus movimentos culturais existentes. Faz parte, ainda, de nosso intuito refletir sobre as relações do Bairro da Liberdade considerado Quilombo Urbano e as políticas públicas inseridas.

Palavras-chave: São Luís; Liberdade; Quilombo Urbano; Políticas Públicas.

1 Introdução

¹¹⁴Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: geyce.mara.gatinho@outlook.com.

²Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: marvinl.ml35@gmail.com.

³Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: costaluécya@gmail.com.

⁴Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail:jucianasouza16@gmail.com.

Para compreender o desenvolvimento dos territórios quilombolas no Brasil é necessário entender a gênese do sistema escravista de produção, que por mais de três séculos sua história foi construída a partir do trabalho escravo de pessoas negras. Dessa forma, historiadores afirmam que os primeiros navios negreiros chegaram aqui por volta de 1530, trazidos à capitania de São Vicente. Não há um consenso entre os historiadores, mas estimam-se que cerca de mais de 4 milhões de negros foram trazidos a força para o Brasil para serem escravizados (PRIOSTE; BARRETO, 2012). A escravidão brasileira foi marcada pela grande resistência de milhares de negros que se rebelaram a realidade imposta, formando-se, assim, quilombos por quase todo o país, onde os mesmos buscavam mostrar que não eram apenas uma habitação de pessoas negras, mas sim um espaço em que se buscava liberdade, onde as pessoas oprimidas pela sociedade estariam livres para viver em melhores condições e de forma justa. Sendo a partir da Constituição da República Brasileira que se deu o reconhecimento da importância das comunidades quilombolas. O Maranhão se destaca por possuir uma população de aproximadamente 7.114.598 pessoas e estima-se que cerca de 74% da população do estado é negra, sendo este o estado do Nordeste que mais concentra comunidades quilombolas (CQ) e comunidades remanescentes dos quilombos reconhecidos (CRQR) no Brasil (DOS SANTOS, 2020 apud IBGE, 2018). Consoante Souza (2020), os quilombos urbanos dentro da Grande Ilha tiveram seu povoamento em meados de 1960 e 1991 que foi marcado pela desterritorialização das Comunidades Rurais Quilombolas (CRQs). Contudo, em 2019, somente o Território Liberdade Quilombola foi reconhecido, englobando os bairros de Fé em Deus, Camboa, Diamante e Liberdade. No entanto, apesar da comunidade estar inserida no ambiente urbano, nos últimos anos, o bairro da Liberdade vem enfrentado inúmeros problemas que são inerentes às comunidades periféricas composta de pessoas de baixa renda e de maioria afrodescendentes. A começar pela violência, a qual é oriunda do tráfico de drogas, seguido do desemprego e do trabalho informal. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a área remanescente de quilombo Liberdade, inserida dentro do âmbito urbano de São Luís, verificando como esse povo se configura no município e analisando por meio da literatura e de entrevista aberta os principais problemas que acometam a região na atualidade. Dando ênfase, assim, aos seus aspectos sociais e econômicos, seu reconhecimento como Quilombo Urbano e suas manifestações culturais. Partindo dessa premissa, o trabalho tem grande relevância tanto para a comunidade acadêmica, quanto a população como um todo, uma vez que traz à tona as adversidades de um grupo que durante muito tempo vem lutando para ser reconhecido e que, em pleno século XXI, ainda se encontra nas margens das políticas que asseguram a sua sobrevivência e a liberdade da manifestação cultural dentro da cidade.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Amparando a metodologia da pesquisa buscou-se o levantamento literário em artigos, sites e dissertações. Com base, utilizou-se o método qualitativo que para Godoy (1995) é um fenômeno que pode ser compreendido de forma integrada, onde o pesquisador vai a campo explorar o fenômeno segundo a perspectiva das pessoas envolvidas, coletando e analisando os dados. Desta forma, adotou-se

a abordagem do Materialismo histórico e dialético em que se analisou a realidade baseada nas relações históricas e nos meios produtivos que interferem diretamente a evolução contraditória social (SANTOS, 1985). Ademais, realizou-se entrevistas abertas com moradores do bairro da Liberdade (Virtualmente), que descrevem algumas concepções sobre a atual realidade dos afrodescendentes no espaço urbano. Ressalta-se, ainda, que mediante a atual situação da Grande São Luís, afetada pelo evento pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus (Covid-19), fomos inviabilizados de realizar as visitas técnicas presencialmente, sendo assim realizadas apenas entrevistas de modo remoto.

3 Resultados e Discussões

O bairro da Liberdade, é um quilombo urbano situado na porção leste da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. O bairro surgiu a partir de 1918, com a criação do Mercado Modelo (Matadouro), a qual por meio daí o bairro hoje chamado Liberdade anteriormente denominou-se Matadouro. Segundo Assunção (2017, p.27), o Matadouro era um local que reunia diversas funções, onde além do abate do gado bovino e suíno, também se realizava o salgamento de couro de gado e a refrigeração da carne para venda. Com base, vale ressaltar que esse mercado não mais existe, porém no mesmo estabelecimento hoje funciona uma Escola de Ensino Fundamental no bairro, denominado Mário Andrezza. A referência do Matadouro é lembrada até hoje pelos moradores mais antigos como um símbolo da comunidade e um forte elemento que marca a formação do bairro e a permanência ao longo de décadas de muitos moradores na área da Liberdade. Assim sendo, portanto, a mudança do nome Matadouro para Liberdade ocorreu somente em 1967, na gestão do prefeito Cafeteira. A população original do bairro da Liberdade foi constituída segundo Pinheiro (2013, p. 53) de pessoas oriundas “principalmente do município de Alcântara/MA e de outras regiões da baixada ocidental maranhense”, bem como “do Litoral Maranhense”, tendo hoje esse Quilombo, uma população com aproximadamente 160 mil habitantes, abrangendo as comunidades da Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante. Na área que compreende o território quilombo Liberdade é possível observar, a existência de comércios informais, como mercearias e quitandas, a revenda de cosméticos, frutas e verduras com grandes variedades, e artesanatos, sendo esses confeccionados pelas bordadeiras dos grupos de bumba do bairro, em prol da sobrevivência dos bois, como é o caso do boi da Floresta, pertencente ao bairro. Trata-se de algo destacado por eles como “trabalhar o social criativo”. No mais, se vende bebidas, água, comidas prontas, galeto, peixe, carne, entre outros, vendidos na feira do bairro, bem como na própria residência do morador. Em relação a peixes e carnes suas vendas também ocorrem no mercado municipal do bairro. Ademais, foram registradas formas de prestação de serviços, como barbearia, serviços de impressão, manicure, cabelereiro e reforço escolar, o que indica o aumento de atividades autônomas em que os moradores se ocupam. Nessa via, lembramos Santos (2014, p.97) quando este afirma haver no meio urbano dois circuitos econômicos que constituem e desenvolvem práticas econômicas sociais, definindo-os como circuitos da economia urbana- o circuito superior e o circuito inferior da economia. Assim sendo, considerando tal reflexão, em análise de campo nos fizeram levantar a hipótese de que

existe uma relação significativa do bairro com o circuito inferior da economia urbana, pois apesar dos moradores do bairro hoje estarem vivenciando uma era mais moderna, mas ainda se percebe muitos meios de sobrevivência da parte deles de forma autônoma, com verbas conquistadas de vendas do seu próprio trabalho de forma intensiva. Assim, pode-se levar em consideração que esse “pertencer ao circuito inferior” se dá em detrimento, principalmente, dos problemas inerentes enfrentados cotidianamente pela comunidade, sendo essa constituída de pessoas de baixa renda e de maioria afrodescendentes. Em contrapartida, há a violência oriunda do tráfico de drogas, assim como o desemprego, a informalidade e, principalmente a falta de políticas públicas governamentais como educação, qualidade de vida e infraestrutura. Além desses aspectos, o bairro é reconhecido pela existência de um grande número de manifestações culturais. Trata-se de momentos em que estes moradores se remetem ao passado, aos reencontros, às suas memórias que lhes permitem reconstruir suas identidades, em particular a coletiva. Onde são expressas por meio de ritmos como: o Tambor de Crioula, capoeira, cacuriá, blocos carnavalescos tradicionais, bumba-meu-boi, grupo afro, quadrinhas, festa do Divino Espírito Santo do Pai Cocho, Hip-Hop e outros. Ressalta-se, assim, que ao longo da história do bairro da Liberdade, algumas instituições sociais e associações dos próprios moradores adquiriram grande visibilidade no bairro e criaram ações diversas e atuação política junto à comunidade, exemplo disso é o próprio Instituto Iziane Castro localizado no bairro. Dessa forma, mediante essas características peculiares e diante de poucas ações do Estado para a população dessa área, o bairro é destacado como local violento e seus moradores são constantemente estigmatizados, já que esse bairro é considerado pela opinião pública como um dos mais violentos da cidade. No entanto, mediante a tais problemas travando lutas por um reconhecimento, o Território liberdade quilombola foi reconhecido no dia 13 de novembro de 2019 pela Fundação Cultural Palmares como quilombo urbano, tornando-se o primeiro do estado do Maranhão e o maior do Brasil. Dessa forma, diante de todos os percalços enfrentados pela comunidade, esse reconhecimento é visto como uma grande vitória, pois a certificação reconhece as características históricas, culturais e antropológicas, possibilitando aos moradores maior acesso às políticas públicas governamentais, onde esses são contemplados com uma educação melhor, qualidade de vida e infraestrutura específicas para populações quilombolas. No entanto, vale destacar que apesar de terem esses direitos, segundo próprios moradores, o bairro ainda não é amparado pelos Governantes com deveria ser.

4 Considerações Finais

Os negros sempre tiveram um papel marcado pela marginalização social no território brasileiro. Assim sendo, oriundos de um passado escravista, os quilombolas têm grande importância na construção cultural do país. Da mesma forma, o Quilombo Liberdade é visto como símbolo de luta e resistência dos negros que, durante muito tempo, foram desassistidos, inferiorizados e marginalizados pela sociedade. Atualmente, composto por pessoas de classe média e baixa, o bairro preserva grande parte dessa herança, manifestada pelas festas culturais, movimentos sociais e aspectos econômicos característicos do bairro,

realizados pelos moradores, o que de certa forma os da subsidio. Dessa forma, em meio as suas lutas, a legalização desses povos como primeiro território quilombola urbano do país foi reconhecida, no entanto ocorreu de forma tardia, se comparado a sua criação, favorecendo com que o Estado não os dê a assistência precisa. Destarte, se faz necessário que as esferas políticas reconheçam esses espaços dentro do meio urbano, afim de subsidiar os anseios dessas populações que muito tende a contribuir para a diversidade etnocultural do Maranhão.

Referências

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **“Quilombo urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís.** Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Maranhão, 2017

DOS SANTOS, Saulo Ribeiro et al. **Possibilidades e realidades em comunidades Quilombolas do Maranhão: o turismo como resgate da memória e identidade.** Revista de Turismo Contemporâneo, v. 8, n. 2, p. 316-336, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

PINHEIRO, Silvio Sergio Ferreira. **Palafitas serão apartamentos: concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil no bairro da Liberdade em São Luís do Maranhão.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de São Paulo, 2013.

PRIOSTE, Fernando; BARRETO, André. Território **Quilombola, Uma Conquista Cidadã. Cartilha formação com jovens quilombolas.** SEPPIR, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado;** 6ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____ SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SOUZA, Gerson Pinheiro de. **Quilombos Urbanos na Ilha do Maranhão.** 2020. Disponível em: <https://igualdaderacial.ma.gov.br/artigo-quilombos-urbanos-na-ilha-do-maranhao/>. Acesso em: 18 mar.2021.



PRÁTICAS CULTURAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: Análises das Paisagens e das Geograficidades na Beira Rio e na Praia do Cacau em Imperatriz-MA.

Wudson Almeida da Silva¹

Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves²¹¹⁵¹¹⁶

Resumo

O presente resumo aborda as experiências dos atores da Beira Rio e da Praia do Cacau, ambos, os espaços públicos urbanos estão situados na cidade de Imperatriz. Para analisar os dois espaços por meio de suas experiências são abordados conceitos como espaço público, geograficidade, lugar e paisagens. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram pautados na abordagem teórica da fenomenológica e pesquisa de campo com realizadas entrevistas, observação, fotografias e solicitação de mapas mentais. Como resultado temos que as práticas culturais expressivas da Praia do Cacau são: - frequentar as festas populares (shows realizados na Praia), ir passear com os familiares e amigos, ir pescar (fora e dentro do período veraneio), ir à Praia do Cacau e praticar futebol de areia. As práticas culturais participativas da Praia do Cacau são: - assistir os jogos de futebol de areia. Estas práticas constituem-se em geograficidades na perspectiva da geografia. Todos os atores relataram durante a pesquisa de campo tanto na Praia do Cacau como na Beira Rio que esses espaços públicos se tornaram pontos de encontros, um lugar de lazer onde os mesmos se sentem seguros devido os órgãos de segurança estarem presente.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Prática Culturais; Geograficidade; Paisagem.

1 Introdução – A Geografia humanística é definida por bases teóricas nas quais são ressaltados e valorizados as experiências, os sentimentos, a intuição e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos. Os estudos das práticas culturais se concentram em dois espaços públicos, a Beira Rio e a Praia do Cacau e têm como ponto de referência teórica as discussões de geograficidades e paisagens da geografia fenomenológica de Dardel (2011), como referência para análises dos sentidos da realização dessas práticas. Nesse contexto é seguro esclarecer que, para Dardel (2011, p.27), “A geografia encontra um espaço construído que é obra do homem”. Para Corrêa (2014), a paisagem cultural Saueriana, era o resultado de um agente modelador da paisagem cultural. Sauer foi extremamente criticado por entender a cultura como entidade abstrata. utilizamos como aporte metodológico os mapas mentais. Necessário registrar que os mapas mentais são utilizados com frequência em pesquisas qualitativas na geografia. Nesse contexto, o presente projeto

¹¹⁵ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: wudsilva99@gmail.com.

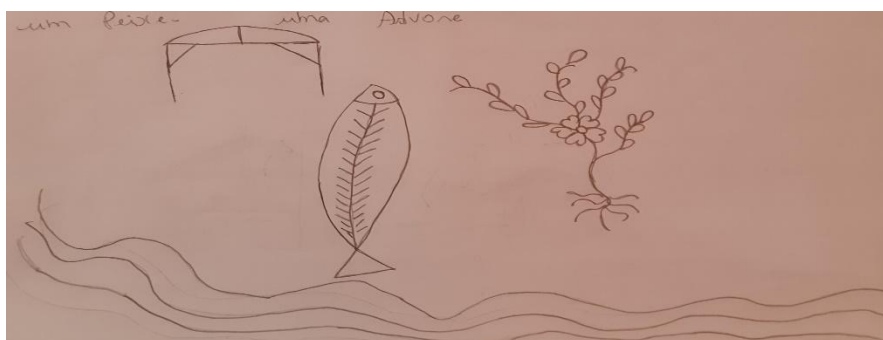
¹¹⁶ Professora Doutora de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: lucileafg@gmail.com.

objetivou identificar na Beira Rio e na praia do Cacau as práticas culturais expressivas, e participativas, classificar as práticas culturais expressivas, e participativas dos espaços públicos de Imperatriz e analisar as nuances das paisagens e das geograficidades das práticas culturais da Beira Rio e praia do Cacau.

2 Materiais e métodos – Para a realização do projeto foi desenvolvido estudos bibliográficos em livros, artigos, dissertações e teses, com o intuito de adquirir suporte teórico para o pleno desenvolvimento da pesquisa. Essa atividade foi realizada durante todo o projeto, sobre as temáticas vinculadas ao tema, como Geografia Cultural, Espaço público urbano, práticas culturais e cultura urbana. Durante as visitas de pesquisa nos lugares estudados Praia do Cacau e Beira Rio, para registrar as práticas culturais foram utilizados vídeos, fotografias e áudios. Para o êxito da pesquisa de campo procurei abordar os atores dos lugares, pedido aos mesmos que falassem sobre os seus sentimentos frente aquele determinado lugar e, posteriormente, procurei pedir aos atores a elaboração dos mapas mentais utilizando papel e caneta. Este projeto de pesquisa é regido por etapas, a primeira etapa foi a observação direta dos espaços selecionados e classificação das práticas culturais. Os espaços selecionados são a Praia do Cacau e a Beira Rio, a segunda etapa foi a aplicação de entrevistas e registros fotográficos e filmagem para a execução dos produtos finais, a terceira etapa foi a solicitação dos mapas mentais, considerando a pertinência dos mapas para expressar o que às vezes na fala não fica evidenciado, na quarta etapa foi a análise do material adquirindo durante a pesquisa para a elaboração do relatório final. Etapas realizadas durante todo o projeto, sempre que necessário adequar conteúdos e programas a uma das etapas de execução e organização de relatórios. Todas essas etapas obtiveram graus de êxito para o pleno desenvolvimento da pesquisa e, posteriormente para a elaboração do relatório final.

3 Resultados e Discussão – Os resultados finais adquiridos desta pesquisa foram baseados nos estudos bibliográficos da Geografia Cultural, observação, registros fotográficos e entrevistas realizadas na Beira Rio e na Praia do Cacau. Nestas entrevistas, foi solicitada aos atores desses lugares a elaboração de mapas mentais. Em destaque relataremos os resultados nos dois espaços públicos pesquisados. Dentre os objetivos da pesquisa estão as práticas culturais expressivas e participativa que é a classificação do tipo de práticas e sua inscrição socioespacial. De acordo com os estudos e observação da praia do Cacau, foi possível elaborar a classificação. As práticas culturais expressivas da Praia do Cacau são: - frequentar as festas populares (shows realizados na Praia), ir passear com os familiares e amigos, ir pescar (fora e dentro do período veraneio), ir à Praia do Cacau e praticar futebol de areia. As práticas culturais participativas da Praia do Cacau são: - assistir os jogos de futebol de areia. Estas práticas constituem-se em geograficidades na perspectiva da geografia. A dona de barraca deixa evidenciado no mapa mental suas percepções das experiências do seu trabalho na praia do Cacau. A senhora desenhou sua própria barraca e o prato mais pedido pelos banhistas que frequentam a praia durante o período veraneio, o peixe. O principal prato de degustação dos banhistas é fruto do rio Tocantins, o próprio peixe. A percepção é resultante do que está próximo (Figura 1).

Figura 1 – Mapa mental de uma dona de barraca da Praia do Cacau.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).
Org. (SILVA, 2020).

As práticas culturais expressivas na Beira Rio são: frequentar as festas populares (carnaval, shows de artistas renomados), ir passear com os familiares e amigos e ir a feirinha da Beira Rio fazer compras ou visitar. As práticas culturais participativas da Beira Rio são: assistir os jogos na quadra da Beira Rio, assistir os jovens andarem de patins e skate. O mapa mental da frequentadora apresenta a Beira Rio como um lugar onde se pratica esporte, pois é retratado jovens trafegando de patins e também apresenta a concha acústica onde ocorre principais eventos realizados na Beira Rio (Figura 2).

Figura 2 – Mapa Metal de uma frequentadora da Beira Rio.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).
Org. (SILVA, 2020).

Na Beira Rio as geograficidades (passear, amizade, adquirir produtos na feirinha, reencontro com os sujeitos e participar de eventos) estão asseguradas não somente pelo espaço físico da Beira Rio, a geograficidade pode ser realizada em outra perspectiva, a exemplo do encontro com as pessoas, o namoro, o sabor do lanche que consome, a brisa, o sentimento de liberdade, o caminhar, o dançar e outros. Já na Praia do Cacau as geograficidades (o reencontro, a amizade, o tocar na areia, o namoro, o vento, o sentimento de ar livre, a pescaria, a alimentação, o banho no rio e a participação de eventos) estão asseguradas por intermédio dos seus atores neste lugar.

4 Considerações finais – É notória a complexidade que os lugares estudados obtêm dentro de um estudo relacionado às práticas culturais dos espaços públicos urbanos da cidade de Imperatriz, isso ocorre devido obterem suas paisagens relativamente alteradas por seus atores. De acordo com as percepções dos atores, as paisagens dos lugares estudados apresentam diferenças no campo de visão de cada um. Assim, a leitura e as práticas das geografias evoluem no tempo e no espaço sendo significantes para a compreensão dos lugares e das suas expressões culturais, pois refletem a paisagem do espaço onde se manifestam. Ademais, se tornam parte da vivência dos lugares em estudo.

Referências

CORRÊA Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 6ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2014.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica (Primeira edição 1952); Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Agradecimentos

Externo meus agradecimentos a Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, que contribuiu financeiramente para a realização da pesquisa.



DESAFIOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO NO MOVIMENTO MIGRATÓRIO DO GRUPO INDÍGENA WARAO NA CIDADE DE SÃO LUÍS (MA), BRASIL

Juciana da Conceição Birino de Souza¹¹⁷

Marcos Vinicius Lima Sousa¹¹⁸

Luécya de Lima Costa¹¹⁹

Geyce Mara Ferreira Gatinho¹²⁰

Resumo

Os movimentos migratórios são comuns na atualidade e implicam em alterações nas relações do espaço. A comunidade indígena Warao tem sido remanejada do seu local de origem, da familiaridade com o lugar e de seus costumes por causa dos efeitos da urbanização e da crise política e econômica que se alastrou na Venezuela. Tomando como base a ideia de se repensar o território por intermédio dos movimentos migratórios, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as discussões impulsionadas pela desterritorialização. A pesquisa é relevante por discutir as barreiras sociais impostas durante a reterritorialização, auxiliando no desenvolvimento de mais pesquisas com a temática, a fim de incentivar na formulação de legislações locais que atendem as necessidades deste grupo.

Palavras-chave: Indígenas; Legislações; Território.

¹¹⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: jucianasouza16@gmail.com.

¹¹⁸ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: marvinl.ml35@gmail.com.

¹¹⁹ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: costaluecya@gmail.com.

¹²⁰ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: geyce.mara.gatinho@outlook.com.

1 Introdução

A questão do território e da territorialidade são termos bastante debatidos na sociedade e percebidos no cotidiano. Para Soja (1971) a territorialidade é um fenômeno que está associado à organização do espaço de um território delimitado, o qual assume aspectos exclusivos de quem ocupa e de quem o define. O território, por sua vez apontado por Raffestin (1993), é uma referência implícita à noção de limite, podendo isolar ou subtrair momentaneamente ou ainda manifestar um poder numa área.

Atrelado ao território e a territorialidade, o deslocamento do homem no espaço é visto desde o início das grandes civilizações, sendo primordial para sua subsistência, uma vez que eram exploradas diferentes áreas em busca de alimentos e da conquista de novos territórios para abrigarem-se temporariamente. Segundo Damiani (2001), com a ascensão da agricultura, a incorporação de técnicas mais aprimoradas voltadas para as atividades permitiu que houvesse a estadia permanente e a origem dos primeiros vestígios de grupos populacionais que, por seguinte, organizaram-se em as pequenas vilas e cidades.

Esses movimentos são comuns na atualidade e implicam em alterações nas relações do espaço geográfico com os agentes do movimento, carregando inúmeros significados e ressignificados sociais e culturais. Ademais, o fluxo migratório não pode ser entendido a partir de uma visão holística onde uma população é apenas transferida para outro local, mas de forma sistêmica na qual é possível analisar as causas que impulsionaram tais deslocamentos (crises sociopolíticas, sanitárias, desastres naturais etc.), a forma como tais indivíduos traçaram o trajeto até chegar ao destino almejado (formas de locomoção, tempo, alimentação, entre outros), como se estabeleceram e as condições para permanecerem em determinado lugar (ALMEIDA, 1975).

Diante o exposto, a comunidade indígena Warao - localizada originalmente no Delta do rio Orinoco, no estado Delta Amacuro e regiões próximas dos estados Bolívar e Sucre, na Venezuela - tem sido remanejada do seu local de origem, da familiaridade com o lugar e de seus costumes devido aos efeitos da urbanização ocorridos a partir da década de 1970 e, recentemente, da crise política e econômica que se alastra na Venezuela.

A migração desses povos para outros países, principalmente o Brasil, pode ser vista como uma nova onda migratória do século XXI, levantando diversos questionamentos sobre tal fenômeno ocorrido com maior intensidade e impactos sociais, econômicos e culturais com maior evidência nos países em desenvolvimento, além de carecer de mais estudos a fim compreendê-lo profundamente.

Tomando como base a ideia de se repensar o território por intermédio dos movimentos migratórios, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as discussões impulsionadas pela desterritorialização - que é a perda de vínculo com a territorialidade -, implicando no processo de reterritorialização, a qual se faz adaptações com o novo território escolhido ou imposto (VAZ, 2011). Entender esses conceitos com o diálogo existente entre a academia e o povo Warao tem sido uma prática recorrente e promissora, uma vez que esses povos já se configuram em terras maranhenses e são cada vez mais comuns nos

centros urbanos da capital do Maranhão, São Luís.

Desta forma, analisou-se as dificuldades encontradas durante a transição Venezuela-Brasil, os problemas na organização político-administrativa do município que inviabilizam a sua permanência em um determinado local a longo prazo e os impactos socioculturais existentes entre eles e a população ludovicense. O trabalho tem como relevância discutir as barreiras sociais impostas durante a reterritorialização, auxiliando no desenvolvimento de mais pesquisas com a temática a fim de incentivar na formulação de legislações locais que atendem as necessidades do grupo.

2 Procedimentos Metodológicos

Buscando analisar a migração ocorrida durante os últimos anos pelo povo Warao e com a finalidade de discorrer as divergências nos âmbitos sociais, econômicos e políticos presentes no território ludovicense, a primeira parte da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de artigos, sites, revistas, jornais e de leis brasileiras que tratam sobre o imigrante.

Na fase posterior, foi realizada uma atividade de campo no ano de 2019 em uma instalação temporária de uma família da comunidade indígena, na Vila Portelinha, localizada no bairro do Alto do Calhau, em São Luís (MA), na qual ocorreu um bate papo com um membro da família que pôde esclarecer o processo de locomoção da Venezuela para o estado, as dificuldades durante a migração, a inexistência de políticas públicas para eles, entre outras questões.

3 Resultados e Discussões

A Venezuela tem passado por intensas transformações em seu território. Com o discurso de seguir o modelo socialista venezuelano, o governo de Nicolás Maduro favoreceu o surgimento de inúmeras instabilidades econômicas atreladas ao petróleo, gerando mais tarde deficiências internas e comprometendo a vida de milhares de pessoas. Desde então, a região passa por conflitos entre partidos contra e ao favor do governo, fragilizando a permanência das famílias e incentivando a se deslocarem para outros países em busca de melhores condições de vida.

Este processo de locomoção de uma região para outra consiste na migração forçada que é conceituado como um processo de “desterritorialização”, o qual é conceituado por Haesbaert (2004) como deslocamento “voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens”. O autor ainda afirma que a desterritorialização sempre ocorre em conjunto da “reterritorialização” que se apresenta através de uma adaptação que o indivíduo passa ao mudar de seu território para um desconhecido. Assim a desterritorialização é o movimento do abandono do território, enquanto a reterritorialização é o movimento de construção do mesmo, sendo simultâneos e indissociáveis.

De acordo com Carvalho (2019), a chegada dos venezuelanos no Maranhão se deu por uma iniciativa do Governo Federal em parceria com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que visa

reintegrar os mesmos em outras regiões do país, já que o estado de Roraima está passando por um processo de superpopulação, especialmente no município de Pacaraima que faz divisa direta com a Venezuela.

Os processos de interiorização e da inclusão às políticas públicas do país dependem muito da legislação voltadas ao imigrante e, em especial, aos imigrantes indígenas quais são inexistentes. Há no âmbito nacional apenas duas leis principais que dispõem sobre os direitos e deveres dos imigrantes, sendo estas a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 e a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 (BRASIL, 2019), todavia, nenhuma delas especifica a situação do refugiado indígena imigrante, uma fragilidade no atual cenário.

Durante a visita realizada no ano de 2019 na pequena instalação localizada no bairro do Alto do Calhau, na cidade de São Luís, Maranhão, foram identificados vários fatos contraditórios em relação as legislações nacionais. Através da conversa com o representante da família, chamado pelo nome de Aníbal, inferiu-se que o grupo passou por inúmeras tribulações desde a saída de seu país de origem até a instalação na cidade.

Segundo ele, a família não possuiu assistência do governo da Venezuela para saírem do país. A desvalorização da moeda tem dificultado a mobilidade das pessoas que tentam se refugiar em outros lugares. Também contou que ele e sua família (com aproximadamente 30 membros), cruzaram a divisa da Venezuela com o Brasil por meio de transportes terrestres de altos custos e, chegando ao estado de Roraima, buscaram ajuda para conseguir dinheiro que os possibilitassem ir a outras regiões do país para buscar emprego e moradia.

Adentraram no estado maranhense através de embarcações que cruzavam Roraima-Pará-Maranhão. Alguns da comunidade se distribuíram em outros municípios, porém, eles decidiram ficar na capital devido às possibilidades de empregos temporários e da hospitalidade que o município apresentava. Contudo, sua família enfrentou muitas dificuldades para permanecerem na cidade.

A ausência da documentação impossibilitava a inclusão desses povos nas políticas públicas na capital, conforme conta líder. Os homens das famílias procuraram empregos em empresas, porém, a falta desses registros dificultou o processo de contratação nesses locais, levando muitos deles a aceitarem trabalhos informais, com baixos salários e em condições insalubres.

Aníbal conta que devido a esse fato, as mulheres tendem a ser expostas em sinais de trânsito com seus filhos, pois, conseguem extrair mais dinheiro dos motoristas por passarem uma imagem de fragilidade e sensibilizarem com mais facilidades às pessoas. Outros se situavam em lugares na capital como em portas de farmácias, igrejas, supermercados, pontos de festas e outros lugares que apresentam bastante fluxo de pessoas transitando.

Também foi interrogado sobre o que ele achava da vizinhança e o bairro escolhido. Para o mesmo, as pessoas são bem receptivas e os acolheram bem, mas ainda estranham alguns hábitos como, por exemplo, as mulheres andarem com tecidos de cores bem chamativas e o povo ter a restrição para não comer carne vermelha. Durante a pesquisa, observou-se que a instalação fica próxima de um lixão e que

muitas crianças brincam lá descalças, sem nenhum tipo de proteção sanitária, além disso, o local não dispõe de tratamento de esgoto, nem de água tratada, acometendo a comunidade a exposição de inúmeras doenças.

A entrevista constatou que São Luís, assim como outras cidades brasileiras, não possuem leis que incluem a população indígena imigrante nas políticas assistencialistas e que é um grande erro, pois o fenômeno da imigração venezuelana tem se tornado recorrente, configurando um novo espaço e novas relações na capital. Por fim, o chefe da família expressou suas expectativas sobre sua estadia no Brasil. Ele diz que o Warao é um povo de resistência qual vai superar as barreiras impostas no país e que sua nação de origem, que vai se reerguer e eles poderão retornar as suas terras e aos seus costumes. No entanto, projetaram objetivos caso tenham que ficar aqui definitivamente, como serem inseridos em trabalhos, suas crianças irem à escola e suas esposas mostrarem para o país suas heranças culturais através da venda de artesanatos.

4 Considerações Finais

A atual situação em São Luís se trata de um caso humanitário que está mudando totalmente a organização socioespacial do município, pois os mesmos precisam lidar com o processo de desterritorialização que sofreram ao serem exilados de seu país de origem e enfrentar o processo de reterritorialização em um novo país que possui um idioma diferente, assistências culturais e políticas restritas acerca do acolhimento ao imigrante indígena.

A comunidade Warao é formada por indígenas que possuem inúmeras riquezas podem somar na população ludovicense, contudo, ainda precisam ser vistos como cidadãos, sobretudo, seres humanos que requer de atenção especial por parte do governo local.

Referências

ALMEIDA, C.C. **Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação.** Análise Social, vol. XI (2º e 3º), nº 42-43, 1975, p. 203-212. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912409N4uGK4qe9Zu62XR4.pdf> >. Acesso em: 12. Ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 e Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm >. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

CARVALHO, P. **Governo e ONU defendem ‘interiorização’ de venezuelanos no Brasil.** Revista VEJA, 20 jun. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/governo-e-onu-defendem-interiorizacao-de-venezuelanos-no-brasil/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

DAMIANI, A. **População e Geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, 107 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SOJA, E.W. **The political organization of space. Commission on College Geography Resource Paper 8.** Washington, DC: Association of American Geographers, 1971.

VAZ, A. M. C. **Processo de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz.** Tese de Mestrado em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2011.



DIVERSIDADE RELIGIOSA DO MARANHÃO: análise comparativa entre a base teórica sociocultural e dados estatísticos

Evandro Del Negro da Silva¹²¹

Resumo

O presente resumo expandido foi construído com o objetivo de compreender a pluralidade religiosa do Estado do Maranhão no seu contexto sociocultural. O mesmo realizou-se a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema com autores que abordam o assunto e os dados estatísticos do Censo de 2010. Os resultados obtidos variam na valorização da diversidade religiosa do Maranhão, evidenciando que as religiões de matriz africana possuem grande expressão cultural, sendo deixada como segundo plano, mais na realidade acabam estando presente em outras matrizes religiosas, como por exemplo: Espiritismo, Protestantismo e o Catolicismo. Com isso, se identifica o sincretismo religioso presente na sociedade, as festividades religiosas do Bumba-meu-boi em uma relação sincrética com o Tambor de Mina e Bois de Terreiro, o Círio de Nazaré e o aumento do número de Espiritas no Estado.

Palavras-chave: Diversidade Religiosa; Dados Estatísticos; Matriz Afro; Secretismo; Maranhão.

1 Introdução

A diversidade cultural e religiosa está relacionada ao pluralismo que podemos visualizar cotidianamente em diversas sociedades, dessa forma é importante evidenciar a crença popular dos povos. O presente trabalho tem como objetivo compreender a diversidade religiosa do Estado do Maranhão no seu contexto sociocultural, evidenciando as religiões de matriz africana como grande expressão sociocultural do Estado.

Essa pesquisa está estruturada em três momentos. O primeiro momento trouxe a base conceitual da Geografia Cultural, visando a análise entre geografia e religião. No segundo momento é explorado o processo histórico e cultural das religiões de matriz afro-brasileira, e sua influência na territorialidade,

¹²¹ Discente do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. E-mail: evandro.silva11@unioeste.br.

e por fim foi realizada uma breve análise dos dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os fatos sobre a diversidade religiosa do Maranhão.

Assim, metodologicamente este trabalho foi realizado por meio de um levantamento bibliográfico, pautado em: Ferretti, (2001), Cosgrove & Jackson (2011), dados do IBGE, dentre outros autores e referências teóricas.

A presente pesquisa se justifica como forma de reafirmação da cultura local, pois as religiões africanas sofreram e ainda sofrem perseguições de diversas instituições da sociedade, como a polícia, as mídias de entretenimentos e comunicação, e de religiões cristãs. Essa perseguição diminuiu nos grandes centros, mais no interior do Estado isso prevalece. Outro ponto para ressaltar é a falta de reconhecimento das culturas e religiosidades africanas perante dados numéricos sobre o Estado, dado pelo fato que é muito significativo a africanidades no viés sociocultural do Maranhão.

2 Introdução a Geografia Cultural: Geografia e Religião

Para que possamos compreender a pluralidade religiosa maranhense pautado na ciência geográfica, é necessário entender sobre a geografia cultural e a geografia da religião. Inicialmente, o conceito de geografia cultural, fazendo parte da base para compreender as diferentes realidades presentes da sociedade. De acordo com McDowell (1996), a Geografia Cultural:

[...] é atualmente uma das mais excitantes áreas de trabalho geográfico. Abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado de paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas (MCDOWELL, 1996, p.159).

Como afirmam Cosgrove & Jackson (2011, p. 142) “[...] as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária de cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar”. Tal configuração implica na concepção de religião como base de estudos na geografia, assim como Fickeler (2008, p. 7), destaca que: “os fenômenos religiosos aparecem em relação real com a superfície terrestre, podendo ser, portanto, estudados geograficamente”.

Zeny Rosendahl (1996, p. 11), também descreve essa relação, salientando que “Ambas, geografia e religião, se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra, porque como fenômeno cultural ocorre espacialmente”.

Deste modo, o estudo dentro da ciência geográfica, sobre religião auxiliam na observação da relação sociocultural do Maranhão, ressaltando as identidades religiosas, as religiões de matriz africana, o sincretismo, as festividades religiosas e os dados numéricos.

3 Uma breve análise da diversidade religiosa e cultural do Maranhão

O Estado do Maranhão está localizado na região Nordeste do Brasil, sendo o limite da região com a região Norte. O segmento religioso com maior fluxo de pessoas, principalmente nos grandes centros

como em São Luís capital do Estado, são as religiões de matriz africanas. O mesmo ocorre em outras regiões do Estado, especialmente em Cururupú, localizado no Litoral Norte, tem uma população estimada em 32.626 habitantes, tendo cerca de cem terreiros. Já em Codó, localizado na mesorregião do Leste Maranhense, com população em torno de 123.116 habitantes e que possui mais de 400 terreiros, sendo o município brasileiro com a maior concentração de centros da religião de matriz africana por metro quadrado.

Segundo Ferretti (2001) “O tambor de mina, a cura ou pajelança e a umbanda, constituem os tipos de manifestações religiosas afro-brasileiras mais difundidas no Maranhão e na Amazônia. Em algumas regiões do Maranhão elas apareçam com outras denominações como terecô, vodum, pajé, Santa Bárbara, Barba Soeira, etc.”

Deste modo, o Estado do Maranhão é dotado de três matrizes religiosas afro-brasileira, distintas ou parcialmente diferentes, como por exemplo: o tambor de mina, a cura ou pajelança e a umbanda. Sendo assim, com base nos dizeres de Ferretti (2021) o tambor de mina, é a forma de religião afro-brasileira mais difundida no Maranhão e na Amazônia. Na sua formação tem a nação jeje (Ewê-Fon), tanto nas entidades cultuadas (voduns), quanto na língua dos cânticos, nos instrumentos, na mitologia e nos rituais de modo geral.

Em seguida a cura ou pajelança, tem origem ameríndia, encontra-se largamente difundida no Litoral Norte do Estado e no Município de Cururupú, onde há muitos curadores. A cura ou pajelança tenha rituais específicos, dispersos por vários terreiros em Cururupú, tendo uma mesclada de mina com rituais de cura, muitos destes encantados gostam de brincadeiras de bumba-meu-boi ou de tambor de crioula (FERRETTI, 2021).

E a umbanda, que no Maranhão teve a sua observação na década de 1950 e encontra-se “cruzada” com o tambor de mina, em relação aos instrumentos utilizados. Uma das características no Maranhão é que tem maior participação por pessoas procedentes da classe média. (FERRETTI, 2021).

Podemos visualizar traços das matrizes afro-brasileiras em diversas religiões, tanto na conjuntura maranhense, quanto na brasileira de modo geral, por exemplo: Igreja Católica, religiões evangélicas, nas Igrejas Pentecostais e Neo-Pentecostais, espíritas, isso ocorreu certamente pelo processo de construção sociocultural nacional, e pela vastidão de grupos étnicos e nação que edificaram o Brasil desenvolvendo esse sincretismo religioso.

Destaca-se que o espiritismo se encontra em crescimento no Maranhão, como evidencia o IBGE (2010), tendo como praticantes populações letradas, de classe média. Existe uma corrente do espiritismo kardecista, que não se aproxima das religiões afro americanas, a não ser pelo transe. O Espiritismo Kardecista é uma religião de origem europeia e não africana, mas, com elementos do hinduísmo. Mas os terreiros de umbanda e alguns terreiros de mina, realizam seções chamadas de “mesa branca”, com elementos do espiritismo.

Essa relação sincrética pode ser observada também nas festas religiosas populares, como: no Círio de Nazaré, no Bumba-meu-boi na Festa do Divino, as festas em devoção a Santo Antônio, São João, São

Pedro e São Marçal, a festa de São Benedito, uma herança dos africanos no Maranhão, já em setembro os devotos de São José de Ribamar realizam um festejo votivo ao santo, tendo relação com a lua cheia. Já as Caixeiras do divino são um grupo de mulheres que realizam a festa do Divino Espírito Santo com procissão, tambor e manifestação popular que atrai anualmente centenas de turistas.

4 Comparativo entre os dados numéricos e a conjuntura religiosa e cultural

Correlacionado as bases teóricas e de dados numéricos, fica evidente a importância o uso da ciência geográfica para a compreensão da religião, como fenômeno sociocultural, analisando a relação das diversas matrizes religiosas e a cultura do Maranhão. Assim, no Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é possível evidenciar as religiões e o número de pessoas que frequenta determinada religião (Tabela 1).

Tabela 1 - Religiões no Estado do Maranhão, com base no Censo 2010

RELIGIÕES	Nº DE PESSOAS
SEM RELIGIÃO	431.148
BUDISMO	413
CANDOMBLÉ	582
CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA	25.678
CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA	4.899.250
CATÓLICA ORTODOXA	4.649
ESPÍRITA	12.505
ESPIRITUALISTA	125
EVANGÉLICA	1.130.399
Missionária	259.625
Não determinada	117.411
Pentecostal	753.363
HINDUÍSMO	42
IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS	2.186
ISLAMISMO	126
JUDAÍSMO	368
NÃO DETERMINADA E MULTIPLO PERTENCIMENTO	8.498
NOVAS RELIGIÕES ORIENTAIS	3.118
TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	24.257
TRADIÇÕES ESOTÉRICAS	690
TRADIÇÕES INDÍGENAS	820
UMBANDA	3.706
UMBANDA E CANDOMBLÉ	4.369
OUTRAS DECLARAÇÕES DE RELIGIOSIDADES AFROBRASILEIRA	81
OUTRAS RELIGIÕES ORIENTAIS	142
OUTRAS RELIGIOSIDADES	152
OUTRAS RELIGIOSIDADES CRISTÃS	19.572
NÃO SABE	6.042

Fonte: IBGE (2010) / Org.: DEL NEGRO, E. S (2021)

Fica evidente ao se correlacionar as referências bibliográficas e os dados coletados do IBGE, que há uma incompatibilidade numérica. Pois as religiões de Matriz Afro-brasileira têm grande expressão

culturalmente, nas celebrações, festas religiosas do Estado do Maranhão, só que não aparecem da mesma forma em banco de dados estatísticos, como fica nítido na Tabela 2.

Tabela 2 - Religiões no Maranhão por porcentagem (%)

Católicos	Evangélicos	Espiritas	Afro-brasileira	Outras	Sem religião	Religiões asiáticas
78,04%	17,2%	0,2%	0,0%	1,5%	6,3%	0,3%

Fonte: IBGE (2010) / Org.: DEL NEGRO, E. S (2021)

Isso talvez esteja relacionado ao sincretismo religioso, que acontece com muita frequência no nosso país, outro ponto pode ser o trânsito religioso que o indivíduo frequenta duas ou mais religiões, que acaba participando efetivamente de todas, mais só se declara da religião X ou Y, geralmente das religiões tradicionais, ou seja o Catolicismo ou o Protestantismo, isso ocorre na tentativa de evitar uma discriminação por estar seguimento determinada matriz religiosa, dado pelo preconceito que está enraizado na sociedade.

5 Considerações Finais

O trabalho buscou mostrar a diversidade religiosa no Maranhão, e conseguiu observar que as religiões de matriz afro, são muito expressivas na identidade cultural local, mas em contrapartida não é isso que podemos observar no quarto momento do trabalho com os dados coletados no censo de 2010. Com isso, o resumo enfatiza a valorização da essência cultural do Estado, sabemos também que isso pode ser fruto de sincretismos ou trânsitos dentro das religiões. Mas o fato é não deixar certos atrasos e retrocessos, como o preconceito, discriminação e a perseguição religiosa continuarem, mais reafirmar a cultural e a identidade popular local. Com tudo, o resumo visa auxiliar futuras pesquisas sobre a mesma temática.

Referências

- COSGROVE, D.E JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p.135-146 p.
- FERRETTI, Sergio F. **Diversidade Religiosa e Cultural do Maranhão**. Anais: I Semana de Ensino Religioso. IESMA: São Luís, 2001.
- FICKELER, PAUL. **Questões Fundamentais na Geografia da Religião**. Espaço e Cultura. Edição Comemorativa - (1993 - 2008). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC. 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.
- IBGE. **Censo 2010: Amostra - Religião**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/23/22107?detalhes=true>>. Acesso em: 22/04/2021.
- MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 159 - 188.
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ - NEPEC, 1996, 90 p.



EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL NA DISCIPLINA CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (GEOGRAFIA): a (in) visibilidade nos Planos de Ensino

Alberto Magno Moreira Martins¹²²

Resumo

Esta pesquisa procurou analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia)” do Ensino Médio Regular da Rede Pública Estadual do Maranhão, tendo como locus da pesquisa uma escola do Ensino Médio Maranhense, onde foram analisados os Planos de Ensino. No percurso metodológico, optamos pela análise qualitativa, mediante pesquisa documental, apoiada na análise de conteúdo, utilizando a unidade de registro tendo por base a realidade de uma escola de referência em São Luís, que permitiram o desdobramento do tema com abordagens acerca da diversidade sexual e inclusão, respeito e valorização da diversidade, políticas educacionais no Brasil e no Maranhão e análise da pesquisa *in loco*, por meio da incursão no Projeto Político Pedagógico e nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Nesse contexto consideramos que a temática analisada é pouco discutida em todas as abordagens, o que consideramos uma contradição quando todas as políticas públicas e a escola em seus instrumentos falam de educação democrática e inclusão social, uma vez que estas apresentam silenciamento e em certos momentos omissões acerca da diversidade sexual, orientação sexual, gênero e inclusão.

Palavras Chave: Educação. Diversidade Sexual. Orientação Sexual. Gênero e Inclusão

1 Introdução

¹²² Doutorando do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: magnummartins@gmail.com

Tendo por base a distribuição dos conteúdos estruturantes nas três séries do Ensino Médio Regular, percebemos que em todos os quatro períodos, do ano letivo, há uma ausência das categorias elencadas, revelando a invisibilidade da temática relacionada à diversidade e orientação sexual. Essa ausência torna-se visível, sobretudo conforme é enfatizada na proposição abaixo:

As estruturas de dominação masculina, afirma Bourdieu (2009), continuam a intervir por meio de *três princípios práticos*: primeiro, as funções cabíveis às mulheres continuam sendo prolongamentos das funções domésticas (ensino, cuidar, serviço); segundo, os homens não podem estar submetidos às ordens das mulheres e terceiro aos homens ainda cabem o controle sobre atividades técnicas e das máquinas.

Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) [...] (BOURDIEU, 2009, p. 112).

O presente resumo tem como objeto de estudo o Espaço Geográfico e diversidade sexual, nomeando como conteúdos estruturantes a organização e representação do espaço geográfico e a diversidade, as Relações Socioespaciais e a (Re) estruturação do Espaço geográfico, o impacto da Evolução Tecnológica sobre o (re) ordenamento geopolítico e Econômico do Espaço Geográfico maranhense.

Em nosso entendimento, no que concerne à realidade social, utilizou-se planos de aula de professores vinculados as Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia). Coube, portanto, discutir sobre a diversidade e orientação sexual, identidade de gênero e a homossexualidade dentre outras, como forma de contribuir para a superação de atividades pontuais, descontextualizadas e fragmentadas que porventura possam integrar a prática pedagógica nas salas de aula de escolas públicas estaduais do Ensino Médio.

2 Procedimentos Metodológicos ou Metodologia

Para realização da pesquisa, utilizou-se o método qualitativo. Para tanto, foi necessário um conjunto de procedimentos metodológicos que contemplam o objetivo da pesquisa, a saber: levantamento e revisão bibliográfica sobre a temática da diversidade, política educacional, políticas de diversidade sexual, no contexto de Direitos Humanos. Pesquisa documental, apoiada na análise de conteúdo e atividade de campo, utilizando a unidade de registro tendo por base a realidade de uma escola de referência em São Luís e seus planos de ensino.

3 Resultados e Discussões

No governo de Fernando Henrique Cardoso foram lançados respectivamente os dois primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos nos anos 1996 e 2002. Daniliaukas (2010) salienta que: O Programa Nacional de Direitos Humanos I é um marco em relação às questões LGBT, pois foi o primeiro documento oficial do governo federal a citar a categoria *homossexualidade* numa perspectiva de direitos, quando o referido documento explicita que:

Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais (BRASIL, 1996, p.7).

O documento em tela, faz menção a homossexualidade, incluindo-a no grupo em situação de vulnerabilidade, dentro da seção direito à vida e segurança das pessoas. Já o Programa Nacional de

Direitos Humanos II – de 2002 trata de forma específica, quando fala de direitos relativos a pessoas LGBT, dentre as propostas de ações governamentais no referido documento apresenta na garantia do direito à liberdade cinco proposições sobre Orientação sexual e dez específicos para Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB.

No que diz respeito à educação o referido Programa contempla duas propostas:

Art. 242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.

Art. 246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas (BRASIL, 2002 p.19).

Com o PNDH-III o Brasil faz uma opção de fortalecimento da democracia e tem por objetivo: Revisar os dois primeiros Programas lançados respectivamente em 1996 e 2002, assimilando as demandas crescentes da sociedade e incorporar os elementos dos tratados internacionais mais recentes seja da ONU, seja da OEA.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) sancionado pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, discorre que os princípios históricos dos direitos humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz. Paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na justiça, na igualdade e na liberdade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III) é constituído de seis (06) eixos orientadores, a saber: 1) Interação Democrática entre Estados e Sociedade Civil (composto pelas diretrizes 1 a 3); 2) Desenvolvimentos e Direitos Humanos (composto pelas diretrizes de 4 a 6); 3) Universalizar Direitos em contexto de Desigualdade (composto pelas diretrizes de 7 a 10); 4) Segurança Pública, Acesso à Justiça e combate à violência (composto pelas diretrizes de 11 a 17); 5) Educação e Cultura em Direitos Humanos (composto pelas diretrizes de 18 a 22); 6) Direito à memória e à verdade (composto pelas diretrizes de 23 a 25) , os eixos são compostos por diretrizes e objetivos estratégicos.

O PNDH III representa um roteiro para seguirmos consolidando os alicerces de uma perspectiva democrática: por meio do diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza. Segundo este Programa:

As questões LGBT, concentram-se principalmente no Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades, na diretriz 10 (Garantia de igualdade na diversidade), Objeto estratégico V: Garantia de respeito à orientação sexual e identidade de gênero. (PNDH-III, 2010, p.11).

A Diretriz 10, do Programa Nacional de Direitos Humanos III ao tratar da Garantia da igualdade na diversidade, traz em seu objetivo estratégico I:

Afirmação da diversidade para a construção de uma sociedade igualitária. Dentre as ações programáticas temos: Realizar campanhas e ações educativas para

desconstrução de estereótipos relacionados com diferenças étnico-raciais, etárias, de identidade e orientação sexual, pessoas com deficiência, ou segmentos socialmente discriminados. (PNHD, 2010, p 112-113)

O objetivo estratégico V da diretriz 10 do Programa Nacional de Direitos Humanos III, trata da Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de Gênero, traz como ações programáticas (BRASIL, 2010). Com destaque para o objetivo que menciona o desenvolvimento de políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social;

O foco da nossa análise no presente trabalho se volta para a ação (A): desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social.

O Programa Nacional de Direitos Humanos III, foi um documento elaborado a partir das propostas das conferências, daí pode dizer que esse processo se efetiva pela democracia participativa.

Ao nos depararmos com o documento do Programa Nacional de Direitos Humanos, percebemos algumas fragilidades, pois o documento trata da temática de forma genérica, sem trazer uma discussão mais aprofundada de questões específicas, tais como: as ações de curto prazo do PNDH I não foram concretizadas e o PNHD II não se concretizou em políticas nem de governo nem de estado Daniliaukas (2010). Pois mesmo quando tratamos de diversidades, não podemos perder de vista as especificidades e de que forma e qual trato pedagógico deve ser dado à questão da diversidade, que concepção de diversidade é abordada nas diretrizes e quais pressupostos norteiam essa discussão.

Nessa direção, Educação em Direitos Humanos, precisa ser pensada como processo de resignificação e de fortalecimento do regime democrático, processo esse que precisa levar em consideração a efetiva garantia de direitos civil e políticos, bem como as prerrogativas como seres humanos então, como se comportar diante das profundas contradições que marcam a sociedade brasileira e, indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana.

Nos planos de ensino dos professores de Ciências Humanas e suas Tecnologias com ênfase na Geografia, encontrou-se um quadro esvaziado de citações Categorias vinculadas as diversidade sexual, como demonstra o quadro 1.

Quadro 1 - Incidência das Categorias nos Planos das Áreas de Conhecimento de Ciências Humanas e suas Tecnologias

CATEGORIA	GEOGRAFIA
Diversidade	0
Sexualidade	0
Diversidade sexual	0
Orientação sexual	0
Homossexualidade	0
Homofobia	0
Discriminação sexual	0
Preconceito	0

Preconceito sexual	0
Diferença	0
Diferença de gênero	0
Identidade de gênero	0
Diferença cultural	0

Fonte: elaboração própria

A partir destes dados é possível concordamos com Buordieu (2009, p. 139), quando se questiona Reforçar ou neutralizar a dominação? A análise das formas de dominação serve para qual desses efeitos sociais? Desta maneira, o autor, observa que é preciso arriscar parecer estar reforçando os mecanismos de dominação se se pretende trazer à luz os processos pelos quais os próprios dominados reforçam o poder da dominação e ratifica: Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se reproduzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social, poderá a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

4 Considerações Finais

Diante das questões propostas, necessário se faz pensar uma ação educativa , enquanto ato político, que leve os docentes a refletirem sobre sua prática e de que forma podem levar os estudantes a refletirem sobre a contextualização dos conteúdos e que esses possam ultrapassar os limites da reprodução e da dominação masculina, e que possam vislumbrar um processo de ensino e aprendizagem, pautados numa ação docente contextualizada, reflexiva e que leve em consideração a diversidade, a orientação sexual e a inclusão.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: 2013.



GEOGRAFIA CULTURAL: a violência contra as minorias no contexto das páginas dos jornais capixabas

Resumo

O presente resumo enseja uma análise nas matérias veiculadas nos jornais capixabas, na Capital e no Sul do Espírito Santo, na região do Caparaó Capixaba. Dessa forma, buscou-se “desconstruir” a banalização da violência construída pela mídia, na qual se passa despercebida a luta pela cidadania das minorias na sociedade capixaba, por melhores condições de vida e o respeito à diversidade. A metodologia utilizada para o aporte teórico da pesquisa foi um levantamento bibliográfico das notícias que estavam em pauta na mídia capixaba, dando enfoque aos grupos estigmatizados pela sociedade. Conclui-se que a cidadania é construída no hoje, e a imprensa possui um relevante papel nesta construção ou desconstrução da cidadania das minorias sociais.

Palavras-chave: Minorias capixabas; Imprensa; Educação; Violência.

1 Introdução

Diariamente temos um excesso de notícias veiculadas pela mídia capixaba de violências contra mulheres, crianças, negros, homossexuais, entre outros. São notícias que chocam e muitas das vezes são encaradas de forma banal pela mídia, ou por um público leitor que vai percebendo como rotina os casos de estupros, assassinatos, latrocínios, espancamentos, entre outras tristes manchetes, que já fazem parte dos noticiários, presentes no dia a dia da imprensa capixaba.

A escolha do referido tema torna-se relevante na medida em que a mídia é um importante canal de denúncia e, ao mesmo tempo, evidenciadora da situação de exploração e de vulnerabilidade das minorias sociais.

Desse modo, procuramos dar enfoque à análise das matérias veiculadas na imprensa capixaba, com estudo em matérias veiculadas semanalmente nos jornais “A Tribuna” e “A Gazeta”, direcionados aos capixabas de várias faixas etárias. Um país onde somos pouco habituados com a leitura de livros, o jornal impresso ou on-line é um relevante meio de formar opiniões e de legitimar ideologias impostas por uma sociedade machista e dominadora. É só abrirmos as páginas dos jornais diários ou a tela do

computador para constatarmos que vivemos uma guerra não declarada oficialmente, mas camuflada pela miséria, desemprego e por uma democracia longe de ser verdadeiramente plena para todos.

Neste sentido propomos para a discussão o seguinte desafio: qual é o papel da imprensa na legitimação da banalização da violência contra as minorias sociais? A imprensa capixaba contribui para dar voz e visibilidade aos grupos minoritários e excluídos da sociedade capixaba?

Tendo como ponto de partida a análise das referidas notícias, procuramos repensar a violência cotidiana presente nas notícias, uma vez que as matérias diárias são consumidas por um público que muitas vezes não percebe que a mídia reproduz determinados valores sociais impostos por nossa sociedade capitalista e individualista. Como fonte de dados para a pesquisa foram feitas leituras exploratórias em diversos números de jornais, ou seja, a pesquisa buscou as seguintes documentações:

- a) Coleta de material bibliográfico feita na imprensa capixaba – de forma on-line e impressa;
- b) Consulta à coleção de exemplares on-line ou impressos num período de aproximadamente dez meses, tanto na região metropolitana da Grande Vitória, como no Sul do Espírito Santo, na região do Caparaó capixaba.

2 Metodologia

Tendo como objetivo compreender como a mídia capixaba contribui para dar vozes às minorias sociais em meio ao crescente número de vítimas de crimes violentos nos jornais capixabas, a pesquisa debruçou-se sobre a coleta de dados de três jornais de abrangência estadual, conforme é noticiada a violência sofrida pelos grupos minoritários na mídia capixaba.

Além disso, optou-se também pela coleta de dados nos jornais impressos e on-line, por entender que a mídia jornalística é por excelência de maior acesso entre os leitores que acessam on-line ou que diariamente compram os jornais nas bancas, em postos de vendas espalhados por todos os municípios do Estado.

Em relação ao período pesquisado, a coleta de material foi realizada através compra dos exemplares entre fevereiro de 2010 a novembro de 2012 e por acompanhamento virtual. Assim, foram registradas as informações sobre crimes violentos, tendo como foco a seleção de notícias às minorias sociais, e não todo tipo de violência abordado no espaço geográfico delimitado pela mídia capixaba.

Dessa forma, preferiu-se analisar as matérias com conteúdos ligados à violência contra a crianças, mulheres, negros, homossexuais e prostitutas, por serem esses grupos os mais excluídos socialmente em nossa sociedade atual.

A utilização de instrumento de coleta de dados foi realizada por amostragem, levando em conta a análise diária das matérias do período pesquisado. Assim, foram analisadas 66 edições, que abordavam de forma qualitativa os conteúdos das matérias, veiculadas amplamente em todo o Estado, de interesse do objeto da pesquisa.

Comungamos com a ideia de que o período poderia ser relativamente curto para uma análise mais apurada das fontes, mas procuramos suprir estas lacunas com a confrontação dos dados coletados com o referencial teórico embasado no estudo.

3 Resultados e Discussões

Em seus estudos, Zanotelli (2011) diz que a violência e a criminalidade são frutos do processo de desenvolvimento que ocorreu no início da década de 1970, no Estado do Espírito Santo, e não atingiu toda população. Ou seja, o aumento da violência provocado não somente pelos fatores sociais e econômicos, mas também resultado da segregação espacial que atingiu especialmente as camadas menos favorecidas, do estrato da sociedade urbana capixaba.

O pesquisador, em suas apurações, procura ilustrar sua ideia com um conjunto de mapas cartográficos, na tentativa de elucidar a expansão da criminalidade e da violência no Estado do Espírito Santo.

Ao analisarmos os dados do mapa acima, percebemos que a distribuição da criminalidade e das taxas de homicídios não apresentam uma concentração apenas na grande Vitória, mas uma distribuição quase uniforme em todo o Estado, atingindo o interior.

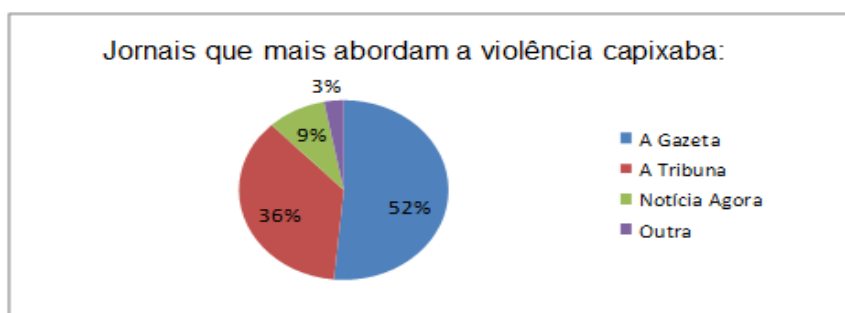
Em seus estudos sociológicos, Oliveira (2000) aborda que o processo de globalização promoveu homogeneização e padronização das culturas e, aproveitando-se deste momento de rápidas mudanças, determinados grupos sociais, como as minorias sociais, que buscam neste processo de mundialização, espaço para afirmação e luta dos seus direitos enquanto grupo social minoritário. Por outro lado, em busca de uma definição de minorias sociais, podemos dizer que são membros de uma coletividade que, embora fazendo parte até mesmo da maioria da população, são excluídos e são estigmatizados pela sociedade na qual estão inseridos, por pertencerem a determinada etnia, religião, classe social ou orientação sexual.

Mott (2000) afirma que, entre os grupos sociais minoritários, os homossexuais são os mais vulneráveis a discriminação e a exclusão social. Neste complô de silêncio contra essa classe, são utilizadas várias estratégias para abafar as vozes deste grupo minoritário – desde a destruição de documentos comprobatórios de homossexuais de personagens célebres, até a heterossexualização dos amores desta personalidade.

Em relação à luta das minorias sociais em nossa sociedade, sabemos que o Brasil foi um dos primeiros países a aprovar um “Plano Nacional dos Direitos Humanos”. Isso repercutiu na lutas dessas minorias por espaço na sociedade.

Quanto ao perfil das notícias, percebemos que a violência está na ordem do dia, sendo explorada na imprensa capixaba como matéria de capa de quase todas as edições pesquisadas, ou seja, consumindo em suas edições 52% das capas do jornal “A Gazeta” e 36 % do jornal “A Tribuna” e 9% do jornal “Notícia Agora”, conforme pode ser visto no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Jornais que abordam a violência capixaba.

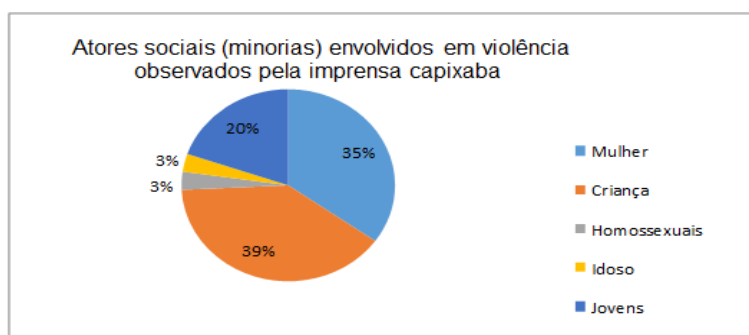


Fonte: Coleta direta realizada pelo autor nos jornais capixabas

Assim, percebemos como a imprensa capixaba explora de forma privilegiada as notícias de homicídios, estupros, lesão corporal, assassinados entre outros casos de crimes cometidos contra as minorias sociais. Nos casos de elas não estarem estampadas nas capas dos seus jornais, elas sempre estão presentes na coluna cidades ou seguranças nas edições pesquisadas

Contudo, observamos no gráfico 3 que os jovens lideram a lista de presença nas notícias pesquisadas e abordadas pela imprensa capixaba, com 39% as crianças envolvidas em atos de violência, em segundo lugar as mulheres com 35% dos crimes estampados nos jornais. Tal análise pode ser observada no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 2 – Atores sociais (minorias) envolvidos em violência, observados pela imprensa capixaba



Fonte: Coleta direta realizada pelo autor nos jornais capixabas.

Percebemos que, dentre os atores sociais minoritários vítimas da violência, o grupo dos homossexuais é um dos poucos noticiados pela imprensa, ao lado dos idosos com também 3%. Isso reforça a ideia do “complô do silêncio”, defendida pelo antropólogo porta-voz das lutas das minorias sociais, Luz Mott (2000.p.48).

Em relação às minorias sexuais, pouco se faz uma relação com os atos de violência e o desmembramento do fenômeno da criminalidade, tendo uma abordagem muito simplista e superficial do fato.

4 Considerações Finais

A violência e as minorias são assuntos abordados todos os dias pelo instrumento de pesquisa utilizado para a realização deste trabalho: a mídia impressa, ou seja, os jornais “A Gazeta” e “A Tribuna”. É um tema que merece ser estudado de forma aprofundada por abranger a sociedade de forma global.

Esse problema afeta não somente os grupos minoritários, mas também pessoas da classe média alta, conforme foi verificado neste trabalho.

Foi observado, também, que este não é um fenômeno novo, pois a violência existente principalmente entre as minorias da sociedade é tema constante da mídia impressa há bastante tempo.

Referências

MOTT, Luiz. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias**. Campinas: Núcleo de Estudos do Gênero, 2000. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.01.a09.pdf>. Acesso em 09/11/2012.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

ZANOTELLI, Luiz Cláudio. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Anna Blume, 2011.



IDADE-SANTUÁRIO SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA: Quadros Geográficos E Comunicacionais Dos Festejos¹²³

CUNHA, Thais Fernandes Lima¹²⁴

FERREIRA, André Lucas dos Santos¹²⁵

REIS, Bianca Maria Costa Barbosa¹²⁶

Resumo

O espaço geográfico traduz múltiplas práticas humanas, muitas de ordem imaginárias e simbólicas e que acumulam expressividade na vida social, transmitindo significados e valores culturais. Deste modo, o pesquisador em Geografia da Religião busca compreender, dentre outras questões, como as cidades-santuários apresentam um grau elevado de sacralidade. Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo investigar quadros geográficos e comunicacionais produzidos mediante a cidade-santuário São José de Ribamar, Maranhão, tendo como foco as ações da Igreja Católica e as práticas espaciais empreendidas pelos religiosos populares. Falamos, pois, em cidade-santuário porque consideramos que São José de Ribamar desenvolve uma sensível conexão entre o sagrado e o seu espaço urbano, contexto pelo qual a sua principal prática religiosa se dá no período dos dias 01 a 27 de setembro de cada ano. Referindo-nos ao espaço e tempo da pandemia do novo Coronavírus a nossa pesquisa de campo, efetivada em 2020, aponta o esforço empreendido pela Igreja para manter seus simbolismos e a participação na vida dos fiéis de modo a o uso obrigatório de máscaras, álcool em gel e o distanciamento

¹²³ Este trabalho é orientado pelo Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza, do Curso de Geografia, UEMA, São Luís-MA, e tem relação direta com o seguinte Projeto de Iniciação Científica: “Quadros geográficos e comunicacionais do festejo de São José de Ribamar, Maranhão: cidade, santuário e romarias”.

¹²⁴ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, cujo plano de atividade referente ao Projeto citado acima é: “Cidade-santuário: quadros geográficos e comunicacionais do festejo de São José de Ribamar, Maranhão” (Bolsista FAPEMA).

¹²⁵ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, cujo plano de atividade referente ao Projeto citado acima é: “O geossimbolismo do santuário: quadros geográficos e comunicacionais do festejo de São José de Ribamar, Maranhão” (Bolsista FAPEMA).

¹²⁶ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, cujo plano de atividade referente ao Projeto citado acima é: “Romarias e peregrinações: quadros geográficos e comunicacionais do festejo de São José de Ribamar, Maranhão” (Bolsista UEMA).

social durante a realização das missas. Nesta conjuntura, também se fez relevante o recurso de transmitir as missas por canais virtuais. Embora neste momento novo e difícil, os romeiros buscam na cidade santuário uma espécie de resguardo social, seja na esfera física ou virtual, o que, sem dúvidas, enriquece o poder sagrado e político do território imposto pela cidade-santuário.

Palavras-chave: Cidade-santuário; São José de Ribamar; Geografia da Religião; Quadros Geográficos Comunicacionais.

1-Introdução

A religião desenha significativos quadros espaciais e (re)configura o contexto temporal e espacial dos lugares, lhes dando outros significados. Sobre tais quadros reside a preocupação deste estudo em Geografia. Assim sendo, a pesquisa tem por base: a) o estudo sobre as noções de espaço, cultura, religião, “quadros geográficos” e cidade-santuário; b) trabalhos de campo (em especial no tempo festivo). Notadamente, partimos dos aportes teóricos e metodológicos da Geografia Cultural e da Geografia da Religião a fim de problematizarmos os quadros geográficos e comunicacionais da cidade de São José de Ribamar enquanto hierópolis. Oliveira (2010), por sua vez, afirma que o estudo do fenômeno religioso e a experiência da fé nas ciências sociais, Antropologia, Filosofia, Teologia, Psicologia, dentre outros campos do conhecimento, apresentam grande interesse acerca da dimensão religiosa, principalmente na experiência entre o homem e o sagrado. Nesta perspectiva, os geógrafos estudam a religião como um fenômeno espacial e de dimensões culturais. Souza (2020) declara que na ciência geográfica os estudos voltados para a Geografia da Religião têm contribuído de maneira significativa para a problematização e inteligibilidade da religião como atividade humana de forte conotação espacial, exercendo transformações espaciais marcantes no tempo e no espaço a partir de vivências devocionais. As experiências vividas pelo ser religioso, carregadas de significados, podem ser observadas através de diversas manifestações religiosas, sejam elas materiais ou imateriais. Deste modo, o pesquisador em Geografia da Religião busca compreender, dentre outras questões, como as cidades-santuários apresentam um grau elevado de sacralidade. Essa sacralidade se dá por meio de práticas espaciais diversas, segundo direcionamentos que sugerem a presença divina no mundo. Logo, para entendermos a cidade-santuário em questão, recorreremos à historicidade de sua formação e transformação do seu espaço sagrado. Para tanto, esta pesquisa busca investigar os quadros geográficos e comunicacionais produzidos mediante o festejo religioso de São José de Ribamar, Maranhão, sistematizando-os no âmbito das representações simbólicas referentes à cidade-santuário.

2-Metodologia

Em termos metodológicos, cabe menção especial à perspectiva fenomenológica empreendida, bem como o esforço de participação no campo, gerando, portanto, observações, anotações, registros,

entrevistas, dentre outras ações. Diante do exposto, esta pesquisa se caracteriza por apresentar um viés qualitativo, na qual a ida ao campo apresenta um papel crucial para o desenvolvimento deste trabalho, buscando conhecer a constituição do mundo religioso, este que é carregado de símbolos e significados que se expressa em formas simbólicas, relacionando-se com o espaço sagrado. A partir deste enfoque, as orientações metodológicas deste projeto esta pautada na perspectiva científica abordada por Gomes (2017), na obra “*Quadros geográficos: uma forma de ver, uam forma de pensar*”, lançando mão da ideia central de quadro geográfico, que seria: a geografia “enquadrada” em esquemas de pensamento quando se considera a localização das coisas, pessoas e fenômenos, seja através de textos, mapas, tabelas, gráficos, figuras, pinturas, poemas, entre outras expressões, desde que tenham conteúdo e conotação espacial. Neste ensejo, buscamos analisar o movimento religioso por meio da observação e compreensão das suas práticas espaciais, utilizando, ainda que de modo limitado, dado o grau de reflexão que o mesmo requer o método fenomenológico, a fim de compreender o ambiente religioso através de observações e problemáticas relacionadas às práticas espaciais. Quanto à pesquisa de campo, vale destacar que atividades foram realizadas durante e após período festivo, na qual exercemos um diálogo com os romeiros a fim de entender como o ser religioso se faz presente na festa do *padroeiro da cidade*. São nessas observações e participações em campo que se torna possível investigar quadros geográficos do festejo de São José de Ribamar, Maranhão, tendo como foco as ações da igreja católica e suas práticas espaciais. Ademais, a metodologia adotada compreende o espaço religioso como sendo ligado a uma emaranhada teia de significados sociais, devendo este último ser estudado a partir das experiências que ali se desenvolvem, o que inclui, certamente, os romeiros.

3-Resultados e Discussões

O festejo de São José de Ribamar atrai milhares de participantes anualmente. Assim, nos dias de festa, São José de Ribamar vive outra atmosfera social, tendo os moradores, suas vidas ressignificadas. Portanto, podemos destacar que o festejo carrega uma história cultural que é alimentada pelos devotos ano após ano. São José de Ribamar apresenta um forte valor cultural, tendo uma de suas principais expressões relacionada à figura de São José (Figura 1), assim, a história de devoção ao Santo São José de Ribamar cresce rodeada de mitos e mistérios. A festa acontece nos dias 01 a 27 de setembro, normalmente ocorrem quase o mês todo. Podemos observar como os devotos expressam seus sentimentos, sua fé e devoção ao se locomover na cidade-santuário. Assim, a cidade-santuário e a sua mensagem religiosa ultrapassam sua área diocesana, se transformando em um centro receptor de peregrinos, marcado por apresentar uma sacralidade ímpar, carregada de alto valor simbólico. A estes termos, Rosendahl (2002) reconhece que as cidades santuários são marcadas pelo simbolismo religioso que possuem e pelo caráter sagrado atribuído ao espaço, podendo ser chamados de hierópolis ou cidade-santuário. Dito isto, as cidades-santuários são marcadas pela forte devoção e fé, exercendo em sua função uma alta carga de significados, não sendo vista apenas pelo seu valor arquitetônico, mas

principalmente pela sua dimensão simbólica. A cidade, conhecida pela sua condição religiosa, se transformou ao longo do tempo em um polo atrativo para devotos e romeiros que se encontram para realizar sua devoção e se fazerem presentes no *Grande Festejo de São José*, pedindo, agradecendo e pagando promessas. Em campo, foi possível auferir que a festa religiosa é construída em torno de rituais de aproximação, não ligando homens entre si, mas os fazem se comunicar com o divino (CLAVAL, 2014). Durante o período festivo o crescimento anual do número de devotos e de outros visitantes se intensifica, aumentando o desenvolvimento de atividades que são voltadas para o atendimento aos devotos. À vista disso, as cidades religiosas têm sua organização espacial redigida pelo fluxo de devotos, como é o caso da cidade de Ribamar, com o cenário pandêmico, o festejo enfrentou um grande desafio, tendo que modificar sua principal celebração em virtude das medidas restritivas de proteção, apresentando, assim, uma programação adaptada.

Figura 1: Imagem de São José de Ribamar **Figura 2:** Cidade-santuário SJR



Fonte: Cunha, set., 2020



Fonte: Carvalho, set., 2020.

Nesse contexto, podemos destacar que mesmo com a pandemia a romaria do padroeiro do Maranhão marca o calendário anual da fé e devoção na cidade, tal como se pode alcançar por meio da programação local do festejo. Adotando medidas de prevenção a covid-19, a igreja optou por não realizar a romaria e a procissão. Logo, as novenas, ladainhas e bênçãos passaram a ser realizadas dentro das santas missas, acontecendo diariamente, tendo sua maioria ao ar livre. O som do sino, marcando o início das missas, era um chamado para os devotos locais e de regiões próximas que se faziam presente durante a festa de São José para conclamar o santo. Para realização das missas a igreja adotou o uso obrigatório de máscaras, álcool em gel e o distanciamento social (Figura 03), além de aconselhar os devotos que fazem parte do grupo de risco, para permanecerem em casa e assistirem as missas pelos canais virtuais da igreja e pela rádio (Figura 04).

Figura 3: Santa Missa a São José

Figura 4: Transmissão da Santa Missa



Fonte: Cunha, set., 2020.

Ficando cancelados os abraços de paz, as confissões pessoais, evitando o máximo possível, o contato físico entre as pessoas. O perdão dos pecados passou a ser realizado pelo celebrante principal no término das santas missas. E, para encerrar os momentos de adoração diárias, a imagem peregrina de São José é apresentada aos fiéis, substituindo o momento da procissão. Para atender um número preciso de fiéis, a igreja criou estratégias virtuais através de suas redes sociais, canal do Youtube e pelas rádios ouvintes para incentivar os devotos a aumentar sua conexão com o sagrado, mesmo com o distanciamento social. Acompanhando os momentos de adoração virtual, podemos perceber que as celebrações ao padroeiro é transmitida para milhares de *ciber-fiéis*. Essa prática transmite a identidade de fé do devoto e mantém viva na memória do devoto a adoração ao santo.

4-Considerações Finais

Falamos, pois, em cidade-santuário porque consideramos que São José de Ribamar desenvolve uma sensível conexão entre o sagrado e o seu espaço urbano, contexto pelo qual a sua principal prática religiosa se dá no período dos dias 01 a 27 de setembro de cada ano. De certo, o município é conhecido pela sua devoção a São José de Ribamar, apresentando uma série de atrativos que possibilitam o religioso a vivenciar uma esfera do sagrado. Referindo-nos ao espaço e tempo da pandemia do *Novo Coronavírus*, a nossa pesquisa de campo, efetivada em 2020, aponta o esforço empreendido pela Igreja para manter seus simbolismos e a participação na vida dos fiéis de modo o uso obrigatório de máscaras, álcool em gel e o distanciamento social durante a realização das missas. Nesta conjuntura, também se fez relevante o recurso de transmitir as missas por canais virtuais. Por fim, consideramos que, embora neste momento novo e difícil, os romeiros buscam na cidade santuário uma espécie de resguardo social, seja na esfera física ou virtual, o que, sem dúvidas, enriquece o poder sagrado e político do território imposto pela cidade-santuário.

Referências

CLAVAL, P. *A festa religiosa. Ateliê geográfico* – Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p. 06-29, abr/2014.

GOMES, P.C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

OLIVEIRA, J. R. **Hierópolis carismática em cachoeira Paulista: canção nova e as peregrinações pós-modernas.** *Espaço e Cultura.* Rio de Janeiro: UERJ, n. 28, p.71-80, Jul./Dez.; 2010.

ROSENDHAL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica.** 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

SOUZA, J. A. X. **Espaço, religião e geografia.** *Geografia em Questão*, V. 13. n. 01, p. 54-66, 2020.